

2016

volume 19 | número 2 | maio-agosto



NOVOS
CADERNOS
NAEA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Horácio Schneider

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Iracilda Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Diretor Geral - Durbens Martins Nascimento • Diretor Adjunto - Armin Mathis

NOVOS CADERNOS NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) Universidade Federal do Pará (UFPA)

Periodicidade quadrimestral, volume 19, número 2, maio-agosto de 2016

Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI:10.5801/S21797536

EDITOR CIENTÍFICO

Edna Maria Ramos de Castro - NAEA/UFPA

COMISSÃO EDITORIAL • NAEA

Edna Ramos de Castro • Sociologia | Francisco de Assis Costa • Economia

Luís Aragon Vaca • Geografia | Oriana Trindade • Economia

Raimundo Heraldo Maués • Antropologia | Silvio Figueiredo • Sociologia

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner de Almeida • Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Andréa Zhouri • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Célio Bermann • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

César Barreira • Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Christian Azais • Université d'Amiens, Amiens, França

Clóvis Cavalcanti • Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil

German Palacios • Universidad Nacional de Colômbia, Letícia, Colômbia

Eduardo José Viola • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Elmar Altvater • Instituto Hudson, Berlin, Alemanha

Emilio Moran • Indiana University, Indiana, Estados Unidos

Geraldo Magela Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Henri Acselrad • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Heloisa Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ignacy Sachs • École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, França

Jose Ricardo Ramalho • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Vicente T. dos Santos • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Marcel Bursztyń • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Marcelo Sampaio Carneiro • Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Maria Manoel Batista • Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Marilene da Silva Freitas • Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Martin Coy • Universität Innsbruck, Innsbruck, Áustria

Pedro Jacobi • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Pierre Salama • Université Paris XIII, Paris, França

Pierre Teisserenc • Université Paris XIII, Paris, França

EQUIPE TÉCNICA

Assistentes editoriais: Iraneide Silva, Jondison Cardoso Rodrigues, Rafaela Santos Carneiro, Aurilene dos Santos Ferreira, Cleyson Nunes Chagas

Revisão: Albano Rita Gomes, Iraneide Silva, James Leon Parra Mondsalve

Editoração eletrônica: Ione Sena

Capa: Andrea Pinheiro

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



Novos Cadernos NAEA • v. 19, n. 2 • p. 1-220 • maio-agosto, 2016
Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI:10.5801/S21797536

A **Revista Novos Cadernos NAEA** é um periódico semestral, de caráter interdisciplinar, dedicado à publicação de trabalhos científicos e acadêmicos sobre temas relevantes às áreas do desenvolvimento, sociedade, economia e meio ambiente, com o objetivo de fomentar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e suas competências, de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior.

A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos

INDEXADORES

Latindex - Crossref - Portal de Periódicos da CAPES - Google Scholar - Research Bib – e-Revistas/Plataforma Open access de Revistas Científicas Electrónicas Espanholas y Latinoamericanas – Directory of Open Access Journals (DOAJ) - DRJI - Directory of Research Journal Indexing

IDENTIFICADORES

Univrsal Impact Factor - Journal For Free - Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet - LivRe Diretório Luso-Brasileiro IBICT - Sumarios.org - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal - Microsoft Academic Search - Library of Congress/HLAS Online - Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB) - Georgetown University Library - SEER IBICT - Cibera: Iberoamérica/España/Portugal - Library Catalog - University of Texas at Austin - WordCat - Diadorim - Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras

CONTATOS

Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Corrêa, nº 1, Campus Universitário do Guamá

CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil

Tel: (+55-91) 3201 8515

e-mail: revistancnaea@ufpa.br

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>

Homepage do NAEA: www2.ufpa.br/naea

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 19, n. 2 – maio-agosto, 2016 – Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2016.

Quadrimestral

ISSN Print 1516-6481

ISSN Eletrônico 2179-7536

DOI: 10.5801/S21797536

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em junho de 1998. 1. Desenvolvimento – Periódicos. 2. Meio Ambiente – Periódicos. 3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.



Ministério
da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



SUMÁRIO

Editorial

Conferência

- 9 Sociedade, política e natureza. Conhecimento para qual sustentabilidade?
Enrique Leff
-

Artigos

- 21 Índios do “Vale Europeu”. Justiça ambiental e território no Sul do Brasil
Indians of the “European Valley”. Environmental justice and territory in Southern Brazil
Luciano Félix Florit, Lilian Blanck de Oliveira, Reinaldo Matias Fleuri, Rodrigo Wartha
-
- 43 Programas de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade
The impact of cash transfer programs in two protected areas in the Brazilian Amazon
Deborah de Magalhães Lima, Nelissa Peralta
-
- 69 A questão produtiva nas Reservas Extrativistas
Agricultural Production in Extractive Reserves
Gabriel da Silva Medina, Claudio Wilson Soares Barbosa
-
- 89 Direitos territoriais nas várzeas de Breves, Marajó: novos usos da floresta e distintas percepções sobre o ambiente
Considerations on territorial rights in the várzeas of Breves, Marajó: new uses of forest and different perceptions on the environment
Andrei Cornetta
-
- 115 Neoinstitucionalismo, regularização fundiária urbana e o Programa Terra Legal
Neo-institutionalism and urban land regularization: Terra Legal Program in Concordia do Pará
Gabriel Moraes de Outeiro, Durbens Martins Nascimento
-
- 139 Migração internacional na Amazônia brasileira no Censo Demográfico de 2010
International migration on the Brazilian Amazon in the Demographic Census 2010
Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira, Daniel Esteban Quiroga
-

- 159 Estratégias empresariais e esfera pública: a Zona Franca de Manaus como colonização sócio-política
Business strategies and public sphere: the Manaus Free Trade Zone as sociopolitical colonization
Cleiton Ferreira Maciel, Jeanne Mariel Brito de Moura
-
- 173 Trabalhadores na produção da essência de pau-rosa na Amazônia
Workers of the rosewood essence production in the Amazon
Renan Albuquerque Rodrigues, Deilson do Carmo Trindade, Mirian Souza Bitencourt
-
- 193 Ocorrência de Cuilaraneiras em Salinópolis, no Pará, Brasil
Occurrence of Buchenavia in the municipality of Salinópolis, state of Pará, Brazil
Gutemberg Armando Diniz Guerra, Rosildo Santos Paiva
-
- 207 Institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
Institution of the Amazon Cooperation Treaty Organization
Diego Carlos Batista Sousa, Marcos Alves Valente
-

EDITORIAL

Este número de Novos Cadernos NAEA, o segundo de 2016, reúne um conjunto interessante de artigos sobre problemáticas observadas a partir de pesquisas empíricas e reflexões voltadas ao entendimento de dimensões sócioambientais do desenvolvimento. A revista honra, mais uma vez, seu compromisso com a linha de interpretação sobre temas fundamentais na sociedade, economia e cultura contemporâneas.

Os cinco artigos iniciais, e a Conferência de Enrique Leff intitulada Sociedade, política e natureza. Conhecimento para qual sustentabilidade?, compõem um bloco de contribuições que a Revista considera como um Dossiê de Ecologia política do desenvolvimento. Esses trabalhos se debruçam sobre alguns dos principais desafios, e questões de nosso tempo e a conformação do pensamento sobre a construção da sociedade e da democracia ambiental. Na perspectiva crítica aos processos de dominação que perpassam o debate ambiental, o renomado intelectual mexicano, Enrique Leff, estabelece uma diferenciação nos processos de desenvolvimento e de sua interação com as questões ambientais. Na Conferência ministrada em Belém, ele considera o conhecimento a questão fundamental para falar à academia socioambiental do Brasil. Em diálogo com Derrida, remete à diferença entre os saberes performativos e os saberes constatativos, sobre a crença de alguns pesquisadores que tratam os chamados conhecimentos constatativos como fáticos, e os saberes que associam às ciências humanas, às ciências sociais, que fazem um conhecimento mais literário, mais de narrativas, mais imaginativo, menos constatativo. Enfim, discute as possibilidades de novas disciplinas e abordagens de desconstrução do pensamento colonial. Evoca a perspectiva da ecologia política para ressaltar as disputas conceituais paradigmáticas, as invenções de sustentabilidade, o imaginário social e as crenças no progresso da ciência, para olhar objetivamente certas disciplinas empíricas que podem aprofundar as dimensões não confessadas dos conflitos socioambientais e da modernidade.

O artigo *Índios do “Vale Europeu”*. *Justiça ambiental e território no Sul do Brasil* analisa o processo de territorialização do Estado de Santa Catarina, enfatizando nas operações de regionalização e nos processos de constituição de identidades étnicas, os quais, combinados, resultam num processo sui generis de construção de identidades regionais. Sustentam Luciano Florit, Lilian de Oliveira, Reinadl Fleuri e Rodrigo Wartha que os efeitos de processos e discursos coloniais persistem no presente levando à produção de inequidades ambientais e de exposição à desastres por parte da comunidade Xokleng Laklânô. O artigo seguinte, de Deborah Lima e Nelissa Peralta, resulta de pesquisa de campo na área da antropologia, a economia doméstica em duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, trazendo contribuições relevantes para os estudos relacionados à produção e ao trabalho de povos tradicionais. Numa perspectiva bastante próxima quanto à natureza dos objetos, e das questões em análise, o artigo *A questão produtiva nas Reservas Extrativistas*, de Gabriel Medina e Claudio Barbosa, procura entender, e descrever, os principais sistemas produtivos presentes na Reserva Verde para Sempre, e como tais práticas produtivas são integrados, via sistemas de saberes sobre a natureza e a biodiversidade, à formas de uso comum e coletivo. O artigo revela que esses sistemas estão sob ameaça em função de orientações de políticas públicas, de gestão e de formas de regulação por parte do Estado, ensejando diversos tipos de conflitos sócioambientais, ampliados ainda pelo avanço da fronteira econômica sobre as Unidades de Conservação.

O quarto artigo deste Dossiê trata de direitos territoriais face a esse amplo campo de conflitos provocados pela tensão dada ao avanço da fronteira por agentes econômicos sobre terras efetivamente ocupados por grupos sociais e étnicos. O texto de Andrei Cornetta que analisa esses direitos territoriais nas várzeas de Breves, Marajó procura destacar os novos usos e significados atribuídos às florestas de várzea. Discute distintas percepções e atuações de três grupos sobre o mesmo ambiente e as disputas em jogo que surgem das relações entre comunidades camponesas ribeirinhas, o Estado e suas políticas territoriais e uma empresa privada de negócios ambientais que desenvolve atividade vinculada ao mercado internacional de compensação de gases efeito estufa, especificamente os denominados REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Com estes cinco artigos, *Novos Cadernos NAEA* libera ao público a leitura desse dossiê de pesquisas que traz questões novas ao debate e sinaliza metodologias na área da sociologia e da antropologia econômica.

Embora em outra respectiva teórica de análise, o artigo que segue *Neoinstitucionalismo e regularização fundiária urbana*, de Gabriel Outeiro, David Góes e Durbens Nascimento, se curva sobre a problemática fundiária, porém em espaços urbanos. Discute assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades, a posse e a política urbana, tendo como eixo da pesquisa o Programa Terra Legal e a produção de espaços democráticos de deliberação sobre o uso do solo. Com o objetivo de identificar novos padrões migratórios na Amazônia brasileira, Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira e Daniel Esteban Quiroga examinam a base de dados do Censo Demográfico de 2010 sobre as mudanças na origem e nos fluxos da migração internacional, trazendo relevantes contribuições ao debate sobre o perfil da mobilidade na Amazônia.

Dois artigos exploram mais diretamente as relações de trabalho, como tema central, e as estratégias empresariais. O primeiro, de Cleiton Maciel e Jeanne de Moura, discute as estratégias empresariais como forma política de colonizar a esfera pública, examinando a relação capital-trabalho no ambiente produtivo da Zona Franca de Manaus, numa perspectiva da teoria crítica. O outro, Renan Rodrigues, Deilson Trindade, Mirian Bitencourt intitulado *Trabalhadores na produção da essência de pau-rosa na Amazônia* tem como objetivo analisar o processo produtivo da essência de pau-rosa na Amazônia, com base nas narrativas dos trabalhadores. Pode-se observar as atividades e as particularidades do trabalho nas usinas que ali se instalaram para extração, transporte e destilação da essência (árvore) de pau-rosa, bem como a transformação da matéria-prima em óleo linalol e seus usos industriais.

Na seqüência, fechando a revista, mais dois artigos. O de Gutemberg Guerra traz uma reflexão sobre a produção do imaginário social referido a espécies de plantas, e analisa as mudanças verificadas nas narrativas e no território, a propósito de certas plantas que se tornam ícones de lugares, e de paisagens, como é o caso examinado das cuiaraneiras (*Buchenavia garndis*). O outro, de Diego Sousa e Marcos Valente, analisa o processo de institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), a partir dos documentos oficiais da própria instituição.

Gostaríamos de registrar o apoio inestimável recebido por *Novos Cadernos NAEA* da Direção do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. E, igualmente, agradecer a atenção recebida de nossos pareceristas na avaliação dos artigos, reconhecendo que fazem parte deste momento crucial para manter a qualidade da revista.

Edna Ramos de Castro
Editora Científica



Sociedade, política e natureza. Conhecimento para qual sustentabilidade?¹

Enrique Leff

Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Sorbonne, França. Professor Titular de Ecologia Política e Políticas Ambientais da Universidade Nacional Autônoma do México. Coordenador de 1986 a 2008 da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e o Caribe, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Para mim é um momento muito especial estar aqui em Belém porque tenho uma espécie de saudade, não somente do já vivido, mas também do imaginado – o desejo de estar nesse lugar. É grande expectativa e alegria de encontrar velhos e queridíssimos amigos e amigas, amizadas que foram construídas por estarmos envolvidos há muito tempo no debate sobre a questão ambiental. Essa convocatória é também especial por ser um convite honroso justamente vindo do Brasil. Como falou José Augusto Pádua, o Brasil é um lugar, no sentido de território, e cultura, com o qual talvez eu tenha um diálogo mais profundo. Isso não é porque aqui sou mais lido, mas porque aqui encontro uma sensibilidade muito especial pela questão ambiental. Não somente uma sensibilidade superficial para as questões de conservação da natureza, mas uma reflexão maior sobre as motivações que nos levam a querer pensar profundamente a direcionar nossas ações no mundo, e ir ao encontro do que falamos agora sobre sustentabilidade. Não só sustentabilidade ecológica, ambiental, mas sustentabilidade da vida.

¹ Conferência inédita de abertura do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), em Belém, Pará, 2012.

E por isso começo agradecendo sinceramente o convite para estar nesse “claustro”, que não é nada claustrofóbico, mas um claustro aberto ao pensamento. Pensei muito sobre qual a temática que poderia trazer aqui para falar com vocês. Qual é a nova provocação? Qual a questão fundamental para falar à academia socioambiental do Brasil, a que considero mais apropriada neste mundo para essas conversações críticas? É falar da questão do conhecimento, porque a matéria que nos traz aqui não é somente a sensibilidade em geral sobre o ambiente. Mas é a tarefa fundamental e compromisso como professor, pesquisador ou aluno, de produzir uma reflexão seminal sobre o conhecimento. O conhecimento sobre o ambiente. Quando estamos entendendo o conhecimento com uma perspectiva de sustentabilidade, temos que nos perguntar: qual conhecimento? E a pergunta não vai se encerra na mera preocupação interdisciplinar, e sim uma consciência de que nenhum paradigma sozinho consegue compreender toda a complexidade ambiental. Precisamos falar, abrir diálogos entre disciplinas para termos uma compreensão mais completa e, portanto, mais responsável.

Mas já proferi a palavra que poderá ser o eixo de minha fala esta noite com vocês. A palavra é responsabilidade. Sabemos que os poucos pensadores que temos no mundo de hoje, e que estão pensando profundamente, já falaram que o século XXI, o qual estamos apenas começando, deve ser o século da responsabilidade. Ou não será. Isso quer dizer que as crises geraram uma reflexão profunda que nos leva a interrogar qual é a condição deste mundo que habitamos. Por que este mundo, após todo o iluminismo da razão, está em uma crise de razão? Nós falamos de crise ambiental. Qual é essa condição que foi mal feita neste mundo, e que o iluminismo não conseguiu enxergar? Parece que nos esquecemos e não conseguimos enxergar, apesar de tanto conhecimento; e falamos que atualmente estamos na sociedade do conhecimento. Temos ignorado as condições fundamentais da vida neste mundo, e com isso quero dizer que nos esquecemos da natureza e também das ciências sociais. Pontualmente, esquecimento, não conhecimento e não responsabilidade com as condições fundamentais da vida neste planeta. Assim, ignoramos e esquecemos as condições ecológicas pelas quais foi possível a vida neste planeta, e as condições de se ser um estranho - o ser humano - que habita neste planeta e que o transformou em um planeta quase inabitável. Eu não quero falar de qualquer responsabilidade. Quero me interessa falar da responsabilidade que nós, pesquisadores, acadêmicos, pensadores, intelectuais, estudiosos temos sobre essa questão atualmente no mundo. É uma responsabilidade que me leva à crítica do conhecimento. E isto é uma questão que vai além da preocupação de identificar as causas e os canais de

interdisciplinaridade. Estou levantando a “questão” do conhecimento que não conhece; que não sabe dessas condições fundamentais da vida.

Eu estava relendo um livro que li há vários anos, de um pensador que expôs as causas da desconstrução da pós-modernidade, e alguns de vocês já sabem que estou falando do grande Jacques Derrida. Estou me referindo a falou numa palestra similar a esta, uma conferência especial que fez em 1998 na Universidade de Stanford, na Califórnia (EUA). Nessa conferência Derrida chamou a atenção sobre uma “universidade sem condição” (*l’université sans condition*), sem condicionamentos. E ele falou a um público universitário, como faço hoje também me dirigindo a um público universitário, sobre a questão de abrir a cabeça para não ficar condicionado aos constrangimentos da razão, dos conhecimentos, e se permitir abrir para o que chamamos de “possível” neste mundo. E quando nós falamos de sustentabilidade, falamos desse possível – o possível para a sustentabilidade.

Então, qual é a relação importante no que diz respeito ao conhecimento para abrir os caminhos à sustentabilidade? Derrida aborda a questão a partir do debate do seu conceito fundamental da “diferença”. Ele fala da diferença entre os saberes performativos e os saberes constataivos, sobre a crença de alguns pesquisadores que tratam os chamados conhecimentos constataivos como fáticos, e os saberes que associam às ciências humanas, às ciências sociais, que fazem um conhecimento mais literário, mais de narrativas, mais imaginativo, menos constativo. Seja ou não verdade, todas as ciências, mesmo as ciências sociais, apropriaram-se do modelo de cientificidade das ciências naturais; e então estamos falando de um conhecimento performativo, quero dizer que é mais que um conhecimento – é uma atitude discursiva e imaginativa que precisa da imaginação para conseguir o que se afirma discursivamente.

Comecei explicando esse tema porque estava com essa mesma preocupação: como abrir, deslacrar os conhecimentos que estão nestas universidades, nestas academias, nestas ciências? Estes pensamentos que, deixe-me dizer assim, vão colonizando o mundo. E hoje, o que está tão em voga na América Latina é o pensamento descolonizador. Então vamos descolonizar o eurocentrismo que veio nos conquistar, colonizar os nossos modos de pensar, nossos modos de agir, nossos modos de produzir, nossas relações com a natureza. É preciso não só pensar a colonização que foi trazida pelos portugueses, pelos espanhóis, pelos franceses ou ingleses, atualmente por toda a globalização, mas pensar mais atrás na história. Quando falamos de desconstrução dos paradigmas, como foi possível construir um mundo com o nosso modo de produção que é insustentável? Não o modo de produção capitalista que é insustentável, mas o mundo do pensamento

com raízes insustentáveis. Esta afirmação é muito mais forte, quer dizer, a culpa da insustentabilidade é sempre a culpa do capitalismo, porque vamos fazer uma revolução socialista, vamos sair desse modo capitalista, vamos nos emancipar do sistema colonial, vamos nos emancipar do capital, vamos inventar outros modos de produção.

Quando observamos uma visão desconstrutiva mais para trás na história, descobrimos que também todos esses eurocentrismos, todos esses modos de produção, todos esses capitalismos, toda essa racionalidade econômica não surgiram sozinhos, nasceram de uma raiz, de uma fonte de construção, de um momento que talvez tenha sido um acontecimento marcante na história da humanidade, mas que até hoje produz consequências.

Refiro-me a uma questão seminal que é a “violência do pensamento”, pode-se dizer, desse pensamento ocidental que está enraizado, sobretudo, no pensamento grego, que foi o princípio do pensamento metafísico e de toda a história do conhecimento até agora; e suas consequências fazem parte da história do pensamento metafísico. Martin Heidegger, um dos grandes filósofos do século passado, faz uma profunda reflexão sobre a Metafísica, na sua obra “Ser e Tempo”. Nessa obra ele confronta toda a história, não só do estudo da filosofia, mas da ciência produzida pela metafísica, pelo pensamento cartesiano, e pelo método cartesiano e, portanto, os princípios de produção do conhecimento objetivo das ciências. E ele apontou um erro histórico, fundacional, que é a dissociação, a disjuntiva que existe entre o ser no mundo – o pensar o mundo como ser, o ser do mundo – e o pensar o mundo como ente. E este pensamento do mundo, como um mundo que se pensa já com a presença dos entes, faz retornar todo o pensamento filosófico e científico para estudar os núcleos mais invisíveis que estruturam a matéria do mundo, o átomo, o gene, e o indivíduo na sociedade moderna. Tudo isso refaz uma maneira de olhar o mundo, e essa visão de mundo certamente é uma forma de construir o próprio mundo.

Heidegger tratou a metafísica – que é o plasma sobre o qual se constrói as ideias, as ciências – como produtora de uma certa violência sobre o mundo, uma metafísica da presença, uma metafísica que leva a olhar somente o que se faz presente. É posto, também, que Heidegger dizia que a ciência não pensa – no sentido filosófico -, na questão das causas metafísicas, das causas do pensamento; não pensa o futuro, mas o que está feito, os feitos, os fatos da realidade. É uma tentativa de reconstruir o mundo com uma ambição de objetividade, da prova, do que é erro.

Todos esses métodos que vêm da falsificação, da falseação weberiana, de uma verificação, que para os historiadores é onde toda a historiografia da ciência

vai pousar a ideia de revolução científica, de construção de paradigmas mais abrangentes sobre a realidade, para que consigam compreender de forma muito mais ampla processos materiais e simbólicos, como fez Freud com a ideia – ou mesmo Lévi-Strauss – já que seus objetos de conhecimento não são de caráter material, bem como energético, mas são processos simbólicos do ser humano.

Entretanto, tudo convergiu para a situação atual do conhecimento – o grande momento na história do conhecimento das epistemes do mundo, como foi analisado por Michel Foucault, chegando ao momento da constituição formal das teorias dos sistemas, do estruturalismo, que talvez já estivesse mais aberto à ideia de sistemas, mas sempre com a ideia de totalidade sistêmica, de conseguir tocar, de apreender o mundo através da multiplicidade de determinações. Vocês sabem que o pai desta corrente totalitária do pensamento científico metodológico foi Karl Marx, quando afirmou que “o concreto é concreto porque é a síntese das múltiplas determinações”.

Então, como analisar as transições nesse momento fundacional? Considerando o momento anterior, de dissociação entre o ser e o ente, como o momento da emergência do humano, do simbólico na evolução do planeta vivo. Até mesmo o estruturalismo – ou o próprio Lévi-Strauss – dizia que não era questão da ciência pensar esse momento mais “natural”; de que a natureza foi aparentemente perdida somente porque emergiu o simbólico, a cultura, o ser humano. Mas, após esta dissociação entre cultura e natureza, para nós não tem sido possível reconectá-las no mundo. A partir dessa bifurcação, surgiu, então, a ideia de conhecimento que abordou o sentido da vida, e daí se construiu a história do conhecimento, do pensamento, o que certamente levou a formular os princípios da teoria de Descartes, da objetividade e subjetividade. A divisão entre a razão e a paixão. E nós ambientalistas, o que estamos pensando? Estamos pensando na necessidade de romper com a separação entre sociedade e natureza, sobretudo nesse momento fundacional desta interdisciplinaridade. Isto que estamos querendo agora transpor num nível holístico – de se re-encausar, rever o que foi dividido por meio do conhecimento.

Bem, vocês vão dizer, basta de tanta filosofia. Mas como nós incorporamos isso nos nossos paradigmas? E esses paradigmas, vocês bem sabem, são aqueles que desconhecem a natureza. Para a economia, a natureza é uma externalidade – e quando procura internalizar essa externalidade o faz recodificando a natureza, não só no âmbito ecológico, como uma possível economia ecológica, mas em planos estritamente econômicos, assinalando preços de mercado, direitos de propriedade privada, intelectual, etc. Então, estamos observando esses processos, e tudo vai se tornando mais complexo. Atualmente estamos vivenciando a presença

e a ausência dessa metafísica, onde o simbólico é ainda mais complexificado, mais pervertido, num momento em que as ciências tentam construir verdadeiras estratégias de poder no próprio saber. Nas apropriações do mundo por cada uma dessas disciplinas, por esses grandes paradigmas, encontramos muita resistência para incorporar verdadeiramente a incerteza, os não saberes, os saberes dos outros à imaginação sociológica e antropológica, aos imaginários das pessoas, das culturas. Contudo, nesse tipo de interdisciplinaridade nós ainda continuamos dentro de um mundo determinado metafisicamente.

Nós sabemos que o ambiente, com todo esse interesse pela sustentabilidade, já faz parte de alguns desses cenários, desses paradigmas nos quais buscamos conhecer objetivamente uma série de questões. Tentamos criar o risco, mesmo sabendo que há riscos por todas as incertezas, mas ainda procuramos intervir de maneira racional sobre o mundo. Porém, fica muito difícil assumir esses erros históricos do conhecimento, além da falta de conhecimento, de razão e de sensibilidade dos seres humanos, por termos construído uma modernidade insustentável. Como sair dessa situação? Basta estes exercícios desconstrutivos para então rever as teorias e saber como foram erguidos os núcleos da racionalidade que passaram do âmbito da ciência para se transformar em instituições, porque o problema do mundo não é somente o que temos que institucionalizar dentro da academia, mas também a racionalidade econômica que já foi racionalizada no mundo, como um modo de ser do mundo e um modo de ser neste mundo. E a grande pergunta diante da sustentabilidade é: será que a economia conseguirá gerar toda a complexidade, todos esses outros ordenamentos ontológicos à ecologia? Não só os ordenamentos biológicos da vida, mas da própria existência humana. Estamos em um caminho certo de sustentabilidade? E ainda arriscaria... Essa é uma grande afirmação, mas creio que todas as academias científicas, não as brasileiras, mas do mundo, estão envolvidas nesses paradigmas de conhecimentos objetivos. Não só a economia, mas a sociologia, todas as tecnologias, tudo está voltado para olhar com convicção e certa clareza, qual é a condição do mundo, da transgênese, da inovação da tecnologia sobre a própria vida.

Podemos criar novas disciplinas. A ecologia política possibilita abordar os conflitos distributivos, as disputas conceituais paradigmáticas, as invenções de sustentabilidade, para construir objetivamente uma sociologia empírica que se manifesta nos conflitos socioambientais. Como tanto defende a sociologia anglo-saxônica atualmente, vamos ver qual o fim desta perspectiva construtivista, de forma a verificar como questões intrinsecamente de risco são convertidas em casos a serem analisados sociologicamente. Veja, a sociologia ambiental que supostamente estaria preocupada por ressignificar natureza e sociedade, fica

com todas essas resistências e busca reafirmar o sentido do saber sociológico ao analisar os seus interesses, os imaginários, os processos políticos, mesmo aqueles que fazem em um dado momento, uma situação de crise ecológica, e possa se converter numa questão que mobiliza a sociedade para um propósito de sustentabilidade, de controle de elementos tóxicos, etc.

Importantes nomes da sociologia atual – e eu falo de Anthony Giddens e Ulrich Beck – atuam ainda dentro de uma discursividade da incerteza, mas, similar às causas epistemológicas do risco, sem buscar compreender quais seriam as saídas encontradas pela humanidade frente a esses riscos. Afirmar uma crença na clarividência recuperada do sujeito, da individualização, como faz Ulrich Beck, é certamente uma irresponsabilidade científica e intelectual. Qual é a capacidade do indivíduo de agir neste mundo condicionado pela tecnoeconomia para mudar o mundo? Todos os indivíduos, todos nós, somos forçados a agir diante das grandes incertezas provocadas por este mundo colonizado, pela sua dependência econômica e tecnológica. Somos forçados a tomar decisões, a avaliar a nossa capacidade de reflexão, mas isso não significa que estamos abrindo nossas cabeças, usando a nossa racionalidade não colonizada para entender quais as diretrizes para a construção da sustentabilidade. É fácil dizer “outros mundos são possíveis”. É lindo estarmos avançando também aqui no Brasil, como foi concebido nos Fóruns Sociais Mundiais, em Porto Alegre, por exemplo.

Estou convencido que outros mundos são possíveis, mas, para isso, precisamos fortemente desconstruir o sentido mais teórico dos paradigmas que têm colonizado a vida no planeta. Estamos também numa investigação estratégica e política para desconstruir e analisar a transição que não será uma tomada de poder de um líder para outro ou de um grupo social sobre os conhecimentos já estabelecidos no mundo. Trata-se de repensar o mundo, de estar aberto para repensar e construir de outra maneira – e aí que é muito interessante o que está ocorrendo no mundo, fora dos domínios das universidades. É a reivindicação dos saberes diversos, que não carecem de cientificidade para retomar a sua legitimação; dos saberes do viver bem, por exemplo, do pensamento dos povos Aymarás e Quéchuas, hoje muito populares; dos direitos culturais dos povos tradicionais, que estão emergindo para recuperar e reinventar suas identidades. E, como afirmam muitos desses protagonistas, notadamente no Equador, mas também em outras regiões, tantos povos falam nessas lutas, que são culturais, políticas e epistemológicas.

Só será possível reconstruir este mundo fazendo valer, legitimando e revalorizando os saberes tradicionais. É extremamente complexa a reinvenção dessas identidades, que se tornam visíveis nos conflitos socioambientais ocorrentes

em todo o mundo. Quando falo em reinvenção de identidades, estou pensando claramente, por exemplo, na reinvenção da identidade dos seringueiros, daqueles que não eram nativos de uma localidade; talvez pelas lutas sindicais e históricas, foram se identificando com a natureza de onde retiravam os recursos para viver, de acordo com as potencialidades e os condicionamentos dessa natureza.

E nós devemos, sim, tentar resgatar a riqueza contida nesses saberes dos povos tradicionais, e podemos pensar que ainda não foram colonizados ou mantêm uma resistência em serem colonizados, na esperança de encontrar uma forma de resgatar os imaginários sociais da sustentabilidade – sendo uma questão ainda muito especulativa, pois até mesmo a antropologia não deu muita atenção para o resgate desses imaginários. Eu gosto muito da história ambiental, que é um dos espaços mais maravilhosos que têm sido criados nesta rede de pesquisa. Talvez também estejam muito preocupados em retomar a questão do envolvimento entre sociedade e natureza, e como ocorre essa dissociação para gerar muita destruição ecológica e escravidão, muitas questões são postas pelo esquecimento dessa relação, desta história, o que Nietzsche chamaria de uma “vontade de poder”, que esqueceu o outro, os outros, as pessoas e a natureza.

Mas, pouco foi feito na antropologia para resgatar o que está nos imaginários sociais da sustentabilidade. Quando digo resgatar, estou afirmando que é uma pergunta que deva ser feita, para saber se ela está aí. E também me faço essa pergunta, se eu acredito que a sustentabilidade não pode ser o resultado disso que os sociólogos da modernidade – os “Guiddens” e os “Becks” – falam de modernidade reflexiva. Ou seja, o que a modernidade mantém para se retroalimentar de racionalidades modernas, para sair da captura da racionalidade na modernidade. Isso que Marx Weber definiu como a “aura da racionalidade.” E quando ele falava disso, referia-se à modernidade construída sobre este modelo de racionalidade. Toda a modernidade se converteu em um processo de racionalização, mesmo em termos freudianos – uma racionalidade que tem invadido a sociedade humana no mundo.

Então, a pergunta especulativa consiste em saber se o ser humano nasceu de uma condição de vida decorrente deste planeta. Temos que nos perguntar se em determinado momento, na constituição da sua cultura, ele assimilou profundamente as condições para viver neste planeta, para uma vida sustentável. Nós bem sabemos que a reprodução da vida humana pressupõe que o incesto pode ser universal. É possível verificar, por meio de estudos antropológicos, ecológicos e culturais, o tabu do incesto como uma “lei universal”. Trata-se de que não foi produzido por Sófocles, nem por Freud, mas um saber inerente ao ser humano. Isso não significa que vai ser gerada uma consciência que não pode

ser alterada e nem provocada, mas é um conhecimento ou um saber próprio da condição humana.

E a ideia consiste em saber se a entropia, como uma lei de natureza mais geral, que atua sobre os processos naturais do mundo, foi introjetada de alguma maneira por essas culturas. Se quando os Aimarás e os Quéchuas falavam de viver bem, com a ideia de harmonização com o cosmos, com os processos ecossistêmicos, com a natureza, com os membros da sua comunidade e de outras comunidades, se já existia uma noção da condição entrópica da vida. E, além disso, eles têm uma noção, do que podemos dizer, cientificamente, com base em Erwin Schrödinger, de que imersos nesse pensamento já científico sobre o comportamento do cosmos, do mundo, da vida, é possível falar de um princípio de megaentropia. Porque, deixe-me avançar, eu vejo o horizonte da sustentabilidade somente como um equilíbrio entre processos de degradação entrópica, que são gerados pelo crescimento econômico e tecnológico, e talvez, fora isso, como bem descreveu Georgescu-Roegen, sinteticamente, mas com grande clarividência, ao tratar da relação entre o processo econômico e a lei da entropia. O modo econômico está no mundo como forma de ser neste mundo, um processo que magnifica, que exacerba os processos entrópicos que se dão no universo e na terra, mas com uma grande diferença: não são processos naturais; são processos gerados pela economia, que se alimenta cada vez mais e de forma crescente da natureza, e que transforma a entropia, segundo a ciência.

Mas o que todos esqueceram, mesmo Georgescu-Roegen e todas as ciências até agora, eu diria, é que a vida existe porque existe um processo megaentrópico, que captura as energias solares para a transformação em energia verde, em matéria vegetal. Sem esse princípio não teríamos vida neste planeta. Ninguém pensou, exceto Schrödinger, que falou desses processos de fotossíntese como megaentropia. Nenhum dos cientistas contemporâneos mencionaram isso, nem mesmo os sociólogos ou os economistas, pois é um tabu pensar nesses termos; em construir uma sociedade megaentrópica e essa sociedade teria de ser construída sobre os princípios da vida, mas acabou se tornando uma racionalidade contranatural.

Então, volto à minha primeira questão, porque gostaria de receber realmente comentários críticos, e exatamente por isso que estou formulando aqui essas ideias. E não quero fazer disto um monólogo, pois vai contra a minha intenção de um diálogo de saberes. Pergunto, então: como poderemos converter esses processos políticos inovadores com vistas à descolonização do saber, para se pensar esses outros saberes? Como observá-los objetivamente para se produzir uma ciência de qualidade, uma ciência que a Capes e o CNPQ valorizarão para

distribuir bolsas e para manter-nos como entes acadêmicos? Por que temos que ser homo economicus e entes acadêmicos? Nossa preocupação não é somente manter-nos como acadêmicos, mas como estamos incertos na problemática da sustentabilidade, temos a responsabilidade sobre o conhecimento no qual estamos construindo as nossas teorias, nossas metodologias, com as quais estamos pronunciando enunciados para as gerações futuras, estamos influenciando a cabeça dos jovens, as novas gerações. Até bem pouco tempo atrás a preocupação do cientista era produzir em seus alunos uma espécie de “alter ego”, que os faziam continuar produzindo dentro do seu (nosso) paradigma, da sua metodologia. Talvez o aluno melhore alguma coisa na pesquisa do grupo, talvez seja possível até fazer uma revolução científica e ganhar um Prêmio Nobel. Talvez. Mas vai ficar sempre no âmbito de uma tradição científica, de uma corrente de pensamento teórico, contra a natureza das coisas e o planeta.

Como produzir uma boa ciência? Qual é a ética que faz com que uma pessoa se converta em um bom pesquisador? Eu provooco aqui a discussão de que só isso não vai conduzir à sustentabilidade; que não há uma reflexividade desse conhecimento, desse pensamento da presença, da objetividade das coisas. O mundo está muito colonizado, por isso, não basta apenas criticar a ausência dos fundamentos da sustentabilidade da economia. Sou consciente de que muitos de vocês estão envolvidos em processos com comunidades, e que também há uma ética de como fazer pesquisa participativa com essas comunidades, em respeitar as suas culturas, resgatar os seus saberes, fazer valer os seus direitos. A questão é: o quanto isto é suficiente? Talvez haja um certo fechamento da academia para esses processos, por mais que possamos entendê-la como lugar de fomento da interdisciplinaridade, da pesquisa participativa com ética, com respeito. Mas temos que ter uma responsabilidade para além disso, uma vigilância epistemológica.

Nós nos formamos nas ciências sem termos uma cadeira sobre a história epistemológica da ciência que produzimos. Poucos pesquisadores entram nessa dimensão, de saber de onde surgiu a economia, a sociologia que estamos fazendo, a origem da antropologia, como veio se constituindo o pensamento antropológico, sociológico e mesmo o matemático. Mas não somente este saber sobre as origens, o plasma sobre o qual nós construímos os nossos conhecimentos. Podemos assumir essa tentativa como uma desconstrução que vai além de saber como foram construídos os núcleos da racionalidade.

Como então podemos reconstruir um novo conhecimento? Como podemos construir aquilo que venho falando há algum tempo, uma nova racionalidade? Uma racionalidade ambiental? A mesma racionalidade ambiental,

uma racionalidade reflexiva para reformular, moldar e reconstituir um pouco desta racionalidade que tem sido objeto da crítica a modernidade. A abertura para um paradigma da racionalidade ambiental. Uma convocatória para pensá-la – ou ainda repensá-la, voltar o pensamento, como dizia Heidegger sobre o já pensado, “para pensar o que está além do que pode já estar sendo pensado”. Assumir um direito, uma responsabilidade com o conhecimento humano para abrir novos paradigmas, novas observações, novas formas de construção do mundo, a partir desse pensamento, desse conhecimento. E aí que a categoria de diálogos de saberes abre uma proposta política do ser no mundo. Não é um simples diálogo de saberes; é uma proposta de interdisciplinaridade que vai além, estende-se para a transdisciplinaridade, ou seja, para poder dialogar com outros saberes não científicos, não paradigmáticos, não objetivistas, não constatativos.

É um pensar a história por um encontro de diferentes formas de viver neste mundo, e romper com a ideia de um ser genérico para a morte, que foi pensada por Heidegger. Não pensar somente na unidade, a condição igualitária para todos os humanos, porque todos nós sabemos que vamos morrer algum dia, mas também pensar o ser existencial, o sentido de um ser constituído por diversos saberes. Os seres que atuam e interagem no mundo são constituídos de saberes, valores e culturas diferenciadas. Nesses saberes estão constituídos os seus imaginários, suas práxis sociais e a sua relação com a natureza. E isto constitui uma política da diferença, que vai além do pensamento pós-moderno, que normalmente se detém ao pensamento filosófico abstrato e se apropria do pensamento crítico para convertê-lo na política da diversidade, da diferença. Mas não somente a ontologia da diferença, mas uma política da alteridade, que ultrapassa este pensamento, o que encontramos em Emmanuel Levinas, na ideia de epifania do rosto, de uma ética que vai antes e além da ontologia – na crítica do próprio Levinas a Heidegger.

Não se trata somente de voltar o olhar sobre o ser do mundo, o ser das coisas, mas de ir em direção a uma ética fundamental, do olhar, do face a face entre os seres humanos, axioma que fundamenta a questão ética trazida da tradição hebraica, mas, neste caso, estamos esquecendo um pouco da relação com a natureza, em que estão os olhares entre os povos, que se relacionam de formas diversas. E, entre os quais estão introjetadas as identidades culturais as condições ecológicas e naturais da existência humana.

Vivemos em um mundo globalizado, “homogeneizado por uma cultura hegemônica”, uma globalização tecnoeconômica, que domina o mundo e configura os modos de vida. A única forma de superar dominação não é somente pelo pensamento filosófico, mas incorporando esse pensamento à política. E,

com base nesse princípio, formular políticas e instituir direitos que permitam um diálogo entre seres x saberes, não somente um diálogo acadêmico ou entre disciplinas, mas um encontro muitas vezes conflitante entre distintas visões de mundo, em diferentes culturas. E deste encontro deve surgir uma fertilidade do pensamento social, para repensar a própria condição humana em situações diferenciadas e territórios distintos. E a partir desse diálogo construir um cenário de tolerância, de abertura, de aprendizagem e, de diferentes épocas. Teria que dizer que essa diferença de idade não pode ser reabsorvida em uma mesma época, por uma unidade. Quer dizer, reconhecer este mundo de diferenças, de outras idades absolutas, e reconciliá-las em uma unidade. E isso implica uma reconvenção do mundo que está construído sobre a ideia do uno, do universal, do geral, do eterno, da ideia de unificação do mundo.

E, verdadeiramente, nós falamos muito no chamado âmbito socioambiental, da diversidade de direitos, passando por uma política desta natureza. Sei que estou falando de coisas que eu não tenho a receita. Não tenho. Mas essas ideias podem ser confrontadas com muitas outras, de pensadores, de concepções que buscam a sustentabilidade da vida para prolongar a existência da sociedade. Nós procuramos um reencontro com a vida, com a natureza. Ao concluir, reafirmo a grande responsabilidade que nós acadêmicos temos com o conhecimento, e ele deve nos provocar para a ampliação dos diálogos de pensamentos e a construção de uma nova sociabilidade. Muito obrigado.



Índios do “Vale Europeu”. Justiça ambiental e território no Sul do Brasil

Indians of the “European Valley”. Environmental justice and territory in Southern Brazil

Luciano Félix Florit - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade Regional de Blumenau. Atuando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: lucianoflorit@gmail.com

Lilian Blanck de Oliveira - Doutora em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST/RS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: lilianbo@uol.com.br

Reinaldo Matias Fleuri - Doutor em Educação (UNICAMP). Atua como Professor Visitante Nacional Sênior junto ao Instituto Federal Catarinense, com apoio da CAPES. E-mail: fleuri@pq.cnpq.br

Rodrigo Wartha - Pós-Graduado em Educação, Diversidade e Cultura Indígena (EST). Mestrando em História UNISINOS. E-mail: warthageo@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo analisamos o processo de territorialização do estado de Santa Catarina, enfatizando nas operações de regionalização e nos processos de constituição de identidades étnicas, os quais, combinados, resultam num processo *sui generis* de construção de identidades regionais. Este processo produziu efeitos habitualmente não reconhecidos pelos discursos oficiais, como segregação territorial e invisibilidade de comunidades indígenas. Sustenta-se que estes efeitos ainda persistem no presente sendo também causa de inequidades ambientais e de exposição desproporcional a desastres por parte da comunidade XoklengLaklãnô. A análise é apoiada num relato histórico do processo de colonização e numa análise sociológica do processo de reificação regional pela qual o território analisado passa a ser visto como um “Vale Europeu”. Conclui-se que uma concepção decente de sustentabilidade para a região passa por um reconhecimento deste problema de injustiça ambiental que requer de uma atitude decolonizadora apoiada no reconhecimento intercultural.

Palavras-chave

Justiça Ambiental. Territorialização. Vale Europeu. XoklengLaklãnô. Decolonização.

Abstract

The article analyses the process of territorialization of the State of Santa Catarina, emphasizing the acts of regionalization and the development of ethnic identities which, combined, result in a *sui generis* process of construction of regional identities. This process produced effects usually not recognized by official discourses, as territorial segregation and invisibility of indigenous communities. It is argued that these effects still persist exposing the XoklengLaklãnô community to environmental inequalities and disproportionate exposure to disasters. The analysis is supported by a historical account of the colonization process and a sociological analysis of the regional reification by which the analyzed territory is seen as a “European Valley”. It is concluded that a decent conception of sustainability for the region should recognize this problem of environmental inequity which, in turn, requires an attitude of decolonization supported by intercultural recognition.

Keywords

Environmental Justice. Territorialization. European Valley. XoklengLaklãnô. Decolonization.

INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, é geralmente referido como detentor de um dos melhores indicadores de desenvolvimento humano e equidade regional do Brasil. Esta virtude é recorrentemente associada ao modo peculiar de ocupação do território em função dos processos de colonização desenvolvidos por imigrantes europeus a partir do século XIX. Entretanto, esses processos produziram outros efeitos habitualmente não reconhecidos pelos discursos oficiais, como a segregação territorial e a invisibilidade de grupos subalternizados ou excluídos. Estes efeitos ainda persistem no presente sendo também causa de inequidades ambientais e de exposição desproporcional a desastres por parte de comunidades indígenas, enquanto a região é reconhecida como “Vale Europeu” em virtude da colonização.

Neste artigo realizamos uma análise do processo de territorialização de Santa Catarina, dando ênfase às operações de regionalização e aos processos de constituição de identidades étnicas, os quais, combinados, resultam num processo *sui generis* de construção de identidades regionais. Esta análise é substantivamente apoiada num relato histórico do processo de colonização a partir do qual é evidenciado como as comunidades indígenas são colocadas em posição de vulnerabilidade ambiental e de exposição a desastres por conta do próprio processo de enfrentamento das enchentes que historicamente assolam a região.

Do ponto de vista teórico, a análise é realizada combinando uma perspectiva sociológica de cunho estrutural construtivista com a perspectiva da justiça ambiental. Esta análise se aplica a um relato da construção histórica do território e à política de regionalização turística realizada pelo estado de Santa Catarina. Como corolário, lança-se mão da perspectiva decolonial.

Três hipóteses de trabalho orientam este artigo: 1) Que o processo de construção de identidades étnicas é atualizado e reforçado por meio da regionalização turística conhecida como “Vale Europeu”; 2) Que os efeitos perversos desse fenômeno ainda prejudicam as populações inferiorizadas pelo discurso étnico, colocando-as em situação de alta vulnerabilidade ambiental; 3) Que uma concepção decente de sustentabilidade para a região passa por um reconhecimento deste problema de injustiça ambiental o qual, por sua vez, requer uma atitude decolonizadora apoiada no reconhecimento intercultural.

A relevância da reflexão radica em tornar evidente como as relações de colonialidade se mantêm e reproduzem hodiernamente por meio do discurso turístico oficial. Estas iniquidades observam uma dimensão territorial de injustiça

ambiental e, ao mesmo tempo, reforçam os discursos que solidificam as práticas que negam as identidades não europeias na região.

1 REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA COLONIZAÇÃO E O TERRITÓRIO EM SANTA CATARINA

A ocupação do Brasil desde o ano de 1.500 até o século XVIII, implicou em pouca exploração da província de Santa Catarina. Sem possuir pedras preciosas ou outros grandes atrativos para a Coroa Portuguesa, a província permaneceu com boa parte de seu território coberto pela mata nativa e habitado pelos povos indígenas. Em linhas gerais, havia se formado duas regiões de povoações no estado de Santa Catarina. A primeira, situada no litoral, especialmente em Laguna, São Francisco do Sul e Desterro (atual Florianópolis), cidades importantes para o abastecimento das embarcações dos portugueses que se lançavam mais ao sul, até o Rio da Prata, na Colônia do Sacramento, Uruguai. A segunda, povoações em torno do *Caminho das Tropas*, que constituía uma das principais rotas econômicas brasileiras entre os séculos XVIII e XIX, ligando o Sudeste ao Sul, viabilizando o comércio de mueres, indispensáveis para o trabalho nas regiões auríferas de Minas Gerais.

A partir de 1829, com o intuito de substituir a mão-de-obra escrava, o Estado agiu na atração de imigrantes europeus¹, para compor novas frentes de trabalho. O estado catarinense passou então a ser fortemente marcado pela colonização europeia, sua cultura e substrato religioso. O legado desta construção histórica pode ser observado pela diversidade cultural, que se expressa nos diferentes idiomas, múltiplos rostos, identidades, saberes e territorialidades catarinenses.

O rio Itajaí foi via de acesso dos imigrantes europeus. Este rio drena a região hoje conhecida como Vale do Itajaí e tem sua formação decorrente da junção dos rios Itajaí do Sul e Itajaí d’Oeste, e em seu curso recebe ainda as águas do tributário Itajaí do Norte. Já na confluência com o Itajaí-Mirim passa a ser chamado de rio Itajaí.

Para os municípios que compõem o Vale do Itajaí, o rio sempre desempenhou um papel fundamental, desde o período da colonização até o desenvolvimento das atividades econômicas na região. A colonização do Vale

¹ Utilizamos o termo *ocupação por europeus* para designar o movimento desencadeado pela imigração principalmente de sujeitos oriundos de locais como a Itália e Alemanha. Movimento este iniciado, sobretudo a partir de 1824 com a vinda dos primeiros imigrantes germânicos para o Brasil em São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Este movimento esteve atrelado à reestruturação geopolítica da qual passava o Império brasileiro, principalmente se tratando dos territórios e da mão-de-obra.

inicia pelo município de Itajaí, formando um primeiro aglomerado, seguida do estabelecimento da colônia Blumenau e mais tarde da formação do povoamento em Rio do Sul. Essas três cidades se destacaram na Bacia do Rio Itajaí, em relação à configuração de seu desenvolvimento econômico e social, além de originarem vários municípios a partir de seus desmembramentos.

Os habitantes originários de Santa Catarina são os povos indígenas XoklengLaklãnõ², Kaingang e Guarani. Seminômades, circulavam livremente em uma área que se estendia de Porto Alegre (RS) até Curitiba (PR), no caso dos XoklengLaklãnõ. Mas, o movimento transeunte dos bandeirantes e posteriormente dos tropeiros, deu origem ao processo de fixação e ocupação do território, principalmente em função do comércio realizado pelo tropeirismo. Assim, o estado Santa Catarina chegou ao século XIX com várias cidades estabelecidas em torno desta rota. No entanto, as definições deste território como estado na República ainda tinham suas fronteiras indefinidas, as quais foram estabelecidas no século XX, após a *Guerra do Contestado*³.

Com a ocupação do espaço por criadores de gado, seguida pela chegada de imigrantes europeus, o cenário se alterou gradativamente. Para assentar os imigrantes e expandir a ocupação do espaço, o governo brasileiro empreendeu diversos mecanismos de planejamento da ocupação do território, como a expansão de fronteiras, a construção de cidades, entre outros, resultando na apropriação dos espaços historicamente habitados pelos povos indígenas. Foi fundamental neste processo a abertura da estrada de tropas, em 1728, que fazia a ligação terrestre entre as então províncias do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Foi em virtude deste projeto que aconteceram às primeiras investidas sistemáticas de contingentes não índios em espaço territorial nativo (PEREIRA et al., 1998, p. 10).

² O termo *Xokleng*, na língua do grupo designa “a aranha que vive nas taipas de pedra” e foi popularizado pelo trabalho do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos (1978). O nome foi incorporado pelo grupo enquanto denominador de uma identidade externa e usada em suas lutas políticas junto à FUNAI e meios de comunicação. Já o termo *Laklãnõ*, por sua vez, significa “gente do sol,” “gente ligeira” ou “povo que vive onde nasce o sol.” Segundo NanbláGakran (2005, p. 14), “do ponto de vista linguístico, sugere-se que a tradução literal mais apropriada seja ‘os que são descendentes do sol’ (ou, mais tecnicamente, do ponto de vista antropológico, de uma forma fonética similar ao idioma indígena ‘os do clã do sol)’”. O termo *Laklãnõ* vem ganhando espaço devido ao processo recente de fortalecimento do seu idioma e através dos movimentos organizados por justiça social. Neste sentido, no decorrer do trabalho optamos por usar uma nomenclatura que os represente e os reconheça enquanto povo Xokleng e, ao mesmo tempo, pela sua autodenominação, Laklãnõ, ou seja, povo XoklengLaklãnõ.

³ A Guerra do Contestado (1912-1916) foi um conflito armado ocorrido na região oeste e meio-oeste do atual estado de Santa Catarina. A região estava em litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Neste conflito, os camponeses e as forças militares nacionais se chocaram em função da implantação de infraestrutura promovida pelo governo federal. Uma nova forma de gestão sobre o espaço e as populações foi implantada pelo governo e a forma de vida dos caboclos já não era mais aceita. Foi desencadeado sangrento conflito que traz seus resultados até os dias atuais.

Neste contexto, a Coroa desenvolveu uma política violenta de ocupação do espaço tradicional indígena. Dom João VI, pela Carta Régia de 05.11.1808, declarou guerra aos XoklengLaklãnôdos campos de Lages e Guarapuava (PEREIRA et al., 1998). Paralelamente, o governo criou diversos agrupamentos para assegurar a colonização e promoveu, ao longo de todo o século XIX, políticas sistemáticas de ocupação do território indígena. Todas as ações geridas pelo governo, a partir de então, foram políticas que atuaram diretamente na definição dos grupos populacionais e sujeitos e, em muitos casos, (re)criando estereótipos e estigmatizando culturas. O que até então eram guerras oficialmente defensivas contra indígenas, passaram a ser guerras de ocupação do espaço (CUNHA, 2009) e de imposição de uma visão cultural colonial.

Neste período, no cenário mundial, a Inglaterra pressionava o Império português a abolir o trabalho escravo em suas colônias. O interesse de expandir mercados, tanto de fornecimento de produtos industrializados como de consumo de bens primários, forçava o fim da escravidão. Por conta disso, o governo implantou uma série de medidas para atender os interesses e exigências britânicas, tanto em relação à estruturação e ocupação do território brasileiro, quanto às populações, indígenas, imigrantes, negras e caboclas. Para substituir a mão-de-obra escrava, o governo agiu na atração de imigrantes europeus, para compor novas frentes de trabalho. Assim, em 1824, chegam a São Leopoldo (RS), os primeiros grupos de imigrantes germânicos e, em 1829, um grande contingente se estabeleceu em São Pedro de Alcântara (SC). Ambas as cidades eram próximas às suas capitais, com o propósito de futuramente fornecer gêneros agrícolas para estas. Em 1850, é fundada a Colônia de Blumenau no Vale do Itajaí com imigrantes germânicos, e a partir de 1870 começavam a chegar os imigrantes italianos.

2 OS “BRASILEIROS” E OS “DE ORIGEM” DIANTE DA CRIAÇÃO DO MERCADO DE TERRAS

No Brasil, a criação de leis relativas à posse de terras e a substituição do trabalho escravo por imigrantes europeus, foi um processo conjunto que se deu durante quase todo o século XIX, alinhado ao interesse dos grandes latifundiários, principalmente os produtores de café no Sudeste do país que possuíam na escravidão e no latifúndio a sua base produtiva. Nesse contexto, a terra e a mão-de-obra foram consideradas a partir de uma concepção de desenvolvimento econômico do território em função da sua integração na economia mundial que estava a se desenhar naquele século. Esta concepção tornou indissociáveis as

fases do desenvolvimento econômico às políticas de terras e gestão da mão-de-obra (COSTA, 1979, p. 127).

Em 18 de setembro de 1850, poucos dias depois da promulgação da *Lei Eusébio de Queirós*, que proibia o tráfico de escravos, foi criada a *Lei de Terras*⁴. Esta lei foi construída e concebida para a colonização, implantação de imigrantes/colonos e consolidação das propriedades, estabelecendo assim toda a estrutura jurídica e territorial do padrão de desenvolvimento em formação. O artigo 18 da referida lei normatiza e detalha a vinda de colonos, custeada pelo Tesouro Nacional, e aponta os locais para seu assentamento:

O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente à custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

A Lei traz apontamentos sobre a implantação de mão-de-obra estrangeira, mas nada aborda sobre as populações negras. Sobre as comunidades indígenas as menções são vagas, como observado por Luiz Felipe de Alencastro (2000).

Tanto a *Lei de Terras* como a Lei Eusébio de Queirós atuaram diretamente sobre os grupos populacionais, pois foram pensadas e construídas para estabelecerem a reestruturação da terra e do trabalho, além de garantir a propriedade definitiva para os grandes latifundiários. Ambas foram arquitetadas no século XIX, no contexto de criação e estruturação dos Estados Nacionais, onde as definições fronteiriças e distribuição de populações com grandes massas de imigrantes exigiram a construção de novas leis que garantissem a dominação e o controle sobre as populações e territórios.

Ao criar um mercado de terras e ao incentivar a expansão da colonização europeia, o governo brasileiro ampliou as diferenças entre colonos e populações já existentes, o que desencadeou relações de conflito e disputas. A consolidação de Santa Catarina como estado se deu no contexto desta estruturação político-administrativa, onde a presença de colonos europeus, via ação governamental de venda de terras, veio gradativamente efetivar a expropriação dos territórios tradicionais indígenas e dar início a novos processos de desenvolvimento regional, com novas concepções em relação à natureza e recursos naturais, novos agentes e novas configurações territoriais.

⁴ Esta lei foi criada em 1850 e regulamentada em 1854. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias adotado pela colonização portuguesa para a distribuição de terras através de capitânicas hereditárias.

Do ponto de vista sociocultural, esta conjunção entre o processo de colonização e de configuração territorial resultou na oposição estereotípica entre grupos sociais identificados como “brasileiros” e “de origem”. De um lado, os “de origem”, que se identificam como descendentes de imigrantes europeus, mais especificamente italianos e alemães. Estes se contrapõem aos outros grupos étnicos, genericamente denominados de “brasileiros”, incluindo indígenas, afrodescendentes e mestiços, conhecidos também como caboclos⁵.

As percepções que as primeiras gerações de colonos construíram na relação entre os “de origem” e os “brasileiros” permanecem no imaginário dos sujeitos que atualmente impulsionam a história da região. A manutenção desse imaginário reforça estereótipos e preconceitos que buscam justificar a subalternização dos “brasileiros” no contexto sociocultural de hegemonia dos “de origem” (OLIVEIRA, 2002).

Os grupos que se identificam como “de origem” atualizam o sentimento de protagonistas absolutos da história de Santa Catarina, traduzido em narrativas como esta, referida aos imigrantes italianos: “cheios de ânimo, de vigor, de saúde, de inteligência e de fé, implantaram a religião católica e o progresso e, toda a parte em que se estabeleceram” (DALL’ALBA, 1987, p. 152).

Trata-se de uma narrativa histórica que se tornou hegemônica e que referenda o sentimento de pioneirismo na conquista da região, fortalecendo a autoestima e o espírito de unidade entre os “de origem”. Para esta narrativa, “a presença daquilo que os imigrantes trouxeram do continente europeu tem sido fundamental”, especialmente “a disposição, a fibra e a determinação pelo trabalho” (RIGOTTO, 1996, p. 49).

Os atributos conferidos a esse grupo, sem dúvida foram fundamentais para que os mesmos pudessem estabelecer um plano de intervenção no ambiente que encontraram, uma vez que as “barreiras naturais” exigiam tenacidade e empenho. O problema é que estas características foram enaltecidas em oposição ao imaginário criado a respeito dos “brasileiros”, representados como “preguiçosos”, “sem fibra”, “desanimados” e “lentos no pensar e no falar” ou ainda, tipificados como “caipiras”, “matutos” e “acanhados” (THOMÉ, 1992). A depreciação dos grupos étnicos originários e nativos chega à sua identificação com a barbárie, que legitima o seu extermínio ou sua assimilação à civilização:

⁵ A expressão “de origem” se refere ao modo amplamente utilizado em Santa Catarina para se referir e classificar as pessoas em função da sua ascendência europeia. Por exemplo, “essa pessoa é de origem alemã”, “aquela pessoa é de origem italiana”, mesmo sendo cidadãos brasileiros natos. Já a expressão “brasileiros” é utilizada, ainda em algumas regiões, para se referir genericamente aqueles que não teriam uma ascendência europeia para invocar.

Em 1947, ainda viviam uns vinte índios pelos costões da Serra. O delegado de polícia de São Joaquim, delegado Machado, surpreendeu a tribo e matou cerca de dezessete índios. Só ficaram 3 três e estes foram os únicos contatados e trazidos para a civilização em Orleans, em 1952 (DALL'ALBA, 1987, p. 163).

Práticas como esta foram realizadas por longo período pelos bugreiros⁶, o que tem sido caracterizado por Sílvio Coelho dos Santos (1973; 1979) e também por Darcy Ribeiro (1982) como genocídio. Tratou-se de uma política racista que mobilizou a imigração europeia para promover o branqueamento⁷ da população brasileira, ensejando o rápido desaparecimento tanto dos símbolos criados em torno dos “brasileiros”, quanto dos ideais estabelecidos pelo tropeirismo.

As repercussões deste processo são nítidas até o presente. As festas culturais que, como se verá, são exaltadas até hoje com finalidade turística e afirmação de identidade, são um bom exemplo dessa realidade, na medida em que servem como fator de demarcação do território cultural ítalo-germânico na região catarinense. O momento de festejo representa o revigoramento do sentimento de pertença. A valorização das tradições, na medida em que traduz um sentimento de grupo, representa a codificação das diferenças colocadas entre “brasileiros” e “de origem”.

Dentre os “brasileiros” se encontravam os Xokleng-Laklano. O povo Xokleng é um dos três grupos indígenas que habitavam de forma livre a província de Santa Catarina até o século XIX. Seu território tradicional se estendia em uma área que abarcava de Porto Alegre até Curitiba, ocupando assim boa parte do atual estado de Santa Catarina (SANTOS, 1973). No entanto, com o crescimento demográfico destas metrópoles (Porto Alegre e Curitiba), a alteração do território tradicional Xokleng foi se consumando. Como relata o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos “Foi este movimento populacional que empurrou os Xokleng definitivamente para dentro dos atuais limites de Santa Catarina” (1973). Desta forma, o confinamento no Vale do Itajaí foi se estabelecendo, e tendo este

⁶ Do francês bougre, derivado do baixo latim b'lg'rus “búlgaro”, “herético, sodomita”. Em francês o vocábulo designou, inicialmente os búlgaros; depois foi empregado, depreciativamente, para denominar os heréticos e os sodomitas; por fim, foi aplicado aos índios da América, na acepção de “selvagem, grosseiro” (CUNHA, 1982). O bugreiro, conhecido pelos governantes como matador de bugres, exercia esta função nos países onde existiu o conflito interétnico indígena e europeu.

⁷ O termo branquear se refere à política imperialista brasileira que pretendia atrair europeus para o país com o intuito estimular a miscigenação e aumentar a proporção de pessoas “brancas”. Embora a escravidão estivesse em vias de desaparecimento, e, portanto, populações afro se tornavam passíveis de ser incorporadas no trabalho assalariado, eram as pessoas brancas as consideradas mais aptas para este tipo de relação de trabalho. Outro elemento importante para pensarmos a atração de imigrantes foi o medo, pois a concentração de ex-escravos e suas possíveis revoltas representavam perigo para o Império (SCHRÖDER, 2003).

sido o último reduto de fuga do Povo Xokleng. Os embates ao longo do século XIX se intensificaram na medida em que a colonização europeia se expandia e necessitava de mais terras. Todas as polêmicas sobre a “questão indígena” levaram as lideranças do estado de Santa Catarina a promoverem respostas, dentre as quais a “pacificação⁸”, em 1914, que culminou com a instalação da Terra Indígena em 1926 no Alto Vale do Itajaí.

3 A REIFICAÇÃO DO “VALE EUROPEU”

Os processos de territorialização referidos consolidaram ordens econômicas e políticas duradouras, que foram consagradas e reproduzidas a partir do Estado. Eles resultaram em padrões de desenvolvimento regionais constituídos por relações econômicas e político-culturais, que associaram arranjos econômicos com referências a valores de ordem sociocultural. Do ponto de vista ambiental, estes implicaram na transformação da paisagem e na apropriação de recursos, ambos sustentados em visões de natureza socialmente definidas.

Esses padrões econômicos e político-culturais estão associados a uma “região” que indica o espaço geográfico concreto no qual eles operam e do qual obtém os meios de reprodução (THEIS, 2008).

Essenciais a estes processos de desenvolvimento regionais foram as operações de regionalização. Estas constituem uma forma específica do exercício do poder simbólico que são os atos de nomeação (BOURDIEU, 1989; 1993) realizados por agentes de planejamento estatais cujas referências objetivas, embora sejam resultado dos processos históricos, econômicos, culturais e de transformação da paisagem nos quais diversos agentes sociais têm entrado em relação conflitiva, são habitualmente tomadas como elementos dados, reificando-as. Neste processo, a operação de nomeação concebe fronteiras a partir de uma concepção abstrata e conceitual da região, mas que ganha contornos de concretude fazendo com que aquilo, que era construção mental dos planejadores, passe a ser entendido como uma entidade real com existência intrínseca.

Pierre Bourdieu, ao analisar a eficácia simbólica dos atos de nomeação no contexto do direito, explica este processo de um modo que, por analogia,

⁸ Pacificação é o termo comumente utilizado pela historiografia regional para designar o início do contato entre funcionário do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), com o intuito de promover o “aldeamento” dos indígenas no Alto Vale do Itajaí. Este ocorreu em 22 de setembro de 1914. Com isto, o governo federal procurou realizar o aldeamento do Povo XoklengLaklãnõ afim de expandir o seu projeto colonizador sem embates entre indígenas e colonos. No entanto, é importante ressaltar que este termo não é unanimidade, e dentre o Povo XoklengLaklãnõ para este mesmo momento histórico o termo mais utilizado é “contato”.

nos permite entender as implicações do exercício do poder de nomeação na consagração de regionalizações. Diz o autor,

O veredito [dos planejadores estatais] que resolve os conflitos ou as negociações a respeito [do espaço] de coisas ou de pessoas ao proclamar publicamente o que elas são na verdade, em última instância, pertence à classe dos *actos de nomeação* ou de *instituição* [...]; ele representa a forma por excelência da palavra autorizada, palavra pública, oficial, enunciada em nome de todos e perante todos: estes enunciados performativos, enquanto juízos de atribuição formulados publicamente por agentes que actuam como mandatários autorizados de uma colectividade e constituídos assim em modelos de todos os actos de categorização (*katêgorein* como se sabe, significa acusar publicamente), são actos mágicos porque estão à altura de se fazerem reconhecer universalmente, portanto, de conseguir que ninguém possa recusar ou ignorar ponto de vista, a visão, que eles impõem (BOURDIEU, 1989, p. 236-237) - Os trechos entre colchetes são nossos.

Deste modo, estas operações de regionalização acabam, inadvertidamente, favorecendo compreensões essencialistas, ignorando que o estatuto ontológico delas decorre do próprio ato de regionalizar. No entanto, isto não quer dizer que estas operações não tenham uma base objetiva na qual se apoiar. Pelo contrário, este exercício do poder simbólico que constitui os atos de nomeação só consegue ter seu efeito performático na medida em que se apoia na seleção de referências objetivas e reconhecíveis sem controvérsias. Como explica Bourdieu,

O poder simbólico é um poder de fazer as coisas com palavras. Somente se é verdadeira, isto é, adequada as coisas, a descrição faz as coisas. Neste sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação. Um poder de consagrar ou revelar coisas que já existem. Quer dizer que não faz nada? Na realidade, como uma constelação que, segundo Nelson Goodman, começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um agrupamento como classe, gênero, região ou nação, somente começa a existir para aqueles que dele fazem parte e para os outros, quando é distinguido de outros agrupamentos segundo um princípio qualquer, quer dizer através do conhecimento é do reconhecimento (BOURDIEU, 1993, p. 141) – Tradução nossa.

Estas operações têm sido cruciais ao processo de reificação de regiões em Santa Catarina, o que foi complementado pela imputação de funções e características específicas, as quais, por sua vez, são apropriadas e/ou incorporadas pelos agentes com poder de fazer o território por meio das suas práticas.

As regionalizações realizadas pelo Estado (ou por agentes privados cuja visão é incorporada pelo Estado) constituem um modo peculiar de exercício de poder simbólico apontando fronteiras que separam espaços geográficos a partir

de pontos de vista que são funcionais a agentes com posicionamentos específicos no espaço social. Estas operações de regionalização são tanto mais eficazes, quanto mais convincente for a seleção de referências geográficas materiais e culturais que lhe dão sustentação empírica, e maior for o recrutamento de interesses e identidades que se veem contemplados nessa definição.

No estado de Santa Catarina estas operações de regionalização são diversas, tendo sido realizadas com base em diferentes lógicas e intencionalidades, sendo que algumas delas remetem a uma escala nacional e outras a uma escala estadual. Em ambos, os sistemas de relações e interesses dos quais decorrem, não são necessariamente coincidentes.

A região que nos ocupa aqui, o “Vale Europeu”, constitui a denominação turística para a região geralmente conhecida como Vale do Itajaí. Ela foi definida pelo Conselho Estadual de Turismo, seguindo diretrizes do Plano Nacional do setor. Este plano tem a região turística como eixo estruturante da política nacional por meio do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Trata-se de um modelo de gestão que associa a noção de território à de arranjos produtivos locais como modo de ordenar, promover, qualificar e diversificar a oferta turística (BORTOLOSSI, 2008; BRASIL, 2004). Segundo Beni (2006, p. 30), esta operação consiste na “organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística”.

A promoção da atividade turística no Vale Europeu exalta as marcas e os costumes da colonização europeia, enfatizando a alemã e a italiana, assim como as belezas naturais propícias para ecoturismo, turismo de aventura etc. Assim o expressa o site do Governo do Estado:

A herança cultural dos colonizadores alemães, italianos, austríacos, poloneses e portugueses é a grande marca dessa região catarinense, localizada no Vale do Itajaí. Famosa por sediar a maior festa alemã das Américas, a Oktoberfest de Blumenau, o Vale Europeu possui muitas outras atrações: da arquitetura típica à culinária, celebrada em grande estilo durante as Festas de Outubro; dos roteiros de compras pelas cidades-polo da indústria têxtil catarinense às celebrações religiosas que acontecem em vários de seus municípios; do ecoturismo ao turismo rural. Escolha o seu roteiro e boa viagem (SANTA CATARINA, 2014).

Mais especificamente, outro site expressa o relato histórico oficial sobre as origens de tais atrativos:

O Vale do Rio Itajaí [rotulado como Vale Europeu] foi colonizado por imigrantes europeus, principalmente alemães, que fundaram Blumenau em 1850. No último quarto do século XIX, os italianos instalaram-se

nos arredores das povoações germânicas já existentes. Os descendentes desses povos preservam os costumes dos antepassados na culinária, na arquitetura, no folclore, nas danças e nas festas. A natureza privilegiada da região propicia inúmeras alternativas de ecoturismo e turismo de aventura (SANTUR, 2014).

A omissão de qualquer referência às populações indígenas que já habitavam este vale, com suas concepções de natureza, valores, e modos atender as suas necessidades não é casual. Ela apenas reafirma a concepção que a regionalização turística do Vale Europeu vem a consagrar.

Por isso Vale Europeu constitui uma denominação regional cujas implicações vão muito além do planejamento de atividades turísticas. Ela consoma e consagra a reificação da região, com características que embora sejam imputadas e produto de relações históricas e conflitivas, são tratadas como auto evidentes, naturalmente dadas e, portanto incorporadas subjetivamente como “vocações”. As chamadas “vocações regionais” se referem ao fato de que em uma região predomina alguma tendência intrínseca, um potencial inevitável para uma ou outra atividade por ser determinada por características dadas, naturais e/ou culturais de um território e que resultam na sua suposta “vocação”.⁹ Essa reificação acontece na medida em que uma representação abstrata da região, aceita e incorporada por agentes sociais coconstrutores da paisagem e agentes econômicos, políticos e outros com o poder simbólico de difundir a sua representação da realidade, passa a ser vista como uma realidade dada, concreta, natural e ahistórica, ou seja, como uma realidade em si mesma.

Assim, as fronteiras que cercam o “Vale Europeu” resultam numa forma de naturalização das paisagens e configurações territoriais construídas por meio de relações sociais e políticas, vinculadas a atores específicos, beneficiários da visão que esta consagração exprime, isto é, as populações “de origem”. Em outras palavras, esta regionalização está associada à transformação da paisagem decorrente de processos históricos e ancoradas em relações de poder.

De fato a ocupação do “Vale Europeu” significou a modelação da paisagem a partir dos conceitos, valores e necessidades das populações da colonização. Isto

⁹ Diego Grava (2013) mostrou que para Weber o conceito de vocação, ou *beruf*, do alemão, bem como o *calling* (“chamado”) do inglês, tem uma conotação religiosa, “[...] a de uma missão dada por Deus” (WEBER, 2004, p. 71). Esta expressão, “no sentido de uma posição na vida, de um ramo de trabalho definido” teve na sua história maior peso entre os povos predominantemente protestantes. A palavra provém da tradução da bíblia realizada por Lutero e logo assumiu o significado atual “[...] na língua profana de todos os povos protestantes [...]” (WEBER, 2004, p. 72). e da sociedade ocidental de modo geral. Assim, no uso corriqueiro quando se refere aos processos de desenvolvimento econômico regionais, o conceito de vocação, é utilizado nos termos em que é atualmente definido nos dicionários, como “talento ou aptidão”, ou como “propensão natural para uma atividade”.

ocorreu por meio da delimitação dos lotes, de acordo com sistemas trazidos da Europa, do desmatamento, e da “limpeza” e ajardinamento das áreas próximas às moradias. Marcos Mattedi, ao se referir às visões de natureza que foram dominantes em diferentes momentos do processo do desenvolvimento do Vale do Itajaí enfatiza que para o colono, a natureza local representava claramente uma ameaça, um inimigo a ser subjugado por meio do desmatamento e a supressão de certas espécies, além da eliminação dos “bugres” (MATTEDI, 2001). Não obstante isto, as paisagens assim construídas são hoje consideradas evidência da “vocação turística” da região, cuja configura o territorial permitiria uma forma equilibrada de concilia o de atividades econômicas rurais não agrícolas com a indústria e serviços, atraindo popula es urbanas por causa das suas “amenidades naturais” (VEIGA, 2000).

Assim, a exalta o do “Vale Europeu” para fins turísticos tem um efeito político na medida em que envolve uma retórica que obscurece o fato de que boa parte da paisagem que   fator de atratividade turística tem essa forma em virtude de séculos de atividade humana e de se tratar, num sentido material, produto de uma história recheada de violência e arbitrariedade. Isto inclui não apenas as edifica es históricas, mas também boa parte das paisagens de valor c nico e recantos naturais.

4 JUSTIÇA AMBIENTAL E DECOLONIZA O

O anterior permite entender por que a regionaliza o do “Vale Europeu” produz uma essencializa o da paisagem cultural que carrega um aspecto perverso ao imputar realidade intrínseca a uma sele o de fatores e potencialidades em detrimento de outros e, ao fazê-lo, consolida uma interpreta o da realidade como sendo auto evidente, redundando no imediato descarte de visões alternativas, na legitima o acrítica do processo histórico que definiu essa situa o, do ofuscamento de processos históricos não dignos de exalta o, e na invisibilidade dos sujeitos submetidos e subjugados nesses processos.

Segundo Kate Soper, a consequência mais séria da abstrac o do papel da a o humana na produ o do espaço que   exaltado como “natural” ou “tradicional” se realiza quando esta passa ao largo das rela es sociais, muitas vezes conflitivas e espoliativas, a partir das quais foi definido o ambiente e que estão inscritas no território físico (SOPER, 1996, p. 24). Isto acontece quando o discurso associado   regionaliza o turística exalta como paisagem de valor c nico ou promove como experiência associada a uma ordem harmoniosa e tradicional ambientes que são de fato produto de rela es de classe, gênero ou raciais, que são desconsideradas na constitui o formal de tais regiões.

Esta naturalização e ocultamento do conflito na produção da paisagem convivem muito bem, paradoxalmente, com certas retóricas do senso comum ambiental que reduzem a problemática a questões de eficiência energética, inovações tecnológicas e, especialmente no Vale do Itajaí, ao controle de enchentes por meio de obras de infraestrutura. Estas retóricas correspondem às visões do “desenvolvimento sustentável” que entendem que o projeto desenvolvimentista poderá superar os limites ecológicos por meio de novas tecnologias e maior eficiência na manipulação da natureza. Nesta perspectiva, as relações sociais ficam relegadas a um plano secundário, não tendo, portanto, compreensão específica da dinâmica social que leva a que as consequências negativas da manipulação da natureza sejam desigualmente distribuídas no espaço social. É o mesmo senso comum que, numa fuga para o futuro, privilegia o conflito metafórico e abstrato entre direito das gerações presentes e futuras em detrimento dos conflitos existentes no presente protagonizados por sujeitos copresentes. Estes sujeitos são aqueles que padecem (e, por vezes, denunciam) a desigualdade ambiental que resulta da exposição desproporcional aos riscos dos socialmente mais desprovidos dada a sua diferente capacidade de escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos (ACSELRAD, 2008; 2010).

Esta distribuição desigual dos impactos ambientais tende a reproduzir as iniquidades sociais inerentes à sociedade brasileira. Esta reprodução resulta da ação de coordenação do mercado que tende a atribuir mais valor aos ambientes que interessam aos segmentos com mais poder e, conseqüentemente, menos valor aos que interessam aos segmentos mais despossuídos. Do ponto de vista territorial esta dinâmica impregna o funcionamento do mercado de terras, fazendo com que práticas danosas se situem em áreas desvalorizadas. Estas, por sua vez, são tratadas nas operações de planejamento e regionalização estatais como “zonas de sacrifício” (BULLARD, 1994 apud PORTO, 2013), o que resulta em que certas populações sejam forçadas a conviver com condições perigosas, indignas, ou expostas a maiores riscos.

Desde antes da sua colonização, os indígenas no Vale do Itajaí precisaram aprender a lidar com a inundação do leito maior do rio. Esse fenômeno recorrente não impediu o povoamento da região pelos imigrantes que ali decidiram se fixar, ocupando inclusive a planície de inundação sempre exposta a enchentes. Com o passar dos anos, o ciclo natural do rio foi se convertendo no “problema das enchentes”, o qual foi ganhando novas e maiores proporções na medida em que a ocupação e a urbanização cresciam.

A principal maneira encontrada para “solucionar” o problema caracterizou-se por medidas estruturais, especialmente pela construção de barragens de

contenção, que começaram a tomar corpo na década de sessenta. Essas foram destinadas ao Alto Vale, visto que até então se compreendia que a dinâmica das enchentes relacionava-se com os índices pluviométricos daquela região. Optou-se pela construção de três barragens e as cidades escolhidas foram Ituporanga, Taió e José Boiteux, esta na época pertencente a Ibirama. A Barragem Sul, em Ituporanga, teve sua construção iniciada em 1966, tendo sido concluída em 1975. A Barragem Oeste, em Taió, foi iniciada em 1964 e concluída em 1973. E a Barragem Norte, em José Boiteux, iniciada em 1976 e concluída em 1992.

O município mais beneficiado por essas medidas estruturais é Blumenau. No passado, Blumenau foi sede da colônia que na época abrangia quase todo o território do Vale do Itajaí. Hoje, embora com uma extensão territorial muito menor em função da criação de vários municípios, conserva a maior importância econômica e política da região (KOHLS SCHUBERT, 2014).

As três barragens implicaram em impactos socioambientais significativos, até hoje ofuscados pelo brilho das vantagens que as mesmas teriam significado para Blumenau¹⁰. Mas o impacto mais dramático, e também o mais negado, foi o decorrente do processo de construção da Barragem Norte, hoje a maior barragem de contenção de cheias do Brasil, que alterou de forma drástica e irreversível o cotidiano do Povo XoklengLaklãnõ (GOULART; FRAGA, 2000). Tamanha obra “atingia a terra indígena em mais de 900 hectares de terras, [...] suas melhores terras, representando 95% das terras férteis propícias para a agricultura” (PEREIRA et al., 1998, p. 66). De acordo com os registros históricos não houve estudos de impacto ambiental e social, e também não houve qualquer diálogo com o povo indígena em nenhum momento do processo de decisão, concepção e construção. A indenização das terras ocupadas pelas águas da barragem também não fora paga integralmente.

O Povo XoklengLaklãnõ, culturalmente um povo seminômade, teve na construção da barragem um período histórico que lhe impôs vários novos problemas em diferentes áreas. A não demarcação da terra, o difícil convívio com os colonos, a extração da madeira, os problemas com saúde e educação, somados a segunda perda histórica de seu território¹¹, foram se acumulando. A primeira enchente na Terra Indígena Ibirama (TII) em função da Barragem Norte ocorreu

¹⁰ Para uma análise da abordagem “blumenaucêntrica” do enfrentamento das cheias, com ênfase nos efeitos da barragem Oeste, ver Kohls Schubert (2014).

¹¹ O Povo XoklengLaklãnõ - uma cultura ancestral e milenar, já em número reduzido de sobreviventes em decorrência das doenças e chacinas praticadas – foi assentado em 1914 (ano da Pacificação) na Terra Indígena Ibirama criada oficialmente em 1926. Enquanto o processo de colonização em si representou a primeira perda histórica de seu território, a construção da Barragem Norte representou a sua segunda perda histórica, na medida em que implicou em perdas territoriais dentro da Terra Indígena Ibirama.

em 1978 e fez com que “pela primeira vez a comunidade percebesse toda a extensão de seu drama, provocado por essa obra de engenharia. A reação que se seguiu revestiu-se de características de pânico e de desorientação” (MÜLLER, 1987, p. 53).

Salvio A. Muller descreveu deste modo as novas causas de angustia e desorientação impostas ao povo Xokleng/Laklãnô:

Com o início da construção da barragem, introduz-se um elemento de imponderabilidade, que escapa ao controle propiciado pelos ‘arranjos’ já elaborados. Essa imponderabilidade é constituída pela expectativa incerta de uma ‘boa ou má’ indenização pelas perdas a serem sofridas, pela incerteza do tempo de demora dessa indenização, de como será distribuída, de quem exigi-la, ou a quem questioná-la, e, finalmente, pela incerteza de onde deverão se fixar após serem desalojados pelo lago, temporário ou não, e que novos ‘arranjos’ deverão construir em suas relações sociais, definindo-se assim um novo ‘modus vivendi’ com a sociedade regional. (Müller, 1987:27).

Assim, a Barragem Norte, tendo ocupado a melhor área agriculturável e a área plana onde havia construções de ranchos, tifas, casas etc., trouxe não somente prejuízos de ordem material, mas também prejuízos de ordem social e cultural. A união do Povo XoklengLaklãnô tinha se reconstituído neste território onde a vivência era pautada em uma relação de proximidade, promovendo relações e interações por gerações. O laudo antropológico assim atesta:

Além das perdas de ordem material, houve prejuízos de natureza sociocultural. A área acabou dividida em quatro aldeias, acentuando o faccionalismo e disputas internas; houve uma interrupção na continuidade de práticas culturais; com a divisão da área em aldeias houve prejuízo no atendimento das áreas da saúde e educação, pela falta de escolas e postos de saúde nestas aldeias; a água parada do lago fez surgir novas doenças, como moléstias da pele causadas pelos mosquitos; vidas indígenas foram perdidas ao tentarem atravessar o lago lamacento (PEREIRA et al., 1998, p. 68).

Com todas as alterações promovidas e ou agravadas pela barragem, somadas a insegurança e à instabilidade de todas as formas, muitos indígenas buscaram tentar a vida na cidade (SANTOS, 1997). A perda das melhores terras e a desintegração social do grupo foram algumas das heranças deixadas pela Barragem Norte ao povo XoklengLaklãnô.

Atualmente, entre as múltiplas pautas de reivindicações, existem duas demandas urgentes: a demarcação da Terra Indígena e as indenizações em relação à Barragem Norte. A Terra Indígena Ibirama (TII) atualmente abarca

um território de 14 mil hectares, que deveria se estender por 37 mil hectares (PEREIRA et al., 1998). Ao não demarcar a Terra Indígena (o que demandaria em indenizar os colonos que estão utilizando estas terras por várias gerações), o governo cria um processo de impasse, pois gera expectativas de ambos os lados e impossibilita a efetiva criação de políticas públicas para o desenvolvimento da política de assentamento indígena.

Catherine Walsh defende a perspectiva de interculturalidade que se configura como um projeto político, social, epistêmico e ético de transformação e decolonialidade. Para a autora, a interculturalidade somente terá significação, impacto e valor quando assumida de maneira crítica, como ação, projeto e processo que procura intervir na reestruturação e reordenamento dos fundamentos sociais que racializam, inferiorizam e desumanizam, ou seja, na própria matriz da colonialidade do poder, tão presente no mundo atual (WALSH, 2012).

Diferentemente do colonialismo – que diz respeito à dominação política e econômica de um povo sobre outro em qualquer parte do mundo – a colonialidade indica o padrão de relações que emerge no contexto da colonização europeia nas Américas e se constitui como modelo de poder moderno e permanente. A colonialidade atravessa praticamente todos os aspectos da vida, inclusive as concepções de natureza.

Com efeito, com base na divisão binária natureza/sociedade se nega a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos e espirituais, descartando o mágico-espiritual-social que dá sustentação aos sistemas integrais de vida e de conhecimento dos povos ancestrais. Desacreditar esta relação holística com a natureza, tecida pelos povos ancestrais, é a condição que torna possível desconsiderar os modos de ser, de conhecer e de se organizar destes povos e, assim, subalternizá-los e sustentar a matriz racista que constitui a diferença colonial na modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização europeia que configurou o território no estado de Santa Catarina, especialmente na região do Vale do Itajaí, constitui-se hoje numa circunstância de colonialidade, haja vista o padrão de relações que tendem a se perpetuar no contexto da gestão moderna da natureza e da paisagem.

Por um lado, a estratégia de controle de enchentes enfatiza as obras de infraestrutura, focando em minimizar as calamidades na cidade de Blumenau, sacrificando outras áreas, especialmente aquelas ocupadas pelos povos indígenas. Por outro lado, a exaltação da identidade europeia e das paisagens culturais a ela

associada são consagradas política e economicamente por meio da regionalização “Vale Europeu” que, para além de uma mera regionalização turística, reafirma no presente a subordinação histórica das populações colonizadas.

A Barragem Norte alterou de forma irreversível o cotidiano do Povo XoklengLaklãnõ, sem que este sequer pudesse participar do processo de decisão. Esta obra não apenas ocupou suas melhores áreas agricultáveis e suas construções, mas também desconsiderou a concepção da natureza e da paisagem que envolve uma relação milenar entre mundos biofísicos, humanos e espirituais. Estas constituem sistemas de conhecimento e modos de vida que se apoiam numa relação espiritual-social-cultural com a natureza, que embasa a construção da paisagem desde sua perspectiva cultural. Com efeito, como a maioria das culturas indígenas latino-americanas, o povo XoklengLaklãnõ percebe a Terra como um espaço sagrado que protege e que promove a vida por meio de uma prática da dádiva e da reciprocidade. Da mesma forma que a natureza cuida e torna possível a vida humana, os seres humanos, por reciprocidade, são convidados a cuidar e a proteger a natureza.

Do outro lado, a concepção da colonialidade, reafirmada pelo controle da natureza por meio de obras de infraestrutura e da exaltação do “Vale Europeu”, é louvada desde o Estado, com poucas vozes (basicamente localizadas no meio acadêmico e em movimentos sociais) que propugnam por uma maior reflexividade.

Entre ambos os modos de ver o mundo, estão em curso processos de mediação intercultural, embora com imensas dificuldades para aqueles que padecem da subordinação histórica. Estes processos envolvem a educação, a linguagem, a religiosidade e o uso da terra.

Este último, talvez o de maior conflito, inclui, por vezes, contornos trágicos, na medida em que a questão da propriedade da terra confronta ambas as concepções de modo dramático. Por um lado, as culturas indígenas entendem que podem oferecer elementos para uma visão de mundo que ajude a superar os impasses do neodesenvolvimentismo moderno-capitalista, que no Brasil carece de sensibilidade intercultural para atingir níveis razoáveis de sustentabilidade e equidade. Por outro lado, a força inercial da reprodução do padrão de desenvolvimento regional, alicerçado nos agentes econômicos que veem nele seus interesses atendidos, impede outra perspectiva que não da ocupação e exploração predatória controlada, apenas na medida do possível, por instrumentos tecnológicos e de engenharia modernos.

Por isso, uma noção decente de sustentabilidade adequada ao Vale do Itajaí requer mediação intercultural e a solução do problema de injustiça

ambiental que afeta a terra indígena Xokleng- Laklãnõ de Ibirama (SC). Ela passa por um reconhecimento dos problemas de problema de injustiça ambiental e colonialidade que permeiam o “Vale Europeu”. Isto porque ambas problemáticas estão imbrincadas a ponto tal que são na verdade, duas dimensões ou aspectos de um único problema de injustiça histórica.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BORTOLOSSI, S. C. F. Regionalização do turismo no Vale Europeu, Santa Catarina: uma abordagem institucional. 2008. 134f. il. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau-SC, 2008.

BOURDIEU, P. **Cosas dichas**. Barcelona: Gedisa, 1993.

_____. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**. Brasília, 2004.

COSTA, E. V. Da. **Da Monarquia à Republica, momentos decisivos**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX. In: _____ (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 2009. p. 133-154.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário Etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DALL’ALBA, J. L. Imigrantes italianos em Santa Catarina. In: DE BONI, Luis A. (Org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre, 1987, EST, 536p.

GAKRAN, N. **Aspectos morfosintáticos da língua Laklãnõ (Xokleng) “Jê”**. 2005, 123f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas; 2005.

GOULART, M. do C. R. K.; FRAGA, N. C. **Vale dos índios - Vale dos imigrantes** = *Klenuklol me ãgónhkaógnõjó - klenuklol me zúgónõjó*. Blumenau-SC: Cultura e Movimento, 2000.

GRAVA, D. da S. **A construção social da pecuária como “vocalização regional” em Santa Catarina**: notas críticas sobre suas implicações socioeconômicas, ambientais e éticas. 2013. 125f. il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau-SC, 2013.

KOHL SCHUBERT, V. **Medo desigual**: um estudo sobre as iniquidades intra-regionais no enfrentamento das enchentes no Vale do Itajaí (SC). 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau-SC, 2014.

MATTEDI, Marcos Antônio. Notas sobre as visões de natureza em Blumenau: mais um capítulo da trágica história do sucesso humano. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 3, n. 1, p. [29]-39, 2001.

MÜLLER, A. S. **Opressão e depredação**: a construção da barragem de Ibirama e a desagregação da comunidade indígena local. Blumenau-SC: FURB, 1987.

OLIVEIRA, A. P. **Discurso da Exclusão na Escola**. Joaçaba-SC: UNOESC, 2002.

PEREIRA, W. da S. et al. **Laudo antropológico de identificação e delimitação de terra de ocupação tradicional Xokleng**: história de contato, dinâmica social e mobilidade indígena no sul do Brasil. Porto Alegre: FUNAI, 1998.

PORTO, M. F. S. Ecologia, Economia e Política: contradições, conflitos e alternativas do desenvolvimento. In: RANDOLPH, R.; TAVARES, H. M. (Org.). **Política e Planejamento Regional - Uma Coletânea**. 1ed. Brasília: UP Gráfica, v. 1, p. 61-75, 2013.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982. 510 p.

RIGOTTO, G. A. In: MAESTRI, M. (Org.). **Nós os ítalos-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SANTA CATARINA. Secretaria de Turismo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br/destinos/vale-europeu/>> Acesso em 30 out. 2014.

SANTOS, S. C. dos **Os índios Xokleng**: memória visual. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

_____. **O homem índio sobrevivente do sul**: antropologia visual = The surviving indian man of the south : visual anthropology. Florianópolis: UFSC. 1978, 117 p.

_____. **Índios e brancos no sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis/EDEME, 1973, 313p.

SANTUR - Santa Catarina Turismo. Disponível em: <<http://www.santacatarinatourismo.com.br/destinos.php?id=26>> Acesso em 30 out. 2014.

SCHRÖDER, F. **A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859**. Tradução e apresentação Martin N. Dreher. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SOPER, K. Nature/”nature”. In: ROBERTSON, G.; MASH, M.; TICKNER, L; BIRD, J.; CURTIS, B. and PUTNAM, T. (Ed.). **Future Natural**: nature, science, culture. London and New York, Routledge, 1996. p. 21-34.

THEIS, I. M. (Org.). **Desenvolvimento e território**: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 2008.

THOMÉ, N. **Sangue, suor e lágrimas no chão do Contestado**. Caçador-SC: Edições/UnC, 1992.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Revista Visão Global**, v. 15. n. 1-2, p. 61-74, 2012.

WEBER, M.; PIERUCCI, A. F. de O. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, [1904, 1920], 2004.

Texto submetido à Revista em 13.11.2015
Aceito para publicação em 24.04.2016



Programas de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade

The impact of cash transfer programs in two protected areas in the brazilian amazon

Deborah de Magalhães Lima – Doutora em Antropologia pela Universidade de Cambridge, Reino Unido. Professora do Programa de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: deb.m.lima@gmail.com

Nelissa Peralta – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora Titular do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDS/OS-MCTI). E-mail:nelissa@mamiraua.org.br.

Resumo

O artigo examina o impacto de benefícios na economia doméstica das duas primeiras RDS do Amazonas – Mamirauá e Amanã. Na amostra de 920 domicílios, em 2010, a renda média mensal foi de 1,5 salários mínimos e R\$ 148,00 *per capita*. A distribuição da renda se mostrou uniforme (Gini=0,075), com diferenciação econômica ligada ao ciclo de desenvolvimento doméstico – famílias abaixo da linha da pobreza são maiores e têm chefes mais jovens. A contribuição dos benefícios chega a 44% da renda e alcança 87% dos domicílios. A venda da produção – referência de campesinidade – contribui com 37% da renda total, mas em valores absolutos é maior entre os que recebem benefícios, sugerindo que criam condições favoráveis para a produção. Os benefícios ajudam a elevar o padrão de consumo em 30% e aumentam a compra de bens domésticos (70%); significam maiores oportunidades de acesso à educação e saúde, por meio do usufruto de bens e serviços disponíveis nas cidades. Nas Reservas de Uso Sustentável os benefícios contribuem com o compromisso de melhoria das condições de vida. Apesar desse aporte, o padrão de renda se mantém baixo e 62% das famílias tiveram renda *per capita* abaixo do estabelecido como linha de pobreza.

Palavras-chave

Bolsa Família. Políticas de transferência de renda. Amazônia. Reservas de Uso Sustentável. Economia doméstica.

Abstract

The paper examines the impact of social benefits to household economy in the first Sustainable Development Reserves created in Amazonas, Mamirauá and Amanã. Our data from a sample of 920 households showed an average pattern of monthly household income of 1.5 minimum wages and per capita of R\$148 in 2010. The income distribution is remarkably uniform (Gini=0.075). The economic differentiation comes from the family development cycle - families with income below the poverty line are larger and their heads of household are younger. The contribution from government sources represents 44% of all income and reaches 87% of households. The sale of the production contributes on average to 37% of total income, but is higher among households receiving benefits, suggesting that by contributing to domestic stability, the benefits create more favorable conditions for production. Benefits help to raise the consumption levels by 30%, increase the purchase of domestic assets goods (by 70%) and ensure that regular purchase of consumer items; they also allow for greater opportunities for access to education, health and comfort, through the access of goods and services available in urban areas. In sustainable development reserves the benefits give an important support to help fulfill the commitment to improving the living conditions of the residents. Despite the positive impact of the benefits, income pattern remains low and 62% of families had per capita income below what has been established as the poverty line.

Keywords

Bolsa Família. Cash transfer policies. Amazon. Sustainable Development Reserves. Household economics

INTRODUÇÃO

No Brasil, a complexa relação entre pobreza e conservação da biodiversidade (cf. ADAMS; HUTTON, 2007) é enfrentada diretamente pelas Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Criadas nos anos 1990, essas áreas protegidas resultaram de um pacto entre ambientalistas e movimentos organizados do campesinato amazônico. Com as reservas, as populações camponesas conquistaram garantias territoriais em troca de assumirem um compromisso com a conservação da biodiversidade. A partir daí, passaram a ser reconhecidas como Populações Tradicionais (SNUC, 2000; CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA 2001).

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável têm por objetivo conciliar conservação da biodiversidade e redução da pobreza por meio do desenvolvimento de projetos de manejo sustentáveis. Entretanto, a proposta de conjugar metas sociais e metas ambientais é ambígua e desafiadora, em grande parte porque as instituições que participam da gestão das reservas tendem a focar suas competências em uma dessas metas. No Amazonas, políticas públicas e instituições estaduais e federais participam da gestão de 58 Unidades de Conservação de Uso Sustentável, cobrindo uma área total de 248.178 km² ou 15,8% do território estadual (VERÍSSIMO et al., 2011). O maior esforço para a erradicação da pobreza é assumido pelos programas federais, principalmente o Bolsa Família. No Amazonas, os moradores das reservas são elegíveis a mais de cinco benefícios sociais, sendo dois condicionados e três previdenciários.

Nosso objetivo neste artigo é examinar o impacto desse conjunto de benefícios nas duas primeiras Reservas de Desenvolvimento Sustentável criadas no Amazonas, as RDS Mamirauá e Amanã. Discutimos o impacto dos programas de transferência de renda para a economia doméstica dos ribeirinhos, assim como o seu significado para o projeto político das Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Esses resultados não são independentes, mas podem ser examinados em dois sentidos: o que os benefícios significam para famílias vivendo em uma Reserva? E o que os benefícios significam para os objetivos das Reservas?

Os dados consistem basicamente nos valores dos rendimentos e despesas domésticas. Embora a renda monetária seja considerada decisiva para a definição do bem-estar de uma população (ROCHA, 1997), para a população tradicional tratada neste estudo a importância da renda monetária não está relacionada tão somente à segurança alimentar, como nas áreas urbanas, mas se associa principalmente a oportunidades de acesso a bens de consumo e a serviços que lhes foram sempre muito restritos.

Os seis tipos de benefícios que os moradores das RDS recebem têm garantias e condicionalidades diferentes. Os previdenciários (aposentadoria, pensão e salário maternidade) são assegurados por direitos constitucionais, enquanto que os benefícios condicionados são baseados em políticas públicas. O Programa Bolsa Família é uma política que beneficia famílias com renda *per capita* abaixo de R\$ 140,00; suas condicionalidades estão relacionadas à frequência escolar e à saúde de crianças e adolescentes (CASTRO; MODESTO, 2010). Os outros dois benefícios condicionados – Bolsa Floresta e Seguro Defeso – estão ligados à participação em ações que promovem a conservação ambiental.

A Bolsa Floresta é um mecanismo para Redução das Emissões Derivadas de Desmatamento e Degradação (REDD+), destinado a recompensar financeiramente moradores de unidades de conservação do estado do Amazonas pelo seu papel na conservação das florestas (VIANA, 2008). A recompensa mensal de R\$ 50,00 é repassada às mães de família, que assumem o compromisso de desmatamento zero em matas primárias. Já o Seguro Defeso tem abrangência federal. Foi concebido para compensar financeiramente os pescadores artesanais, pagando parcelas correspondentes a um salário mínimo durante os meses de interrupção de suas atividades no período reprodutivo das espécies.

O conjunto de benefícios incide sobre uma economia doméstica, que tem as características de um campesinato moderno: produz para vender e vende para comprar. A produção é autônoma e o grupo familiar é a unidade de referência para a produção e o consumo. Os rendimentos monetários dos ribeirinhos provêm da venda de produtos do trabalho (sobretudo da pesca e da agricultura), recebimento de salários, prestações de serviços e pequenos comércios. Essas fontes de renda foram acrescidas de benefícios previdenciários após 1990, e de benefícios condicionados 15 anos depois.

A transferência direta de renda pode alterar o volume da produção doméstica, influenciando tanto na sua redução quanto no aumento, dependendo de como se dá a relação entre trabalho e consumo doméstico. Como a produção dos ribeirinhos é destinada para custear o seu consumo, enquanto a demanda de consumo socialmente necessário for maior que a penosidade do trabalho¹, o recebimento de benefícios não deve influenciar na redução da produção. Se, ao contrário, a produção aumentar, podemos concluir que a expectativa de consumo é maior do que o consumo propiciado pela renda acrescida dos benefícios.

¹ Segundo Chayanov (1986), a produção camponesa é relacionada ao número de consumidores e produtores da unidade familiar. Os produtores avaliariam um aumento na produção em termos do benefício marginal em relação ao custo adicional ou penosidade do trabalho suplementar que teriam de despendar. O aumento no padrão de consumo afeta essa avaliação.

Os dados sobre consumo são, portanto, reveladores do padrão cultural das necessidades, que são variáveis no tempo e centrais para uma discussão sobre o impacto das políticas de transferência de renda.

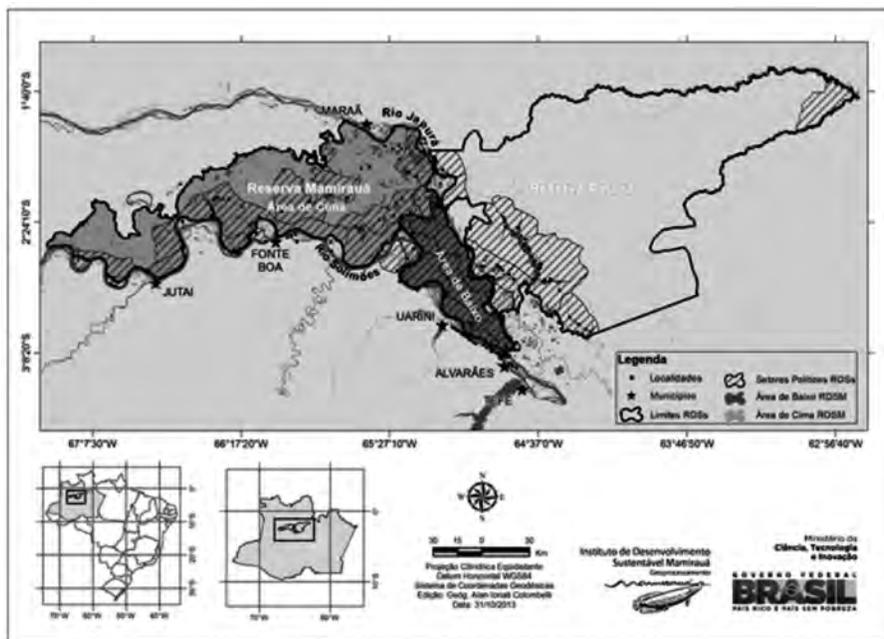
A variação temporal no padrão de consumo em economias de orientação camponesa é tanto de longa escala – relacionada à expansão histórica do consumo de mercadorias e redução do autoabastecimento – quanto de escala familiar, associada ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. A influência das características demográficas sobre as práticas econômicas de camponeses (CHAYANOV, 1986; CHIBNICK, 1984) é relevante também para a nossa discussão sobre os benefícios sociais, sobretudo porque dois deles apresentam condicionantes relacionadas à dinâmica do grupo doméstico: as aposentadorias com as idades dos chefes; e o auxílio do programa Bolsa Família com a idade escolar dos filhos.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados foram coletados em 2011, a partir de uma pesquisa recordatória realizada junto a uma amostra de 920 domicílios nas Reservas Mamirauá e Amanã. As casas estão distribuídas em uma área de 14.140 km², abrangendo oito municípios do Amazonas (Tonantins, Jutai, Fonte Boa, Uarini, Alvarães, Coari, Marã e Japurá), na região do Médio Solimões (Figura 1). A pesquisa registrou os itens mais frequentes do orçamento doméstico. As fontes de renda foram agrupadas nas categorias de venda da produção, salários, serviços e comércio, e o recebimento de benefícios. A despesa foi classificada em termos da sua destinação: para manutenção, compra de equipamentos e aquisição de bens domésticos. O ano de referência dos dados foi 2010, e a unidade de coleta foi o grupo doméstico: conjunto de moradores de um domicílio, invariavelmente ligados por laços familiares entre si e com membros de domicílios vizinhos.

O levantamento foi realizado em 205 das 270 localidades das duas reservas, cujo tamanho varia de 1 a 105 domicílios, com média de 13 casas. A amostragem aleatória cobriu 30% dos domicílios de cada localidade, que representa 40% dos 2.300 domicílios das duas reservas.

Figura 1 - Área de estudo na região do Médio Solimões, Amazonas, Brasil.



Fonte: Geoprocessamento IDSM, 2014.

2 AS CONDIÇÕES DE VIDA

A vida dos ribeirinhos é fortemente influenciada pelas condições ambientais. A Reserva Mimirauá localiza-se, na sua totalidade, em área de várzea, enquanto a Reserva Amanã é composta por florestas de várzea, terra firme e igapó. As florestas de várzea caracterizam-se por uma inundação anual que pode alcançar até 12 metros de profundidade, quando os rios e os canais de águas brancas circundantes transbordam, ocorrendo uma renovação de nutrientes que torna essas áreas muito produtivas. Os igapós são áreas de florestas que sofrem alagações sazonais devido à vazão dos rios de água preta. As florestas de terra firme não são inundáveis e apresentam maior diversidade de espécies, embora os solos sejam considerados menos produtivos (JUNK, 1997).

As principais atividades produtivas são a pesca e a agricultura, juntamente com a caça, o extrativismo e a extração de madeira, que são voltadas ao mercado e autoconsumo. Na várzea, a principal atividade direcionada ao mercado é a pesca, enquanto em áreas de terra firme é a agricultura. Nas florestas de terra firme, além da agricultura de corte e queima, há cultivos mais perenes nos sítios, roças e quintais. Já nas várzeas, a agricultura migratória é de ciclo rápido.

O calendário da produção, o ritmo do consumo, a variação dos rendimentos e até a mobilidade das famílias são influenciados pelas dinâmicas ambientais, especialmente durante as grandes cheias ou secas. A variação sazonal no nível das águas afeta a disponibilidade de pescado, caça e terras para o cultivo e, por conseguinte, a produção. Quando as alterações ambientais extrapolam os níveis de variação regulares há uma queda na produção tanto das roças quanto da pesca.

A maioria dos grupos domésticos é formada por famílias relativamente grandes e jovens. Em 2010, a média de moradores por domicílio era 6,33 (± 3) e a idade dos chefes de 44 anos (± 15). As condições locais de atendimento à saúde e à formação escolar ainda são precárias, refletindo a complexidade da pobreza rural na Região Norte (BUAINAIN et al., 2013). Nas duas reservas, apenas cinco das 270 localidades dispõem de postos de saúde em funcionamento. Para acessar serviços de atendimento à saúde, a população precisa se deslocar para as cidades mais próximas.

Os indicadores de educação também refletem a precariedade do ensino. Em 2011, 17% da população com mais de 15 anos não sabia ler, uma fração praticamente duas vezes maior que a taxa de 8,6% registrada pelo IBGE para o Brasil no mesmo ano². Entre os chefes de família da Reserva Mimirauá (n=395), apenas 52% tinham cursado até a 4ª série do ensino fundamental. A maioria das localidades possui escolas municipais que atendem apenas do 1º ao 5º ano. Para seguir os estudos, as crianças e jovens precisam se deslocar para as cidades mais próximas.

Quanto ao saneamento, 64% dos domicílios não dispõem de sistemas de tratamento de dejetos (GOMES et al., 2013). Apesar desse quadro, no período de 20 anos, entre 1991 e 2011 houve uma redução da taxa de mortalidade infantil na Reserva Mimirauá, que decresceu de 85 óbitos para cada grupo de mil crianças nascidas vivas em 1991 para 21 em 2011 (NASCIMENTO et al., in prep.), um valor similar ao do estado do Amazonas no mesmo ano (IBGE, 2011).

3 A EVOLUÇÃO RECENTE DAS TROCAS MERCANTIS

A economia doméstica dos ribeirinhos dinamiza-se por meio das trocas mercantis simples. Até a década de 1960, predominava o aviamento, um sistema de trocas baseado na dívida, em que um patrão-comerciante fornece mercadorias a crédito em troca da produção, principalmente extrativista (SANTOS 1980; ALMEIDA, 1993). A economia local era pouco monetizada e as famílias dependiam quase que exclusivamente da sua produção para obter mercadorias. Como em outras áreas onde o aviamento prevaleceu, as trocas eram calculadas

² Fonte: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>.

monetariamente, mas não incluíam a circulação de dinheiro. A relação comercial envolvia um forte componente de dominação. O patrão controlava a realização das trocas de produtos e mercadorias, lucrando em ambas as operações e administrando a manutenção de uma dívida dos fregueses.

Com o declínio do aviamento, os ribeirinhos passaram a vender a produção com mais liberdade, negociando com pequenos comerciantes e patrões itinerantes, nos regatões (McGRATH, 1989) ou diretamente nas cidades. Estando libertos do jugo do patrão tradicional, puderam usufruir de melhores condições para o comércio, mas os baixos preços alcançados pelos seus produtos implicavam em uma remuneração muito aquém do trabalho despendido.

A concepção orçamentária da economia doméstica foi sendo alterada com o acesso direto aos recursos monetários. Começando com o recebimento de salários e aposentadorias rurais a partir dos anos 1990, seguidos dos benefícios condicionados e de compensação ambiental a partir de meados de 2000, a troca mercantil foi sendo gradativamente mediada pelo dinheiro, antes muito escasso devido ao predomínio do aviamento. Na região em estudo, os benefícios foram os principais responsáveis por um aumento significativo na circulação de dinheiro.

Nos últimos 20 anos, as fontes de rendimentos da economia ribeirinha diversificaram e houve também um aumento absoluto na renda da produção, em virtude da valorização comercial dos produtos. Um estudo longitudinal em quatro localidades da RDS Mamirauá acompanhou a evolução da contribuição da produção para a composição dos orçamentos domésticos³. Em um intervalo de 15 anos, a participação média da venda da produção caiu de 59% para 18%, em função da entrada de outros rendimentos, em especial dos benefícios. Porém, em valores absolutos, o ganho com a venda da produção aumentou 33%, enquanto a renda mensal total, incluindo todas as fontes e refletindo o impacto dos benefícios, subiu em média 335%.

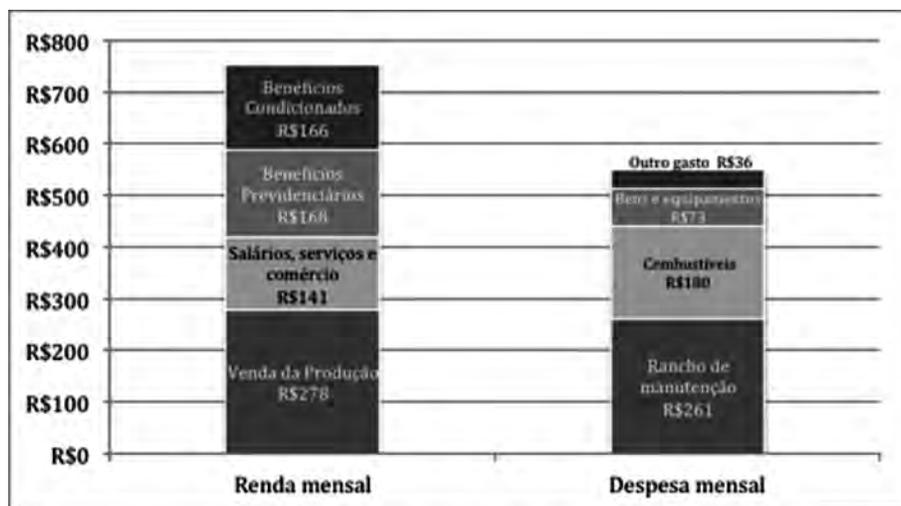
4 PERFIL ORÇAMENTÁRIO MÉDIO: PADRÃO DE RENDIMENTOS E DE GASTOS DOMÉSTICOS

Em 2010, os 217 domicílios obtiveram uma renda anual média de R\$ 9.047,00. Mensalmente, a renda familiar foi de 1,5 salários mínimos da época (R\$ 754,00) e R\$148,00 em valores médios per capita (mediana R\$ 106,00).

³ Em 1991, a renda familiar mensal média era de US\$ 40, basicamente da venda de produtos agrícolas. Em 1994/95, a venda do pescado aumentou (refletindo o impacto da criação da Reserva) e a renda familiar mensal alcançou US\$ 64. A evolução das trocas mercantis nessas comunidades difere do perfil das 205 comunidades deste estudo, exposta a seguir. Em 2010, a produção média das quatro comunidades foi US\$ 85, quase a metade do valor da amostra total, expressando a diversidade de padrões de rendimentos, associada a diferenças na localização geográfica e no acesso aos recursos, além das diferenças pessoais.

O Figura 2 mostra a composição da renda mensal: 37% provêm da venda da produção; 19% de salários, pequeno comércio e prestação de serviços; 22% de benefícios previdenciários e 22% de programas de transferência de renda condicionada. O total de benefícios representa 44% da renda, enquanto a contribuição do trabalho soma 56%. A contribuição específica da venda da produção, em média 37% da renda total, pode ser vista como uma referência de “campesinidade” no contexto atual de pluriatividade econômica.

Figura 2 - Orçamento doméstico em 2010, composição da renda e da despesa média mensal (n=920).



Fonte: Elaboração das autoras.

Dos 920 domicílios, 90% venderam parte da produção, 21% contaram com a participação de salários e 87% receberam algum tipo de benefício.

Os principais produtos disponíveis para a venda provêm da pesca, agricultura, extração de madeira, artesanato, criação de animais e extrativismo. Dentre os domicílios, 69% venderam pescado e 32% venderam farinha.

Dentre os assalariados, 69% são funcionários municipais, com funções de professores, merendeiras, agentes de saúde e condutores de embarcações, enquanto 31% são contratados por outras organizações. A renda domiciliar mensal média dos que receberam salários foi R\$ 1.060,00, e a per capita R\$ 187,00. Isso significa, respectivamente, um ganho entre R\$306,00 e R\$39,00 a mais do que a média geral. Entre os assalariados, os ganhos com a venda da produção foram 18% mais baixos em comparação aos domicílios que não recebem salários. A diferença está relacionada principalmente a menores rendimentos oriundos da

pesca. Mesmo apresentando rendimentos mais altos, as famílias que receberam salários não deixaram de produzir para o mercado, apenas diminuíram o volume da produção.

Com a diversificação das fontes de rendimentos, o aporte dos programas de transferência de renda e a monetarização da economia rural, o padrão de consumo das famílias foi alterado. O maior poder aquisitivo ampliou o acesso aos bens de consumo e patrimoniais, e transformou radicalmente as condições de vida das famílias, em termos materiais.

O gasto doméstico médio em 2010 foi R\$ 551,00 mensais e R\$ 107,00 per capita. Para caracterizar a despesa doméstica, agrupamos os gastos em quatro categorias principais: rancho⁴, combustíveis, bens de patrimônio doméstico e outros gastos (Figura 1). A despesa com o consumo doméstico de manutenção – rancho, botijão de gás e combustíveis usados no transporte fluvial – representou 80% dos gastos.

O rancho é a despesa mais alta. Mesmo sendo composto principalmente, por gêneros alimentícios, não abrange todo o consumo alimentar, pois a alimentação básica (peixe, farinha, frutas, legumes e temperos) é geralmente provida pela própria família. O segundo gasto mais alto é com o combustível. O peso desse investimento expressa o aumento da mobilidade, possibilitada pela aquisição de rabeta⁵ pela maioria das famílias.

O desempenho econômico das famílias pode ser avaliado interpretando a compra de bens de patrimônio doméstico como um saldo positivo. A noção de saldo permite inferir o balanço orçamentário e, dessa forma, balizar nossos dados de rendimentos, cuja origem é recordatória. Um saldo zero seria resultado dos rendimentos destinados apenas à manutenção da casa (que os ribeirinhos chamam “despesa com o rancho”) e a aquisição de bens duráveis indicaria um resultado acima disso. Os ribeirinhos não falam mais em saldo quando discorrem sobre a sua economia doméstica. Mas essa foi a referência histórica para as trocas mercantis no aviamento, que envolvia uma contabilidade disputada e orientava o relacionamento comercial entre o patrão e o freguês. Além disso, o balanço entre ganhos e despesas é central para o estudo de qualquer economia doméstica⁶.

Na média geral, a compra de bens representou 11% das despesas (Gráfico 1). No entanto, apenas 51% das famílias ultrapassaram os gastos simples

⁴ Denominação regional para o conjunto das despesas domésticas de alta reposição, gêneros alimentares e de limpeza. Os itens mais frequentes são açúcar, café, sabão, óleo e leite.

⁵ Motor de popa usado em canoas – o principal meio de transporte regional.

⁶ Saldo evita induzir ao mesmo equívoco de excedente, como uma venda da produção se daria após o autoconsumo. Ao focar no destino da produção, a noção de excedente deixa de observar o consumo adquirido, que é, afinal, o objetivo da venda da produção camponesa.

de manutenção e obtiveram esse saldo positivo. O valor médio anual da compra de bens foi R\$ 1.372,00. Uma proporção menor de casas comprou equipamentos, 33%, gastando, em média, R\$ 528,00. A compra de bens ou equipamentos de trabalho foi efetuada por 66% dos domicílios. Portanto, para aproximadamente um terço das famílias, as trocas envolveram estritamente a obtenção de itens de consumo não duráveis; para dois terços foi possível adquirir um bem ou um equipamento; e a metade das famílias pôde obter saldo positivo e adquirir algum bem durável.

Até o declínio do aviamento, o patrimônio das casas era composto por poucos bens. Fogão, espingarda, máquina de costura e telhas de alumínio eram bens altamente desejados. Em 2010, os domicílios apresentavam uma maior quantidade e variedade de bens materiais. Na nova paisagem rural, raramente se vê uma casa com a cobertura de palha, e apenas as famílias que são consideradas muito desprovidas não possuem fogão. No entanto, em comparação com o padrão nacional médio, o patrimônio doméstico dos ribeirinhos ainda é composto por poucos bens obtidos com muito esforço: apenas metade das famílias conseguiu comprar um bem durável. Televisão e rabeta foram os itens mais adquiridos: 17% e 13% dos domicílios, respectivamente, adquiriram esses itens em 2010. A seguir, 9% das famílias compraram fogão a gás. Dos equipamentos de trabalho, os apetrechos de pesca são os mais citados: 73% dos domicílios compraram esses equipamentos, enquanto 15% adquiriram equipamentos agrícolas.

A dispersão dos bens entre os domicílios acompanha a ordem de aquisição: motor rabeta e fogão são encontrados em 89% das casas e a TV em 71%. Metade possui cama, e um quarto das famílias possui motor de luz, freezer ou geladeira. Celular e casa na cidade compõem o patrimônio de 18% das famílias. A motosserra é encontrada em 16% das casas e 8% possuem máquina de lavar roupa.

Entre os itens do patrimônio, destacamos a presença da poupança que, mesmo com uma frequência baixa de 7%, indica a inclusão de instituições financeiras nas estratégias econômicas adotadas pelas famílias. Esses domicílios apresentaram renda média per capita mensal R\$ 86,00 acima da média geral. Entre estes, 100% declararam ter comprado bens em 2010, mostrando uma associação entre poupança e aquisição de patrimônio.

Não estudamos as razões pelas quais os ribeirinhos poupam. A relação entre poupança e renda não é necessariamente positiva, e tanto a transitoriedade quanto a imprevisibilidade da renda podem ser razões para poupar (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004). O mais significativo para este estudo é verificar a inversão

da sequência da troca mercantil: a passagem da compra a crédito do aviamento para a poupança e adiamento do consumo.

Como observado em outras regiões da Amazônia (PINEDO-VASQUEZ et al., 2008), cresce o interesse por uma segunda casa na cidade, para conciliar a vida urbana e a rural. A estratégia é buscada especialmente pelos moradores da várzea, pois possibilita um abrigo seguro na época da cheia. Para todos, é uma condição essencial para os filhos estudarem nas cidades. Embora apenas 18% das famílias possuam uma segunda casa, é comum serem compartilhadas com os vizinhos.

Dadas as diferenças nas quantias, na regularidade e na origem de cada ingresso de recurso monetário, não seria surpresa observar a existência de destinações particulares para os gastos feitos com cada tipo de rendimento (cf. ZELIZER, 2011). Percebemos a destinação particular dada ao Seguro Defeso para a compra de instrumentos de pesca: das 214 famílias beneficiadas com o seguro, um terço comprou equipamentos de trabalho. Embora essa proporção seja semelhante entre aquelas que não recebem o seguro, o gasto médio com equipamentos foi significativamente maior entre as que receberam o seguro (R\$758,00) do que as que não receberam (R\$442,00). Em seu estudo, Mota et al. (2013) também verificaram o uso do auxílio defeso para a compra de equipamentos de pesca. Os autores contrastam esse uso com o Programa de Aquisição de Alimentos e o Bolsa Família, usados para despesas domésticas. O estudo de Eger e Damo (2014) também mostra o gasto preferencial do Bolsa Família nas despesas com a educação das crianças.

Destacamos a correlação ($p < 0,01$) entre o valor médio do rancho (R\$ 261,00) e a renda média da produção (R\$ 278,00). Entre todas as categorias de consumo examinadas, o gasto com o rancho foi o que menos variou. O gasto com combustíveis também mostrou uma variação relativamente baixa, sugerindo a existência de um padrão cultural para o consumo de mercadorias de alta reposição, vinculado ao rendimento obtido com a venda da produção.

A existência desse padrão de consumo de manutenção é corroborado por uma comparação entre os gastos dos domicílios com renda per capita abaixo e aqueles acima da linha da pobreza. Enquanto os gastos com rancho e combustíveis não variam muito nas duas situações (aumento no valor de 17 e 38 pontos percentuais, respectivamente), a compra de bens acompanha a diferença no valor dos rendimentos, e o aumento é de 141 pontos percentuais entre as famílias com renda per capita acima da linha da pobreza.

5 POBREZA E DESIGUALDADE

O orçamento familiar médio per capita dos ribeirinhos caracteriza a sua situação econômica como vulnerável, apesar do aporte dos benefícios. A vulnerabilidade econômica é adotada como base da definição de pobreza, avaliada por meio de linhas de corte. No Brasil, a linha de pobreza está relacionada ao conceito de pobreza absoluta (ROCHA, 1997), calculada com base nos custos necessários para o atendimento das necessidades nutricionais de uma família.

Nas áreas urbanas, a renda pode ser um bom indicativo da situação de pobreza porque a alimentação é obtida basicamente pela compra. Mas, sem indicadores complementares – como escolaridade, longevidade, felicidade, segurança, justiça e saúde ambiental – a renda se mostra uma medida limitada, especialmente nas áreas rurais, onde a produção familiar supre parte do consumo. Nessas situações, medidas baseadas apenas na renda podem superestimar ou subestimar a dimensão da pobreza (SEN, 2010).

Com essas observações, queremos fazer uma ressalva ao uso de medidas de pobreza baseadas apenas em rendimentos, inserindo uma nota de cautela à interpretação dos nossos próprios dados. Uma avaliação da pobreza relativa exigiria estudos qualificados que extrapolam os objetivos deste artigo.⁷

Rigorosamente, nossas estimativas medem a participação dos ribeirinhos na economia de mercado. A renda familiar só poderá ser um indicador proxy de pobreza quando a mercantilização da economia doméstica for mais abrangente e incluir significativamente, o consumo doméstico. Ou, como expressou um agricultor, ao criticar a mudança de hábitos alimentares na sua comunidade, quando a alimentação depender principalmente “do comprado”⁸.

É nesse sentido que os ribeirinhos vivem o paradoxo de só poderem ser efetivamente incluídos nas estimativas oficiais de pobreza quando os seus rendimentos monetários aumentarem e o seu autoconsumo diminuir. Ou seja, à medida que a sua integração ao mercado crescer, a comparação entre os seus rendimentos monetários e as linhas de corte de pobreza ganhará validade.

Mesmo reconhecendo a ironia dessa situação, confrontamos as nossas estimativas de renda com os principais indicadores de pobreza, pois são referências para a concessão de benefícios. O governo federal utiliza um Cadastro Único

⁷ Considerando o critério europeu para estimar pobreza relativa, 81% dos domicílios estudados tiveram renda média per capita familiar menor do que 60% da mediana nacional em 2010 (IBGE, 2011).

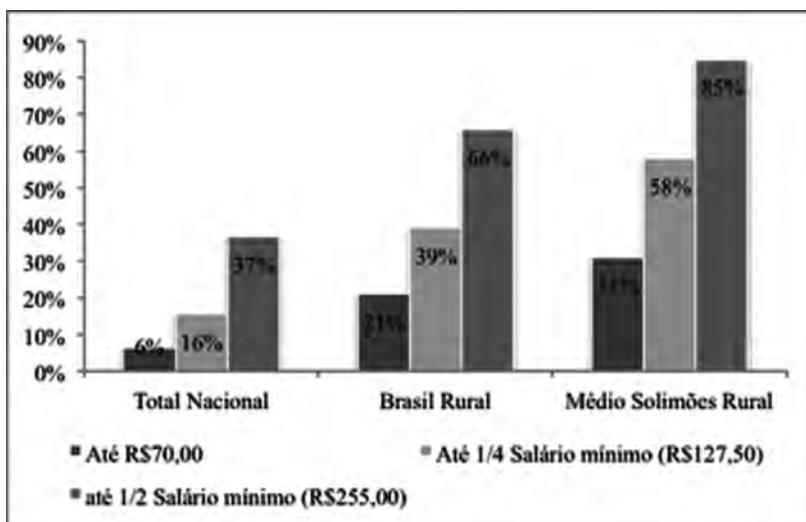
⁸ Entre os domicílios, 65% produzem a farinha para consumo próprio. A farinha é o alimento básico presente em quase todas as refeições das famílias locais. Sobre as mudanças na alimentação dos ribeirinhos, ver Piperata (2007).

baseado no salário mínimo e classifica as famílias como sendo de baixa renda se obtiverem renda mensal de até meio salário mínimo per capita ou renda mensal total de até três salários mínimos.

De acordo com esse quadro, 39% dos domicílios da nossa amostra obtiveram rendimento mensal total menor que o salário mínimo da época; 36% estavam entre um e dois salários mínimos; 17% entre dois e três salários mínimos, e apenas 8% apresentaram rendimentos acima de três salários mínimos. Em valores per capita, 58% dos domicílios estavam abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e 85% abaixo de meio salário mínimo.

As linhas de corte adotadas no Brasil definem como pobres as famílias cuja renda per capita é menor que R\$ 140,00; e as abaixo de R\$70,00 são consideradas em situação de extrema pobreza. Por esse parâmetro, 31% das famílias da amostra estão em situação de extrema pobreza e 62% estão abaixo da linha de pobreza. Por essa definição, a proporção de pobres na população estudada é maior do que no total nacional. É também maior do que a estimativa da pobreza rural brasileira como um todo (Figura 3).

Figura 3 - Proporção de pessoas por classes selecionadas de rendimento domiciliar per capita: totais nacionais e região de estudo (2010).



Fontes: IBGE (2011) e dados da pesquisa.

Por fim, aplicando um referencial internacional adotado pelas Nações Unidas para monitorar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 28% dos domicílios tiveram renda per capita menor que US\$ 1,25 por dia, e 50% dos domicílios apresentaram renda per capita menor que US\$2,00 por dia (PPP).

No entanto, é importante notar que a amostra apresenta uma distribuição da renda per capita familiar notadamente uniforme, com um grau de concentração de renda expresso pelo coeficiente de Gini, de apenas 0,075. No Brasil, o índice de Gini medido pelo IBGE em 2010 foi 0,536; no estado do Amazonas, 0,531 na área urbana e 0,450 na área rural (IBGE, 2011). A baixíssima concentração de renda reflete a igualdade de condições de vulnerabilidade na população estudada.

6 A BASE DEMOGRÁFICA DA DIFERENCIAÇÃO ECONÔMICA

Não obstante a essa uniformidade, a análise da distribuição dos domicílios segundo a renda per capita familiar mostra a presença de um padrão demográfico, sugerindo uma associação entre a diferenciação econômica e as fases do desenvolvimento dos grupos domésticos. Os domicílios nas faixas de renda abaixo da linha da extrema pobreza (31%) apresentam perfil demográfico de chefes mais jovens, em torno de 39 anos, e famílias maiores, compostas por oito membros. Os 38% dos domicílios acima da linha de pobreza têm perfil de chefes mais velhos, em torno de 52 anos, e famílias menores, em torno de quatro membros. Observamos a correlação significativa entre as faixas etárias e a renda média per capita domiciliar, mais acentuada com relação à idade do chefe (0,313; $p < 0,01$) do que com o número de pessoas por domicílio (0,109; $p < 0,01$). A maior influência da idade do chefe sobre os rendimentos se deve às aposentadorias. A idade do chefe também indica o estágio do ciclo de vida doméstico no qual a família se encontra: famílias maiores têm maior oportunidade de expandir a produção para além das necessidades básicas de consumo. Como reflexo dessas condicionantes, as famílias cujo chefe está em idade de aposentadoria rural apresentam renda média 101% maior do que aquelas com chefes mais jovens (<25 anos).

As condicionalidades de dois benefícios estão direta ou indiretamente vinculadas às faixas etárias dos chefes – a aposentadoria, diretamente com a idade dos chefes; e o Bolsa Família, condicionado à frequência escolar dos filhos e indiretamente com a idade. Os dois benefícios se sobrepõem a um possível efeito chayanoviano de diferenciação socioeconômica que as famílias podem apresentar, ligado a variações demográficas na composição do grupo doméstico (CHAYANOV, 1986; CHIBNICK, 1984). Para avaliar a influência de fatores demográficos no volume de venda da produção, dividimos a amostra segundo a faixa etária do chefe de família (Tabela 1).

Tabela 1 - Atributos de 920 domicílios de Mamirauá e Amanã, segundo a faixa etária do chefe de família (2010).

Faixa etária do chefe	(<24)	(25-34)	(35-44)	(45-54)	(55-64)	(65-74)	(75-84)	(>84)
	n=61	n=235	n=221	n=158	n=122	n=75	n=33	n=7
Tamanho médio da família	4,4	5,6	7,2	7,1	6,4	6,2	5,1	5,9
Renda mensal da produção (R\$)	288	248	324	348	263	186	121	155
Renda total mensal média (R\$)	486	586	746	799	907	1065	995	992
Renda mensal <i>per capita</i>	132	119	125	149	179	227	246	191
Venda da produção (%)	53%	42%	43%	35%	29%	18%	12%	16%
Benefícios (%)	18%	36%	35%	30%	50%	74%	79%	77%
Recebem algum benefício social	56%	84%	89%	90%	92%	97%	100%	100%
Recebem aposentadoria	7%	7%	10%	17%	40%	87%	97%	100%
Renda anual média benefícios (R\$)	1.175	2.529	3.155	3.502	5.472	9.417	9.419	9.147
Aposentadoria, anual (R\$)	318	464	734	1.177	2.746	7.510	7.546	7.629
Bolsa Família, anual (R\$)	433	929	1.123	1.075	987	653	548	192
Possuem casa na cidade	8%	9%	15%	18%	33%	31%	39%	100%
Possuem celular	8%	17%	18%	19%	21%	24%	12%	14%
Possuem poupança	12%	6%	7%	4%	9%	8%	12%	14%

As famílias novas mostram um esforço de produção elevado, seguido de leve queda, correspondente à fase de crescimento da família; segue um crescimento da produção até alcançar o valor mais elevado, antes de 55 anos, quando cai rapidamente até atingir em torno da metade do valor inicial (Tabela 1). Os domicílios mostram um crescimento relativamente rápido, seguido de uma fase de dispersão demorada, conforme o chefe da família envelhece; entretanto, mesmo com idades mais avançadas, mantêm uma média de cinco moradores, aproximadamente. O recebimento de benefícios cresce de modo gradativo, de acordo com a idade do chefe, influenciado principalmente pela aposentadoria.

A renda mensal média domiciliar é maior nas faixas etárias mais idosas. A complementariedade entre renda da produção e da previdência e, de modo menos expressivo, os benefícios condicionados, mostra a importância dessas fontes de renda para os mais velhos. A partir dos 55-60 anos, observamos a queda na produção e o aumento da renda, proporcionado pela aposentadoria – o benefício mais significativo nas localidades pesquisadas.

Os domicílios que contam com aposentados dispõem de renda familiar 43% mais alta que os demais. Já o valor total da venda da produção se mostra 38% menor (de R\$ 3.672,00 cai para R\$ 2.295,00). O efeito da aposentadoria sobre a venda de produção agrícola é o mais acentuado – de R\$ 1.3448 anuais entre os sem aposentadoria, cai para R\$612,00 entre os aposentados. A agricultura é a atividade que os ribeirinhos consideram mais trabalhosa, e cujo retorno financeiro é mais baixo. Os gastos com o rancho são muito parecidos, reiterando a existência de um padrão geral de consumo para manutenção. A maior diferença entre as famílias com e sem aposentadoria é a aquisição de uma casa na cidade – 15% a mais entre os aposentados.

Sem a aposentadoria, os idosos, com capacidade produtiva reduzida, teriam que se manter basicamente com a venda da produção. A queda na venda da produção nessa faixa etária não se deve apenas ao recebimento de aposentadoria, pois, devido à idade avançada, os chefes de família já não têm o mesmo vigor para o trabalho. De todo modo, mesmo nas faixas etárias mais jovens, somente a produção não garante uma renda razoável, próxima dos valores oficialmente reconhecidos como provedores de segurança social. A principal razão são os preços e as limitações da produção, que depende da mão de obra familiar.

Em síntese, o perfil dos domicílios por faixa etária (Tabela 1) mostra que as famílias mais jovens são as mais vulneráveis. A renda familiar per capita só ultrapassa a linha oficial da pobreza a partir de 45 anos. Entre os chefes de meia idade, notadamente os aposentados, a renda familiar mensal atinge o valor de um salário mínimo e meio, mas depois ultrapassa esse patamar. Enquanto a

contribuição da venda da produção cai nas faixas etárias mais altas, aumenta a importância relativa e absoluta dos benefícios, sobretudo o previdenciário. Esse resultado corrobora o padrão geral encontrado por Buainain et al. (2013), ao perguntarem “quem são os pobres no Brasil rural”. Os autores mostram que os domicílios rurais mais pobres estão nas fases iniciais do ciclo de vida, ao passo que os menos pobres estão nas fases mais avançadas, que contam com o aporte das aposentadorias.

7 ALCANCE E EFEITOS DOS BENEFÍCIOS

Para a população deste estudo, a contribuição das fontes de rendimentos provenientes de benefícios e de programas governamentais chega a 44% da renda. A dimensão dessa cobertura assinala a importância dos benefícios sociais para a economia doméstica na região, sem os quais os rendimentos das famílias estariam ainda mais distantes da média nacional. A alta participação dos benefícios na composição da renda média tem relação também com os preços dos produtos regionais, desfavoráveis para os ribeirinhos. A renda média mensal obtida com a venda da produção doméstica em 2010 (R\$ 278,00) equivalia à venda de aproximadamente 200 kg de farinha ou de 40 kg de tabaqui.

O alcance dos programas de transferência de renda na economia doméstica em ambas as reservas é expressivo: 87% dos grupos familiares receberam algum tipo de benefício (Tabela 2).

Tabela 2 - Incidência dos benefícios de transferência direta de renda (n=920 domicílios, 2010).

Tipo de Benefício		Cobertura	Valor médio anual R\$
Condicionados	Bolsa Floresta	67%	R\$ 696,00
	Bolsa Família	62%	R\$ 1.511,00
	Seguro Defeso	23%	R\$ 2.566,00
Previdenciários	Aposentadoria	24%	R\$ 7.594,00
	Salário Maternidade	4%	R\$ 2.014,00
	Pensão	2%	R\$ 5.061,00

Os benefícios recebidos pelos residentes nos domicílios considerados neste estudo somaram R\$ 3.689.892,00, representando R\$ 634,00 por pessoa/ano (US\$ 358,00). A renda total gerada pelo trabalho foi R\$ 4.633.258,00; desses rendimentos, 66% são oriundos da produção, 30% dos salários e serviços e 4% do comércio. A participação de ganhos do trabalho em relação àqueles com benefícios foi 26% maior.

Os ribeirinhos tratam os benefícios como ganhos suplementares aos rendimentos da produção. Mesmo a aposentadoria, que deveria cobrir integralmente as despesas do assegurado, não garante uma renda suficiente para a maioria dos domicílios, que continua engajada em atividades produtivas voltadas ao mercado. Apenas 7% dos domicílios vivem exclusivamente de benefícios, com renda média mensal de R\$ 552,00, aproximada ao valor do salário mínimo à época. Entre todos os domicílios, apenas 3% vivem apenas com recursos da aposentadoria, o benefício mais elevado⁹. Isso mostra dependência continuada da venda da produção, apesar do alcance e do volume dos benefícios dos programas governamentais.

Comparamos a renda per capita mensal média de domicílios em quatro situações: (i) que não recebem nenhum tipo de benefício (n=119; R\$ 92,00), vivendo em uma situação comparável à vigente em 1991; (ii) que recebem benefícios previdenciários, mas não benefícios condicionados, embora sejam elegíveis, por estarem abaixo da linha da pobreza (n=118; R\$ 58,00); (iii) que não contam com benefícios condicionados, mas com previdenciários, independente da faixa de renda média per capita (n=168; R\$ 127,00); e (iv) domicílios que recebem todos os benefícios, previdenciários e condicionados (n=752; R\$ 153,00).

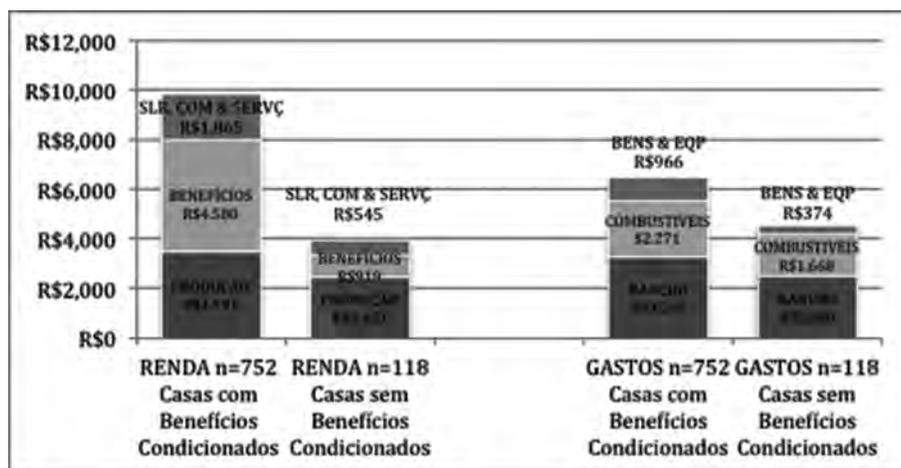
Para explorar o efeito dos benefícios condicionados no orçamento domiciliar, comparamos os rendimentos dos domicílios com (n=752) e sem esses benefícios (n=118), mas elegíveis. Os domicílios sem benefícios apresentaram renda média anual 60% menor. Entre as famílias que recebem esses benefícios, a produção representou 35% da renda total; entre as que não recebem, a produção representou 63%. Porém, em valores absolutos, a diferença é inversa, pois as famílias que contam com esses benefícios registraram uma venda da produção 30% maior¹⁰ (Gráfico 3).

Dos três benefícios condicionados, o Bolsa Família (BF) é o mais controverso. Segundo uma concepção bastante disseminada, este auxílio teria gerado um “efeito preguiça” nos ribeirinhos, que agora trabalhariam menos. A análise do seu efeito específico sobre os rendimentos é dificultada pelo fato de raramente ser a única fonte de renda, visto que apenas 9% dos domicílios receberam somente o BF. Mesmo que seja impossível considerar o efeito do BF isoladamente, este auxílio, junto com outros benefícios, não provoca a acomodação das famílias, que mantêm uma produção para o mercado até mais elevada do que as famílias que não recebem o benefício (Figura 4).

⁹ Cujos valor médio em dólares era aproximadamente US\$ 360 mensais.

¹⁰ Teste t-Student mostrou diferença significativa ($p < 0,01$) na comparação entre a venda da produção nas duas subamostras (n=118 e n=752).

Figura 4 - Comparação entre a composição dos rendimentos e dos gastos anuais médios em domicílios com e sem benefícios condicionados, mas elegíveis (Mamirauá e Amanã, 2010).



Esse resultado corrobora a interpretação do efeito dos benefícios previdenciários sobre a produção doméstica – de serem tratados como um complemento à venda da produção para cobrir as despesas domésticas. Os rendimentos oriundos da produção decaem nas faixas etárias mais altas, quando os chefes de família passam ter direito ao recebimento da aposentadoria rural, mas não desaparecem, e continuam contribuindo para a formação da renda familiar.

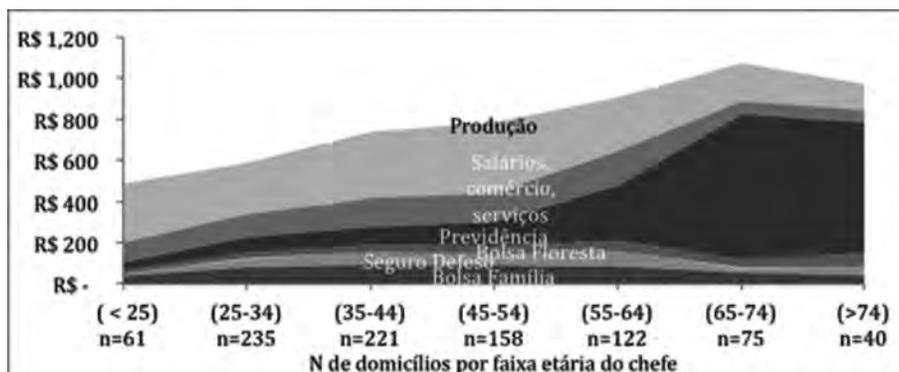
Há de se considerar, também, pelo menos duas dinâmicas sociais responsáveis pela motivação de trabalho e manutenção das atividades de produção para a venda: o trabalho cotidiano – os valores associados à honra dos chefes de família, que gira em torno da produção –, e a mudança rápida no padrão de consumo socialmente necessário, mesmo que seja simples, conduz a uma participação contínua nas trocas de mercado. A maior mobilidade entre a Reserva e a cidade, e a integração à vida urbana, também geraram gastos adicionais.

O efeito do conjunto de benefícios condicionados sobre a despesa doméstica é ilustrado pelo Gráfico 3. Há uma diferença em torno de 30% em todos os gastos das famílias que recebem benefícios condicionados, exceto na compra de bens, que foi 70% mais alta, indicando uma economia mais expressiva, gerando um saldo positivo no orçamento doméstico. A proporção de domicílios que compraram bens também difere significativamente: 55% entre os que recebem benefícios e 26% entre os que não recebem.

O Figura 5 apresenta a contribuição média das diferentes fontes de renda e a variação na composição do orçamento doméstico, segundo a idade do chefe. A complementaridade entre as duas principais fontes de renda – produção e benefícios – denota um espectro de cobertura variável. Produção e benefícios condicionados predominam nas faixas etárias mais jovens, e produção e previdência nas faixas etárias mais idosas. Embora os benefícios condicionados apresentem uma distribuição relativamente uniforme entre 25 e 60 anos, são mais importantes para as famílias mais jovens. Na idade avançada, por outro lado, a aposentadoria praticamente dobra a renda familiar.

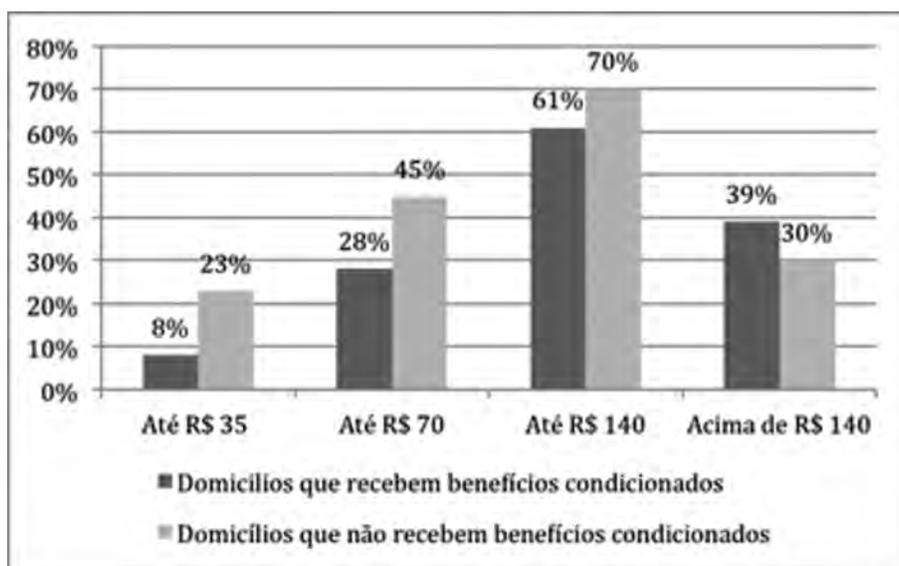
Os benefícios têm impactos distintos no orçamento doméstico, de acordo com a fase do ciclo de vida. A importância para a geração da renda e para a provisão do consumo varia de acordo com a idade do chefe, estabelecendo padrões orçamentários característicos para cada fase.

Figura 5 - Composição da renda familiar mensal por faixa etária do chefe de família (n=920).



Por fim, examinamos o efeito geral dos benefícios condicionados sobre a distribuição da renda per capita, para indagar em que medida contribui para que população saia da pobreza extrema. Comparamos a proporção de famílias com e sem benefícios condicionados, em quatro faixas de renda per capita: até R\$ 35,00; até R\$ 70,00, até R\$ 140,00 e acima linha da pobreza (Figura 6). Entre os que recebem benefícios condicionados, a proporção nas duas faixas de renda per capita de extrema pobreza é menor em 15 e 17%. O impacto desses benefícios não é tão significativo no grupo III, em que a diferença é de 9%. Já a diferença na proporção de famílias acima da linha da pobreza é inversamente proporcional, sendo 9% maior no grupo que recebe benefícios condicionados. Portanto, os benefícios condicionados mostram um efeito positivo para as famílias mais carentes que, como vimos, são majoritariamente as mais jovens e com filhos pequenos.

Figura 6 - Proporção de domicílios por faixa de renda per capita, segundo o recebimento ou não de benefícios condicionados (n=920).



DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A contribuição do conjunto de programas sociais para a erradicação da pobreza nas duas reservas é inequívoca. O aporte financeiro propiciado pelos benefícios possibilita a aquisição de bens patrimônios e assegura a compra regular dos itens de consumo. Também possibilita maiores oportunidades de acesso à educação, saúde e conforto, por meio do usufruto de bens e serviços disponíveis nas áreas urbanas.

Os benefícios representam, em média, 44% da renda total dos moradores, variando de 18% a 79%, de acordo com a faixa etária do chefe da família. O alcance dos benefícios é amplo, e o que tem maior impacto sobre a renda é a aposentadoria. Embora o seu alcance seja restrito a 24% das famílias, a sua contribuição quase dobra o rendimento domiciliar. A renda monetária oriunda de benefícios condicionados é mais modesta, mas cumpre um papel importante entre as famílias mais jovens, diminuindo a vulnerabilidade econômica associada a essa fase do ciclo de vida do grupo doméstico.

O fato de as famílias que recebem benefícios condicionados obterem rendimentos de produção mais altos do que as que não recebem sugere que, ao contribuírem para a estabilidade doméstica, os benefícios criam condições favoráveis para produção. E, notadamente, não produzem o efeito oposto, de acomodação dos beneficiários.

O efeito positivo dos benefícios sobre a produção econômica aponta também para a situação particular dos ribeirinhos nas Reservas de Mamirauá e Amanã: sua produção é dependente do ecossistema, subordinada à oferta de recursos naturais. Nas Reservas, os ribeirinhos usufruem de melhores condições de produção, sobretudo a pesqueira. A exploração dos recursos segue protocolos de manejo sustentável, que concedem aos moradores a prioridade de exploração¹¹. Assim, os benefícios se somam às condições mais favoráveis encontradas em ambas as reservas, que se reflete na melhoria dos rendimentos oriundos da produção.

Por sua vez, os benefícios representam um importante suporte para a gestão das Reservas, reafirmando o compromisso com a melhoria das condições de vida dos moradores. A contribuição mútua das políticas sociais e ambientais deve ser ressaltada, para que as instituições reconheçam a imbricação de suas ações. A multideterminação e multicausalidade dos fenômenos em questão – pobreza e sustentabilidade – impõem que a sua discussão seja feita em diversas escalas (BRONDÍZIO et al., 2009). A difícil equação entre pobreza e conservação ambiental inclui a definição das responsabilidades sociais. Quem deve assumi-las? As Unidades de Conservação não devem se abster de assumir um compromisso mais claro com a superação das carências sociais, nem deixar de participar ativamente das políticas sociais empreendidas em outras escalas institucionais.

Para estimar o impacto das políticas de transferência de renda, podemos imaginar um cenário contrafactual anterior (ver Gráfico 4). Sem esses benefícios, os rendimentos médios seriam dados basicamente pela renda da produção, com valor provavelmente menor. Em um cenário anterior às reservas, o rendimento da produção seria ainda mais baixo, pois não contaria com o aumento na produtividade da pesca e melhores condições de comercialização.

Para os moradores das reservas, o cancelamento dos benefícios seria trágico, pois mesmo com o impacto positivo dessas contribuições, a população continua nominalmente pobre: 85% famílias apresentaram renda per capita abaixo de meio salário mínimo, e 62% obtiveram renda per capita abaixo da linha da pobreza. A vulnerabilidade da população é dada não somente pelos indicadores de renda, mas decorre também da precariedade dos serviços públicos – educação, saneamento e saúde – oferecidos na área rural.

Por fim, advertimos sobre o recorte deste trabalho. Não discutimos o que é pobreza para os ribeirinhos, nem qual seria a sua avaliação dos impactos

¹¹ Para conhecer esses programas de manejo e seus efeitos sobre as condições de vida, ver as publicações do Instituto Mamirauá. Disponíveis em: <<http://www.mamiraua.org.br/pt-br/publicacoes>>

das políticas de transferência de renda. Sabemos, no entanto, que, ao incidirem diretamente na economia doméstica, os programas modificam as condições em que os ribeirinhos formulam os seus projetos econômicos – seja de consumo ou de produção. A reação dos ribeirinhos a esse novo cenário socioambiental, por sua vez, muda o contexto em que operam tanto a Reserva quanto os benefícios, alterando dialeticamente as condições a partir das quais os moradores formulam a sua concepção de pobreza. No contexto de mudança em direção a uma condição pós-campesinato, em que a autonomia do consumo diminui, a questão da pobreza se torna paradoxal, como notamos anteriormente. Na medida em que crescem os rendimentos monetários e aumenta o envolvimento da produção e do consumo com o mercado, as famílias passam a ser legitimamente classificáveis como pobres, e se tornam comparáveis a outros segmentos sociais para os quais a renda tem um significado central, mas não exclusivo, na definição de bem-estar e oportunidades.

REFERÊNCIAS

ADAMS, W.; HUTTON, J. People, Parks and Poverty: Political Ecology and Biodiversity Conservation. **Conservation and Society**, v. 5, n. 2, p. 147-183, 2007.

ALMEIDA, M. **Rubber tappers of the upper Juruá River, Acre: the making of a forest peasantry**. Tese (Doutorado) – University of Cambridge, Cambridge, 1993.

BRONDÍZIO, E.; OSTROM, E.; YOUNG, O. Connectivity and the Governance of Multilevel Social-Ecological Systems: the role of social capital. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 34, p. 253-278, 2009.

BUAINAIN, A.; DEDECCA, C.; NEDER, H. **Características regionais da pobreza rural no Brasil: algumas implicações para políticas públicas**. In: BUAINAIN, A.; DEDECCA, C. (Orgs.). *A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2013. p. 57-110.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In: CAPOBIANCO, J. P. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001. p. 184-193.

CASTRO, J.; MODESTO, L. (Orgs.) **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. 2 v. Brasília, DF: IPEA, 2010.

CHAYANOV, A. **The Theory of Peasant Economy**. Manchester: Manchester University Press, 1986.

CHIBNIK, M. A Cross-Cultural Examination of Chayanov's Theory. **Current Anthropology**, v. 25, n. 3, p. 335-340, 1984.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.

EGER, T.; DAMO, A. Money and morality in the Bolsa Família. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 11, n. 1, 2014.

GOMES, M.; CORREA, D.; NASCIMENTO, A.; MOURA, E. Condições de uso da água em comunidades ribeirinhas das RDS Mamirauá e Amanã. In: SIMPÓSIO CONSERVAÇÃO E MANEJO PARTICIPATIVO NA AMAZÔNIA, 10, 2013, Tefé. **Resumos...** Tefé: Instituto Mamirauá, 2013.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. 2011. (Série Estudos e Pesquisas, n. 28).

JUNK, W. J. **General aspects of floodplain ecology with special reference to Amazonian floodplains**. In: JUNK, W. (Ed.). **The Central Amazon Floodplain: Ecological Studies**, Berlin: Springer, 1997.

MCGRATH, D. **The Paraense Traders: small-scale, long distance trade in the Brazilian Amazon**. Tese (Doutorado) – University of Wisconsin, Madison, 1989.

MOTA, D.; SCHMITZ, H.; PORRO, N.; SILVA, J.; RODRIGUES, R. Interpretações de Programas de Políticas Públicas por mulheres extrativistas de Mangaba em Sergipe. **Amazônica, Revista de Antropologia** [Online], v. 5, n. 3, 2013.

NASCIMENTO, A. **Censo Demográfico das Reservas Mamirauá e Amanã**. Manuscrito em preparação, 2010.

PINEDO-VASQUEZ, M.; PADOCH, C.; SEARS, R.; BRONDÍZIO, E.; DEADMAN, P. Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo de recursos de várzea na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 2, p. 43-56, 2008.

PIPERATA, B. A. The Nutrition Transition in Amazonia: rapid economic change and its impact on growth and development in Ribeirinhos. **American Journal of Physical Anthropology**, v. 133, n. 2, p.868-878, 2007.

ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, p. 313-352, 1997.

SANTOS, R. História econômica da Amazônia (1800-1920). **Biblioteca básica de ciências sociais: Estudos brasileiros**, v. 3. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**; decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: MMA/SBF, 2002.

VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S. de M. (Orgs). **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VIANA, V. Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 64, 2008.

ZELIZER, V. **Economic Lives, how culture shapes the economy**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2011.

Texto submetido à Revista em 13.04.2015
Aceito para publicação em 21.12.2015



A questão produtiva nas Reservas Extrativistas

Agricultural Production in Extractive Reserves

Gabriel da Silva Medina - Professor da Universidade Federal de Goiás; pós-doutor em Políticas Ambientais (Imperial College London); doutor em Ciências Naturais (Universidade de Freiburg); mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (Universidade Federal do Pará). Email: gabriel.silva.medina@gmail.com.

Claudio Wilson Soares Barbosa - Graduado em Administração Pública, Universidade do Sul de Santa Catarina; mestre em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. E-mail: claudio.barbosa25@gmail.com

Resumo

Um dos maiores desafios atuais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia é a inclusão produtiva das populações locais, em particular aquelas que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UC), como as Reservas Extrativistas (Resex). Este artigo descreve os principais sistemas produtivos das populações da Resex Verde para Sempre: manejo de búfalos, extração de madeira e manejo de pesca. Os resultados revelam que esses sistemas tradicionais estão ameaçados pela burocracia governamental, que nega a possibilidade de criação de grandes animais em UCs, mesmo quando a atividade é anterior à criação da unidade; define planos formais de manejo florestal como única opção para o uso comercial das florestas, inclusive com requerimentos inaccessíveis para as famílias; e não reconhece os acordos de pesca elaborados pelas comunidades. Sem alternativas para a geração de renda, as famílias estão sendo condenadas à pobreza, à ilegalidade e ao êxodo rural. Tratar da questão produtiva é fundamental para o futuro das Resex no Brasil.

Abstract

One of the greatest challenges for sustainable development in the Amazon is the generation of income by local communities, particularly those living in conservation unities (UC) for sustainable development such as Extractive Reserves (Resex). In this paper we describe the main productive activities carried out by families living in the Resex Verde para Sempre: buffalo ranching, timber extraction and fish management. Results reveal that the development of those traditional activities are hindered by governmental bureaucracy prohibiting buffalo ranching in UC, even considering that the activity precedes the creation of the Resex; requiring formal forest management plans as the only way for commercial use of forests, even aware that the requirements for such plans are non-achievable by local families; and not acknowledging local systems for fishing management agreed by community members. Without alternatives for generating income families tend to remain poor, to carry out their activities informally and, ultimately, to leave the Resex. Addressing the issue of income generation by local communities is fundamental for the future development of the Resex in Brazil.

Palavras-chave

Unidade de conservação. Governança local. Recursos naturais. Amazônia.

Keywords

Conservation unities. Local governance. Natural resources. Amazon.

INTRODUÇÃO

Na Amazônia, um dos grandes desafios enfrentados pelas populações que vivem em Unidades de Conservação (UC), em particular nas Reservas Extrativistas (Resex), é a geração de renda. A dependência dos programas de transferência de renda do governo federal (Bolsa Família e Bolsa Verde) revela a situação de pobreza em que vivem moradores desses espaços protegidos na região (HOMMA; SANTOS, 2015). Tradicionalmente as populações desses territórios têm desenvolvido a agricultura de subsistência e o extrativismo, incluindo a pesca, a extração de madeira e a criação de animais de pequeno e grande portes (MEDINA; BARBOSA, 2015).

A inclusão produtiva para a geração de renda pelas comunidades da Amazônia passa pela valorização e pelo reconhecimento de seu protagonismo, pela construção de propostas produtivas a partir dos conhecimentos, interesses e capacidades locais, pela atuação participativa dos atores externos e pela colaboração do Estado (POKORNY et al., 2010). De acordo com essa concepção, a governança local (ou sistemas locais de produção e gestão) é uma das alternativas mais promissoras, a partir do(a): a) capacidade dos grupos locais em gerenciar estrategicamente seus recursos; b) noção de que propostas e acordos que saiam das comunidades podem ter mais efetividade que a gestão do Estado; c) reconhecimento da importância do Estado como avalista dos sistemas de governança local para garantir sua robustez, principalmente diante de ameaças externas (MEDINA, 2012).

Embora haja evidências da capacidade das comunidades para a governança de recursos naturais locais em todo o mundo (OSTROM, 1999), estudos revelam que as populações locais têm poder político limitado das para fazer valer seus interesses diante de atores externos poderosos (DOVE, 1993). Em muitos casos, o advento da criação das Resex corrobora a correlação de forças desequilibrada, em prejuízo das comunidades locais (BATISTA; SIMONIAN, 2013). Mesmo quando sistemas produtivos locais são estabelecidos, as comunidades enfrentam desafios relacionados ao quadro político-institucional, com o qual precisam interagir para buscar apoio e legitimidade (MUÑOZ et al., 2007).

No caso das Resex, o principal interlocutor das comunidades locais é o Estado brasileiro, representado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que é a autarquia do Ministério do Meio Ambiente (MMA) responsável pelas UC do país. O ICMBio tem caracterizado sua atuação pela ideologia desenvolvimentista, promovida a partir de forte controle da vida das comunidades, com pouca abertura para efetivar sistemas de autogestão dos

recursos naturais existentes nas Resex (PROST; SANTOS, 2016). A abordagem de comando e controle tem sido privilegiada pelo Estado, mesmo diante de evidências de sua limitada capacidade infraestrutural para implantar políticas de desenvolvimento regional sustentável na Amazônia (OLIVEIRA, 2015).

O conceito de Reserva Extrativista tem suas origens nas lutas dos seringueiros do estado do Acre (ALLEGRETTI, 2008; GONÇALVES, 2012). Com o advento da Lei 9.985/2000, que cria o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), Resex passa a ser definida como “área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000, Art. 18).

Estudos têm apontado percepções diferentes entre populações locais e atores externos sobre a noção de uso sustentável dos recursos naturais e de desenvolvimento sustentável (MENDONÇA; AQUINO, 2014), em muitos casos resultando em conflitos e frustrações das comunidades locais, e comprometendo o desenvolvimento das UCs (PARENTE; BURSZTYN, 2012). A opção pelo comando e controle por parte do Estado tem criado um ambiente de proibições, com ausência de alternativas de desenvolvimento.

Reconhecendo que um dos maiores desafios atuais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia é a inclusão produtiva das populações locais, em particular daquelas que vivem em UC de uso sustentável, como as Resex, este trabalho busca: a) identificar os principais conflitos entre os sistemas de produção tradicionais e as normas do órgão gestor das UCs; b) apresentar o funcionamento dos sistemas de produção tradicionais que podem servir de base para a inclusão produtiva das populações locais; c) discutir o papel do Estado e outros atores-chave no apoio ao desenvolvimento rural na Amazônia, em particular no apoio à inclusão produtiva das famílias.

1 METODOLOGIA

Este artigo baseia-se em um estudo de caso desenvolvido na maior Resex brasileira, a Reserva Extrativista Verde para Sempre, criada em 2004, em Porto de Moz (PA). Os autores realizaram pesquisa de campo no período de julho de 2010 a agosto de 2013, visando conhecer a situação das comunidades rurais daquele município, como parte das atividades do projeto Governança de Recursos Naturais por Produtores Familiares da Amazônia, relatadas no livro

“Experiências Produtivas de Agricultores Familiares da Amazônia” (MEDINA; BARBOSA, 2015).

A área rural do município é ocupada há mais de cem anos por populações ribeirinhas que vivem da criação de animais (incluindo gado bubalino e bovino), do uso da floresta e da pesca. A partir de 2004, as famílias, que lutaram pela criação da Resex, passaram a lidar diretamente com o órgão gestor da unidade, buscando garantir a continuidade das suas práticas produtivas tradicionais.

No decorrer da pesquisa, quatro comunidades criadoras de búfalos, famílias de duas comunidades que fazem extração tradicional de madeira e duas comunidades que mantêm acordos de pesca foram assessoradas diretamente com quatro visitas anuais e também em encontros realizados com representantes do poder público para tratar da questão produtiva na Resex. Os sistemas de produção e manejo foram descritos e o esforço das comunidades para o reconhecimento de suas práticas pelo Estado foi acompanhado e relatado nos resultados deste artigo.

2 RESULTADOS

2.1 MANEJO DE BÚFALOS

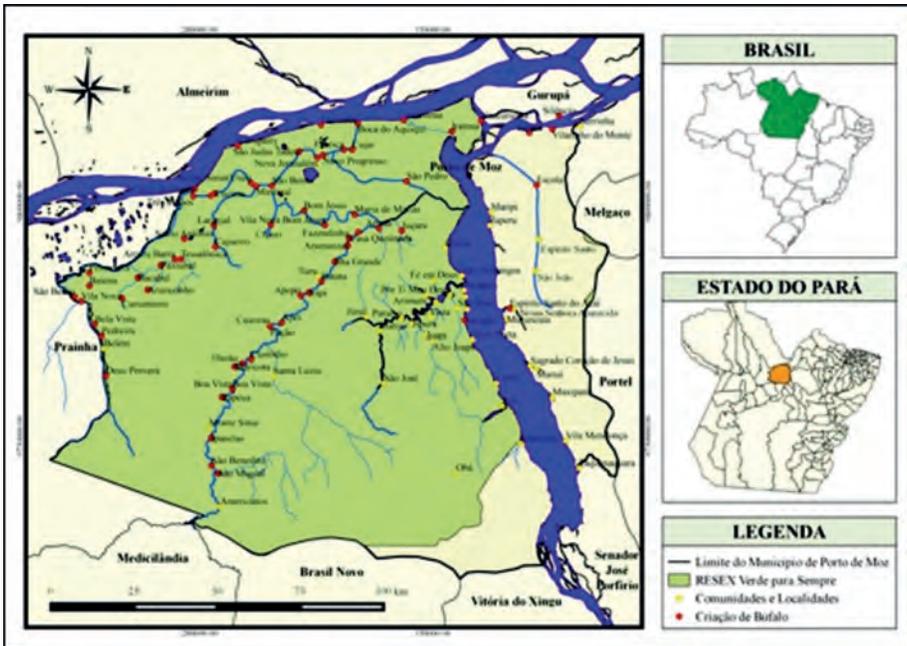
Conflitos

A criação de búfalos tornou-se uma das atividades mais importantes para a população rural de Porto de Moz nas últimas três décadas. Dentre as 107 comunidades e localidades rurais daquela região, em 65 (61%) há famílias atuando na criação de búfalos (Figura 1). A maior parte dos criadores está concentrada na área de várzea, entre os rios Xingu e Amazonas, ao norte do município. A quantidade de animais por família varia entre 10 e 100 cabeças. Poucos criadores possuem mais de 100 reses, mas têm algumas fazendas com plantéis maiores. A criação de búfalos visa à comercialização da carne e a produção de leite para a fabricação de queijo. O gado vendido para corte funciona como poupança para as famílias e a produção de queijo serve como fonte de renda, que se intercala com a atividade de pesca somente em áreas de várzea; e com a agricultura e extração de madeira em áreas de várzea e terra firme.

A criação da Resex Verde para Sempre em 2004, que inclui a área com criação tradicional de búfalos, suscitou a necessidade de diálogo das famílias e comunidades com órgão gestor de Resex. Esse esforço de diálogo visa garantir a continuidade da criação de búfalos na área da Resex, visto que o SNUC não prevê textualmente a permissão para criação de animais de grande porte nas unidades

de conservação. A indefinição do governo sobre a manutenção da atividade tem desestimulado as famílias a continuar sua produção, restringido o acesso ao crédito rural, que é essencial para os criadores manterem os investimentos, sobretudo na infraestrutura de marombas (currais suspensos) na época das cheias, que é fundamental para a criação de gado nas áreas de várzea.

Figura 1. Comunidades que criam bubalinos na Resex Verde Para Sempre.



Fonte: trabalho de campo. Elaboração do mapa: Nayra Trindade.

Sistemas de criação

Os criadores de búfalos da Resex Verde para Sempre utilizam dois principais sistemas de manejo, de acordo com as condições naturais. Nas propriedades localizadas totalmente em áreas de várzea (sem terra firme), os criadores trabalham com manejo do gado em marombas (currais suspensos), com livre acesso às áreas de capim nativo. Já nos terrenos situados nas áreas de transição entre várzea e terra firme utilizam dois tipos de manejo: no período da seca ou das águas baixas, mantêm o gado na várzea, aproveitando os campos naturais; e na época das cheias, quando os pastos naturais são inundados, levam o gado para os pastos plantados na terra firme. Em ambos os casos, a criação de gado depende, fundamentalmente, da disponibilidade das pastagens naturais e da adaptabilidade dos animais.

A criação do búfalo é organizada em núcleos formados por famílias vinculadas por relações de parentesco e que residem próximas umas das outras. Os animais são tradicionalmente criados soltos e não há cercas dividindo as propriedades. As terras pertencentes a cada um dos criadores são demarcadas por limites naturais, como uma árvore, enseada ou igarapé. Nesse sistema, as relações familiares e a proximidade facilitam o entendimento sobre o uso do espaço comum.

No sistema de criação gado característico das áreas de várzea, às margens dos rios, as famílias constroem casas tipo palafitas e marombas onde os animais descansam e são tratados na época da cheia. Nesse sistema, o principal desafio é garantir a alimentação para o gado no período das cheias, principalmente para os bezerros, que não conseguem nadar grandes distâncias em busca de pastos.

As principais alternativas técnicas desenvolvidas pelos criadores para obterem melhores condições de manejo, considerando as condições ambientais e de investimentos existentes são: 1) Manejo de pastagens naturais, que consiste na rotação de áreas entre o período de cheias e de baixa das águas; 2) Complementação alimentar, com o fornecimento de capim retirado nos campos e nas margens dos rios para bezerros e búfalas que ficam na maromba durante o período pré-parto, que ocorre na época das cheias; 3) preparo da área de recreio, que são quadras (piquetes) na ilharga (próximas) da maromba, para reservar os pastos para a época das cheias. Essas áreas também servem como fontes de alimento, pois fornecem capim aos animais jovens ou podem ser pastejadas com mais facilidade por estarem próximas às marombas.

Nas áreas de transição entre a várzea e a terra firme, tradicionalmente os animais permanecem por cerca de seis meses em cada ambiente. Os animais ficam na área de várzea durante o período de estiagem (de agosto a janeiro), pois os campos naturais propiciam ótimo rendimento de leite, crescimento e engorda do gado, principalmente quando ocorrem as primeiras chuvas de dezembro e o capim rebrota rapidamente. Nas áreas de várzea há predominância das espécies de capim nativo rabo-de-rato, pomunga, arroz bravo e perimembeca às margens dos rios. Na época das cheias (de fevereiro a julho), os animais são levados para áreas de terra firme, que geralmente são abertas e compostas de capim braquiarião ou quicuiu. Quando o criador não possui pasto formado na terra firme, em geral ele arrenda áreas de pastagem para todo o rebanho.

Papel do Estado

As famílias desenvolveram um sistema de manejo eficiente na criação de gado, considerando as condições locais. Desde a criação da Resex, em 2004, há a promessa de o ICMBio realizar estudos para avaliar os impactos e regulamentar

a criação de búfalos no interior da UC. A não realização desses estudos e as incertezas das famílias sobre a possibilidade de manutenção da criação na Resex e a suspensão do acesso a qualquer tipo de fomento à atividade por parte do governo, incluindo o crédito Pronaf, estão levando à desestruturação dos sistemas de criação. Portanto, é fundamental que o ICMBio ajuste o SNUC à realidade das populações das Resex que tradicionalmente criam animais de grande porte e, com isso, evite que os bancos suspendam indefinidamente o crédito para investimentos na atividade.

Embora na maioria das Resex se mantenha a criação de animais de grande porte (bovinos ou bubalinos), até agora o MMA tem se mantido omissivo em tratar dessa questão à luz da legislação, por entender que há incompatibilidade entre a atividade e o SNUC. No caso da Resex Verde para Sempre, os criadores buscam alternativas a partir da mobilização por meio das associações e, à medida que expõem suas práticas, levam os órgãos e organizações ambientalistas a enfrentar a realidade das UCs de Uso Sustentável na Amazônia.

Extração tradicional de madeira

Conflitos

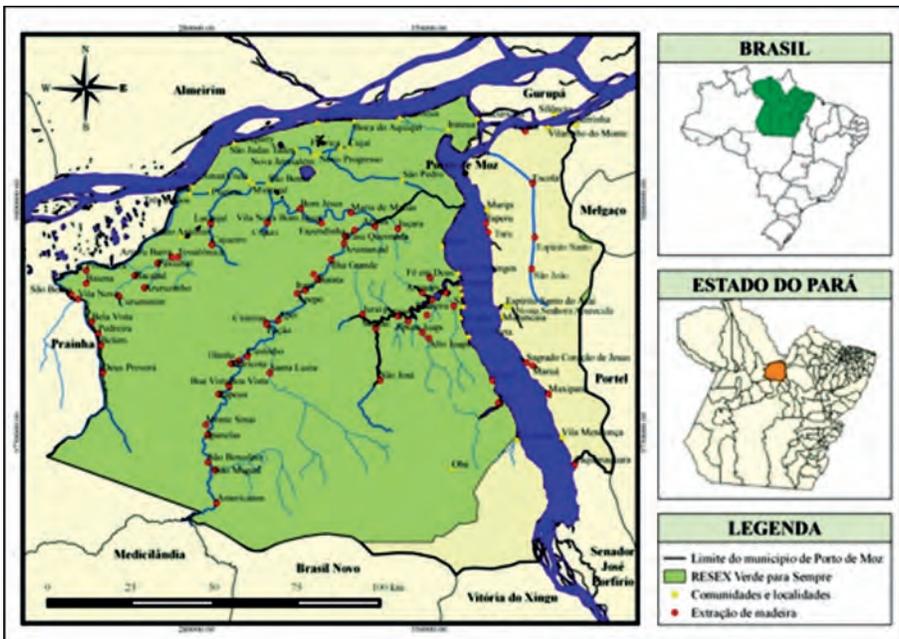
Os produtos florestais são fundamentais para assegurar os meios de vida tradicionais das populações ribeirinhas da Amazônia, utilizados tanto nas construções ou como fonte de renda via comercialização. Em Porto de Moz, a madeira é o principal produto extraído da floresta e sua exploração comercial passou por quatro ciclos principais:

- De 1970 a 1982 – Produção de madeira lavrada a machado, serrada com o serrote e extração de madeira em toras, principalmente de espécies de baixa densidade, chamadas de madeira branca;
- De 1982 a 1990 – Entrada de pequenos madeireiros locais trabalhando com bufetes (caminhões velhos) para a retirada de madeira de alta e baixa densidades, em locais mais distantes das vias fluviais;
- De 1990 a 1996 – Introdução de máquinas pesadas pelas grandes empresas e disputa por grandes áreas de floresta para a retirada da madeira;
- De 1996 a 2004 – Elaboração de planos de manejo empresariais, muitas vezes em áreas griladas, e apropriação dos espaços de uso das famílias ou comunidades locais.

A criação da Resex Verde para Sempre encerrou o processo de apropriação das terras e a exploração florestal praticada por grandes empresas madeireiras. Mas grande parte das comunidades localizadas em áreas de terra firme ainda hoje

complementa o seu sustento com a extração de madeira em toras ou serrada, móveis rústicos, barcos, canoas e remos. A maioria das comunidades produz madeira serrada (esteio, falca, barroto, flechal, viga, tábuas e ripa) com o uso de motosserra e fabrica canoas e barcos de pequeno e médio portes para o mercado local e regional. Das 107 comunidades rurais de Porto de Moz (89 dentro da Resex e 18 fora da Resex), em 64 (60%) há famílias trabalhando com extração de madeira (Figura 2).

Figura 2. Comunidades com famílias que trabalham com extração madeira na Resex Verde Para Sempre.



Fonte: trabalho de campo. Elaboração do mapa: Nayra Trindade,

O maior desafio da população rural de Porto de Moz é o reconhecimento legal das suas práticas de uso florestal. As exigências formais do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) são divergentes das práticas tradicionais, dos interesses e da capacidade produtiva das comunidades locais. O PMFS pressupõe a adoção de técnicas que implicam em custos de treinamento, aquisição de equipamentos e a anuência de um engenheiro florestal, onera o processo, além da criação de entidade jurídica e tramitação do processo junto ao órgão ambiental. De acordo com a jurisdição da área, aplicam-se diferentes instrumentos administrativos para regular o acesso e uso dos recursos. Nas Resex, o ICMBio aplica as normas técnicas contidas na Instrução Normativa nº 16, de 4 de agosto de 2011.

Sistema de produção

A espécie de interesse é definida no ato da encomenda pelo comprador, que determina ao extrativista a espécie, o tamanho e a quantidade de peças, de acordo com o mercado de destino. A madeira retirada pelas famílias serve tanto para a construção de barcos, casas e marombas quanto para a comercialização no mercado local. Itaúba e piquiá são as espécies de maior demanda pela diversidade de usos, em particular na construção de embarcações.

A madeira é retirada principalmente em três tipos de áreas, de acordo com o seu uso:

- **Áreas particulares** – Os lotes particulares geralmente têm extensão de 100 ha, localizados nas margens dos rios e, embora não haja demarcação espacial estabelecida, são reconhecidos pelos moradores de maneira informal. As famílias exploram os lotes individuais de acordo com suas necessidades, força de trabalho e recursos naturais disponíveis. A exploração dessas áreas tem diminuído expressivamente, em função da redução dos estoques das principais espécies.

- **Áreas comunitárias** - Mais de 10 comunidades demarcaram áreas comunitárias para resistir à invasão das madeireiras antes da criação da Resex. A exploração ocorre em áreas comuns, normalmente demarcadas nos fundos dos lotes particulares, com uso definido em normas estabelecidas pelo conjunto de moradores de uma determinada comunidade que, em tese, não aceita a entrada de estranhos para explorar madeira. Em geral, essas áreas concentram os maiores estoques de madeira, que são suas reservas para uso futuro ou para elaboração do plano de manejo da comunidade.

- **Áreas de livre acesso** – Em geral, essas áreas localizam-se nas cabeceiras de igarapés ou em estradas abandonadas por empresas madeireiras, afastadas dos núcleos comunitários e dos lotes individuais. Normalmente são exploradas por grupos específicos, às vezes de diferentes comunidades, embora seja mais comum que famílias da mesma comunidade trabalhem juntas. Esse, a princípio, parece um caso clássico de recursos de livre acesso e, portanto, de difícil governança. Porém, na maioria dos casos, áreas específicas são exploradas por grupos específicos de famílias e podem ser consideradas áreas de uso comum gerenciadas por um grupo mais restrito que uma comunidade.

De modo geral, a escolha da área a ser explorada é feita a partir da espécie desejada, da proximidade das vias de acesso (estrada aberta por empresas e depois abandonadas ou acesso por igarapés) e da ausência de conflito com moradores das proximidades. Para a derrubada das árvores de interesse, geralmente são adotados três critérios básicos:

- Tamanho da árvore - Rodo (circunferência) acima de 200 cm e tronco reto (fuste) acima de 5 m de comprimento e;
- Logística de transporte - Distância entre a localização da árvore e a margem do igarapé, dependendo do meio de transporte disponível;
- Força de trabalho - Para o extrativista que trabalha sozinho, árvores com mais de 400 cm de circunferência são difíceis de serem posicionadas para serragem, por isso não são preferenciais para o abate.

Os serradores fazem o teste de oco antes da derrubada da árvore, a partir do atrito do facão ou machado no tronco, avaliando o efeito do som emitido. Alguns serradores também fazem o teste através da perfuração com a ponta do sabre da motosserra (em posição horizontal) até o âmago do tronco. Constatando-se que não está oco, a árvore é derrubada na direção em que ficam os galhos mais pesados.

A serragem da madeira é realizada no próprio local da queda da árvore, utilizando-se apenas a motosserra para desdobro. A árvore é serrada em toras, de acordo com o comprimento desejado para as peças. Em seguida, a tora é marcada com uma linha (barbante) envolvida em óleo queimado (óleo lubrificante já usado e com coloração escura). Após esse procedimento, as peças são retiradas e sofrem um segundo corte na parte que fica voltada para baixo da serragem.

O transporte da madeira é feito com o uso de rodado, de tração animal (normalmente búfalos), jerico (microtrator), bufete (caminhão velho) ou manualmente, carregando-se a madeira serrada ou deslocando as toras com o calango. Para as famílias que têm acesso ao bufete ou jerico, as árvores são processadas em locais distantes até 8 km das margens dos rios ou igarapés que servem como via de escoamento. Para as famílias que usam somente o rodado ou tração animal, as árvores são processadas em áreas, no máximo, a 3 km de distância das margens dos rios e igarapés.

A abertura dos ramais de acesso para o transporte da madeira é realizada manualmente, utilizando facão ou foice para a roçagem da vegetação rasteira, posterior à derrubada das árvores mais grossas com motosserra, seguida da serragem e destoca das peças. Isso evita desperdício de trabalho, pois haveria perda de tempo e recursos para o produtor, caso tivesse aberto primeiro o ramal e as árvores fossem impróprias para o transporte em peças. Em geral, os ramais são abertos em direção às peças que serão transportadas para as margens dos igarapés (portos de transbordo). Desses portos, as peças são levadas em rabetas ou canoas até o rio principal, de onde são transportadas em embarcações maiores até a cidade ou para outros locais de destino.

Papel do Estado

O uso tradicional da floresta para a extração de madeira também tem levado ao enfrentamento entre as comunidades locais e o ICMBio. Essas populações tradicionais exploram a madeira com base na sua capacidade e interesse. Após a criação da Resex, o governo tem sido intransigente na demanda por implantar Planos Formais de Manejo Florestal, com requisitos dissociados das condições de vida das comunidades, o que lhes têm condenado praticamente à informalidade.

Considerando que as famílias não têm condições de arcar com os custos dos PMFS e que as práticas tradicionais atendem aos princípios fundamentais do manejo florestal, o Estado deve reconhecer as práticas tradicionais de extração de madeira e simplificar os procedimentos administrativos. A promoção do manejo florestal comunitário com base nos PMFS ignora que todo o sistema de organização comunitária está associado aos laços de parentesco existentes entre famílias. A forma mais comum de organização da atividade madeireira ocorre entre os membros de uma família ou em núcleos familiares, e não de forma comunitária. A organização em núcleos familiares pode ser estabelecida pela relação de confiança entre os membros das famílias e pela necessidade de agregar um número mínimo de pessoas conhecidas que trabalham em conjunto.

Manejo de Pesca

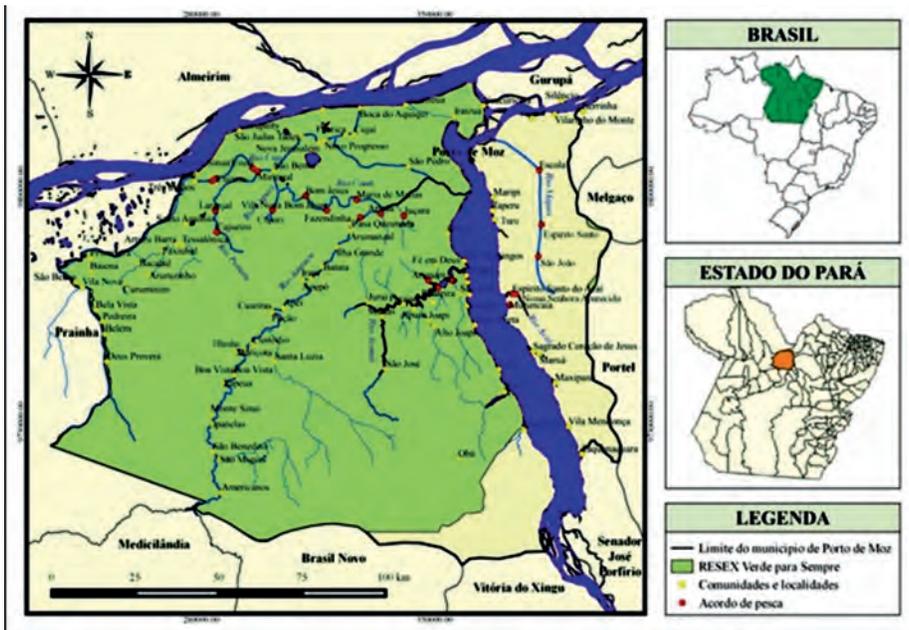
Conflitos

Os Acordos Comunitários de Pesca vêm se constituindo, ao longo dos anos, como uma importante estratégia de gestão coletiva dos recursos pesqueiros na Amazônia. Esses acordos buscam agregar os interesses dos pescadores artesanais que atuam na pesca comercial, dos ribeirinhos que pescam para o consumo e/ou venda e dos órgãos governamentais. Em Porto de Moz, dentre as 107 comunidades e localidades rurais, 22 participam dos sete acordos de pesca ou de convivência existentes no município (Figura 3).

A formulação de “bons” acordos de pesca deve passar por um processo de profunda reflexão e análise sobre os problemas vivenciados pelas comunidades ou grupos que pretendem definir as regras para acesso aos recursos pesqueiros. Esse processo é contínuo e pode demorar vários anos, porém, não precisa, obrigatoriamente, estar documentado ou regulamentado por órgãos do governo. Em muitos casos, as formas de exploração da pesca são constituídas segundo as tradições e os costumes aceitos pelos grupos locais, sem intervenção de atores externos. Esse processo tem apresentado bons resultados quando não há risco de invasão de pescadores de outras localidades, quando a pesca se destina

à subsistência dos moradores ou quando o volume de pescado capturado é pequeno e, em longo prazo, não afeta os estoques existentes.

Figura 3. Comunidades com acordos de pesca na Resex Verde Para Sempre.



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração do mapa: Nayra Trindade.

Contudo, a situação muda quando a pesca tem finalidade comercial. À medida que o mercado demanda maior quantidade de pescado e o preço aumenta, a tendência é que os pescadores intensifiquem a produção. Para isso, eles geralmente adquirem equipamentos com maior capacidade de captura ou prolongam o tempo de trabalho nas atividades de pesca. Isso, aos poucos, vai quebrando as formas tradicionais de uso desses recursos, podendo gerar, em curto prazo, uma crise de escassez das espécies de maior demanda no mercado.

Neste caso, é necessária a elaboração do texto referente à regulamentação das regras estabelecidas pelas famílias visando garantir o maior controle das atividades pesqueiras e assegurar a participação dos órgãos reguladores. Assim, as comunidades que, isoladamente, não conseguem fazer valer as regras do acordo, podem contar com o apoio do poder de polícia do Estado. Para isso, é fundamental que os órgãos governamentais estejam abertos a parcerias com as comunidades e reconheçam esses acordos de pesca.

Em Porto de Moz a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará (Sepaq) reconheceu o acordo do Rio Acaá, fortalecendo as comunidades

e promovendo a gestão eficiente dos recursos. Por outro lado, o ICMBio não aceitou os acordos de pesca dos rios Coati e Cupari, por defender um plano de manejo para toda a UC e não somente para as atividades locais. Os principais argumentos apresentados pelo ICMBio para o não reconhecimento devem-se ao fato de que a competência para elaborar normas é atribuída ao ICMBio e não às comunidades, pois não há estudos científicos para balizar o estabelecimento de parâmetros técnicos. Como resultado, os recursos pesqueiros ficaram desprotegidos e as comunidades foram penalizadas.

Sistema de gestão

Os acordos de pesca são instituídos em função dos problemas enfrentados por uma ou várias comunidades. Normalmente esses acordos são determinados pelo risco de escassez de alimentos ou pelo fato já consumado, devido à exploração predatória dos recursos pesqueiros; pelo uso de apetrechos com alta capacidade de captura, como redes com malhas pequenas; pela pesca no período da desova; pela entrada de pescadores estranhos às comunidades e pela captura de pescado com tamanho inferior ao permitido para exploração comercial.

O primeiro passo para a elaboração de um acordo de pesca consiste em identificar o principal problema ou os problemas mais graves. Este trabalho normalmente é realizado por um grupo pequeno, envolvendo diretamente os moradores interessados no estabelecimento do acordo.

Quando o problema provoca tensões entre os moradores, entre comunidades ou mesmo entre moradores e pescadores de fora, inicialmente são identificadas as pessoas envolvidas. Isso permite encontrar a raiz e a abrangência do problema a partir da identificação dos atores-chave. As comunidades têm interesse em saber quem agencia ou apoia alguma atividade considerada danosa, qual a sua abrangência ou se tende a agravar-se ao longo do tempo.

Antes de iniciar o processo de elaboração das normas, o grupo produz coletivamente um mapa baseado na cartografia social dos diferentes ambientes naturais usados para a pesca pelas famílias, localizando os principais usuários desses ambientes para depois convidá-los para as reuniões. Uma vez identificada essa situação, torna-se impossível estabelecer as normas sem considerar os moradores das comunidades vizinhas.

Quando a solução do problema aponta para a constituição de acordo ou normas para a pesca, são então definidos objetivos claros. Sabe-se que o acordo de pesca não é um fim, mas um meio para alcançar um ou mais objetivos, no entanto, deve-se ter cuidado para evitar que as normas privilegiem determinados grupos e penalizem outros. É importante que todos os interesses e ideias estejam contidos no acordo, como forma de garantir o seu cumprimento em longo prazo.

Contudo, isso não significa que os acordos devam conter muitas normas. Ao contrário, a exemplo dos acordos formulados pelas comunidades dos rios Coati e Cupari, com três proibições: pesca com malhadeira, uso de timbó e matança de pato do mato, e assim conseguiram manter o controle das atividades de extração por mais de 40 anos. Porém, quando o acordo foi reformulado com o assessoramento de agentes externos e incluíram mais de 40 artigos, não houve efeitos práticos. O Quadro 1 traz o resumo da situação dos acordos de pesca em Porto de Moz.

Quadro 1. Situação geral da gestão coletiva dos recursos pesqueiros em Porto de Moz.

Rios	Comunidades	Tipo de Acordo	Situação	Avanços
Coati e Cupari	Maria de Matias, Vila Nova Bom Jesus, Vila Bom Jesus e São João	Acordo Comunitário de Pesca	Acordo não cumprido por moradores; pesca com o uso de rede; pesca do pirarucu no período do defeso, parecer do procurador do ICMBio contrário à normatização do acordo.	À medida que o ICMBio desconsiderou a proposta do acordo de pesca, houve uma desarticulação generalizada das normas locais, resultando no seu abandono e nas práticas de pesca predatória
Acaí	Espírito Santo, N. Sa. Aparecida e Santa Ana do Mutuncaia	Acordo Comunitário de Pesca	Comunidades têm controle do acesso aos recursos pesqueiros pelas normas estabelecidas desde 1993.	Acordo regulamentado por Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura.
Jaurucu	Juçara, Carmelino e Ariruaí	Acordo Comunitário de Pesca	Pesca moderada nos períodos de maior produção, sobretudo para subsistência.	Acordo entregue ao ICMBio, aguardando o posicionamento.
Uiui	Cuieiras, Monte Sinai e Santa Luzia	Acordo Comunitário de Pesca	Controle da pesca do acari. As comunidades respeitam os períodos estabelecidos para a captura comercial e utilizam apetrechos de acordo com o nas normas estabelecidas.	Doze anos de acordos com resultados no repovoamento do rio, principalmente com acari. Acordo entregue ao IBAMA, mas ainda sem posicionamento sobre a regulamentação.

Majari	Espírito Santo e São João	Plano de uso do PAEX	Acordo frágil, com descumprimento das normas por parte das famílias locais que pescam comercialmente.	Conseguiram fazer reuniões para decidir as normas do acordo, mas a implantação ainda é um desafio.
Acaráí	Por Ti Meu Deus, Pedreira e Arimum	Acordo de Convivência	Acordo criado em 1996, e envolvendo diferentes recursos dos rios e floresta. Estão reformulando o acordo, analisando os resultados e definindo novas regras de convivência.	Conseguiram manter a exploração dos recursos de maneira estável, sem gerar conflitos ou exploração predatória.
Peituru	Miritizal, Laranjal e Cajueiro	Acordo de Pesca	Os pescadores locais estão cumprindo o acordo, com resultados positivos no aumento da quantidade de pescado. Contudo, há invasão de pescadores estranhos às comunidades	As comunidades conseguiram pactuar normas gerais para o controle da pesca e mantêm a gestão do acordo baseada no diálogo entre pescadores externos e internos.

Papel do Estado

Para a gestão pesqueira, as populações têm experiências dos acordos de pesca estabelecidos localmente. Como forma de assegurar o cumprimento desses acordos, particularmente por pescadores externos, é fundamental o reconhecimento dos órgãos ambientais, para fortalecer os acordos e amparar as comunidades na eventual gestão de conflitos. Não obstante, o ICMBio considera que têm atribuição exclusiva para elaborar normas de manejo dos componentes dos ecossistemas nas UCs, e não reconhece os acordos de pesca das comunidades, comprometendo a forma tradicional de gestão dos recursos pesqueiros.

Todos os acordos no Brasil têm sido regulamentados por atos administrativos, tais como Instruções Normativas (IN) e Portarias. A publicação do acordo é feita pelo órgão responsável pela gestão das áreas onde as comunidades estão localizadas, no caso da Resex estudada, o ICMBio. A principal demanda das comunidades é o reconhecimento dos acordos existentes pelo órgão gestor reconheça, como forma de fortalecê-los.

3 DISCUSSÃO

Atualmente, um dos maiores desafios para promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia é a inclusão produtiva das populações locais, em particular daquelas que vivem em Unidades de Conservação de uso sustentável (UCs), como as Reservas Extrativistas (Resex). Embora haja evidências da capacidade das comunidades para a governança de recursos naturais (MEDINA, 2012; OSTROM, 1999), as comunidades necessitam do apoio do Estado para legitimar os seus sistemas produtivos tradicionais (BATISTA; SIMONIAN, 2013).

No entanto, o Estado, representado pelo ICMBio, tem caracterizado a sua atuação pela ideologia desenvolvimentista, promovida pelo controle da vida das comunidades e da pouca abertura para implantar os sistemas de autogestão dos recursos existentes (PROST; SANTOS, 2016). A Resex é concebida como um “culto” ao extrativismo, e exclui quaisquer possibilidades de mudanças que permitam desenvolver uma produção de base agrícola (HOMMA; SANTOS, 2015), como também não há o reconhecimento dos sistemas tradicionais (MEDINA; BARBOSA, 2015). Mesmo sendo atividades produtivas tradicionais, essas práticas são desestimuladas quando não estão previstas em lei ou não seguem as normas estabelecidas pelo órgão gestor.

O artigo revela um conflito de legitimidade, visto que não há clareza sobre quem tem a atribuição de promover o desenvolvimento para as Resex: se são os moradores, o órgão gestor ou mesmo os pesquisadores/cientistas/legisladores. Outros estudos têm apontado percepções diferenciadas sobre a noção de desenvolvimento sustentável das populações locais e dos atores externos (MENDONÇA; AQUINO, 2014) e a desigualdade da correlação de forças, em prejuízo das comunidades (BATISTA; SIMONIAN, 2013). Em muitos casos isso tem resultado em conflitos e frustrações das comunidades locais, comprometendo o desenvolvimento local nas UC (PARENTE; BURSZTYN, 2012). No caso da Resex Verde para Sempre, os impasses têm condenado as famílias à pobreza, à ilegalidade e ao êxodo rural (HOMMA; SANTOS, 2015).

A discussão acerca da inclusão produtiva como condição para o desenvolvimento econômico, social e cultural nas unidades de conservação na Amazônia inclui o reconhecimento das práticas locais de gestão dos recursos naturais (MEDINA, 2012). A inclusão produtiva deve ser imediata, para aproveitar a esta oportunidade que pode ser perdida em curto espaço de tempo. Caso permaneça por mais uma década sem um projeto sólido voltado à inclusão produtiva e ao desenvolvimento local, o êxodo rural e a desestruturação das

cadeias produtivas podem inviabilizar qualquer tentativa posterior. No caso da criação tradicional de bubalinos em Porto de Moz, por exemplo, a suspensão do crédito rural após a criação da Resex deixou as famílias sem condições de manter os investimentos mínimos necessários para superar os desafios das cheias na região.

A inclusão produtiva dos agricultores familiares deve começar pela valorização das atividades e faz formas de produção existentes. As propostas externas direcionadas para a produção familiar na Amazônia até então ou ficaram restritas a áreas demonstrativas subsidiadas ou não conseguiram gerar resultados satisfatórios que atendessem à demanda dessas populações (MEDINA; POKORNY, 2011). O exemplo mais expressivo da disfuncionalidade das propostas externas para a Amazônia vem do modelo de manejo florestal comunitário, que conta com poucas experiências em curso, e nenhuma delas com viabilidade financeira (MEDIN; POKORNY, 2011). Os modelos tecnicistas são formulados sem considerar as práticas, os interesses e a capacidade produtiva das populações locais. A alternativa de governança florestal apresentada pelas comunidades dentro dos parâmetros das suas condições tem grande potencial, cabendo e cabe ao governo reconsiderar a sua concepção de manejo florestal, no intuito de apoiar as iniciativas locais.

O Estado tem, sim, um papel fundamental na promoção do desenvolvimento local com capacidade emancipatória (PROST; SANTOS, 2016). Quando não há o reconhecimento do Estado os sistemas de gestão locais ficam fragilizados diante das ameaças externas, principalmente a invasão de madeireiros, geleiras e grandes produtores. Cabe ao Estado legitimar e apoiar essas propostas, de forma a garantir-lhes a robustez e o respaldo necessários. Considerando todas as limitações do Estado, particularmente dos órgãos ambientais que atuam na região, como a falta de recursos, de pessoal, de infraestrutura e de conhecimento da realidade local (OLIVEIRA, 2015), a estratégia de estabelecer parcerias com as comunidades, em substituição à abordagem atual de comando e controle, pode ser muito promissora. No caso dos acordos de pesca em Porto de Moz, ao regulamentar o acordo do Rio Acaí, a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará (Sepaq) fortaleceu as comunidades rurais e promoveu a gestão local dos recursos. Por outro lado, quando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) não reconheceu os acordos de pesca dos rios Coati e Cupari, os recursos pesqueiros ficaram desprotegidos e as comunidades foram penalizadas.

CONCLUSÃO

Os resultados revelam que os principais sistemas produtivos desenvolvidos pelas comunidades da Resex Verde para Sempre estão ameaçados pela burocracia dos órgãos governamentais: a criação de búfalos foi proibida, pelo fato de não constar nas normas do SNUC, mesmo sendo uma atividade tradicional anterior à criação da Resex; o uso dos recursos naturais não é reconhecido pelo governo, pois exige aprovação de planos formais de manejo florestal como a única condição para o uso comercial dos produtos florestais, porém os planos contêm requisitos inacessíveis para as comunidades; finalmente, o ICMBio não reconhece os acordos de pesca elaborados pelas comunidades pelo fato de ainda não ter o plano de manejo da reserva, entretanto, esses acordos têm assegurado, continuamente, os estoques pesqueiros para a alimentação das famílias.

O estudo de caso da Resex Verde para Sempre sugere que o desenvolvimento sustentável nas unidades de conservação requer necessariamente o(a):

Entendimento da inclusão produtiva como alternativa viável de desenvolvimento rural sustentável;

Apoio às experiências locais de produção agrícola, pecuária e extrativista que têm maior potencial de sucesso em relação aos modelos produtivos externos;

Entendimento de que o Estado tem um papel fundamental no reconhecimento e apoio às práticas produtivas locais, e deve ser receptivo a novas parcerias com as comunidades, superando a conduta atual baseada no comando e controle.

A pobreza e o êxodo das famílias da Resex Verde para Sempre revelam a necessidade de soluções imediatas para a questão produtiva nas Reservas Extrativistas. A inclusão produtiva alcançará maior sucesso no incremento dos sistemas tradicionais de criação de animais, gestão florestal e manejo de pesca do que de soluções externas, como bolsa floresta ou planos de manejo tecnicistas. O não reconhecimento dos sistemas de governança local (como no caso dos acordos de pesca) fragiliza esses sistemas e desmobiliza as comunidades, comprometendo a conservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, 2008.

BATISTA, I.; SIMONIAN, L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da Resex Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense. **Novos Cadernos NAEA**, v.16, n. 1, p. 203-220, 2013.

BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul., 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 10 nov. 2006.

DOVE, M. A revisionist view of tropical deforestation & development. **Environmental Conservation**, v. 20, n.1, p.17-55. 1993.

GONÇALVES, C. Amazônia, Amazônias. 3. ed. São Paulo: **Contexto**, 2012.

HOMMA, A.; SANTOS, J. O desafio atual das Reservas Extrativistas: agricultura ou extrativismo? In: MEDINA, G.; BARBOSA, C. **Experiências produtivas de agricultores familiares da Amazônia**. Goiânia: Kelps, 2015. 198p.

MEDINA, G.; BARBOSA, C. **Experiências produtivas de agricultores familiares da Amazônia**. Goiânia: Kelps, 2015. 198p.

MEDINA, G.; POKORNY, B. Avaliação financeira do Manejo Florestal Comunitário. **Novos Cadernos NAEA**, v.14, p. 25-36. 2011.

MEDINA, G. Governança local para manejo florestal na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.27, n.78, p. 65-191. 2012.

MENDONÇA, M.; AQUINO, M. Ações e percepções de desenvolvimento sustentável na emergência de territórios na Amazônia Brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2., p. 219-238. 2014.

MUÑOZ, I.; PAREDES, M.; THORP, R. Group inequalities and the nature and power of collective action: case studies from Peru. **World Development**, v. 35, n. 11, p. 1929-1946, 2007.

OLIVEIRA, M. Capacidade estatal e implementação de política de desenvolvimento regional sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v.18, n. 3, p. 271-291, 2015.

OSTROM, E. **Self-governance & forest resources**. Bogor: Cifor, 1999. (Occasional Paper, n. 20).

PARENTE, I.; BURSZTYN, M. Conflitos em Unidades de Conservação na Amazônia: o caso do Parque Estadual Monte Alegre-Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v.15, n. 2, p. 21-44, 2012.

POKORNY, B.; GODAR, J.; HOCH, L.; JOHNSON, J.; KONING, J.; MEDINA, G.; WEIGELT, J. **A Produção familiar como alternativa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia**. 1. ed. Bogor: Cifor, 2010. 175p.

PROST, C.; SANTOS, M. Gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e incoerências no SNUC. **Novos Cadernos NAEA**, v.19, n.1, p. 143-158, 2016.

Texto submetido à Revista em 29.06.2015
Aceito para publicação em 22.04.2016



Direitos territoriais nas várzeas de Breves, Marajó: novos usos da floresta e distintas percepções sobre o ambiente

Considerations on territorial rights in the várzeas of Breves, Marajó: new uses of forest and different perceptions on the environment

Andrei Cornetta – Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP); Pesquisador vinculado ao Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo. E-mail: andreicornetta@usp.br

Resumo

Tem por objetivo discutir e analisar questões referentes aos direitos territoriais de populações ribeirinhas no que diz respeito a novos usos e significados atribuídos às florestas de várzea, particularmente aquelas banhadas pelo rio Mapuá, município de Breves, ilha do Marajó. Discute-se sobre distintas percepções; a atuação de três grupos sobre o mesmo ambiente e as disputas em jogo que surgem das relações entre comunidades camponesas ribeirinhas, o Estado e suas políticas territoriais e uma empresa privada de negócios ambientais que desenvolve atividade vinculada ao mercado internacional de compensação de gases efeito estufa. Diante dos objetivos traçados, o presente artigo trabalha com uma combinação de levantamento e análise bibliográfica, documental, trabalhos de campo e entrevistas circunstanciadas com os diferentes atores envolvidos com a temática investigada. Assim, discutem-se a partir de uma análise qualitativa as coexistências e os antagonismos nas relações que se estabelecem entre as atividades regulares de comunidades rurais – seus usos econômicos e formas de convivência com a floresta amazônica –, a atual política de regularização fundiária destinada às áreas de várzea (particularmente às que são parte do Patrimônio da União) e a introdução de projetos de compensação de gases efeito estufa, especificamente os denominados REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

Palavras-chave

Direitos Territoriais. Floresta de Várzea. Ambiente. Questões Agrárias.

Abstract

This paper aims to discuss and analyze issues related to territorial rights of ribeirinhos with regard to new uses and meanings attributed to várzeas forests, particularly those bathed by Mapuá river, Breves, Marajó Island. This discussion brings forth different perceptions of three groups on the same environment and disputes that arise from relations between ribeirinhos, the State and its territorial policies and environmental businesses linked to the carbon market. Given the established objectives, this paper presents a combination of survey and literature review, document, field work and detailed interviews with the different actors involved with the theme researched. Therefore, coexistences and antagonisms in the relations established between the regular activities of rural communities - their economic uses and ways of living with the Amazon forest -, the current land policy aimed at várzeas and the introduction of a REDD+ project (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation) are discussed from the point of view of a qualitative analysis.

Keywords

Territorial rights. Várzeas Forest. Environment. Agrarian Issues.

INTRODUÇÃO

A partir de registros histórico-geográficos que evidenciam uma ancestralidade anterior à colonização europeia, uma cultura que se faz presente nas populações amazônicas de hoje – e que estudos arqueológicos demonstram se tratar de uma cultura milenar¹ – este artigo busca refletir sobre novos usos atribuídos às florestas, especificamente as relações entre negócios ambientais vinculados às mudanças do clima, notadamente os vinculados aos “serviços florestais”, e comunidades marajoaras, particularmente aquelas que habitam as margens do rio Mapuá, município de Breves, ilha do Marajó.

Questionam-se aspectos do direito histórico aos territórios da população descendente dos índios insulares por meio da análise crítica dos atuais interesses sobre as florestas. Além dos novos negócios e usos da floresta que surgem no contexto das mudanças globais do clima – especificamente os projetos mitigatórios de emissões de gases efeito estufa, como o REDD+² – analisa-se a atual política fundiária aplicada às várzeas do Marajó, onde ambas as ações trazem desdobramentos significativos para famílias que sobrevivem dos recursos das águas, várzeas e florestas.

Busca-se, assim, entender e discutir as coexistências e os antagonismos nas relações que se estabelecem entre três grupos analisados e que estão envolvidos diretamente com as questões acima: 1) camponeses ribeirinhos, detalhadamente famílias que habitam as margens do rio Mapuá, município de Breves; 2) Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que detém a dominialidade das áreas de várzea consideradas terras públicas; 3) empresa de negócios ambientais que possui uma área particular de 92 mil hectares³

¹ Pesquisas arqueológicas realizadas nos municípios de Breves, Gurupá e Melgaço apresentam sítios do período pré-colonial, onde os principais vestígios são fragmentos de cerâmica, além de terra preta, ocasionalmente. Segundo estas pesquisas, estes sítios apresentam testemunhos das primeiras ocupações sedentárias no arquipélago do Marajó, com datas que poderiam estar entre 7 e 4 mil anos antes do presente, por comparação com sítios semelhantes no baixo Amazonas e no litoral Atlântico amazônico. Ver: MARTINS, C. P.; SCHAAN, D. P.; SILVA, W. F. Arqueologia do Marajó das florestas. Fragmentos de um desafio. In: SACHAAN, D.; MARTINS, C. P. (Org.) Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, 2010. p. 10

² Os denominados “REDD+”, são projetos que possuem a função de produzir biomassa e conseqüentemente estocar, ou fixar, carbono no tecido lenhoso das árvores. Após a quantificação do carbono estocado e o cumprimento de uma série de exigências técnico-burocráticas, os participantes do projeto podem pleitear créditos compensatórios de carbono e negociá-los nos mercados ad-hoc ou diretamente com empresas que necessitam (ou querem voluntariamente) compensar suas emissões de gases efeito estufa.

³ A dimensão exata da referida área é controversa. Em depoimentos de representantes da empresa e dos documentos oficiais do referido projeto REDD+, fala-se em 98 mil hectares. Porém, com a criação da RESEX do Mapuá, em 2005, uma parcela desta área foi incluída dentro da Unidade de Conservação.

que se sobrepõe ao território de famílias ribeirinhas do Mapuá, onde a empresa desenvolve um projeto de REDD+.

A partir dos referidos grupos, discutem-se as disputas em jogo, os distintos significados atribuídos à floresta de várzea e conflitos territoriais em torno dos recursos de um ambiente afeiçoado⁴ pelas populações amazônicas insulares e varzeiras.

Este artigo divide-se em duas partes. Além desta introdução, no texto a seguir, discutem-se aspectos históricos e geográficos da formação territorial da ilha do Marajó, especificamente a porção correspondente à microrregião “Furos de Breves”, local de muitos episódios de extrema relevância para a história colonial do Brasil. Na sequência, analisa-se conjuntamente o projeto de REDD+ desenvolvido em uma “propriedade particular” ao longo do rio Mapuá, e o processo de regularização fundiária movido pela SPU, conforme indicado acima. Trata-se de uma análise em que os diferentes posicionamentos e interesses sobre os recursos das várzeas, assim como suas decorrentes sobreposições territoriais, são considerados processos relevantes quanto a novos desdobramentos em questões agrárias.

Para substanciar teoricamente esta análise, propõe-se como reflexão final deste texto uma leitura em relação às diferentes visões sobre o mesmo ambiente, especificamente as florestas de várzea do rio Mapuá. Para isso, busca-se estabelecer um diálogo com os textos de Bateson ([1972] 2000), Levi-Strauss ([1973] 1993), Sahlins ([1976] 2003), Ingold (2000), entre outros, com o intuito de problematizar as relações entre os grupos analisados e as distintas perspectivas e atuações sobre o mesmo ambiente.

1 NOTAS HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS SOBRE “MARAJÓ DAS ILHAS”

Os Furos de Breves, classificação dada à microrregião situada a sudoeste do arquipélago do Marajó, estado do Pará, foi lugar de muitas expedições de viajantes e cronistas, desde o século XVI, com as primeiras missões da Companhia de Jesus⁵, até recentemente com as pesquisas de campo do zoólogo Paulo Vanzolini⁶.

⁴ Utiliza-se *afeiçoar* tanto como sinônimo de moldar, quanto verbo transitivo direto de fazer sentir ou vir a sentir afeto, amizade ou amor por (alguém ou algo); estimar.

⁵ Para a leitura completa sobre as Missões dos Jesuítas na ilha de Joanes e rio Amazonas, ver: LEITE, S. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo III. Norte – 1) Fundações e entradas. Séculos XVII e XVIII. Tomo IV. Norte – 2) Obra e assuntos gerais. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.

⁶ Uma das viagens de Paulo Emilio Vanzolini nesta região é retratada no filme “Pelo rio das Amazonas” do diretor Ricardo Dias, que documenta uma expedição do zoólogo entre Belém e Manaus, explorando principalmente os canais do baixo Amazonas junto à ilha do Marajó.

Dada a complexa hidrografia – uma quantidade grande de cursos d’água entrelaçados anastomosados, um emaranhado de furos, igarapés, canais –, essa porção do delta do rio Amazonas, que contorna o sul da ilha do Marajó e se une às águas do rio Tocantins, possui uma navegação extremamente difícil e arriscada, o que a faz ser conhecida pelos navegantes como “região dos mil furos”. Por lá passaram os padres João de Sottomaior⁷ e Antônio Vieira no século XVII, João Daniel⁸ no século XVIII, os naturalistas Alexandre Rodrigues Ferreira⁹ em fins do século XVIII, Jean Louis Rodolphe Agassiz¹⁰ e Henry Walter Bates¹¹ no século XIX, entre outros inúmeros exploradores e estudiosos que se interessaram pela Amazônia e pela “ilha dos Nheengaíba”¹².

Dentre as principais narrativas sobre a “ilha de Joanes”, estão os episódios registrados na obra de Antônio Vieira que viveu na Amazônia entre 1652 e 1661. Nesse período, o padre jesuíta produziu um amplo material sobre as missões da Companhia de Jesus no Maranhão e Grão-Pará, estado até então autônomo do Brasil. Ao lado de suas funções eclesiásticas, Vieira preocupou-se com o reordenamento da legislação indígena elaborando a lei de abolição dos cativeiros injustos, de 9 de abril de 1655, além de celebrar a chamada “pazes dos Mapuá” (hoje Breves, Marajó) de 1659. Esse episódio, registrado no Tomo II das Cartas do Padre Antônio Vieira, narra um dos principais marcos da diplomacia da

⁷ Os padres João Sottomaior e Salvador do Valle estiveram na “ilha dos Nheengaíba” em missão evangelizadora no ano de 1665 de acordo com os registros das Cartas do Pe. Antônio Vieira. Deixaram junto aos índios uma imagem do Cristo crucificado. Quatro anos mais tarde a imagem seria encontrada por Antônio Vieira no rio dos Mapuá. Ver: Vieira (1735, p. 25).

⁸ Padre e cronista da Companhia de Jesus, João Daniel escreveu entre os anos de 1722 e 1776 uma das principais fontes de informação sobre a Amazônia no período colonial, publicado em 1801 (manuscrito) com o título de “Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas”. Somente em 1976 a Biblioteca Nacional estabeleceu a versão definitiva dos manuscritos, incluindo a última parte depositada em Évora. Ver: DANIEL, J. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

⁹ Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia, em 1756, e faleceu em Lisboa, em 1815. Foi nomeado pela Rainha D. Maria I, em 1778, para chefiar a comissão científica encarregada de empreender viagem pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Para a leitura completa desta expedição, ver: FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792* (2 vols.). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

¹⁰ Em 1865 Agassiz veio para o Brasil comandando a expedição Thayer saindo de Nova York passando pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Nordeste do Brasil e Amazônia. Sua passagem pela cidade de Breves está relatada em *A journey in Brazil* no capítulo V entre as páginas 154 e 164. Ver: AGASSIZ, L. *A journey in Brazil*. Boston: Ticknor and Fields, 1868.

¹¹ Naturalista e entomólogo inglês, Henry Walter Bates viveu na Amazônia brasileira entre 1848 e 1859, onde coletou mais de 14 mil insetos. Suas principais descobertas estão registradas em “The naturalist in the river Amazons” de 1863. Ver: BATES, H. W. *O naturalista no rio Amazonas*. Tradução, prefácio e notas de Candido de Mello-Leitão. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

¹² Maneira como Antônio Vieira se refere à ilha do Marajó. Ver: Vieira (1735, p. 22).

colônia e da própria formação territorial do Brasil, apesar da pouca atenção que lhe é dado enquanto evento de relevância geopolítica¹³.

Notadamente, o conjunto dessas crônicas e escrituras é a evidência¹⁴ de encontros entre culturas que resultaram em genocídios (e epistemicídios¹⁵) para a concretização de um projeto eurocêntrico, sustentado pela perspectiva política do expansionismo, pelo acúmulo e espoliação de riquezas e a catequização de novas almas. Evidentemente, tais ordenamentos dizimaram inúmeras nações indígenas que, “ao se verem forçadas a criar outras táticas de combate e resistência, inventaram novas fronteiras e configurações étnicas, políticas e culturais” (PACHECO, 2010, p. 15).

Entretanto, ao mesmo tempo, tais escrituras podem mostrar uma terceira via entre o etnocentrismo e a relativização cultural¹⁶, sobretudo em relação ao reconhecimento da autodeterminação dos índios (e que hoje serviria às populações insulares e varzeiras), os quais Vieira considerava, entre todos os homens, os mais próximos filhos de Deus. Estes “encontrados na natureza em estado de fraternidade com plantas e animais dos quais eles se acreditavam descendentes totêmicos” (PEREIRA, 2007, p. 205). Como o historiador marajoara José Varella Pereira sinaliza, “em meio a diversas especulações, as Cartas de Vieira são fonte que os caboclos descendentes dos índios das ilhas têm para argumentar e defender seus direitos” (p. 206). Como bem descreve Vieira (1718) sobre as populações insulares,

[...] cujas terras estão todas senhoreadas, & afogadas das aguas, sendo muyto contados, & muyto estreitos os sitios mais altos que ellas, & muyto distantes huns dos outros, em que os índios possaõ assentar suas povoações, vivendo por esta casa não immediatamente sobre a terra, senão em casas levantadas sobre esteyos [palafitas] a que chamaõ Juráos [jirau], para que nas mayores enchentes passem as aguas por bayxo, bem assim como as mesmas arvores, que tendo as raizes, & troncos escondidos na agua, por cima della se conservão, & apparecem, diferindo só as arvores das casas, em que humas são de ramo verdes, outras de palmas secas¹⁷ (VIEIRA, 1718, p. 302).

¹³ O episódio faz parte da guerra luso-holandesa (1630-1654) e a disputa estratégica pela ilha de Joanes. Para uma leitura mais completa ver: Vieira (1735, p. 41) e Pereira (2007, p. 196; 197).

¹⁴ Considera-se *evidência* aqui na rubrica da retórica como mais adequado ao tema, isto é, uma descrição viva e minuciosa de um objeto, realizada com a enumeração de suas particularidades sensíveis, reais ou fantasiosas.

¹⁵ Sobre a ideia de “epistemicídio” ver: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

¹⁶ Sobre este aspecto, ver: HANSEN, J. A. Para ler as cartas do Pe. Antonio Vieira. *Asas da Palavra*. Revista de letras, Belém: Unama, v. 10, n. 23, 2007.

¹⁷ No referido filme citado na nota 7, Vanzolini faz uma descrição da arquitetura ribeirinha com características semelhantes à feita por Vieira, no século XVII: “A casa amazônica vista superficialmente é uma casa muito simples e despretensiosa. No entanto, ela é resultado de uma tecnologia extremamente apurada e sofisticada, especialmente no que diz respeito à escolha

As terras que hoje formam a unidade de onze comunidades às margens do Mapuá, incluindo a comunidade Bom Jesus (onde encontramos os interlocutores dessa pesquisa), pertencem historicamente a inúmeras famílias que se estabeleceram na região, cuja ancestralidade milenar, provavelmente, de um lado, dos Nheengatba e, uma ancestralidade mais recente, porém secular, de cearenses que migraram para região para trabalhar nas colocações de borracha no fim do século XIX, início do XX.

Grosso modo, esse processo histórico característico da formação territorial da Amazônia, deu origem a um campesinato¹⁸ de várzea, cuja reprodução de seus territórios tem se baseado no uso múltiplo dos recursos, envolvendo agricultura, pesca, extrativismo de recursos florestais, caça, criação de animais de pequeno porte, além da bubalinocultura e do gado bovino, criados em pequena escala.

A dinâmica socioespacial dada pela insularidade é um dos principais traços que marca o arquipélago do Marajó, assim como da chamada zona Guajarina, onde está localizada a capital Belém. Essa dinâmica, que dá a tônica à economia e cultura regional, inclui um intenso fluxo entre ilhas e áreas urbanas de produtos extrativos dos rios e do manejo florestal. Além disso, fluências políticas, culturais e outras que são próprias às águas, compõem os distintos fluxos viabilizados pela rede hidrográfica do estuário amazônico.

As atividades que se desenvolvem em grande parte neste estuário estão diretamente ligadas ao movimento diário e sazonal das águas. Como ressalta o historiador Leandro Tocantins (1961, p. 249), “o primado social dos rios [...] revela-se nos múltiplos aspectos da vida amazônica”. Sobre o aspecto que envolve a vida material e simbólica de populações ribeirinhas, ou varzeiras, Castro (2000,

dos materiais. Por exemplo, uma casa como esta ela começa tendo os esteios. Os esteios têm de ser de uma madeira incorruptível [para suportar a elevação do nível da água] e neste caso elas são de acapu. Depois vem a armação do telhado, o ligamento do telhado e depois as paredes e a cobertura. As paredes, neste caso, são de guaruba-cedro, uma madeira leve, fácil de cerrar e que dura muito. Com uma demão de tinta ela dura 30, 40 anos. E o telhado, do meu ponto de vista, é o mais interessante. Por que na Amazônia de ponta a ponta, usa-se a mesma palmeira para se fazer telhado. Os livros trazem como nome vulgar dela como *ubuçu*, só que o povo só fala *buçu*. O *buçu* é uma palha que dura 30 anos e não dá inseto. Todo mundo pensa nas riquezas químicas da mata amazônica, pensando na cura do câncer, do AIDS, etc., e ninguém pensa nessas coisas simples. Por exemplo, que substância conteria o *buçu* que não dá inseto, que não é atacado por insetos ao longo de 30 anos?” (VANZOLINI, P. No rio das amazonas. [29’40’’]).

¹⁸ O termo campesinato aqui é tratado de maneira semelhante ao que Hébette trata em sua obra. Isto é, e resumindo, “para designar um modo de vida – ou uma forma de organização social – de pequenos produtores rurais construídos sobre relações familiares e de vizinhança. A opção por esse termo, retomado dos clássicos europeus das análises sobre a questão agrária no final do século XIX e início do XX, é uma tomada de posição frente à tendência mais recente de se analisar a agricultura praticada por esses produtores a partir de modelos teóricos da agricultura empresarial/capitalista ou, na melhor das hipóteses, procurando reconstruir a especificidade de seu modo de produzir – ou seu sistema de produção – de forma desarticulada de seu modo de vida” (HÉBETTE, 2002, p. 9).

p. 169) ressalta que “o uso dos recursos da floresta e dos cursos d’água estão, portanto, presentes em seus modos de vida, como dimensões fundamentais que atravessam gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar [...]”.

Tal fato implica na configuração de direitos relativos ao reconhecimento do território ocupado ou, no dizer de Almeida (2008), “na configuração da terra tradicionalmente ocupada”¹⁹. O modo de vida dos moradores do rio Mapuá estão marcadas por suas práticas habituais com um profundo enraizamento com a várzea e os corpos d’água, valorizado pelos saberes ancestrais e pelos laços de parentesco e vizinhança, característicos da vida camponesa²⁰.

A origem, segundo diversos autores²¹, está nos movimentos migratórios durante o período de grande exploração da borracha, quando inúmeros nordestinos, sobretudo do semiárido, vieram trabalhar nas colocações de borracha da Amazônia. Foi a partir do declínio da borracha amazônica no mercado internacional – muito em função das produções em linha do leste asiático, e das alterações sofridas no sistema de aviação, como o maior grau de monetarização –, que surgiram outras dinâmicas para os que permaneceram nas colocações. O desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, criação de pequenos animais, a pesca, além da coleta de frutos e produtos extrativos direcionados para o mercado; peixe, açaí, palmito, castanhas, madeira, timbó, entre outros.

2 SOBREPOSIÇÕES TERRITORIAIS E INTERSEÇÕES POLÍTICAS NO RIO MAPUÁ

Rios, furos, estreitos, igarapés, igapós, várzeas, açazais, imensos aguaçais, florestas, são lugares comuns onde se inscrevem a cultura das famílias que vivem nas margens do rio Mapuá, assim como em grande parte do arquipélago do Marajó. Como mencionado acima, em geral, estas famílias ribeirinhas, descendentes de índios da nação Nheengatã, colonizadores europeus e migrantes da borracha, têm na várzea um ambiente síntese de sua cultura que se reproduz entre os corpos

¹⁹ De acordo com Almeida (2008), “nesta diversidade de formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais que caracterizam as denominadas ‘terras tradicionalmente ocupadas’, o uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens aparece combinado, tanto com a propriedade, quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como: extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária” (p. 37; 38).

²⁰ Sobre tais características, ver: SHANIN, T. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações”. Estudos CEBRAP, n. 26, 1980.

²¹ Ab’Saber (1996), Lima (1933), Hebéte (2004), Santos (1980), Tocantins (1961), e outros.

d'água e a floresta. Como bem mostram as Cartas do Padre Antônio Vieira, em meados do século XVII, este ambiente, alagadiço e de densa floresta, é central para as populações amazônicas, sobretudo para a cultura marajoara²².

As várzeas do Mapuá e seus recursos vêm sendo alvo de intensas disputas e interesses desde a guerra luso-holandesa no século XVII²³, passando pelas colocações de borracha na região, instaladas em princípios do século XX, a exploração madeireira que atravessa o século XX até os dias de hoje com os interesses diversos – incluindo os “serviços ambientais”²⁴ – sobre os recursos da várzea.

Com a intensificação da economia gomífera na Amazônia, juntamente com o grande número de trabalhadores que se deslocaram para a região, inúmeros comerciantes foram atraídos pelas oportunidades de um mercado doméstico em crescimento. Grande parte desse comércio, baseado no sistema de “aviamento”, tipo de venda de mercadoria a prazo, cujo pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um tempo determinado (MCGRATH, 1999), implicou em uma série de desdobramentos para as famílias do Mapuá. Como relata um dos moradores da comunidade Bom Jesus.

Eu nasci aqui mesmo [Mapuá]. A minha bisavó veio dos indígenas. Ela era uma das tribos indígenas daqui do Mapuá [...] A minha avó era cor morena, cabelo bem liso, morreu com 108 anos. Aqui tinha o cearense, tinha o indígena, aqui tinha os caboclos. Aí mistura o cearense com todo esse tipo de sangue, tem uma grande polêmica que foi a origem dos índios que se afastaram do Mapuá no tempo dos coronéis [...]. Primeiro veio os coronéis, daí veio os outros para montar seus comércios que faziam o trabalho da borracha, da seringa e que pagava o preço que bem entendia²⁵.

Os trabalhadores entregavam toda a sua produção em troca de mercadorias manufaturadas, porém, essa produção nunca atinge o valor gasto nas chamadas “cantinas”, com toda a mercadoria de que necessitavam para manter suas famílias.

²² Ver, por exemplo, Vieira (1718, p. 301).

²³ No período, o peixe-boi era o principal produto de exportação para Holanda sendo comercializado com os índios Nheengalpa. Para maiores detalhes, ver: Vieira (1735, p. 26).

²⁴ Existem diversas definições do que sejam os serviços ou bens ambientais. Os documentos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm tratado do assunto e abordado tais atividades como aquelas que têm por finalidade auferir, prevenir, mitigar ou corrigir danos ambientais causados à água, ao solo, ao ar, incluindo os problemas relacionados a desperdício, poluição e danos aos ecossistemas. Para maiores detalhes ver: OCDE. Environmental goods and services. An assesment of the environmental, economic and development benefits of further global and trade liberalisation. Paris: OECD/OCDE, 2000.

²⁵ Entrevista com o vice-presidente da Associação dos Moradores Extrativistas do Mapuá (AMOREMA).

A relação de paternalismo e clientelismo entre extrativistas, comerciantes e proprietários de terras, obrigava muitas famílias a liquidar suas dívidas entregando sua terra, seu sítio, sua posse (HERRERA, 2003, p. 51). Este processo de espoliação implicou em mudanças significativas no Mapuá, dando origem aos primeiros “proprietários” que concentram grandes áreas de terras nesta região, como relembra um dos moradores.

Consta na nota que o meu pai tinha que eles tiravam uma comissão muito alta e a gente não sabia. Então, eles que moravam aqui, os poderosos, consta que cada um morador, meus avós, eles tinham um terreno aqui. Aí quando chegava no fim do ano, o cara não pagava conta com a borracha. Ele ralhava os fregueses, aí ia para cidade dele, era o prefeito nesse tempo. Ele mandava cadastrar tudinho e tomava a terra do pessoal, aí ele fez um terreno só, diz que foi assim o negócio²⁶.

Relações híbridas de trabalho, como verificadas na pesquisa de campo, são exemplos de intersecções históricas que reproduzem, ainda hoje, uma lógica semelhante à economia existente no período gomífero. Traços desse sistema econômico são encontrados atualmente em certas localidades ao longo do rio Mapuá, apresentando transformações, sobretudo em relação à circulação monetária e à fusão de relações de trabalho arcaicas com formas contemporâneas. O aviamento, por exemplo, funde-se ao trabalho assalariado e reforça as relações assimétricas que marcam a formação econômica e territorial da Amazônia.

Quanto à organização espacial, os “barracões”²⁷, por exemplo, são marcas na paisagem que apontam para a herança do período gomífero e que ainda exercem funções semelhantes de controle e dominação sobre as colocações. No rio Mapuá, as particularidades desse domínio territorial aparecem assim:

[Quando tinha madeireira, tinha cantina?] Tinha dos (Félix). Porque foi assim, os (Félix) venderam isso aqui, mas eles nunca desistiram. [Tão aí ainda?] Em frente lá a boca [do rio]. Aí o que acontece, eles tinham dois comércios aqui dentro. Mas assim mesmo ninguém podia tirar nada. Nós que morava nas terras não podia tirar nada. Uma vez eu vendia uma farinha lá para o (São Miguel dos Macacos). A gente chama o quilo. São 4 latão de farinha o quilo que a gente chama. Foi 16 latas eu vendi. Aí ele veio aí e despediu nós. Falou que ia mandar prender meu pai. Eu era menino, aí eu disse para ele que me prendesse que era eu que tinha vendido a farinha pro

²⁶ Entrevista com um morador da comunidade Bom Jesus.

²⁷ O barracão, ponto comercial e de moradia do “patrão” localizou-se na “boca” dos rios. Era o ponto onde os fregueses faziam a “quinzena”, entregando sua produção extrativa (geralmente quinzenal) para o acerto das “contas”, abastecendo-se de alimentos, de munição e de instrumentos de trabalho para uma nova jornada na floresta. [...] A partir da “boca” do rio, o seringalista detinha o domínio completo do comércio do rio, não permitindo que “regatões” e “marreteiros” mantivessem relações comerciais com a sua freguesia (OLIVEIRA Jr., 1991, p. 57).

meu pai. Aí ele ficou bravo e disse que ia me prender, que eu era moleque saliente. “O senhor paga o que nós tem que nós sai. Não precisa o senhor mandar prender a mim, nem a meu pai. Nós sai aí. Pague aí”. Nós tinha 10 roça. Nós trabalhava com muita roça. Muita produção grande nós tinha de farinha. E ele ficou demais valente com nós²⁸.

As relações de exploração como estas têm diminuído significativamente nos últimos anos pelos mais variados motivos. Segundo alguns relatos, o pagamento de “tributos” para o uso da área de várzea diminuiu de maneira significativa nos últimos anos, em grande parte devido ao conhecimento de que as áreas de várzea são da marinha, portanto, públicas.

De certa forma, onde você tinha um conflito, hoje você chega em algum lugar [...] que o cara tem o documento da terra, ele sabe que aquilo é dele, que não pertence a outra pessoa, como se tinha muito essa questão: “Não, eu trabalho nessa terra, mas a terra não é minha”. O que eu produzo eu só posso vender para o meu patrão. Então essa coisa também foi quebrada, aquela questão de que, por exemplo, se eu tirar agora na safra dez latas de açaí, cinco eu tenho que dar para o meu patrão [sistema conhecido como “meia”] e as outras cinco eu tenho que vender para ele. Isso acontecia no Mapuá²⁹.

Todavia, as disputas entre pretensos donos e ribeirinhos posseiros do Mapuá se dão ainda hoje, sobretudo pela retirada de madeira e pela extração de açaí. Até meados do século XX, pode-se dizer que a produção do açaí era predominantemente extrativista, objetivando o consumo doméstico e com pouca venda de excedente (SANTANA; CARVALHO; MENDES, 2006). No entanto, desde os anos 1990 o fruto passou a ter uma crescente demanda nos mercados nacional e internacional e tornou-se para muitas famílias ribeirinhas a principal fonte de renda.

Muitos autores atribuem esse crescente interesse pelo açaí ao seu alto valor nutricional, atingindo um público específico das academias de ginástica em estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, a abertura desses mercados deve-se fundamentalmente ao processo de pasteurização e congelamento do açaí garantindo-lhe maior durabilidade³⁰.

²⁸ Depoimento de morador da comunidade Bom Jesus.

²⁹ Entrevista com ex-morador do rio Mapuá e atual vereador do município de Breves.

³⁰ A maneira como o açaí é consumido na região Norte tem uma característica particular em relação a sua perecibilidade e, conseqüentemente, a sua circulação comercial. Isto é, o açaí batido (*in natura*) é consumido como “vinho” tem durabilidade de um dia. Esse aspecto confere a economia regional um dinamismo específico quanto a sua cadeia produtiva – desde o produtor que viaja todos os dias das ilhas para vender o fruto nos centros de comercialização nas cidades até o destino final do consumidor. Em Belém, por exemplo, existem 4 mil pontos de venda de açaí, denominado “batedouros”. Segundo dados da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, somente o Porto da Feira do Açaí comercializou mais de

Nas várzeas do estuário amazônico, o resultado desse crescimento exponencial da venda do açaí, reflete-se de maneira específica na paisagem, cujo processo já é denominado por “açazamento”³¹. Em certos trechos navegados, observa-se certo padrão na paisagem (muito longe da geometrização das monoculturas), mas uma organização de espécies significativas para a cultura ribeirinha. No rio Jacaré Grande, a cada grupo de 4,5 miritizeiros³² (alguns grupos com pouco mais que se juntam com outras, como o murumuru, o tucumã e a bacaba), intercalam-se inúmeros açazeiros por várzeas densamente povoadas por estas palmeiras em meio a espécies ombrófilas latifoliadas, típicas das florestas de várzea - uma espécie de arquétipo caboclo materializado na paisagem da várzea.

Arquétipo, tanto enquanto modelo ou padrão passível de ser reproduzido, um paradigma caboco³³, como na rubrica da psicologia como conteúdo imagístico e simbólico do inconsciente coletivo, evidenciável nos mitos e lendas de um povo ou no imaginário individual. Trata-se de uma paisagem que expressa aquilo que Furlan (2006) denomina de “florestas culturais”. Segunda a autora, são aquelas florestas manejadas pelas populações rurais,

Particularmente em áreas indígenas, comunidades ribeirinhas, seringueiros, quilombolas, caiçaras entre outros. São espaços sobre os quais as comunidades tradicionais não têm documentos de propriedade privada da terra e a ocupam e usam seus recursos de forma compartilhada (FURLAN, 2006, p. 5).

Neste sentido, as florestas de várzea, ao contrário do entendimento corrente, inclusive o dado pelos órgãos ambientais, enquanto “naturais”, como algo dado ou pré-existente, devem ser apreendidas por uma perspectiva histórico-geográfica, ou seja, enquanto uma produção cultural de um grupo que tem nas terras alagadiças seus recursos materiais e espirituais³⁴.

18.616.000 quilos do produto em 2011. Ver: “Anuário Estatístico do Município de Belém”. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/ANUARIO%202011%20COMPLETO.pdf>.

³¹ A formulação é da professora Oriana Almeida, do Núcleo de Altos estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Apesar de não encontramos um texto mais detalhado sobre este processo, nota-se que se trata de um manejo contínuo e histórico das florestas de várzea.

³² O miriti apresenta expressiva importância para alguns municípios do estuário amazônico, uma vez que possui todas as suas partes utilizáveis. Os frutos são consumidos *in natura*, sob a forma de mingaus e derivados como picolé, doces e bolos. Diversos utensílios também são feitos dessa palmeira: paneiro, rasa, tipiti, matapi, peneira, brinquedo, panacarica, arica, maqueira, esteira, paiol, entre outros.

³³ Valendo-se da linguagem local, pode-se chegar mais próximo da origem etimológica da palavra *caboclo*. Há duas hipóteses: *kari'boca* (filho de branco, no tupi) ou *caa-boc*, aquele que tem origem na floresta (tupi).

³⁴ Diversas espécies da mata de várzea, assim como outros aspectos que envolvem o ambiente, como a dinâmica das águas, são incorporadas em rituais e cerimônias de pajelança cabocla.

Estes aspectos, fundamentais para a territorialidade das populações ribeirinhas, em geral, não são reconhecidos pelos dispositivos legais de proteção das florestas, tampouco pelos que reconhecem o direito territorial dessas populações. As longas faixas de várzea do estuário amazônico, assim como outras beiradas e ilhas da Amazônia, vêm se constituindo em uma territorialidade cabocla secular, conformada pelas heranças de um campesinato varzeiro, que tem no extrativismo variado, na pesca, na roça de maniva, na madeira, entre outras formas de manejar aquele ambiente, que afeiçoam o território (de direito) das populações ribeirinhas da Amazônia brasileira.

2.1 O RIO MAPUÁ E A “FLORESTA DEITADA”

Em fins do século XIX, duas famílias atraídas pelas possibilidades econômicas da borracha, fixaram residência nas terras cortadas pelo rio Mapuá e passaram a disputar o controle daquelas várzeas. De um lado, na margem esquerda, Constantino Martins Félix, imigrante português, do outro, Antônio Joaquim Nascimento, migrante de origem cearense, foram pioneiros na exploração da borracha com base no aviação naqueles lados do Marajó. Como conta um dos herdeiros da família Félix,

Isso foi no ciclo da borracha, quando meu avô veio de Portugal. Chegou aqui ele casou com uma cearense e ficaram aí para dentro do Mapuá. [...] Isso foi no primeiro ciclo [da borracha] e ficaram por aí. Era na época que chamavam do “ouro branco” [...] Quando eles chegaram aqui já tinha gente morando. Tinha um engenho de açúcar. Mas isso faz muito tempo. Eles também eram portugueses³⁵.

No final dos anos 1960, já com a “propriedade” nas mãos daquela família, a economia da borracha é substituída pela extração da madeira. Com a vasta cobertura vegetal da região do Marajó, particularmente na região dos Furos de Breves, o comércio de madeira cresce exponencialmente com as exportações de espécies abundantes como virola, andiroba, maçaranduba, cupiuba, entre outras de menor expressão comercial.

Essa riqueza vegetal converteu-se na principal atividade econômica do município, direcionada tanto para o mercado doméstico local e nacional, atingindo, inclusive, escalas de exportação significativas. Na virada da década de 1970 para

Do ponto de vista antropológico, um dos primeiros trabalhos sobre a diversidade religiosa do caboclo amazônico foi a tese de Eduardo Galvão “Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá”. A tese resultou na publicação de um livro em 1955 dentro da coleção Brasileira.

³⁵ Depoimento de um dos herdeiros da família Félix, atual dono de madeireira no rio Mapuá-Mirim.

1980, multinacionais madeireiras passaram a atuar no município. Destacam-se, tanto em Breves, como nos municípios vizinhos, as empresas Radex e Brumasa, como as principais exportadoras de madeira beneficiada.

Pouco antes da chegada das multinacionais, no início dos anos 1970, já despontavam algumas empresas de porte considerável, como a Superfine Madeira Ltda., com participação majoritária de capital japonês. Trata-se de um acordo estabelecido com a família Félix, em que a empresa assume o comando da área de 98 mil hectares³⁶, às margens do Mapuá, e os “patrões”, os Félix, continuavam com o controle da área. No fim da década de 1970, a empresa muda de nome e passa se chamar Santana Madeira Ltda. e começa a investir em uma fábrica de lambril no município de Santana, estado do Amapá.

A relação estabelecida entre a empresa e os antigos “donos”, isto é, o explorador do trabalho no interior das comunidades ribeirinhas, era de responsabilidade mútua. De um lado, enquanto a empresa garantia a compra da madeira, por outro, “o ‘patrão’ mantinham a relação de subordinação com os extrativistas, por meio de mecanismos de endividamento e dependência [...]” (HERRERA, 2003, p. 61).

Com o fechamento da empresa em 1978, e sem nenhum interesse em manter o controle efetivo da área, essas terras voltam para a responsabilidade dos Félix. Com o encerramento das atividades da empresa e o decorrente abalo à economia local, os conflitos pela posse da terra tornavam-se mais acirrados. Mesmo com os conflitos latentes, o controle das terras permanece com a família Félix que continua a explorar o corte de madeira, porém sem a mesma intensidade com a diminuição da madeira de lei. O episódio foi relatado da seguinte maneira:

Superfine acho que era o nome da empresa deles. Ali em Santo Amaro, na frente de Breves também era deles. [deixa eu ver se entendi: essa família Félix, que tinha essa relação de trabalho com vocês que venderam para a empresa japonesa, mas mesmo assim eles continuaram explorando a área?] Isso, por que a empresa foi e sentou uma fábrica lá perto de Santana [Amapá], numa ilha lá. Aí parece que não deu muito certo e pararam com o negócio da madeira, aí eles [família] ficaram, acho que pagando um aluguel para eles [empresa]³⁷.

São diversos os desdobramentos advindos da exploração da madeira, podendo ser exemplificadas em várias dimensões: crescimento demográfico; instalação de serrarias; alteração da cobertura vegetal e o esgotamento de determinadas espécies vegetais – expansão da fronteira de desmatamento;

³⁶ Sobre a imprecisão da dimensão da área ver nota 4.

³⁷ Depoimento de um morador da comunidade Bom Jesus.

acentuação da apropriação de terras por empresas privadas; intensiva exploração dos trabalhadores (SOUZA; CANTO; HERRERA, 2002).

2.2 O RIO MAPUÁ E A “FLORESTA EM PÉ”

No início dos anos 2000, retoma-se a discussão sobre a mesma área em função da venda e o controle que passa a ser de uma nova empresa. De acordo com o histórico descrito em documentos da empresa detentora atual da área:

A história recente da Empresa [...] é marcada pela mudança na diretoria da Empresa Santana Madeiras Ltda. Nesses três anos que se seguiram sob uma nova concepção empresarial, a [...] Ltda. (Antiga Santana Madeiras) vem desenvolvendo alguns estudos preliminares que possam subsidiar a formulação de um projeto consistente, ambientalmente correto e socialmente justo, identificado por suas linhas básicas como sendo de desenvolvimento sustentável (ECOMAPUÁ, 2002, p. 2).

O fato foi relatado em uma das entrevistas, da seguinte maneira:

Lá era a fábrica da madeira (Santana), a japonesa, a fábrica que o [nome do novo proprietário] começou tudo isso. Foi lá que o [nome do novo proprietário] conversou com eles e encontrou lá, aí negociaram, ele pagou e ficou com as terras. Assim que aconteceu³⁸.

A partir deste momento, a direção da empresa, passa a reivindicar os “legais” direitos da área por meio de novas atividades voltadas para “negócios ambientais” – conforme autodenominado no site da empresa – especificamente com um projeto de REDD+, vinculado ao chamado “mercado de emissões de gases efeito estufa”.

As relações entre políticas para mudanças climáticas e pequenos trabalhadores rurais, comunidades tradicionais e indígenas, vêm se estreitando gradativamente a partir dos benefícios que se anunciam pelas diretrizes traçadas para a questão climática global; desde a manutenção das “florestas em pé”, enquanto importante sumidouro de carbono da atmosfera até a uma suposta promoção da qualidade socioambiental de famílias que são compensadas por renunciarem, em certos casos, parte da renda de suas atividades regulares. No caso do Mapuá, uma das primeiras medidas tomada pela direção da empresa foi a proibição da exploração madeireira na área.

Aí foi que o chinês veio, ele tornou a proibir a extração de madeira. Só que aí o povo já não era aquele povo antigo, um povo mais novo, aí eles

³⁸ Depoimento de um dos moradores da comunidade Bom Jesus e funcionário da empresa Ecomapuá.

começaram a achar que não deveriam trabalhar³⁹.

Então, aí que veio o japonês vendeu já as terras para o chinês, justamente o [nome do proprietário] foi quem comprou as terras. Por motivo de má compreensão, má entendimento do povo, ele chegou, colocou a proposta dele e aí, e aí o povo se revoltaram. Porque achava que não ia dar certo, porque não ia aceitar, foi um problema muito sério⁴⁰.

Com a proibição do corte da madeira, assim como a exploração do palmito, principais atividades das comunidades do Mapuá, diversos desdobramentos ocorreram gerando controvérsias e disputas em torno das florestas de várzea, originando, inclusive, um rearranjo político e fundiário. Com a chegada da empresa e a partir das medidas proibitivas – obviamente pelas próprias características de seu negócio – foi aberto e circulado um abaixo-assinado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Breves para a criação de uma Reserva Extrativista. Como relatado pelo então gestor da RESEX do Mapuá,

Inclusive, depois eu vendo os relatos da história lá, e fui ver que a criação da Reserva, foi justamente por conta da proposta dele inicial. Por que ele é o dono da terra lá, ele comprou de uma antiga madeireira. Aí ele primeiro tentou criar um tipo de reserva de desenvolvimento sustentável em um modelo que pode ter a iniciativa privada lá dentro. Ele chegou a contratar uns consultores para fazer um diagnóstico da área e chegou a fazer uma série de propostas. Mas aí em contrapartida, o pessoal do sindicato se mobilizou e fez um abaixo-assinado contra ele. E daí que surgiu a proposta de uma RESEX, justamente por ele não ter conseguido provar a titularidade dele lá [...]. Isso foi há uns 10 anos atrás que houve esse conflito [...]. Teve até um movimento popular aqui em Breves, com passeata e lutando pela regularização da área. E realmente aconteceu⁴¹.

Mesmo com as mudanças em relação aos conflitos por terra e pelas florestas do Mapuá – culminando com a criação da RESEX, que abrange grande parte da área adquirida pela empresa –, as disputas pelos recursos das várzeas permanecem.

Desde fevereiro de 2013, a empresa tem aprovado e registrado um projeto no mercado internacional de compensação de gases efeito estufa, mais especificamente pelo Verified Carbon Standard (VCS)⁴², com base em grande parte nos “estoques de carbono” das florestas de várzea do rio Mapuá.

A análise das sobreposições de perspectivas e atuações sobre as várzeas se mostra extremamente complexa, sobretudo no que diz respeito aos direitos dos que ocupam as áreas historicamente. Apesar da complexidade, verifica-se

³⁹ Depoimento de um dos moradores da comunidade Bom Jesus

⁴⁰ Depoimento de uma das lideranças da AMOREMA.

⁴¹ Depoimento de funcionário do ICMBio.

⁴² Para maiores detalhes acessar: <<http://www.v-c-s.org/>>. Acesso em 10 abr. 2014.

um número relativamente pequeno de sujeitos e instituições envolvidas com as disputas sobre as várzeas do Mapuá. Tais disputas estão intrinsecamente vinculadas às visões e maneiras que os diferentes grupos atuam sobre o mesmo ambiente.

Neste sentido, as florestas de várzea, ao contrário do entendimento corrente, inclusive o dado pelos órgãos ambientais, enquanto bens “naturais”, como algo dado ou pré-existente, podem ser apreendidas por uma perspectiva histórica, ou seja, enquanto processo cultural de um grupo que tem nas terras alagadiças seus recursos materiais e espirituais. Esse entendimento, isto é, a maneira pela qual o grupo interage e percebe seu ambiente é de extrema importância para as formulações de políticas públicas direcionadas para as áreas de várzea, sobretudo as de regularização fundiária. Há uma dívida histórica a ser paga pelo Estado brasileiro para com essas populações que habitam, a não menos de um século, as várzeas do Marajó.

3 A VÁRZEA NA PERSPECTIVA DA UNIÃO

Em uma definição mais técnica, a várzea é caracterizada no artigo 16 do Código de Águas dentro do conceito de solos aluviais⁴³. O referido artigo prevê o domínio público do álveo⁴⁴ e margens, considerando os “terrenos de marinha e os terrenos reservados nas margens das correntes públicas de uso comum, bem como dos canais, lagos e lagoas da mesma espécie. Salvo quando as correntes que, não sendo navegáveis nem fluviáveis, concorrem apenas para formar outras simplesmente fluviáveis, e não navegáveis”⁴⁵. Ainda no mesmo artigo, o segundo parágrafo ressalta que “será tolerado o uso desses terrenos pelos ribeirinhos, principalmente os pequenos proprietários, que os cultivem, sempre que o mesmo não colidir por qualquer forma com o interesse público”⁴⁶.

⁴³ Constitui “aluvião” os acréscimos que sucessiva imperceptivelmente se formarem para a parte do mar e das correntes, aquém do ponto a que chega o preamar médio, ou do ponto médio das enchentes ordinárias, bem como a parte do álveo que se descobrir pelo afastamento das águas. § 1º Os acréscimos que por aluvião, ou artificialmente, se produzirem nas águas públicas ou dominicais, são públicos dominicais, se não estiverem destinados ao uso comum, ou se por algum título legítimo não forem do domínio particular § 2º A esses acréscimos, com referência aos terrenos reservados, se aplica o que está disposto no art. 11.

⁴⁴ O mesmo Código define álveo no artigo 9 como “a superfície que as águas cobrem sem transbordar para o solo natural e ordinariamente enxuto”.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

⁴⁶ Destaca-se que esse desdobramento do artigo que garante o uso das várzeas por ribeirinhos remonta a 1934, ano de criação do Código de Águas (Decreto n. 24.643, de 10 de julho). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em 18 set. 2013.

Já a definição dada pela Secretaria do Patrimônio da União, as várzeas são “aquelas áreas compreendidas entre os leitos menor e médio dos rios, cobertas periodicamente por suas águas, e, delimitadas pela Linha do Preamar Médio de 1831 – LPM/1831 ou a Linha Média das Enchentes Ordinárias – LMEO”.

Diante da complexidade de conceituar a várzea, conseqüentemente de efetivar a regularização dessas áreas habitadas por populações ribeirinhas, cuja concessão de posse demandaria uma melhor definição jurídica desse ambiente, assim como de ilhas federais, foi concebida uma ação de termos de autorização de uso para famílias que ocupam essas áreas historicamente. Em 2005, a SPU publica a Portaria nº 284 que prevê um Termo de Autorização de Uso, específico para o desbaste de açaí e lança um projeto de regularização específico para essas áreas denominado “Nossa Várzea”. Quatro anos mais tarde, a SPU amplia o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) individual e coletivo para agroextrativistas da Amazônia Legal. O artigo 1º da Portaria nº 100/2009 prevê:

Disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em áreas de várzeas de rios federais na Amazônia Legal em favor das populações ribeirinhas tradicionais, com o objetivo de possibilitar o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis em vista do uso tradicional, voltados à subsistência dessa população, através da concessão de AUTORIZAÇÃO DE USO, a ser conferida em caráter excepcional, transitório e precário.

Ressalta-se a grande importância desta política para o reconhecimento de direitos dessas comunidades historicamente exploradas e esquecidas recorrentemente pelas políticas públicas. Entretanto, para que os direitos territoriais de tais populações sejam efetivamente garantidos, torna-se necessário consolidar o projeto em política estabelecida por lei que reconheça, além de sua importância histórica enquanto ocupantes das áreas de várzea e ilhas federais, as maneiras pelas quais estes grupos percebem e se relacionam com seu meio.

O programa Nossa Várzea, em Breves, começou a realizar os cadastros em meados de março de 2007 e, até o momento, já foram entregues cerca de três mil TAUS no município. Em relação às expectativas sobre os títulos da SPU, alguns moradores ressaltaram a importância do uso do documento como um comprovante de residência, enfatizam seu uso para ter acesso a certos direitos, como aposentadoria, outros indicam sua importância para se obter uma autorização para realizar o manejo adequado do açaí. Todavia, sua função enquanto instrumento de regularização fundiária é pouco citado.

A serventia do SPU é o seguinte: ele não é muito não, de modo que ele é 500 de frente por 1 mil de fundo, então no nosso caso aqui, que tem 3 mil

e 900 metros a nossa área, só tem serventia mesmo para gente ter porque ele serve para o empréstimo, serve para aposentadoria. Mas é assim, é uma declaração, é só uma declaração. Ele não está dizendo que a gente é dono de nada⁴⁷.

O morador refere-se à maneira como o TAUS é implantado individualmente, “a um raio de até 500m, a partir de um ponto geodésico georreferenciado estabelecido no local de moradia do requerente, respeitados os limites de tradição das posses existentes no local” (SPU, 2005). Entretanto, fica evidente no depoimento acima que o “respeito aos limites de tradição” não são abarcados pela forma que se delimita a área de uso das famílias pelo termo: “Até 3.300 metros que é minha área, eu tenho que mandar nela. Porque 500 metros como que eu vou sobreviver aqui? Eu só tenho um filho, mas tem muita gente que tem 4, 5 filhos para trabalhar. Não dá para viver num pedacinho desse”⁴⁸.

As condições dispostas no documento podem gerar, inclusive, problemas de interpretação. Além da projeção do raio de quinhentos metros, o que em termos de área equivale a 78,5hectares, e de considerar os limites tradicionais de posse, o que varia de caso a caso, há também o estabelecimento de uma área estimada autorizada ao uso. Há, portanto, em um mesmo documento três possibilidades de interpretação a respeito da área que o beneficiário poderá utilizar.

Durante as pesquisas de campo, foram frequentes os relatos de desavenças – em função da sobreposição dos raios – entre vizinhos após a emissão dos TAUS. Mesmo com a citação nos termos do respeito aos limites tradicionais de uso e posse, a projeção de um raio de quinhentos metros resulta por criar confusão e falsas expectativas entre os ribeirinhos sobre a área que realmente detém. No caso da comunidade Bom Jesus, os moradores se reuniram para estabelecerem suas áreas, da maneira como as reconhecem historicamente, para que os riscos de conflitos de sobreposição trazidos pela política fossem evitados, conforme relatado em entrevista.

Ficou para o povo da comunidade decidir e [...] pediram que ficasse como tava. Dessa forma que funciona a colocação, que nós tratamos como colocação. No nosso caso foi feito o seguinte: aquele que tivesse duas ou três famílias dentro da casa foi dividido entre si. Dividiram tudo de volta para o cunhado dela e para o compadre ela. Dividiram 4 partes. Nós ficamos com 4 partes dividido, mas é uma boa área. Só que eles mexem no que é deles, e eu no que é meu. A divisão é sempre marcada por um igarapé⁴⁹.

⁴⁷ Entrevista com morador da comunidade Bom Jesus contemplado com o TAUS/SPU.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ *Idem*.

Questionados sobre possíveis conflitos com a empresa detentora da área e se os “donos” teriam o conhecimento da entrega dos TAUS para as comunidades, moradores afirmam não haver mais conflitos – exceto os casos de corte de madeira que passaram a ser proibidos na área, como descrito acima – e que é de total conhecimento a entrega dos documentos da SPU para as famílias residentes na área.

Apesar da importância histórico-geográfica das áreas de várzea, corpos d’água e floresta no modo de vida das populações amazônicas, as definições estabelecidas pela política da SPU são incertas e não apresentam consistência para o reconhecimento dos territórios ribeirinhos.

Assim, é importante considerar alguns aspectos sobre o TAUS quanto a sua importância para a manutenção de populações tradicionais nas áreas de várzea. De que maneira o TAUS pode garantir a segurança fundiária para famílias que habitam e trabalham nas áreas de várzea? A maneira como o terreno individual é dividido e registrado pela política tem contemplado as demandas por terra e recursos dessas famílias? Em outras palavras, a regularização fundiária prevista pelo TAUS abarca os limites de uso tradicional ribeirinho? De que maneira o documento pode assegurar a soberania dos territórios ribeirinhos, frente aos diversos interesses pelos recursos das várzeas? Isto é, de que maneira este documento, ou outras políticas de regularização fundiária na Amazônia, podem assegurar que capitais privados se apropriem indevidamente dos recursos florestais, sejam eles expostos à vista (como a madeira) ou escusos, como o carbono estocado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VÁRZEA E DISTINTAS PERCEPÇÕES SOBRE O MESMO AMBIENTE

Para melhor compreensão sobre os processos históricos constitutivos desses territórios, afeiçãoados por populações insulares e varzeiras há séculos, especificamente os que vivem às margens do Mapuá, é de extrema importância que se compreenda as distintas percepções e ações que se sobrepõem nas várzeas do mesmo rio.

O modo pelo qual ocorre a percepção do ambiente externo é discutido por nomes como Claude Lévi-Straus e Gregory Bateson, como bem mostra Tim Ingold em seu livro “The perception of environment”. Ambos entendem a mente humana como um processador que decodifica as informações e que estas consistem em padrões de diferença significativa. No entanto, Lévi-Strauss, ao contrário de Bateson, ancora a mente e seu decorrente entendimento do mundo exterior no funcionamento do cérebro.

Fastening in a more or less arbitrary fashion upon certain elements or distinctive features that are presented to it in the surrounding environment, the mind acts rather like a kaleidoscope, casting them into patterns whose oppositions and symmetries reflect underlying universals of human cognition (INGOLD, 2000, p. 17).

Ingold segue explicando que este mundo, conforme Lévi-Strauss, é estruturado por completo, desde o mais baixo nível de átomos e moléculas, por meio dos níveis intermediários de percepção sensorial, com os mais altos de funcionamento intelectual (Idem). De acordo com Lévi-Strauss,

Quando a mente processa os dados empíricos que recebe previamente processada pelos órgãos e sentidos, ele continua trabalhando estruturalmente o que desde o início já era estrutural. Ele só pode fazê-lo na medida em que a mente, o corpo para que a mente pertence, e as coisas que o corpo e a mente percebem, são parte integrante de uma só realidade (LÉVI-STRAUSS, 1973, p. 21).

Para Bateson, a mente deve ser vista como intrínseca ao sistema de relações organismo-ambiente em que os seres humanos estão enredados necessariamente, ao invés de confinados dentro de corpos individuais, como se estivesse contra uma natureza externa. Ingold cita uma palestra proferida por Bateson em 1970, em que ele sintetiza suas ideias da seguinte maneira: “the mental world – the mind – the world of information processing – is not limited by the kin” (BATESON apud INGOLD, 2000).

Assim, se para Lévi-Strauss ecologia significa o “mundo exterior” e a mente significa “cérebro”, para Bateson, a mente e a ecologia estão situadas nas relações entre o cérebro humano e o ambiente circundante, processo esse que o antropólogo define como uma “ecologia das ideias”.

As distintas maneiras pelas quais os grupos humanos interagem, entendem e organizam seus ambientes, como os descritos acima, vêm sendo amplamente debatidas não só pela Antropologia, mas pelas Ciências Humanas como um todo, sobretudo pela Geografia⁵⁰ – cada qual com suas particularidades e métodos específicos de análise.

Sobre as interações mútuas entre “sociedade-natureza”, Marshall Sahlins, ao discutir o trabalho de Gregory Bateson, ressalta que:

Dentro do ecossistema, a trama interativa, ou o subsistema que envolve o homem e seus arredores imediatos, seria caracterizada por relações de retroalimentação (*feedback*) recíprocas e iguais às existentes entre quaisquer

⁵⁰ Sobre distintas maneiras de percepção do ambiente e a afetividade com o lugar, destaca-se na geografia o conceito de *topofilia*, elaborado por Yi-Fu Tuan, que denota as relações inerentes entre pessoas e seus lugares. *Topus*, do grego, significa “lugar”, enquanto *filo* significa amor, amizade, afinidade. Para uma leitura mais completa sobre o conceito ver: Tuan (1980).

outros elementos do circuito, apesar de a transação homem-natureza ser mediada pela cultura. A cultura é aqui, simplesmente, a automediação da natureza (SAHLINS, 2003, p. 94).

As diversas falas, posicionamentos, percepções, registrados durante os trabalhos de campo, mostram a nítida percepção dos elementos que participam e compõem a teia de inter-relações do seu ambiente, algo que se assemelha ao que Bateson (1972), Sahlins (1976) e Ingold (2000) discutem em seus estudos.

Sobre aspectos relacionados a formas contemporâneas em reduzir florestas, ambientes a particularidades funcionais ou utilitárias, como no caso apresentado, Marshal Sahlins ressalta que

A alternativa cibernética prevista pela teoria dos ecossistemas não passa de um fetichismo ecológico mais apropriado ao seu próprio contexto cultural, do capitalismo industrial e burocrático, cujo projeto consiste igualmente em reduzir os homens e as coisas às suas especificações funcionais como elementos de um processo produtivo autodeterminante (SAHLINS, 2003, p. 95).

O exemplo das atividades de REDD+ demonstra uma característica do capitalismo contemporâneo, em que há um maior envolvimento do capital com escalas invisíveis – como em processos de fotossíntese –, implicando um movimento em que porções florestais passam a ser influenciadas por políticas de mudanças climáticas e pelos mercados internacionais de compensação de gases efeito estufa.

A análise das sobreposições de perspectivas e atuações sobre o rio Mapuá se mostra extremamente complexa, sobretudo no que diz respeito aos direitos dos que ocupam as áreas de várzea historicamente. Tais disputas estão intrinsecamente vinculadas às visões e maneiras que os diferentes grupos atuam sobre o mesmo ambiente: 1) camponeses ribeirinhos que tem nas áreas de várzea seu sustento material e espiritual, portanto, parte integrante de sua cultura, de seu território; 2) a Secretaria do Patrimônio da União, apesar do esforço recente em buscar garantir os direitos de uso dos recursos das várzeas para as populações tradicionais ribeirinhas, possui uma visão estritamente técnica sobre este ambiente, em detrimento de um maior aprofundamento em relação à várzea enquanto bem cultural das populações amazônicas; 3) a empresa, com um entendimento utilitarista da floresta, reduz toda a complexidade e diversidade desse ambiente enquanto mero sumidouro de carbono.

Sobre estes diferentes usos e entendimentos sobre o mesmo ambiente, um dos exemplos favoritos de Bateson (1972)⁵¹ sobre a interação do homem com a árvore no corte da madeira e retomado por Sahlins (2003), nos fazem refletir sobre os diferentes elementos (ou actantes⁵²) que estão envolvidos de distintas maneiras com a floresta, assim como seus significados são atribuídos conforme as diferentes relações com o ambiente.

O problema é que os homens nunca “cortam madeira” simplesmente dessa forma. Eles cortam toros para as canoas, esculpem as figuras de deuses em clavas guerreiras, ou mesmo cortam madeira para lenha, mas sempre estabelecem relações com a madeira de um modo específico, uma forma cultural, em termos de um projeto significativo cuja finalidade governa os termos da interação recíproca entre o homem e árvore. Se o objetivo é produzir uma canoa, a resposta a uma mudança na árvore é uma; se a meta é a obtenção de lenha, é outra. A resposta ao último golpe depende de um objetivo que não é dado ao processo como um processo natural; esse golpe e todos os golpes que o antecedem, desde o inicial, dependem da intenção significativa. A interação determinada de árvore-olhos-cérebro-etc. foi estipulada por uma ordem simbólica; é um exemplo paradigmático da natureza subordinada a serviço da cultura (SAHLINS, 2003, p. 95).

Neste sentido, Sahlins chama a atenção para um aspecto central do etnocentrismo, isto é, o homem com seu modo de pensar e agir é apenas uma variável funcional do todo, “um componente reativo em mútua determinação com variáveis ambientais”, em que os humanos estão sujeitos às inferências de seu suposto “objeto”, o ambiente, vis-a-vis.

Proposições como esta, isto é, que consideram as distintas maneiras de se relacionar com o ambiente, não enquanto objeto a ser apropriado, mas enquanto interlocutor no sentido da reciprocidade entre humanos e não-humanos, nos inspiram a considerar outras formas de avaliação de políticas como a discutida aqui, assim como outras atividades especulativas sobre as florestas que implicam em desdobramentos para populações rurais como as comunidades do rio Mapuá.

Questiona-se, portanto, as implicações que tais ações podem trazer para essas comunidades não apenas do chamado “ponto de vista ambiental” (esse

⁵¹ “Consideremos um homem que corta uma árvore com um machado. Cada golpe do machado é modificado ou corrigido, de acordo com a forma do corte da árvore provocada pelo golpe anterior. O processo autocorretivo posto é, mental é realizado por um sistema total, árvore-olhos-cérebro-músculos-machado-golpe-árvore; e é esse sistema total que tem as características da mente imanente” (BATESON apud SAHLINS, 2003, p. 94).

⁵² Na rubrica da literatura, actante designa ser, força, coisa etc. que participa da ação, na estrutura de uma narrativa. Pela teoria do ator-rede (ANT, sigla em inglês), o termo actante é utilizado como uma forma se referir aos humanos e não humanos de maneira simétrica, considerando que a palavra ator ou sujeito direciona-se simbolicamente apenas aos humanos.

muito ressaltado tanto pela política da SPU, quanto pelo projeto de REDD+ da empresa), mas da perspectiva cultural de famílias que têm na terra, na floresta e nas águas sua base de reprodução. Reprodução essa de populações que afeiçoam seus territórios de acordo com seus modos de vida, atribuindo significados e formas específicas ao estuário do rio Amazonas há mais de um século.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: Edusp, [1996] 2001.

AGASSIZ, L. **A journey in Brazil**. Boston: Ticknor and Fields, 1868.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas**, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BATES, H. W. **O naturalista no rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. Chicago: The University of Chicago Press, [1972] 2000.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. v. 16, 2011: Belém: 2012.

BRASIL, Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. **Dispõe sobre o Código de Águas**. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1934.

_____. **Código de Águas**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

_____. Ministério do Planejamento. Secretaria do Patrimônio da União (MP/SPU). **Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia brasileira**. Brasília, 2005.

_____. Secretaria do Patrimônio da União (SPU). **Portaria 284**, de 14 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://patrimoniodetodos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/Portaria%20284-2005%20Autorizacao%20de%20uso%20varzeas%20-%20Revogada%20pela%20Portaria%20100-2009.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume; Nupaub-USP, 2000.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DIAS, R.; CARVALHOSA, Z. **No Rio das Amazonas**. (Filme-vídeo). Produção de Ricardo Dias e Zita Carvalhosa. Direção de Ricardo Dias. São Paulo, 1995. 76min. son.color. 35mm.

ECOMAPUÁ CONSERVAÇÃO LTDA. **Caracterização da vegetação** e uso do solo das terras pertencentes a empresa Ecomapuá Conservação Ltda. no município de Breves/PA. Belém, 2002.

FERREIRA, A. R. **Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará**, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2 v.

FURLAN, S. A. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 3-15, 2006.

HANSEN, J. A. Para ler as Cartas do Pe. Antonio Vieira. Asas da Palavra, **Revista de Letras**, Belém: Unama, v. 10, n. 23, 2007.

HÉBETTE, J. Teoria e prática no estudo do campesinato paraense. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.) **No mar, nos rios e na fronteira**. Faces do campesinato no Pará. Belém: UFPA, 2002.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Edufpa, 2004.

HERRERA, J. A. Dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar: o caso de Vila Amélia – Breves/Pará. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias/ Universidade Federal do Pará e EMPRABA, Belém, 2003.

INGOLD, T. **The perception of environment**. Essays of livelihood, dwelling and skill. London; New York: Routledge, 2000.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural dois. Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 1993.

_____. Structuralism and ecology. **Social Science Information**, v. 12, n. 1, p. 7-23, 1973.

LIMA, A. **Amazônia, a terra e o homem**. São Paulo: Editora Nacional, [1933], 1975. (Coleção Brasileira)

MARTINS, C. P.; SCHAAN, D. P.; SILVA, W. F. Arqueologia do Marajó das florestas. Fragmentos de um desafio. In: SACHAAN, D.; MARTINS, C. P. (Org.) **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNORONHA, 2010.

MCGRATH, D. Parceiros no Crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 57-72, 1999.

OCDE - **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. Environmental goods and services. An assesment of the environmental, economic and development benefits of further global and trade liberalisation. Paris, 2000.

OLIVEIRA Jr., P. H. B. Ribeirinhos e roceiros. Gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá. 1991. **Dissertação**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

PACHECO, A. S. A Conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SACHAAN, D.; MARTINS, C. P. (Org.) **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNORONHA, 2010.

PEREIRA, J. V. Atualidade de Antônio Vieira na Amazônia: uma controvérsia do século XVI para reanimar o século XXI. **Asas da Palavra**. Revista de Letras, Belém: Unama, v. 10, n. 23, 2007.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1976] 2003.

SANTANA, A. C.; CARVALHO, D. F.; MENDES, F. A. T. **Organização e competitividade** das empresas de polpas de frutas no Estado do Pará: 1995 a 2004. Belém: Unama, 2006.

SANTOS, R. de A. de O. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). São Paulo; Editora Cortez. Abril de 2011. Resenha de: OLIVEIRA, A. C. Epistemologias do Sul. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 119, p. 637, abril de 2011.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 26, 1980.

SOUZA, A. L. de; CANTO, O. do; HERRERA, J. A. **Comunidades agroextrativistas do rio Mapuá** – Breves/PA. Belém: UFPA, 2002 (Diagnóstico Socio-Econômico. Convênio 518 - Nova Amafrutas/FADESP/UFPA).

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**. Uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

TUAN, Y. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio Claro: Difel, 1980.

VIEIRA, A. **Cartas do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus**. Tomo II. 1. ed. Lisboa: Officina da Congregação do Oratorio, 1735.

_____. **História do futuro**. Livro antepimeyro. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718.

Texto submetido à Revista em 29.04.2015
Aceito para publicação em 03.04.2016



Neoinstitucionalismo, regularização fundiária urbana e o Programa Terra Legal

Neo-institutionalism and urban land regularization: Terra Legal Program in Concordia do Pará

Gabriel Moraes de Outeiro – Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo PPGDSTU/NAEA/UFPA, Mestre em Direito pelo PPGD/UFPA. E-mail: gmouteiro@gmail.com

David Souza Góes – Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo PPGDSTU/NAEA/UFPA, Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela UNIFAP. E-mail: davigos@bol.com.br

Durbens Martins Nascimento – Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo PPGDSTU/NAEA/UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo PPGDSTU/NAEA/UFPA. Professor da Universidade Federal do Pará, Cientista Político. E-mail: durbens.naea@gmail.com

Resumo

No Brasil urbano contemporâneo, com o aumento da informalidade urbana, a regularização fundiária se coloca como uma questão fundamental nas cidades. A regularização fundiária é um processo interdisciplinar, com a finalidade de integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades, proteger a posse dos ocupantes e ensejar sua participação no debate sobre política urbana. O trabalho analisou o Programa Terra Legal e deregularização fundiária urbana em Concórdia do Pará, sob o arcabouço teórico do neoinstitucionalismo histórico. O objetivo foi avaliar o programa, por meio de indicadores de títulos emitidos e como se deu a participação popular. Para isso, um estudo de caso foi feito, por meio de observação participante, entre os anos de 2013 e 2015, que revelou um avanço, com a criação de uma lei específica para a região amazônica, mas com potencial limitado para criar um *path dependence* rumo à democratização do acesso ao solo.

Palavras-chave

Neoinstitucionalismo histórico; Regularização Fundiária Urbana; Amazônia; Programa Terra Legal.

Abstract

In the contemporary urban Brazil, with increasing urban informality, land regularization arises as a key issue in cities. Land regularization is an interdisciplinary process, with the aim of integrating informal settlements to the legal context of cities, protecting ownership of the occupants and give rise to participate in the debate on urban policy. The study analyzed the land regularization Terra Legal Program in Concórdia do Pará, under the theoretical framework of historical institutionalism. The objective was to evaluate the program, through the number of property title and how was the popular participation. For this a case study was done, through participant observation between the years 2013 and 2015, that showed that there was a breakthrough with the creation of a specific law to the Amazon region, with limited potential to create a path dependence toward democratizing access to land.

Keywords

Historical institutionalism; Urban Land Regularization; Amazon; Terra Legal Program.

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, há um grande número de habitações informais exigindo a adoção de políticas públicas que enfrentem os processos de exclusão socioespacial (FERNANDES, 2006). O número de habitações irregulares tem se multiplicado durante as últimas décadas em todas as regiões do país. Estima-se, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contidos no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), que o percentual de domicílios com alguma inadequação habitacional representa aproximadamente metade do total existente atualmente no Brasil.

A implementação de uma política pública na Amazônia é um desafio técnico e científico, em face da estrutura fundiária da região, em que coexistem áreas públicas federais, estaduais, municipais, bem como áreas privadas, por vezes sem delimitação clara, além da existência de terrenos de marinha, ilhas e territórios protegidos de comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, a região amazônica é um espaço de disputa de múltiplos interesses públicos e privados, que têm ocupado a região para os mais variados fins, criando e fortalecendo determinadas instituições.

Nesse contexto, a regularização fundiária emerge como uma possibilidade de assegurar à cidadania, ao ensejar uma série de ações que tem o escopo de proteger a posse dos moradores, a promoção da qualidade de vida e da segurança jurídica. Ocorre que, para que as ações de regularização fundiária possam alcançar seu objetivo, é necessária a criação de instituições que possam mudar as interações humanas e a sua forma de se relacionar com a natureza.

Dessa forma, adota-se como referencial teórico o neoinstitucionalismo histórico, situado no campo de conhecimento da Ciência Política, que postula que escolhas passadas afetam as alternativas presentes, definindo uma trajetória para o desenvolvimento de determinada região. Em outras palavras, as opções postas aos atores são moldadas por uma trajetória dependente das instituições passadas.

O novo institucionalismo tem ganhado espaço, ao se notar que o estudo das instituições ajuda a compreender o sucesso/fracasso de determinados países no combate à pobreza e à desigualdade social; ao mesmo tempo há uma nova orientação metodológica, na qual existe uma redução nas generalizações e nos objetos de análise. Logo, o neoinstitucionalismo não deve ser compreendido como uma teoria que serve para explicar tudo ou que exclua a possibilidade de utilização de outros marcos teóricos (FURLANETTO, 2008, p. 56-61)

Esse modelo teórico-metodológico de investigação e análise mostra-se

perfeitamente adequado ao exame da problemática da regularização fundiária em área da União na Amazônia.

Num contexto de constantes mudanças, pode-se dizer que o início do século XXI está sendo marcado por um movimento de construção de uma nova institucionalidade no âmbito da política urbana brasileira, capitaneado pela Constituição de 88 e pela elaboração da lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Ocorre que as regras mudam dentro de um momento histórico, em que as instituições existentes não devem ser desconsideradas, pois guiam a atuação dos atores da sociedade. Neste diapasão, a relevância deste artigo consiste na possibilidade de uma abordagem específica acerca da regularização fundiária urbana na Amazônia, para a discussão do protagonismo do ente municipal na política urbana e identificação dos atores que operam na arena desenhada pelo Programa Terra Legal.

Esse programa tem aplicação em toda a Amazônia Legal, que inclui os Estados da Região Norte, parte do Maranhão e o Mato Grosso, tornando relevante a sua discussão.

O objetivo da pesquisa é avaliar o processo de regularização fundiária no Pará, por meio de indicadores que informam o número de títulos emitidos e como se deu a participação popular à luz do neoinstitucionalismo e com ênfase na dimensão jurídica. A questão que se procurou responder diz respeito aos efeitos práticos da adoção de uma política de regularização fundiária, portanto regras institucionais que constroem o comportamento dos atores, que encampa ideias contemporâneas, como a proteção da comunidade local e o papel do município no planejamento urbano. Ou, dito de outra forma: a política de regularização fundiária, com base na lei 11.952/2009, consegue cumprir sua finalidade de proteger a posse das comunidades locais, alterando a trajetória de baixa institucionalidade na Amazônia?

Para responder a essa indagação, levou-se em consideração a dimensão da Amazônia e fez-se um recorte, com um estudo de caso no Município de Concórdia do Pará, localizado no nordeste paraense, por meio de observação participante, nos anos de 2013 a 2015. Trata-se de pesquisa qualitativa, em que foram usadas as técnicas metodológicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e fichamento de textos.

Como fonte primária, foram utilizadas as ações da política de regularização fundiária no município de Concórdia do Pará e os documentos e instrumentos gerados a partir daquelas atividades.

Nesse passo, a pesquisa foi estruturada para responder à questão supracitada. Assim, este trabalho está dividido em 6 partes, a partir desta seção introdutória.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico do neoinstitucionalismo. Em seguida, são feitas considerações sobre a regularização fundiária na Amazônia com conceitos e noções sobre esta política, em especial a partir da lei 11.952/2009. Na quarta seção, é demonstrado como se deu o processo de regularização de assentamentos informais em Concórdia, bem como os resultados obtidos, por meio da utilização de indicadores quanto ao número de imóveis regularizados e sobre a forma como se deu a participação popular. A quinta parte discute os resultados, para, no momento seguinte, tecer as conclusões da pesquisa.

Pretende-se, a partir do caso concreto, expor soluções generalizáveis para a prática da regularização fundiária na Amazônia, estando aberto a dialogar com as diversas esferas do conhecimento e contribuindo para o entendimento da regularização fundiária como instrumento de inclusão social e de melhoria na qualidade de vida.

1 O NOVO INSTITUCIONALISMO COMO ABORDAGEM PARA O ESTUDO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Inicialmente, é importante esclarecer que não há unanimidade na definição do “antigo” e do “novo” institucionalismo, nem há uma escola destas vertentes na qual se encontrem postulados comuns. Além disso, há correntes ligadas ao institucionalismo nas mais diversas áreas do conhecimento, com destaque para a Economia, a Sociologia e a Ciência Política.

Dessa forma, como ensina Peres (2008, p. 54-57), a tradição de estudos institucionais remonta a Aristóteles, revitalizada pelo contratualismo moderno de Locke. No entanto, foi entre o século XIX e o começo do século XX que o institucionalismo ganhou força no pensamento econômico norte-americano, capitaneado por autores que destacavam as instituições como variáveis explicativas dos processos econômicos e políticos.

Logo, a instituição serve de fio condutor para as ações dos indivíduos, guiando o seu comportamento. Ocorre que as instituições vigentes são herdadas de processos passados, moldando expectativas e soluções ao longo do tempo.

Todavia, a concentração em abordagens formais, desconectadas do comportamento humano, causou o declínio do “antigo” institucionalismo como vertente teórica apta a explicar fenômenos novos, como as crises do liberalismo e da representação (PERES, 2008, p. 55). Por isso, surge a imprescindibilidade de uma teoria científica que consiga lidar com novas inquietações, tanto para compreender a realidade como para permitir a atuação sobre esta. Daí advém a relevância do neoinstitucionalismo, que se apresenta mais como um aperfeiçoamento do institucionalismo do que como uma ruptura.

Dessa maneira, algumas ideias são mantidas, entre as quais cabe destacar a importância que as instituições possuem como uma variável explicativa para a análise de fenômenos sociais, com seu caráter de estabilidade e permanência e, por fim, com a força da herança histórica do passado que afeta o presente. Há um aprimoramento da corrente de pensamento institucionalista que soma à importância das instituições o rigor metodológico e a consideração do comportamento individual (PERES, 2008, p. 64).

Por conseguinte, o neoinstitucionalismo se apresenta como mais uma ferramenta para auxiliar na compreensão de um mundo que está em constante mudança.

1.1 O NEOINSTITUCIONALISMO HISTÓRICO

Ao manter elementos do pensamento institucionalista, os novos institucionalistas defendem que as instituições importam. Todavia, de modo semelhante ao que ocorreu com os antigos institucionalistas, não há uma escola de pensamento unificada de neoinstitucionalistas. Na verdade, na esteira das lições de Hall e Taylor (1996), é possível identificar três vertentes teóricas: institucionalismo histórico, institucionalismo sociológico e institucionalismo da escolha racional.

Essas escolas floresceram na década de 1970 nos Estados Unidos, influenciadas por transformações nas instituições sociais, políticas e econômicas, que se tornaram mais importantes e complexas (MARCH e OLSEN, 1984, p. 734). Destas correntes, a mais adequada ao presente estudo é o neoinstitucionalismo histórico, pois parte de uma lógica intermediária entre o comportamento utilitário e a perspectiva cultural.

Portanto, para o neoinstitucionalismo histórico, não é possível explicar o comportamento apenas como produto de agentes que agem estrategicamente para maximizar seus ganhos (como entende o institucionalismo da escolha racional) ou, ao revés, que são meramente seguidores de padrões normativos construídos pela tradição (como na vertente do institucionalismo sociológico). Nesse passo, as decisões são fruto de ambas as lógicas em conjunto, combinadas de variadas formas.

A escola do neoinstitucionalismo histórico define instituição como procedimentos, normas, protocolos e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. De modo geral, as instituições variam de normas constitucionais aos acordos de grupos e ao associar as instituições às organizações e às regras ou convenções

editadas pelas organizações formais, excluem-se acordos ou convenções informais (HALL; TAYLOR, 1996, p.938).

Esse é um conceito distinto do trazido por North (1990), para quem as instituições são as regras do jogo, abarcando normas e códigos formais e informais – mas que está mais ligado à escola do neoinstitucionalismo da escolha racional ou à Nova Economia Institucional.

As instituições moldam o comportamento individual e reduzem incertezas, funcionando como mediações entre as estruturas sociais e o comportamento individual. Nesse entendimento, as instituições acabam por afetar o comportamento em duas perspectivas. Na primeira, na qual os indivíduos aparecem como maximizadores de rendimentos, as instituições oferecem aos atores uma razoável segurança e estabilidade quanto ao comportamento presente e futuro dos demais atores, reduzindo custos. Na segunda, o comportamento individual é limitado pela sua visão de mundo e as instituições são fornecedoras de modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e ação (HALL; TAYLOR, 1996, p. 939).

Do ponto de vista da maximização de rendimentos, o comportamento é estratégico e os indivíduos tendem a aderir a modelos de padrões, nos quais perderão mais ao evitá-los do que ao aderir a eles – há um sistema de benefícios e penalidades que, quanto mais desenvolvido, mais reduz os custos das transações.

Esse pensamento neoinstitucional possui uma perspectiva diferenciada do desenvolvimento histórico, no qual o presente é influenciado pelo passado, de forma que o futuro tem uma trajetória dependente (*path dependence*) de escolhas pretéritas. Nesse passo, o percurso da história é multilinear, pois não é possível afirmar que um mesmo conjunto de fatores irá gerar os mesmos resultados em qualquer lugar ou tempo. Ocorre que os principais fatores – mas não todos – são, em essência, institucionais, justificando seu estudo e as experiências de sucesso/fracasso na implementação de políticas públicas.

Há, em certo sentido, uma limitação aos interesses dos indivíduos, que não são dados, mas sim construídos conforme suas posições e contextos nos quais estão inseridos. Logo, a partir dos padrões de configuração das instituições locais, é possível explicar os resultados.

Por fim, Hall e Taylor (1996, p. 942) destacam o fato de que é possível a existência de uma mudança institucional (*path change*) que possibilite a adoção de novas trajetórias, inacessíveis inicialmente. Portanto, as instituições desempenham um duplo papel: constroem o comportamento humano e fornecem os meios para a mudança (THÉRET, 2003, p. 229).

O novo institucionalismo se apresenta como referencial teórico da pesquisa,

de maneira que influencia a abordagem metodológica, pois as instituições são consideradas variáveis de análise para a compreensão de fenômenos sociais e do comportamento individual (DANIEL;KREHBIEL, 2003, p. 124).

Para March e Olsen (1984, p. 735-738), o *approach* neoinstitucionalista permite escapar de erros cometidos por outras correntes de pensamento, que, ao examinar as políticas públicas, tendem a ser funcionalistas (com pouca relevância para conflitos sociais e alternativas disponíveis) ou instrumentalistas (ignoram aspectos das relações sociais como símbolos), entre outras críticas.

Nesse passo, o novo institucionalismo é uma teoria de médio alcance, útil para analisar políticas públicas, mudança institucional e a importância das instituições neste contexto (MARCH; OLSEN, 1984; HALL; TAYLOR, 1996). Assim, com base no neoinstitucionalismo histórico, é que se pretende examinar o Programa Terra Legal de regularização fundiária em Concórdia do Pará.

2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA AMAZÔNIA E INSTITUIÇÕES

Os problemas associados à indefinição quanto aos direitos de propriedade da terra na Amazônia são variados, pois as instituições atuais não oferecem estabilidade para as transações entre os indivíduos. Há, desta forma, tendência à existência de conflitos fundiários, com práticas de grilagem e invasão de áreas.

O quadro de déficit institucional foi construído ao longo dos séculos, em que a Amazônia passou por vários ciclos econômicos e de acesso ao solo. O elo comum a todos estes períodos é a ausência do Estado, que criou instituições de orientação desenvolvimentista que permitiam a gestão burocrática a partir de outros centros do país, por um conjunto de agentes sociais alheios aos interesses locais, gerando um “baixo nível de institucionalidade” (VIDAL, 2009).

Nesses termos, para o desenvolvimento de políticas fundiárias na Amazônia é imprescindível retomar o conceito do neoinstitucionalismo histórico de trajetória dependente. Como mencionado alhures, sob a ótica neoinstitucionalista, o presente é influenciado pelo passado, a partir de escolhas pretéritas. A partir da noção de trajetória dependente, o desenvolvimento histórico de um local é multilinear, visto que o seu ponto de partida (como acesso a bens naturais ou à tecnologia) e situações fortuitas (como guerras ou crises) irão afetar o resultado final. Logo, um conjunto de políticas públicas não, necessariamente, gerará os mesmos resultados em qualquer lugar ou tempo.

Ao mesmo tempo, as instituições existentes, oriundas de opções passadas, buscam reduzir contingências, moldando o comportamento individual.

Esse quadro histórico não deve ser ignorado para a implementação de novas políticas fundiárias na Amazônia, pois, mesmo com o advento de novas regras do jogo, os atores agirão influenciados por incentivos ou sanções, para maximizarem seus ganhos, podendo resistir às mudanças, tentar vetá-las ou até incentivá-las, caso entendam que o custo da mudança é inferior aos seus ganhos.

A título de ilustração de incentivos, pode-se pensar no aporte de recursos financeiros; como sanção, tem-se a hipótese de bloqueio de transferência voluntária entre os entes federados ou que o Chefe do Executivo incorra em improbidade administrativa.

Como se sabe, a partir da Constituição de 88, tem-se um novo marco, que inova ao dispor sobre Política Urbana e reconhecer os municípios como entes federativos responsáveis pelo planejamento urbano com autonomia política e administrativa (art. 30, c/c art. 182, CF). Em seguida, houve o advento da lei 10.257/2001, chamada de Estatuto da Cidade, com o claro viés de promover a gestão democrática da cidade, com instrumentos jurídicos e políticos para ordenar o solo urbano (art. 2.º e seus incisos c/c art. 4.º deste diploma legal).

Tendo por fio condutor a descentralização na gestão do solo, e com vistas à aceleração da definição de direitos de propriedade na região amazônica, a lei 11.952/2009 foi elaborada, dando origem ao Programa Terra Legal, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Encontram-se nesses dispositivos legais a proposta de descentralizar a gestão do solo, mas os padrões seguem centralizados na União, com as definições de instrumentos para todo o Brasil, ignorando as especificidades locais da estrutura fundiária da região e os limites institucionais impostos pela ocupação da Amazônia, num formato de aplicação de “cima para baixo” (SILVA e RAVENA, 2009), em que podem se encontrar municípios com baixo nível de institucionalidade.

Contudo, é digno de nota que a meta era legalizar as terras públicas da União ocupadas por detentores de áreas públicas de dezenas de municípios, ao mesmo tempo em que ensejaria o ordenamento fundiário dos estados que integram a Amazônia Legal – o que poderia representar uma alteração na trajetória (*path change*) com a organização do espaço, tendo em vista que a lei foi elaborada especificamente para esta região e, ao regularizar a situação fundiária local, se viabiliza a redução de custos de transação e contingências.

Essa região está composta por uma grande diversidade de atores governamentais e não governamentais. É possível falar em fazendeiros e empresários, pequenos agricultores que vivem a partir de atividades ligadas à

agricultura de subsistência, população ribeirinha, população indígena, igrejas, sindicatos e associações, entre outros atores locais não governamentais.

Entre os atores governamentais locais, há prefeitos, governadores, vereadores e deputados, além de servidores públicos e titulares de cartórios de imóveis. Desta forma, as regras definidas pelo Programa Terra Legal podem maximizar ou prejudicar os interesses dos mais diversos atores – que podem preferir as instituições antigas ou as novas, conforme se sintam prejudicados ou entendam que o custo da mudança é superior ao seu benefício. Mas é aqui que reside o problema para constatar se o Programa Terra Legal implica uma mudança institucional apta a mudar a trajetória de baixa institucionalidade na Amazônia.

Genericamente, é correto afirmar que existem dois tipos de irregularidades que afetam os assentamentos humanos: uma de natureza dominial; outra, urbanística-ambiental. A irregularidade dominial ocorre quando o possuidor ocupa terra pública ou privada sem título que lhe dê garantia jurídica. Os habitantes não são proprietários (e em alguns casos podem ser no máximo possuidores) da área e não têm nenhum documento legal que lhes assegurem permanência no local.

A irregularidade urbanística e ambiental, por sua vez, materializa-se quando o parcelamento não respeita a legislação urbanística e ambiental e/ou não foi licenciado corretamente. Diante dessa problemática, a regularização fundiária é uma alternativa de política pública para o tratamento de áreas já ocupadas irregularmente (PRESTES, 2006, p. 42-47). Logo, é possível atuar nas duas formas de irregularidades.

Como assevera Fernandes (2006, p. 16-17), a regularização fundiária é um processo multidimensional, que combina a regularização jurídica da área e dos lotes ocupados com a regularização urbanística e o fornecimento de infraestrutura básica. No primeiro caso, a política pública restringe-se às ações de cunho jurídico que busquem a legalização da posse ou da propriedade dos imóveis ocupados.

Por conseguinte, a política de regularização fundiária exsurge como uma possibilidade de promover a qualidade de vida, tendo em vista a sua perspectiva, que vai além da emissão de títulos, ao englobar aspectos socioambientais.

A regularização jurídica pode ser um passo inicial para que, em seguida, proceda-se à dimensão urbanística da regularização fundiária, com a execução de obras públicas capazes de promover melhores condições de vida para as famílias ocupantes de assentamentos irregulares. Nesse aspecto, é imprescindível, para que a regularização urbanística se aperfeiçoe, que haja coesão na legislação urbanística e que as políticas habitacionais se complementem (LUFT, 2009, p. 59).

O art. 46 da lei federal 11.977/2009 encampou o conceito pluridimensional de regularização fundiária e a define como um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado.

Nota-se que dentro dessa discussão há uma gama de interesses, entre os atores supracitados, encampar um programa que tem por escopo alterar a trajetória da região, reduzindo custos de transação e possibilitando receber recursos financeiros por meio de convênios para obras públicas que podem promover a qualidade de vida, traz benefícios claros. Mas não se deve olvidar dos custos que recaem no ente municipal, como falta de corpo técnico ou de recursos financeiros para promover os atos iniciais de regularização fundiária.

Ocorre que a lei 11.952/2009, que criou o Programa Terra Legal¹, ao dispor sobre regularização fundiária urbana, tem como principal característica a alienação da área objeto de regularização, como regra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em favor do município onde está localizada tal área. Esta transferência da gestão da área para o município é acompanhada de encargos, para beneficiar a comunidade local.

Nesses termos, o primeiro encargo é que as administrações locais promovam os atos necessários à regularização das áreas ocupadas (art. 21, §1.º, lei federal 11.952/2009). O segundo requisito é a existência de lei municipal, que pode ser tanto o Plano Diretor Municipal (PDM) quanto outra lei específica, que abranja a área a ser regularizada (art. 22, § 1.º, lei federal 11.952/2009). Entretanto, quando se tratar de áreas com ocupações para fins urbanos já consolidadas, definidas nos termos do Decreto 7.341/2010², a transferência da área poderá ser feita independentemente da existência da lei municipal referida (art. 22, §2.º, lei federal 11.952/2009).

¹ A lei 11.952/2009 possui regras diferentes para cada espécie de regularização – urbana ou rural. Na regularização fundiária rural, o município recebe a gestão da área por meio de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), que tem contornos específicos na lei federal 11.952/2009, como o dever de realizar a regularização fundiária dos lotes ocupados pela comunidade local, desde que os ocupantes preencham os requisitos legais, dos quais cabe destacar a ocupação e a exploração de atividade econômica exercida em imóvel rural, mansa e pacificamente, por si ou por seus antecessores, anterior a 1.º de dezembro de 2004 (art. 5.º, IV, da lei federal 11.952/2009).

² De acordo com o art. 2.º, I, “a” e “b”, do Decreto 7.341/2010, que regulamenta a lei federal 11.952/2009, consideram-se áreas com ocupações para fins urbanos já consolidadas aquelas que apresentam sistema viário implantado com vias de circulação pavimentadas ou não, que configuram a área urbana por meio de quadras e lotes; uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de instalações e edificações residenciais, comerciais, voltadas à prestação de serviços, industriais, institucionais ou mistas, bem como demais equipamentos públicos urbanos e comunitários.

Portanto, inicialmente, traz-se à baila as condicionantes presentes na lei federal 11.952/2009, em seu art. 30:

Art. 30. O Município deverá realizar a regularização fundiária dos lotes ocupados, observados os seguintes requisitos:

I - alienação gratuita a pessoa natural que tenha ingressado na área antes de 11 de fevereiro de 2009, atendidas pelo beneficiário as seguintes condições:

- a) possua renda familiar mensal inferior a 5 (cinco) salários mínimos;
- b) ocupe a área de até 1.000m² (mil metros quadrados) sem oposição, pelo prazo ininterrupto de, no mínimo, 1 (um) ano, observadas, se houver, as dimensões de lotes fixadas na legislação municipal;
- c) utilize o imóvel como única moradia ou como meio lícito de subsistência, exceto locação ou assemelhado; e
- d) não seja proprietário ou possuidor de outro imóvel urbano, condição atestada mediante declaração pessoal sujeita a responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil;

II - alienação gratuita para órgãos e entidades da administração pública estadual, instalados até 11 de fevereiro de 2009;

III - alienação onerosa, precedida de licitação, com direito de preferência àquele que comprove a ocupação, por 1 (um) ano ininterrupto, sem oposição, até 10 de fevereiro de 2009, de área superior a 1.000m² (mil metros quadrados) e inferior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados); e

IV - nas situações não abrangidas pelos incisos I a III, sejam observados na alienação a alínea *f* do inciso I do art. 17 e as demais disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Nesse dispositivo se encontram, em resumo, três possibilidades para guiar a atuação do ente municipal nas ações de regularização fundiária: inciso I, que dispõe sobre a alienação gratuita em favor de ocupantes de baixa renda, atendidos os demais requisitos; inciso III, em que há alienação onerosa precedida de licitação; e o inciso IV, que remete à lei 8.666/93, art. 17, inciso I, alínea *f*, hipótese de dispensa de licitação para alienação de imóveis quando se tratar de regularização fundiária de interesse social.

Para ter direito à alienação gratuita do imóvel, o morador deve auferir renda familiar mensal inferior a cinco salários mínimos, o que caracteriza a regularização fundiária de interesse social, nos termos da lei federal 11.977/2009, art. 47, inciso VII. O ocupante deve ocupar área de até 1.000m², sem oposição, pelo prazo ininterrupto de, no mínimo, um ano, utilizando o imóvel como única moradia ou como meio lícito de subsistência, exceto locação ou assemelhado. Por fim, não pode ser proprietário ou possuidor de outro imóvel urbano.

Deve-se destacar de que entre todos os requisitos que servem de baliza para beneficiar a comunidade com a utilização da alienação gratuita, o tamanho

máximo do imóvel chama a atenção, por ser superior, por exemplo, ao limite máximo de imóvel que pode ser objeto da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM), que é de 250m² (art. 1.º, da Medida Provisória 2.220/2001), bem como pelo fato de se tratar de áreas consideradas urbanas. Com efeito, o tratamento dispensado para estes imóveis é diferente do previsto em outros diplomas legais, por disciplinar a regularização fundiária de imóveis localizadas na Amazônia Legal, na qual se reconhece que mesmo a população de baixa renda possui lotes maiores do que aqueles localizados em outras regiões urbanas do país.

Por fim, nas duas últimas situações, o destaque maior é para a diferenciação entre os casos de alienação de imóveis precedida de licitação e para quando há dispensa de licitação, em que a principal linha divisora reside no tamanho da área média ocupada (maior ou menor de 1.000m²).

As regras do jogo foram mudadas para acelerar a organização da estrutura fundiária na Amazônia Legal, que encampa ideias contemporâneas, como a proteção da comunidade local e o protagonismo municipal na gestão do território. Para analisar o potencial para alterar a trajetória histórica de baixa institucionalidade na Amazônia foi feito um estudo de caso em Concórdia do Pará.

Assim, a regularização fundiária em Concórdia do Pará teve como principal norte o inciso I do artigo 30, do diploma legal referido alhures, que dispõe sobre a alienação gratuita em favor de ocupantes de baixa renda, a despeito do fato de que todos os demais imóveis seriam passíveis de regularização, ressalvados casos como a existência de assentamentos em áreas de risco ou em terrenos de marinho, que demandam um trabalho mais longo e diferenciado. Para ter direito à alienação gratuita do imóvel, o morador deve atender aos requisitos supramencionados.

3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM CONCÓRDIA DO PARÁ

Para compreender a situação do Município de Concórdia do Pará, é preciso entender um pouco do seu contexto, na medida em que o eixo teórico neoinstitucionalista considera que o lugar de partida é importante para a definição do resultado.

Naturalmente, não há espaço para um exaustivo estudo histórico desta localidade, mas compreender um pouco de suas características é útil para entender como o enfoque institucional pode ajudar na elaboração de políticas públicas, como uma teoria de médio alcance: devido a um conjunto de fatores, a aplicação de uma lei federal pode trazer resultados diferentes conforme o local, tendo em vista a trajetória dependente de cada lugar, no qual residem atores com

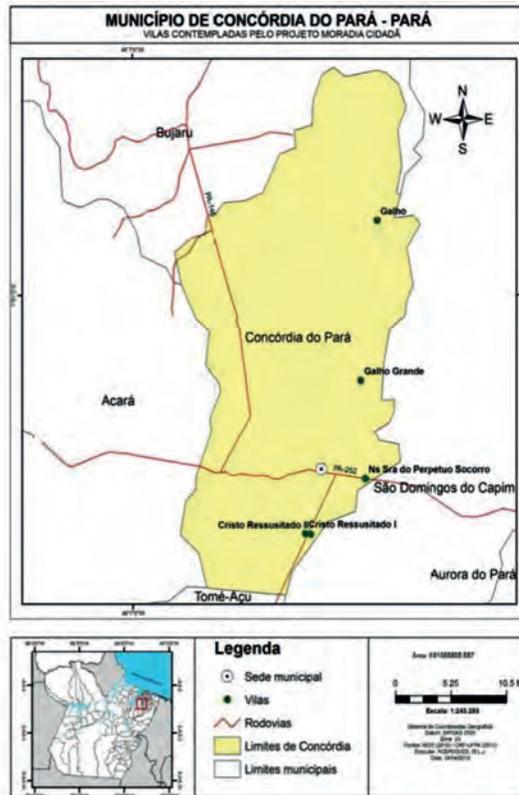
interesses diferentes, que agem com fulcro nas instituições formadas no passado, mas que também constroem o comportamento no presente e define rumos para o futuro.

Essa é, conseqüentemente, uma limitação do próprio estudo, mas que permite lançar luz sobre questões gerais e práticas generalizáveis comuns a vários municípios da Amazônia, resguardadas suas especificidades, além de ensejar a realização de estudos comparativos.

O Município de Concórdia do Pará está localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense e na Microrregião Guamá, tendo iniciada sua ocupação no final da década de 1960, com a imigração nordestina e extração de madeira, possuindo hoje uma população equivalente a 28.216 habitantes (IBGE, 2010).

A sua criação se deu por meio da lei estadual n.º 5.442, de 10 de maio de 1988, com área desmembrada do Município de Bujaru. As vilas objeto da política fundiária podem ser visualizadas na Figura 1, a saber: Cristo Ressuscitado I e II, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Galho e Galho Grande.

Figura 1: Mapa do município de Concórdia do Pará - PA.



Fonte: UFPA, 2013.

Segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), o município de Concórdia do Pará apresentou crescimento populacional entre 2000 e 2010, especialmente na população rural, conforme Tabela 1.

Tabela 1: População do Município de Concórdia do Pará – Total e percentual.

CONCÓRDIA DO PARÁ					
CENSO	População Total	População Urbana		População Rural	
2000	20.956	15.091	72,01%	5.865	27,98%
2010	28.216	15.088	53,47%	13.128	46,52%

Fonte: IBGE, 2010; UFPA 2013.

Logo, nota-se que houve um aumento da população total, desde 2000, porém, ainda que permaneça o predomínio da população urbana com maior número de habitantes, foi a população rural que experimentou maior crescimento. Em relação aos dados socioeconômicos, a maior parte do rendimento dos habitantes do Município de Concórdia do Pará provém de atividades econômicas ligadas à agricultura, à pecuária, à silvicultura, à exploração florestal. Em seguida, o comércio de reparação de veículos automotores e motocicletas agrega o maior número de trabalhadores economicamente ativos (IBGE, 2010, UFPA, 2013).

De acordo com pesquisa realizada pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2013, p. 18-21), a maior parte das edificações presente no Município de Concórdia do Pará corresponde a residências, declaradas como próprias, fato que aponta a possibilidade de regularização fundiária desses imóveis. Ainda com base nesta pesquisa, e com fulcro em dados das Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde, existem 128 lotes nas Vilas, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2: Número de habitantes e de imóveis por vilas – Total e percentual

Vilas	Habitantes	Imóveis	Residências	Outros	% Residência	% Outros
Galho	146	51	41	10	80%	20%
Galho Grande	97	27	23	4	85%	15%
N. S. Perpétuo Socorro	101	25	21	4	84%	16%
Cristo Ressuscitado I	81	9	6	3	67%	33%
Cristo Ressuscitado II	113	16	12	4	75%	25%
Total	538	128	103	25	78,2%	21,8%

Fonte: UFPA, 2013

Após o cadastramento de todos os imóveis dessas Vilas, foram identificados os imóveis passíveis de regularização, para fins de recolhimento documental e instrução processual em diferentes tipos de uso. Como se nota na tabela 2, existem 103 imóveis passíveis de alienação gratuita, visto que são residenciais.

Portanto, mesmo que, inicialmente, todos os imóveis sejam passíveis de regularização, ressalvados casos como ocupação em áreas de risco, o foco foram os imóveis residenciais, para que fosse possível efetuar as ações de regularização fundiária de interesse social (para pessoas de baixa renda), com fundamento no art. 30, I, lei 11.952/2009.

As cinco vilas (Cristo Ressuscitado I e II, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Galho e Galho Grande) possuem características semelhantes. Parte da população das vilas vive, basicamente, da agricultura, sendo que alguns trabalham na indústria próxima ao vilarejo; outros são funcionários públicos; além disso, há uma parcela da população contemplada com o Programa Bolsa-Família. Há lotes destinados ao comércio e à atividade religiosa, porém a maioria é imóvel residencial.

Para avaliar esta política de regularização fundiária em Concórdia, adotaram-se dois critérios. O primeiro foi o número de ocupações regularizadas; o segundo, a forma como se deu a participação popular.

No caso da participação comunitária, o objetivo foi avaliar a maneira como a sociedade participou e atuou no processo de regularização, de maneira a evitar que esta fosse uma política imposta sobre a população local, sem respeito a sua forma de viver, sem esquecer que a realização de reuniões com a comunidade traria consigo a possibilidade de mobilizar os diferentes atores para que compreendessem como os benefícios desta política fundiária superariam os custos.

A ideia de avaliar a quantidade de imóveis regularizados se deve ao fato de que a regularização de assentamentos informais culmina na emissão de títulos que protejam a posse, mesmo que no Brasil não se restrinja a este elemento. Em verdade, há uma tendência de unir questões socioambientais com o aspecto jurídico, para promover a qualidade de vida. Ocorre que, no Programa Terra Legal, o fio condutor é a proteção da posse, sem olvidar que medidas para a melhoria da estrutura urbana podem ser adotadas. Logo, o principal norte para avaliar esta política também foi o número de famílias contempladas nesta política fundiária.

A partir do marco neoinstitucional, além de ser importante realizar atividades com a comunidade para que possam compreender os ganhos do programa de regularização fundiária, evitando que certos atores atrapalhassem o processo, as instituições servem para reduzir contingências e custos das transações, a tornar relevante que o critério de análise foque na quantidade de títulos de propriedade, tendo em vista o fortalecimento das instituições locais.

O Programa Terra Legal encampa premissas como a proteção da posse da comunidade local e que o município deve ser o protagonista da política urbana. Assim, é importante saber como este ente federado está desempenhando seu papel. Havia, então, a expectativa de regularizar cerca de 103 imóveis gratuitamente e de promover a participação popular.

3.1 RESULTADOS ALCANÇADOS

O objetivo inicial era cadastrar a totalidade de imóveis encontrados nas Vilas, para que o Município de Concórdia do Pará tivesse subsídios para definir sua política habitacional após o término desta ação. No tocante ao processo participativo, este envolveu a realização de nove reuniões. A primeira foi uma reunião introdutória, realizada na sede municipal de Concórdia, com o escopo de sensibilizar a comunidade e envolver os atores locais. Em seguida, foram feitas quatro reuniões para informar sobre o levantamento topográfico, cadastramento físico e social, sendo uma em cada vila, salvo Cristo Ressuscitado I e II, que são próximas, permitindo a realização de uma única reunião para moradores de ambas as vilas.

A reunião em cada vila também serviu para a seleção de líderes comunitários, com base em dois critérios: que fossem moradores da área afetada pelo projeto de regularização fundiária e que não fossem integrantes do Poder Público Municipal. Ao final, novamente foram feitas quatro reuniões, sendo uma por vila (novamente, as vilas de Cristo Ressuscitado I e II foram reunidas), para a definição do projeto de regularização fundiária. Nestas reuniões, participaram, em média, membros da comunidade que representavam cerca da metade dos imóveis

Assim, apresentou-se a noção de que a terra era pública e de que a lei federal 11.952/2009, que trouxe tais limites (de renda e de tamanho médio do lote), tentou conferir um tratamento isonômico aos moradores, sem levar em consideração questões pessoais. A impessoalidade na definição dos ocupantes beneficiados com a alienação gratuita dos lotes evitou que a doação de terras fosse feita com base em parentesco ou em amizade de pessoas com influência política. Nesse passo, pode-se afirmar que foi atingido o objetivo de consolidar a participação da população em todo o processo.

Conforme o institucionalismo histórico, as regras do jogo mudaram e foi possível fazer com que parte dos atores encampassem as mudanças, ainda que não fossem totalmente favoráveis. O custo das mudanças foi inferior ao ganho com a regularização da terra.

Em seguida, no tocante à garantia da segurança jurídica da posse, apresentou-se uma cisão entre os moradores que se enquadravam nos termos do inciso I do art. 30, da lei Federal 11.952/2009, e os demais, em particular para os casos de ocupações mais recentes e que não utilizavam o imóvel para moradia.

Portanto, em todas as Vilas nas quais foi feita a regularização fundiária, foram encontradas três situações: beneficiados com alienação gratuita (que tinham lote com área média menor que 1.000 m², que não possuíam outro imóvel, com renda familiar inferior à cinco salários mínimos e que ocupavam o imóvel desde fevereiro de 2009), os que estariam sujeitos à licitação com direito de preferência (porque possuíam imóvel com área média superior a 1.000 m²) e os que não se enquadravam em nenhum dos dois casos (principalmente as ocupações posteriores a fevereiro de 2009 ou de moradores que possuíam mais de um imóvel, o que não impediria o Município de alienar os imóveis onerosamente, por meio de licitação).

No total, cerca de 40% dos moradores das Vilas foram beneficiados com a alienação gratuita da terra, equivalendo a 38 imóveis dos 103 lotes das 5 Vilas. Houve redução de 103 imóveis residenciais para 84, tendo em vista fatores como ocupação de áreas de risco ou outras restrições urbanísticas/ambientais. Dos critérios para emitir títulos de forma gratuita (pelo Programa Terra Legal), foram encontradas as seguintes situações:

- Renda (até 5 salários mínimos): 98% das famílias foram incluídas
- Tamanho da área (até 1.000m²): cerca de 75% das famílias foram incluídas
- Uso/quantidade de imóveis (moradia e não possuir vários imóveis): cerca de 10% foram excluídos
- Tempo de ocupação (1 ano até fevereiro de 2009): cerca de 30% foram excluídos

Uma pessoa pode estar em mais de um critério de exclusão, como ter a renda acima de cinco salários mínimos e ocupar imóvel com área média acima de 1.000m². Nesses termos, existiram dois grupos que claramente ficaram sem uma resposta adequada: os residentes de lotes maiores de 1.000 m² e os que passaram a residir nas Vilas após fevereiro de 2009.

3.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Consoante o *approach* neoinstitucionalista, indagou-se até que ponto o advento de uma lei específica para a Amazônia Legal teria o condão de representar uma mudança na trajetória desta região e permitir o acesso a novas rotas.

Como lecionam Silva e Ravena (2015, p. 33), as atuais condições sociais são resultantes das decisões, sejam ações ou omissões, do Estado, ao mesmo tempo em que os governos estaduais e municipais amazônicos estão inseridos em um contexto socioeconômico-institucional, que reflete a posição de elites associadas aos interesses do poder econômico nacional e internacional.

Do ponto de vista dos atores, houve sinergia nos interesses da maior parte da comunidade, que participaram de reuniões e de oficinas. Porém, se as instituições trazem certa estabilidade para o comportamento humano, a regularização de parte dos imóveis residenciais, sem que houvesse previsão de quando novos títulos seriam emitidos para as demais situações, elucidam como resta dificuldade na atuação do ente municipal na gestão do solo.

A lei federal 11.952/2009 foi criada para atender às particularidades da Amazônia e envolver os municípios no processo de regularização fundiária. Conforme os resultados, houve algum avanço.

Como se viu, restou evidente que a população pode ser ouvida e deve ser informada de todos os procedimentos. A despeito de a participação popular ter sido garantida durante todo o processo de regularização fundiária, é necessário avançar mais para institucionalizar a presença da comunidade na gestão democrática da cidade.

Por outro lado, houve uma redução do número de famílias contempladas com o título³ em relação ao total de imóveis residenciais. O número de famílias sem proteção jurídica da posse torna necessário pensar em outros arranjos institucionais para protegê-las (correspondente a quase 60% da comunidade local). Não há, por exemplo, impedimento para a utilização de outros instrumentos de regularização fundiária, para alcançar a regularização de todos os imóveis das vilas e manter a terra dentro do patrimônio público.

Há uma vantagem em manter a área objeto de regularização fundiária como área pública: ela fica fora do mercado imobiliário privado. Não se contempla óbices para a coexistência entre áreas públicas e privadas, sempre vinculadas ao cumprimento de sua função social. Ao se manter o espaço como área pública, a gestão do território se torna mais factível, além do fato de que várias condições podem estar atreladas ao título de concessão de uso da terra, que pode estar destinada para moradores de baixa renda, que não tenham outra habitação ou ainda que sejam criados encargos ambientais ou urbanísticos, para assegurar a preservação do ambiente e a promoção da qualidade de vida.

³ Nem todos os que foram enquadrados na alienação gratuita já receberam o título, pois alguns ainda estavam em trâmite processual no momento de conclusão deste artigo.

Ainda que não fosse possível regularizar os imóveis dos ocupantes, nos moldes da alienação gratuita, no mínimo, poderia ser realizada a licitação dos lotes ocupados com direito de preferência para quem reside no local ou, pelo menos, a venda direta após ser feita a avaliação do imóvel, dispensada a licitação (art. 17, I, “f”, lei 8.666/1993). Não houve nenhuma medida adotada, o que significa que algumas pessoas não foram contempladas durante a execução do projeto de regularização fundiária e, provavelmente, vai continuar sem resposta por parte do Município, pelo menos, por um tempo.

Sob o olhar do novo institucionalismo, a partir da constatação de que não havia corpo técnico preparado para lidar com as ações de regularização fundiária nem recursos financeiros que pudessem arcar com novas despesas para contratar pessoal especializado, uma mudança institucional tende a depender mais da população local do que dos atores políticos.

Como um dos objetivos da lei 11.952/2009 é possibilitar a regularização fundiária de imóveis localizados na Amazônia Legal, buscou-se trazer a menor quantidade de empecilhos à regularização em áreas urbanas, dispensando a existência de lei municipal que abranja a área a ser regularizada, quando se tratar de áreas com ocupações para fins urbanos já consolidadas (art. 22, §2.º, lei federal 11.952/2009). A dispensa de tratamento legal à área a ser regularizada, em que apenas constam os critérios da regularização jurídica dos ocupantes da região, poderia ter sido acompanhada da exigência de que o município atualizasse suas normas ou que procedesse à urbanização da área, flexível para que o ente defina seus termos e condições. Isso permitiria o fortalecimento das instituições locais, alterando a trajetória da região.

4 TRAJETÓRIA DEPENDENTE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A lei federal 11.952/2009 foi criada para atender às particularidades da Amazônia e envolver os municípios no processo de regularização fundiária. Não se nega que houve avanço, mas é pouco para justificar o protagonismo municipal no processo de regularização fundiária ou que as condições para alterar a trajetória de baixa institucionalidade da região, no tocante à questão fundiária, estão dadas.

Se os atores vão agir para maximizar seus ganhos, eventuais mudanças nas regras do jogo podem ser mal vistas. Em primeiro lugar, o maior incentivo no sentido de ter os imóveis regularizados, com a proteção jurídica da posse, pode ser inferior a eventuais ônus, como pagar um imposto sobre a propriedade.

O interessante neste caso é que, apesar de objeções, a maior parte da população participou ativamente do processo de regularização fundiária, considerando que os ganhos seriam superiores aos custos.

Em segundo lugar, com tantos requisitos, como ocupar a mesma área desde fevereiro de 2009, é difícil prever o número de famílias que terão que pagar pelo imóvel, mesmo que seja dispensada a licitação. No caso dos atores governamentais, como prefeitos e vereadores, há um ônus político em exigir que famílias que estão ocupando um imóvel na região há anos tenham que pagar pela terra, porque não se encaixaram em um dos requisitos da alienação gratuita.

Na verdade, este foi o principal óbice ao avanço da mudança institucional. A dificuldade em avançar para regularizar a totalidade dos assentamentos pode ser vista como um limite à lei federal 11.952/2009, que não exige contrapartidas do município beneficiado ou um procedimento de acompanhamento e avaliação, em especial quando se tratar de áreas urbanas consolidadas.

De todo modo, os beneficiários podem até descumprir as cláusulas sem sofrer as consequências previstas nas leis, pela ausência de algum método de acompanhamento. Não há uma sistematização ou cruzamento de dados, para saber se algum ocupante já possui um imóvel. Pode-se resumir como fatores que limitam a mudança na trajetória para o fortalecimento das instituições:

Ausência ou inadequação de indicadores que permitam a avaliação do Programa Terra Legal, que podem ser sugeridos pelo próprio município de acordo com a sua realidade;

Falta sistematização de dados (que poderia envolver titulares de cartórios ou verificação de CPF, na Receita Federal, respeitando a privacidade e intimidade dos ocupantes), para identificar quem já possui imóveis em seu nome;

A adoção de um sistema mais claro de penalidades, que pode variar da retomada das glebas pela União até o cancelamento do título e multas, de forma que todos os atores, governamentais ou não, entendam os custos da inércia ou má execução do Programa;

A adoção de um sistema mais claro de benefícios, que pode variar de acesso a investimentos até a isenção de impostos territoriais para pessoas de baixa renda.

Em linhas gerais, nota-se que a perspectiva neoinstitucionalista lança um novo ângulo sobre o problema fundiário na região amazônica, ao considerar a participação popular e analisar o comportamento dos atores, englobando também as instituições (como a propriedade), entendidas como as regras do jogo, como variáveis focais.

CONCLUSÃO

Diante das reflexões expostas e do marco teórico adotado, nota-se a importância de contemplar as peculiaridades de cada município amazônico, de acordo com a sua história, de seu ponto de partida e de suas condições, para falar em trajetória dependente e mudança institucional ancoradas na abordagem do neoinstitucionalismo histórico.

No Brasil, a regularização fundiária não se resume à emissão de título, mas pouco se tem feito para melhorar a qualidade de vida da população. A qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico dos moradores da região amazônica dependem da conformação de espaços mais dignos. É importante pensar em outros arranjos, como aluguel social, encargos ambientais e urbanísticos, que permitam aumentar o número de famílias contempladas e que nem sempre são considerados pela literatura que trata do tema.

Ao tratar o momento de implementação do programa Terra Legal como um processo de mudança institucional, a abordagem do novo institucionalismo permite analisar 1) o processo histórico que precede à política pública ou ainda o contexto que influencia a forma como os atores compreendem a realidade; 2) os custos/benefícios envolvidos numa política pública que guiará o comportamento dos mais variados atores; 3) uma nova visão sobre falhas e ajustes necessários para aprimorar a política pública, para ensejar trajetórias diferentes.

Aspectos históricos que propiciaram um quadro de baixa institucionalidade na região Amazônica não devem ser ignorados para que seja possível alterar esta trajetória. A ação será pautada por mecanismos que envolvem prêmio/sanção, de maneira que mudanças somente serão efetivadas se seu custo for menor que os benefícios gerados para os atores. A falta de fiscalização depois da titulação, aliada à ausência de retomada de terras regularizadas indevidamente, permite a emissão de títulos sem ônus para pessoas que não possuem os requisitos mínimos e não exige uma mudança institucional nos municípios para lidarem com a questão fundiária.

Com apoio na pesquisa realizada, há efeitos positivos, como o diálogo constante com a população e a proteção da posse de alguns moradores, porém não se identificou o início de mudanças no planejamento e ordenamento territorial municipal.

Nesses termos, fica claro que a mudança institucional será mais viável pela atuação da população – ainda que parte da responsabilidade também recaia sobre o ente central – do que pelo advento de novas leis, que impõem políticas de cima para baixo. Por mais que seja uma mudança lenta, as raízes foram firmadas, pelo

menos em Concórdia, cuja população pode se organizar para requerer melhorias e gerar uma nova onda de mudanças institucionais.

A despeito de alguns cuidados, entre os quais cautela nas generalizações a partir de um único caso, espera-se que o estudo feito possa contribuir para futuras políticas públicas fundiárias na Amazônia, visto que algumas questões aqui abordadas são passíveis de serem encontradas em vários municípios e que não podem ser esquecidas nos debates sobre revisão da lei 11.952/2009, que se encontra no Congresso Nacional.

Portanto, espera-se que estes resultados possam dar embasamento para futuras pesquisas com o objetivo de avaliar as consequências desta política de regularização fundiária sob o prisma do neoinstitucionalismo. Afinal, o passado atua no presente e desenha o futuro, de forma a demonstrar a importância de buscar meios de alterar a trajetória rumo a um destino melhor, que não repita erros pretéritos.

REFERÊNCIAS

DANIEL, D.; KREHBIEL, K. Institutionalism as a methodology. **Journal of Theoretical Politics**, v. 15, p. 123-144, 2003.

FERNANDES, E. Anova ordem jurídico-urbanística no Brasil. In: ALFONSIN, B.; FERNANDES, E. (Orgs.). **Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 3-23.

FURLANETTO, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: A importância do capital social. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 55-67, ago. 2008.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. R. Political science and the three new institutionalism. **Political Studies**, v. XLIV, p. 936-957, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

LUFT, R. M. Regularização Fundiária: superação de mitos e assimilação de premissas. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**. Porto Alegre: Magister, v. 25, p. 48-67, ago./set. 2009.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. The new institutionalism: Organizational factors in political life. **The American Political Science Review**, Denton, v. 78, n. 3, p. 734-749, set. 1984.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge: University Press, 1990.

PERES, P. S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 53-71, out. 2008.

PRESTES, V. B. Municípios e meio ambiente: a necessidade de uma gestão urbano-ambiental. In: _____ (Org). **Temas de direito urbano-ambiental.** Belo Horizonte: Fórum, 2006, p. 19-50.

SILVA, F. C.; RAVENA, N. Formação institucional e desenvolvimento regional na Amazônia Brasileira: fundamentos teóricos e síntese histórica. SILVA, F. C.; RAVENA, N (Org). **Formação institucional da Amazônia.** Belém: NAEA, 2015, p 15-37.

SILVA, S. S.; RAVENA, N. Capacidade institucional municipal e ação coletiva: análise comparativa do planejamento urbano participativo - 2005 a 2008 - de cidades amazônicas. In: **Anais do Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento**, Belém: NAEA-UFPA, 2009.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 225-255, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Comissão de Regularização Fundiária. **Plano de Ação Municipal:** Concórdia do Pará. Belém, 2013.

VIDAL, J. P. Institucionalismo e desenvolvimento na Amazônia: conflito social na região do Xingu. **Paper do NAEA**, 230, p. 1-22, abr. 2009.

Texto submetido à Revista em 15.12.2015
Aceito para publicação em 17.05.2016



Migração internacional na Amazônia brasileira no Censo Demográfico de 2010

International migration on the Brazilian Amazon in the Demographic Census 2010

Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira - Geógrafo; mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará; doutorando em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: rodrigao@hotmail.com

Daniel Esteban Quiroga - Historiador; mestre e doutor em Demografia pela Universidade Nacional de Córdoba. E-mail: daniellestebanquiroga@gmail.com

Resumo

O objetivo principal deste artigo consiste em identificar novos padrões migratórios na Amazônia brasileira, tendo como objeto de pesquisa as mudanças na origem e nos fluxos da migração internacional na região. O estudo fundamenta-se no uso de dados censitários e na relevância da desagregação dos dados por sexo e país de origem, além da utilização do software Redatam+Sp para a decodificação dos microdados do Censo Demográfico brasileiro de 2010. A pesquisa permitiu demonstrar que os padrões dos fluxos migratórios internacionais, tradicionalmente originários da Europa e do Japão, sofreram mudanças significativas a partir da segunda metade do século XX, concentrando principalmente migrantes oriundos de países fronteiriços. Outra constatação apontada pelo estudo na análise da relação entre gêneros, baseada na divisão por sexo, revela que a distribuição espacial na Amazônia brasileira apresenta padrões diferenciados, conforme o país de origem dos imigrantes. Entre as razões que podem explicar esse fenômeno destacam-se a proximidade geográfica, as diferenças socioeconômicas entre os países amazônicos, o empoderamento da mulher e/ou a migração familiar.

Palavras-chave

Migração internacional. Amazônia brasileira. Países fronteiriços.

Abstract

This article aims to identify new migratory patterns in the Brazilian Amazon, primarily concerned with the changes in the source of international migration flow in the region. The study is based on the use of census data and on the relevance of data disaggregation by sex and country of origin, including the use of Redatam+Sp software to decode the micro data from the Brazilian National Census of 2010. The research permitted to show that the patterns of international migratory flows, traditionally coming from Europe and Japan, have undergone significant changes, starting during the second half of the 20th Century, concentrating mainly on migrants from neighboring countries. Another finding shown by the study in the analysis of relation between genders, based on the division by sex, reveals that the spatial distribution in the Brazilian Amazon presents different patterns, according to the immigrant's country of origin. Among the reasons that may explain this phenomenon are the geographical proximity, the socio economic differences among the Amazon countries, women's empowerment and/or the family migration.

Keywords

International migration. Brazilian Amazon. Border countries.

INTRODUÇÃO

A temática da migração internacional tem grande repercussão na mídia mundial e no meio acadêmico como uma das questões mais importantes a serem tratadas no século XXI. No entanto, na comunidade científica pouco se tem discutido sobre a migração internacional na Amazônia, limitada tanto pela falta de dados para estudos pontuais na região quanto pela sua dimensão continental e transnacional, dentre outros fatores (ARAGÓN, 2009).

Em decorrência dessas questões, os censos são considerados uma fonte de dados importante, porém ainda pouco explorada para estudos sobre migração internacional na Amazônia, seja a partir de estudos holísticos na Pan-Amazônia ou estudos específicos sobre os países amazônicos.

Neste sentido, este trabalho busca identificar as mudanças na origem da migração internacional na Amazônia brasileira, assim como a importância da migração feminina para este fluxo. No âmbito da pesquisa procedeu-se a análise das informações sobre migração acumulada, migração intercensitária e migração por data fixa, agregando dados sobre sexo e procedência, segundo os resultados obtidos no Censo Demográfico brasileiro de 2010.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Para entender a dinâmica migratória internacional recente na Amazônia brasileira é necessário rever o contexto histórico das migrações internacionais direcionadas para a região. O processo migratório se inicia ainda no período colonial (século XVI), em que a chegada dos portugueses à Amazônia representava a apropriação das terras brasileiras pelos europeus, associada à migração forçada de escravos africanos que perdurou por três séculos (do século XVII ao XIX).

La migración internacional ha constituido un aspecto esencial de la historia de América Latina. En los cinco siglos que han transcurrido desde la ocupación de los territorios por los reinos de España y de Portugal, es posible identificar cuatro grandes etapas en el proceso migratorio. La primera se inicia con la Conquista y finaliza con la Independencia y se caracteriza por la incorporación de población que venía de los territorios metropolitanos y de población africana en régimen de esclavitud. La segunda, en la que los países de América Latina y el Caribe y muy particularmente la región sur del continente, recibieron una parte de la gran corriente de emigración europea de la segunda mitad del siglo XIX y principios del XX. La tercera fase transcurre desde 1930 hasta mediados de la década de 1960 y en ella el fenómeno dominante está dado por

los movimientos internos de población hacia las grandes metrópolis; la migración internacional adquiere entonces un carácter regional y fronterizo y funciona como complemento de la migración interna. La cuarta fase se da en las últimas décadas del siglo XX, cuando el saldo migratorio pasa a ser sostenidamente negativo y la emigración hacia los Estados Unidos y otros países desarrollados se convierte en el hecho dominante del panorama migratorio de la región (PELLEGRINO, 2003, p. 11).

O processo de ocupação da Amazônia brasileira ocorreu nos moldes da ocupação do território brasileiro como um todo, com a entrada de imigrantes europeus e japoneses por diferentes razões políticas, econômicas e sociais, com os maiores volumes registrados no início do século XX. Agora, para a Amazônia brasileira, o momento é outro.

Os registros de uma nova dinâmica migratória nos últimos censos demográficos brasileiros mostra que houve grandes mudanças na origem e no volume de migrantes internacionais, que historicamente foi significativo para a formação da população na Amazônia brasileira, visto que o contingente que era bastante representativo.

Para Patarra e Baeninger (2006), as migrações internacionais contribuíram para a formação e composição da população brasileira desde a chegada dos portugueses no século XVI, passando pela inserção da mão de obra escrava, seguida pela mão de obra livre europeia vinculada à “necessidade” do sistema capitalista, e a partir de 1908, a migração de japoneses, particularmente para o estado de São Paulo. Essa “vocalização” receptora brasileira declina a partir da década de 1950.

No caso dos movimentos migratórios dos países do Mercosul para o Brasil, pôde-se constatar a importância crescente dos movimentos intrabloco, não tanto pelo seu volume, mas pela sua diversidade e suas implicações. A reestruturação produtiva e o contexto internacional têm produzido efeitos nesta área, no sentido de impulsionar novas modalidades de transferências populacionais. Percebe-se que esse novo cenário tem influenciado a transferência populacional tanto para as metrópoles, como para outras cidades, cuja posição geográfica e competitividade têm atraído indústrias novas e internacionais, iniciado um processo de transformação urbana já típica da atual etapa de economia.

Em contrapartida, a questão das fronteiras e das áreas limítrofes entre os países apresenta uma outra faceta das mudanças nesses movimentos populacionais – são muitas as especificidades que cercam essa mobilidade. Em primeiro lugar, é possível que, em termos quantitativos, não esteja ocorrendo um aumento expressivo dos movimentos migratórios em consequência dos acordos comerciais, se por migração estivermos entendendo a transferência de residência fixa. Contudo, novas formas de mobilidade espacial da população passam a coexistir, incitando, inclusive,

uma redefinição dos fenômenos emergentes que requerem análise (PATARRA; BAENINGER, 2006, p. 179).

Neste aspecto, Aragón (2009) ratifica:

O Brasil foi um dos destinos favoritos das grandes migrações de finais do século XIX e inícios do século XX, mantendo-se como um país receptor de migrantes até meados do século XX. Estima-se em mais de 5 milhões o número de imigrantes entre 1872 e 1972, vindos principalmente de Portugal, Itália, Japão, Alemanha e Espanha (LEVY, 1974). O censo brasileiro de 1900 registrou 1.074.511 estrangeiros (6,16% da população do país), aumentando, em 1920, para 1.565.961 (5,11% da população total), quando o país registrou o maior número de estrangeiros de sua história conforme os censos. A partir deste ano a população estrangeira diminui constantemente até chegar a 651.226 pessoas no censo de 2000 (0,38% da população), a mais baixa da história (PATARRA; BAENINGER, 2006). Entre 1950 e 1980 o Brasil foi considerado pelos especialistas como sendo de uma população fechada, ou seja, com crescimento populacional resultando quase que exclusivamente da relação entre nascimentos e mortes, dada a inexpressiva representação da migração internacional (baixíssima imigração e emigração). Mas a partir de 1980 o país passou a enviar uma quantidade cada vez maior de pessoas a outros países. Entre 1980 e 1990 estima-se uma perda líquida internacional de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas com 10 anos ou mais de idade e entre 1991 e 2000 de 550 mil da mesma idade, convertendo-se o Brasil num país não mais receptor, mas expulsor de migrantes internacionais (CARVALHO; CAMPOS, 2006). De fato, conforme os registros consulares, em 2002 foram contabilizados 1.887.895 brasileiros residentes no exterior, principalmente nos Estados Unidos (42%), no Paraguai (24%) e no Japão (11%) (PATARRA; BAENINGER, 2006; ARAGÓN, 2009, p. 12).

Villa e Pizarro (2001) afirmam que, mais importante que a dissecação dos volumes migratórios que hoje não são tão expressivos quanto anteriormente, a origem destes estrangeiros apresenta um fenômeno que requer uma atenção cuidadosa, não apenas para entender os novos fluxos que se apresentam nos dados demográficos, mas ampliar esse entendimento para outras dimensões também significativas, intimamente ligadas à migração deste novo contingente.

La migración internacional constituye uno de los factores de mayor importancia en la explicación de como evolucionaron las sociedades de América Latina y el Caribe. Más allá de la profundidad de sus raíces —de merecido reconocimiento en la historia— la persistencia y los sucesivos cambios de la migración no parecen haber encontrado una dedicación igualmente sostenida entre los decisores públicos de la región. El tema emerge a la luz cada cierto tiempo y como respuesta a la percepción de que alguno de sus efectos o características está configurando un problema de relevancia social. Así, con una frecuencia cada vez mayor, se alcanzan voces

para expresar aspiraciones o visiones críticas sobre el tipo de inmigrantes que cabe estimular, aceptar o rechazar; ello suele conllevar el diseño o la reformulación de las normas que rigen los desplazamientos de personas a través de las fronteras (VILLA; PIZARRO, 2001, p. 22).

Jakob (2011) apresenta como explicação para as mudanças na origem dos estrangeiros que agora ocupam lugar de destaque nos números sobre migração internacional as melhorias em infraestrutura e comunicação, principalmente nas fronteiras internacionais. A expansão das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira é outro fator que certamente possibilita e possibilitará desdobramentos significativos para essa região.

Dentre os componentes da dinâmica demográfica, os processos migratórios são os de mais difícil apreensão e aferição. A definição de um espaço e de um tempo específico é fundamental para caracterizar os tipos de fluxos migratórios, assim como para identificar as diferentes etapas do processo migratório. No caso das migrações internacionais, a questão ainda é bem mais complexa, pois envolve questões como a subnumeração de população, em decorrência da falta de declaração das pessoas que residem na situação de indocumentados, além de dizer respeito ao movimento entre países, o que dificulta a identificação dos emigrantes (JAKOB, 2011, p. 137).

Apesar das diferentes implicações na análise de dados sobre migração internacional na Amazônia brasileira, faz-se necessário entender os motivos dessa mudança de origem, assim como identificar os novos fluxos que surgem. Além do mais, há muitos questionamentos quanto à aferição, cobertura e conceitos por detrás dos dados sobre migração, o que necessitaria de uma pesquisa contínua e não estanque¹.

Ressalta-se também a importância do software Redatam para o processamento das informações censitárias, devido à facilidade de utilização e a capacidade de processamento de um grande volume de informações.

2 ASPECTOS RECENTES DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O Censo Demográfico brasileiro de 2010 contém uma série de dados que permite múltiplas análises sobre migração internacional, possibilitando diferentes recortes temporais e espaciais, além de estudos sobre imigração, emigração e

¹ Desde a sua instituição por meio da Lei do Império, em 1872, o Censo Demográfico Brasileiro vem sendo realizado decenalmente, exceto nos períodos das Guerras Mundiais (1910 e 1930, respectivamente), quando não foi possível realizá-lo; e durante o governo Collor, realizou-se em 1991 (LIRA, 2010, p. 30).

retorno. Neste trabalho, a análise dos dados fundamenta-se nas seguintes variáveis:

- País estrangeiro de nascimento;
- País de residência anterior;
- País de residência em 31/07/2005.

Essas informações foram utilizadas para analisar as possíveis mudanças na origem dos fluxos internacionais de imigração, emigração e retorno na Amazônia brasileira², assim como o cruzamento destas variáveis com a variável sexo do migrante para a correlação entre migração e gênero.

2.1 A PRESENÇA ESTRANGEIRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Neste tópico apresenta-se a análise dos dados oficiais sobre migração internacional na Amazônia brasileira, referente ao contingente de migrantes estrangeiros, segundo o gênero, país de nascimento e estrangeiros naturalizados residentes na região em 2010, com base no Censo Demográfico disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Na tabela 1 encontram-se dados quantitativos.

Tabela 1 - País de nascimento dos imigrantes, 2010.

Países	Homens	Mulheres	Total
Bolívia	2611	2703	5314
Peru	3234	1869	5102
Paraguai	1316	1557	2873
Portugal	1620	849	2469
Japão	1305	1107	2412
Colômbia	1180	1039	2219
Guiana	841	953	1795
Estados Unidos	786	659	1444
Espanha	671	336	1006
Itália	546	386	932
França	517	172	689
Guiana Francesa	395	270	665
Venezuela	361	280	640

² Neste trabalho considera-se a delimitação da Amazônia brasileira proposta por Carmo e Jakob (2009), que engloba todos os estados da Região Norte do Brasil (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e os estados de Mato Grosso (Centro-Oeste) e Maranhão (Nordeste). Na delimitação oficial nomeada de Amazônia Legal, o território do estado do Maranhão limita-se ao meridiano 44, porém esta definição envolve questões muito complexas em termos sociais e ambientais, com frequentes pressões político-administrativas para a incorporação da área total dos municípios a leste do meridiano 44, visto que facilita a comparação com a divisão política das Unidades de Federação e não altera as análises.

Alemanha	357	248	605
Argentina	347	175	522
Cuba	299	131	429
China	208	176	384
Chile	279	84	363
Líbano	153	81	234
Suriname	117	105	222
México	119	95	215
Uruguai	141	69	210
Índia	129	44	173
República Da Coreia	63	105	168
Holanda	82	60	142
Angola	79	58	138
Canadá	79	46	125
Escócia	78	42	120
Cabo Verde	22	93	115
Guiné Bissau	106	6	112
Costa do Marfim	64	45	109
Suíça	52	32	84
Síria	54	25	80
Rússia	32	45	76
Não soube informar o país	47	23	70
Paquistão	41	26	67
Polônia	19	37	55
Iraque	26	26	51
Panamá	34	8	43
Noruega	3	35	39
Arábia Saudita	36	-	36
Moçambique	-	36	36
Nicarágua	-	35	35
Turquia	32	-	32
Israel	32	-	32
Malásia	11	21	32
Equador	8	23	31
Finlândia	2	25	28
Bélgica	21	6	27
África do Sul	4	22	26
Ucrânia	26	-	26
Jordânia	18	7	25
Indonésia	24	-	24
Grécia	23	-	23
São Tomé e Príncipe	-	23	23
Costa Rica	5	18	22
Trinidad e Tobago	-	22	22
Irã	20	-	20
Guiné	20	-	20

Hungria	19	-	19
Bulgária	18	-	18
Camarões	17	-	17
Camboja	14	-	14
El Salvador	9	4	13
Niger	13	-	13
Tailândia	13	-	13
República Dominicana	-	12	12
República Tcheca	-	12	12
Oman	10	-	10
Santa Lúcia	9	-	9
Togo	6	-	6
Sudão	6	-	6
República Democrática Popular de Laos	5	-	5
Guatemala	5	-	5
Egito	5	-	5
Quênia	3	-	3
Ignorado	-	3	3
Tanzânia	-	2	2
Irlanda	2	-	2
Total	18.849	14.370	33.219

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Os dados demonstram que em 2010 havia 33.219 estrangeiros na região, sendo 18.849 homens e 14.370 mulheres. Quanto à procedência dos migrantes, segundo o país de origem, verifica-se que os contingentes mais expressivos são oriundos da Bolívia, Peru e Paraguai. Ressalta-se que esses países fazem fronteira com o Brasil.

Considerando que os dados da Tabela 1 estão associados à migração acumulada, também merecem destaque Portugal e Japão, com o quarto e o quinto maior volume de migrantes na região. Todavia, essas informações referem-se essencialmente à chegada de migrantes, sem haver recorte temporal, neste caso, o Censo de 2010 demonstra que os maiores volumes provêm da migração europeia e japonesa.

Contudo, em termos do volume total de migrantes, o Censo Demográfico evidencia a importância dos países fronteiriços. Destaca-se ainda a maior quantidade de mulheres, em comparação ao contingente de homens, originários da Bolívia e do Paraguai.

Nos últimos 10 anos, período intercensitário, observa-se que diminuiu a participação de migrantes de países europeus nos fluxos, comprovando a importância do caráter fronteiriço das migrações internacionais na Amazônia brasileira (Tabela 2).

Tabela 2 - País de residência anterior, 2010.

Países	Homens	Mulheres	Total
Peru	1454	843	2297
Bolívia	848	856	1704
Colômbia	621	519	1140
Estados Unidos	512	462	974
Portugal	429	217	647
Paraguai	267	316	582
Espanha	386	186	572
Guiana	241	228	468
Japão	181	271	452
Guiana Francesa	253	144	396
Venezuela	186	134	321
França	205	97	302
Itália	200	54	254
Cuba	157	64	221
Alemanha	110	80	190
Suriname	116	72	188
Argentina	129	47	177
México	76	86	162
Cabo Verde	21	105	126
República da Coreia	42	83	125
Ignorado	50	57	108
Canadá	42	39	81
Guiné Bissau	79	-	79
Escócia	27	49	76
China	43	24	67
Suíça	42	25	67
Holanda	34	14	49
Líbano	40	-	40
Uruguai	14	26	40
Noruega	-	35	35
Panamá	34	-	34
Índia	17	17	34
Angola	-	32	32
Santa Lúcia	13	19	32
Filipinas	17	9	26
Finlândia	23	-	23
São Tomé e Príncipe	-	23	23
Ucrânia	-	21	21
República da Moldávia	-	21	21
Equador	8	13	21
Polônia	-	18	18
Não soube informar o país	-	15	15
Chile	15	-	15
Costa do Marfim	-	13	13

Dominica	12	-	12
Paquistão	-	12	12
Islândia	-	11	11
Camarões	10	-	10
Papua Nova Guiné	5	5	10
Hungria	9	-	9
San Marino	-	6	6
Bélgica	5	-	5
Guatemala	5	-	5
África do Sul	4	-	4
El Salvador	-	4	4
Quênia	3	-	3
Tanzânia	-	2	2
Irlanda	2	-	2
Total	6.986	5.374	12.360

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A Tabela 2 mostra que dos 33.219 estrangeiros e naturalizados residentes na Amazônia brasileira, 12.360 vieram de outro país durante o período intercensitário, de 2000-2010. Destaca-se a procedência dos países fronteiriços Peru, Bolívia e Colômbia, assim como de imigrantes vindos dos Estados Unidos. Na análise por sexo, Bolívia e Paraguai merecem destaque em termos quantitativos, mesmo com o volume reduzido, mostrando ainda a maior participação feminina em relação à masculina.

A Tabela 3 apresenta informações sobre estrangeiros e naturalizados que chegaram em 31 de Julho de 2010 na Amazônia brasileira com um volume total de 7.101 pessoas destacando-se ainda os países fronteiriços Peru, Bolívia e Colômbia e também a vinda proveniente dos Estados Unidos. Segundo os dados, a participação europeia também diminuiu, mas, por outro lado, aumentou a participação japonesa neste período. A participação feminina tem destaque nos fluxos provenientes do Japão, Guiana e Paraguai.

Tabela 3 - País de residência em 31/07/2005.

Países	Homens	Mulheres	Total
Peru	754	448	1202
Bolívia	580	493	1072
Colômbia	401	296	698
Estados Unidos	340	219	559
Japão	143	213	356
Portugal	250	98	348
Guiana	128	144	271
Paraguai	110	143	253

França	128	83	211
Guiana Francesa	128	52	180
Venezuela	96	74	170
Espanha	149	5	154
Alemanha	89	63	152
Itália	97	48	145
Argentina	72	60	132
Cabo Verde	21	105	126
México	53	72	125
Cuba	72	52	124
Guiné Bissau	99	-	99
Canadá	64	25	89
Costa do Marfim	32	45	77
Holanda	38	14	53
China	24	24	48
Suíça	42	3	45
Ignorado	21	16	36
Suriname	36	-	36
Noruega	-	35	35
Líbano	34	-	34
Angola	-	29	29
Panamá	29	-	29
Filipinas	17	9	26
Uruguai	15	10	25
São Tomé e Príncipe	-	23	23
Ucrânia	-	21	21
Não soube informar o país	20	-	20
Índia	-	17	17
Escócia	6	11	17
Chile	14	-	14
Equador	12	-	12
Dominica	12	-	12
Togo	6	-	6
Sudão	6	-	6
Guatemala	5	-	5
Costa Rica	-	5	5
El Salvador	-	4	4
Total	4.142	2.959	7.101

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

No caso da migração internacional de estrangeiros e naturalizados brasileiros, conclui-se que os países fronteiriços constituem as novas origens da migração internacional para Amazônia brasileira, e provavelmente deve ocorrer um aumento da circulação desses imigrantes na região, em detrimento de outras nacionalidades e regiões.

2.2 O REGRESSO DE MIGRANTES BRASILEIROS PARA A AMAZÔNIA

O regresso de brasileiros do exterior para a Amazônia brasileira é considerado a partir do município de origem dos imigrantes. Utilizam-se os critérios censitários referentes ao local de nascimento dos indivíduos e a moradia por um determinado período em algum país no exterior. Dessa forma, foi possível obter informações sobre a origem e o retorno do exterior daqueles indivíduos que nasceram no município em que residem atualmente, com base no Censo Demográfico de 2010.

A Tabela 4 mostra os dados sobre os imigrantes brasileiros que retornaram do exterior para a Amazônia no período de 2000-2010, segundo o sexo e o país de procedência. Para este período, 9.957 brasileiros retornaram para o seu município de origem na região, sendo 5.634 homens e 4.314 mulheres, com destaque para a procedência do Paraguai, Estados Unidos e Japão.

Apesar da importância dos fluxos provenientes dos Estados Unidos e Japão, mas no total de migrantes nota-se a procedência de cinco países fronteiriços nas 10 primeiras posições, destacando-se também a participação feminina procedente de Portugal e Suriname.

Tabela 4 - País de residência anterior, 2010.

Países	Homens	Mulheres	Total
Paraguai	1112	814	1926
Estados Unidos	1213	663	1877
Japão	609	505	1114
Espanha	405	484	889
Portugal	420	433	853
Guiana Francesa	285	253	539
Bolívia	268	140	408
Venezuela	184	115	299
Ignorado	148	135	283
Suriname	99	112	211
Guiana	123	83	206
Escócia	75	119	193
Itália	68	68	136
França	82	47	129
Peru	41	43	84
Chile	46	35	81
Cuba	30	51	81
Argentina	63	15	77
Suíça	36	34	71
Alemanha	33	14	47
Angola	45	-	45

Irlanda	2	31	33
Moçambique	17	17	33
Canadá	16	17	33
Finlândia	5	25	30
Colômbia	23	4	27
São Tomé e Príncipe	22	5	27
Áustria	17	9	26
Santa Lúcia	17	6	24
África do Sul	19	-	19
Não soube informar o país	9	9	18
Bélgica	14	2	16
Macedônia	14	-	14
Niger	13	-	13
China	13	-	13
Suécia	11	-	11
Mianmar	11	-	11
Equador	6	6	11
Malásia	-	11	11
Nigéria	10	-	10
Panamá	-	10	10
Congo	6	-	6
Gabão	5	-	5
Guatemala	5	-	5
Haiti	4	-	4
Timor Leste	-	2	2
Total	5.643	4.314	9.957

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A partir do recorte temporal da Tabela 5, em termos absolutos observa-se que não houve grande redução na quantidade de imigrantes que retornaram ao Brasil no período intercensitário (2000-2010), precisamente data fixa de 31 de julho de 2005. Constata-se que dos 9.957 brasileiros que regressaram ao país nos últimos 10 anos, 8.118 encontravam-se em outros países em 2005, destacando-se os maiores contingentes nos Estados Unidos, Japão e Portugal, como também a Espanha apresentou maior participação feminina no período.

Tabela 5 - País de residência em 31/07/2005.

Países	Homens	Mulheres	Total
Estados Unidos	1447	734	2180
Japão	611	475	1086
Portugal	423	369	792
Espanha	232	310	543
Guiana Francesa	258	249	508

Paraguai	324	180	504
Bolívia	180	182	362
Suriname	171	84	255
França	122	106	228
Escócia	116	111	228
Venezuela	129	73	202
Guiana	121	46	168
Ignorado	67	81	148
Bélgica	99	39	137
Itália	66	55	120
Cuba	40	40	80
Canadá	37	37	74
Suíça	38	36	74
Alemanha	44	13	57
Argentina	30	16	46
Moçambique	28	17	45
Angola	36	-	36
Não soube informar o país	18	9	27
Finlândia	-	25	25
Peru	18	6	24
Irlanda	13	6	18
Panamá	5	10	15
Colômbia	12	-	12
Geórgia	12	-	12
Timor Leste	-	12	12
Nova Zelândia	10	-	10
República Centro Africana	-	10	10
China	-	10	10
México	-	9	9
Chile	-	9	9
Gabão	9	-	9
Haiti	9	-	9
Turquia	7	-	7
Congo	6	-	6
Costa Rica	5	-	5
Cabo Verde	4	-	4
Santa Lúcia	4	-	4
Suécia	3	-	3
Equador	3	-	3
Total	4.760	3.358	8.118

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

No caso dos imigrantes brasileiros que retornaram a região amazônica, a migração fronteiriça não obteve grande destaque quanto à migração proveniente dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia (sobretudo Japão). Todavia, no

conjunto dos principais fluxos, vários países fronteiriços ocupavam as 10 primeiras posições, indicando a necessidade de se compreender o porquê desse retorno e do quantitativo menor que o dos países Europeus, do Japão e dos Estados Unidos, principalmente nos últimos cinco anos. A reduzida participação feminina no retorno à região amazônica, segundo os países de procedência, é uma questão relevante, que necessita maior aprofundamento.

2.3 EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE BRASILEIROS

A emigração internacional foi a grande novidade no Censo Demográfico brasileiro de 2010 para estudos sobre migração, sendo uma informação nunca contabilizada nas pesquisas anteriores do Censo Demográfico brasileiro.

Cabe ressaltar que esses primeiros dados censitários sobre emigração são parciais e, portanto, não podem ser considerados como o total de emigrantes, visto que essas informações são coletadas indiretamente, com o levantamento de dados junto a outros membros do domicílio pesquisado, que informam sobre os familiares residentes no exterior.

A Tabela 6 mostra os países de residência de brasileiros procedentes da Amazônia brasileira em 31 de julho de 2005. Do total de 59.527 emigrantes residentes fora do país, 25.817 eram homens e 33.710 mulheres, com destaque para a Espanha, Estados Unidos, Portugal e Bolívia, entretanto, apenas na Bolívia a participação feminina foi inferior à masculina.

Tabela 6 - País de residência em 31/07/2005.

Países	Homens	Mulheres	Total
Espanha	2949	6522	9471
Estados Unidos	3634	3994	7628
Portugal	2421	4174	6595
Bolívia	2727	1888	4615
França	1585	2458	4043
Guiana Francesa	2264	1579	3842
Suriname	2021	1536	3557
Japão	1614	1450	3064
Itália	549	1652	2201
Suíça	359	1556	1915
Venezuela	854	877	1731
Escócia	712	852	1564
Alemanha	311	836	1147
Guiana	705	414	1119
Holanda	362	745	1107

Argentina	348	381	729
Colômbia	230	218	448
Bélgica	134	296	430
Canadá	112	269	381
Irlanda	218	140	357
Austrália	77	209	287
Paraguai	111	155	266
Peru	106	132	238
Angola	177	40	217
Dinamarca	26	173	199
África do Sul	177	18	195
Cuba	97	78	174
Chile	45	120	165
Noruega	22	133	155
México	29	102	130
Israel	84	17	101
Suécia	43	46	88
Luxemburgo	22	57	78
Áustria	33	43	76
Timor Leste	18	56	74
Não soube informar o país	67	5	72
Iraque	26	45	71
Equador	43	15	58
Uruguai	23	34	57
Haiti	44	5	48
Grécia	25	21	46
Turquia	21	21	42
Emirados Árabes	8	32	40
Nova Zelândia	26	14	40
Nicarágua	19	19	37
República Democrática do Congo	35	-	35
Islândia	23	12	35
Finlândia	8	27	34
Romênia	34	-	34
Ignorado	20	9	28
Moçambique	6	21	27
Marrocos	22	-	22
Guiné Equatorial	22	-	22
Rússia	21	-	21
Costa Rica	21	-	21
Síria	9	11	21
Bulgária	16	-	16

Índia	10	5	15
Belize	-	15	15
Brunei Darussalan	-	14	14
Arábia Saudita	-	14	14
China	-	13	13
Malawi	-	13	13
Congo	12	-	12
Líbia	12	-	12
Tunísia	12	-	12
Tailândia	-	12	12
Bósnia E Herzegovina	-	11	11
Senegal	-	11	11
Quênia	-	11	11
Guatemala	-	11	11
Ucrânia	-	11	11
Chipre	-	11	11
Vietnã	-	10	10
Panamá	10	-	10
Montenegro	10	-	10
Geórgia	10	-	10
Indonésia	-	9	9
San Marino	9	-	9
Camboja	-	9	9
República Tcheca	-	9	9
Iêmen	-	9	9
Trinidad e Tobago	7	-	7
Burundi	6	-	6
Honduras	5	-	5
Nigéria	-	4	4
Guiné Bissau	-	3	3
Sérvia	2	-	2
Total	25.817	33.710	59.527

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Diante da apresentação dos dados sobre emigração internacional em que a participação feminina é notadamente muito superior a masculina, vale destacar algumas informações importantes nas análises dos diferentes fluxos internacionais com base nos dados sobre a categoria de gênero, a partir da divisão por sexo.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

A partir das análises sobre migração internacional na Amazônia brasileira no que se refere à correlação dos contingentes por sexo, deve-se ressaltar a importância das relações de gênero, assim como a necessidade de se incorporar um aporte teórico específico para a análise deste fenômeno. As informações sobre a categoria sexo, para além dos volumes migratórios “assexuados”, apresentam diferenças significativas, por exemplo, quanto à origem dos fluxos migratórios.

Todavia, somente a descrição da diferença de gênero entre homens e mulheres não é suficiente para explicar as especificidades desses fluxos, porém, possibilita um reenaminhamento das pesquisas, incorporando uma informação pouco utilizada nos estudos sobre as mudanças atuais da migração internacional.

Avanços teóricos recentes dos estudos de migração ressaltam a importância de se estudar diferenciais por sexo, transformações nas relações de gênero e também de um aporte específico para este fenômeno. Ao incorporar os diferenciais por sexo, bem como as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho. Segundo Pessar (2000), há importantes intersecções entre transformações dos papéis de gênero, estratégias migratórias e inserção em diferentes mercados de trabalho ao longo do projeto migratório. A interdependência dessas estruturas causa diferentes impactos principalmente entre as mulheres, que são mais suscetíveis a essas transformações (PERES, 2013, p. 116).

Um primeiro caminho seria entender as diferentes trajetórias migratórias, pois tanto na imigração quanto na emigração como também no retorno, esses homens e mulheres têm destinos diversificados. Contudo, de acordo com Peres (2013), as “trajetórias migratórias não se definem, portanto, apenas no percurso percorrido pelos migrantes em direção a seu destino: é importante apreender o uso estratégico de cada um dos espaços componentes desta trajetória, em suas variadas formas” (Peres, 2013, p. 122).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Censo Demográfico Brasileiro de 2010 tem sido uma fonte de dados subexplorada, no que se refere à migração internacional. Quando focalizamos a análise na dinâmica migratória internacional que ocorre na Amazônia brasileira,

esta informação é ainda mais contundente, visto que há poucos trabalhos que abordam essa modalidade migratória na região.

Portanto, este artigo busca evidenciar a importância desta fonte de dados para estudos sobre migração internacional, em virtude da relevância desse problema em escala mundial. O recorte estabelecido para a análise teve o propósito demonstrar o interesse que a região amazônica tem despertado para atrair os fluxos migratórios de estrangeiros.

Segundo Aragón (2009), apesar das suas limitações, os censos são fontes de essenciais para estudos sobre migração internacional e seus impactos. Nas diretrizes desta pesquisa, os dados do Censo Demográfico de 2010 são as fontes principais e as contribuições do trabalho podem suscitar novos estudos sobre os padrões e os fluxos migratórios na Amazônia brasileira, associados à imigração, emigração e retorno em diferentes contextos históricos, e outras questões emergentes que carecem de aprofundamento.

Cabe a nós, pesquisadores, analisar como se processam esses movimentos, quem são esses indivíduos, qual é o impacto para o desenvolvimento do país e da região amazônica, a melhoria da qualidade de vida desses migrantes e de suas famílias, buscando entender o porquê de uns voltarem e outros ficarem. Presume-se que as comparações entre censos anteriores e de outros países, sobretudo países fronteiriços como Bolívia e Paraguai, permitirão identificar tendências sobre este fenômeno.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, L. E. Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 11-38.

JAKOB, A. A. E. A migração internacional na Amazônia brasileira. In: Encontro Nacional sobre Migrações: migrações, políticas públicas e desigualdades regionais, 7. 2011. Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2011, /PR.

JAKOB, A.A.E. A migração internacional na Amazônia brasileira. Informe GEPEC - **Revista de Desenvolvimento Regional e Agronegócio**, v. 15, p. 367-385, 2011.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul, metrópoles e fronteira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 83-181, 2006

PELLEGRINO, A. La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes. **Población y Desarrollo**, v. 41, n. 35, 2003.

PERES, R.G. Mulheres na fronteira: imigração e gênero. In: BAENINGER, R. (Org.). **Migração Internacional**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013. p.115-163 (Por dentro do estado de São Paulo, v. 9).

LIRA, J. R.O. Espacialização da migração internacional na Amazônia brasileira. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Belém, 2010.

VILLA, M.; PIZARRO, J. M. Tendencias y patrones de la migración internacional en América Latina y el Caribe. In: **La migración internacional** y el desarrollo en las Américas. Santiago: CEPAL, 2001. p.21-60.

Texto submetido à Revista em 25.12.2015
Aceito para publicação em 12.04.2016



Estratégias empresariais e esfera pública: a Zona Franca de Manaus como colonização sócio-política

Business strategies and public sphere: the Manaus Free Trade Zone as sociopolitical colonization

Cleiton Ferreira Maciel – Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Jeanne Mariel Brito de Moura – Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora Assistente da Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo

Neste texto, buscamos discutir as estratégias empresariais como forma política de “colonizar” a esfera pública. Nessa perspectiva, configuraremos aqui, em um primeiro momento, um mapa conceitual acerca da relação capital-trabalho no ambiente produtivo da Zona Franca de Manaus, (ZFM) estabelecendo, em seguida, pontos de discussão com alguns direcionamentos teóricos de Hannah Arendt, Walter Benjamin, Edward Said, Antônio Gramsci e Nancy Fraser. A hipótese que lançamos neste artigo e que buscamos problematizar é a de que a Zona Franca de Manaus é uma invenção histórica sobre o lugar, que no século XX vai ganhar forma de “não-lugar”, sendo constituído enquanto espaço transnacionalizado e simbolicamente construído, permeado por interesses políticos e econômicos que transcendem a esfera do “local”. Essa invenção histórica tem como efeito simbólico e prático o enevoamento de contradições sociais que ocorrem no interior da nua e crua realidade do Amazonas, e será usada pela elite local e nacional como ferramenta ideológica para diluir conflitos e mascarar tensões. Uma tentativa da esfera privada de colonizar a esfera pública, portanto.

Palavras-chave

Estratégias empresariais; esfera pública; Zona Franca de Manaus.

Abstract

In this paper we discuss business strategies as a political form of “colonize” the public sphere. In this perspective we’ll set up here, at first, a concept map about the capital-labor ratio in the production environment of the Manaus Free Zone (ZFM) setting, then talking points with some theoretical directions of Hannah Arendt, Walter Benjamin, Edward Said, Antonio Gramsci and Nancy Fraser. The hypothesis we launched this article and we seek to question is that the Manaus Free Trade Zone is a historical invention over the place, in the twentieth century will gain form of “non-place”, consisting as transnationalised space and symbolically constructed, permeated by political and economic interests that transcend the sphere of “local”. This historical invention has as a symbolic and practical effect that is blur the social contradictions that occur inside the raw reality of the Amazon, and will be used by local and national elite as an ideological tool to dilute conflicts and to mask tensions. An attempt from private sphere in colonize the public sphere, so.

Keywords

Business strategies; public sphere; Manaus Free Trade Zone.

INTRODUÇÃO

A esfera pública tornou-se um cenário para os interesses privados desenvolverem sua legitimidade (Jürgen Habermas).

Entendemos aqui por estratégias empresariais os “recursos do método” do capital (OLIVEIRA 2004) que vêm se mostrando ao longo da história como um processo de constrangimentos sociais de uma macroideologia sobre um microtempo e espaço. É essa a compreensão de Marx em a Ideologia Alemã (2007), quando aponta para o capitalismo enquanto formação econômico-social realizada na e pela história e que tem como marco central o alijamento das autonomias dos distintos modos de produção da vida, da supressão de narrativas, impondo-se como a “grande narrativa”; a “concretização” de ideais pautados nos séculos XVII e XVIII.

No bojo desse processo, são desenvolvidas certas artimanhas capitalistas que têm na política, na técnica, na ciência e no trabalho suas “caras-metades históricas” (GRAMSCI, 2001). Aliás, é principalmente através deste último que o processo de expansão capitalista ganha substancialidade e sentido. É nele que as estratégias empresariais são objetivadas, pois é o trabalho o grande gerador de valores para o capital (MARX, 2007).

Tais artimanhas capitalistas refletem, de certa forma, a asfíxia da esfera pública, aqui compreendida como o “espaço do mundo comum, que nos reúne na companhia uns dos outros e evita que colidamos uns com os outros” (ARENDT, 2010). Isso porque o público significa, concretamente, segundo Arendt, o momento em que várias pessoas olham para a mesma realidade em uma variedade de aspectos, de sorte que os que estão olhando para esta realidade sabem que veem o mesmo na mais completa diversidade. Em outras palavras, o público pressupõe a plularidade de visões de mundo, um constructo no qual a diversidade da experiência humana seja parte da própria política.

Contudo, de acordo com Arendt, ao longo da história essa diversidade da experiência humana foi se desenraizando dos homens na sua relação com o mundo. É o que ela denomina alienação, ou seja, o estranhamento do mundo como obra humana e lugar comum dos homens, e que tem como consequência a incapacidade de estabelecer politicamente uma “mesa” na qual eles, os homens, possam, ao mesmo tempo, tanto distinguirem-se como construir um espaço de direito à fala e à reflexão. No lugar dessa “mesa”, surge o “social”, uma espécie de indefinição

entre a esfera privada¹ e a esfera pública, e, concomitantemente, emerge a sociedade de massas, resultando, assim, em um tratamento dos povos e comunidades políticas como “uma família cujos negócios devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca: a nação” (ARENDT, 2010, p. 37).

O interessante é que o surgimento dessa sociedade de massas não é acompanhado pela pluralidade de ações² dos indivíduos. Pelo contrário, a sociedade de massas estabelece como padrão normativo o comportamento único, sem espaço para a ação plural. O que se espera dos indivíduos é que eles se comportem de forma linear. Logo, as ações que fogem a essa linearidade são tratadas como “desvios”, não condizentes com o “viver em sociedade”. Como forma de organização dessa sociedade de massas emerge o governo burocrático (ARENDT 2010), que estruturalmente estabelece normas que visam abolir a ação espontânea ou a reação inusitada.

Dessa maneira, seria possível dizer que o surgimento da democracia e da “nação” é acompanhado paralelamente por um engessamento da esfera pública, pois traz consigo a proposição de que a massa de indivíduos precisa ser dirigida e organizada em torno de um comportamento coletivo baseado na ordem e no consenso. Para isto, o fim da pluralidade de ações e de pensamento constitui-se enquanto elemento fundamental para a organização da nação, o que é, na verdade, uma contradição no próprio germe da sociedade nacional, pois, como pontua Arendt, (2010, p. 62), os pressupostos da pluralidade, da igualdade e do direito à participação no debate público fazem parte primordial da experiência política do homem no mundo, e compõem propriamente o lugar comum nas relações entre os indivíduos.

Pensamos que esta abordagem arendtiana nos remete a pensar as relações políticas que se estabelecem na organização da estrutura do capitalismo contemporâneo, que, como me referi, tem nas estratégias empresariais sua “cara metade histórica”. Mais que isso, acreditamos que a formulação de Arendt acerca da alienação do mundo e da crescente perda de um espaço público em face da própria emergência dos Estados nacionais, ajuda-nos a compreender os caminhos tomados pelo governo brasileiro no sentido de desenvolver as diversas regiões do país, como a Amazônia, que tem tido na Zona Franca de Manaus uma espécie de relação simbiótica entre empresas multinacionais, Estado e empresários locais.

¹ Partindo da perspectiva do mundo grego, Arendt pensa a esfera privada como o lugar da privacidade, da família, que tem no chefe familiar a figura central. Trata-se de um contraponto à esfera pública, pois a esfera privada decorre da necessidade e da carência, e a esfera pública, da liberdade, da libertação das próprias necessidades biológicas e de subsistência.

² Ação no sentido da participação (liberdade) do sujeito na construção de um espaço dialógico a partir da comunidade política.

1 A MACROAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: A ESFERA PÚBLICA “COLONIZADA”

A Zona Franca de Manaus foi gestada dentro da perspectiva da união de interesses entre Estado e capital no sentido de buscar a “naturalização histórica” da produção capitalista. Era como se a ideologia instaurada nos órgãos de decisão e regulamentação de políticas de desenvolvimento tivesse sido atravessada pela perspectiva de que fazia parte da “natureza produtiva amazônica” sua condição de subordinação aos ditames do capitalismo. Em outros termos, como que o espaço social amazônico e o capitalismo fossem a conjugação de um mesmo tempo histórico, destinados, assim, ao “progresso”.

Isso pode ser visto no discurso proclamado na época de criação da Zona Franca de Manaus (1967) que se caracterizava, exatamente, pelo ideal de que ela se constituiria enquanto um empreendimento indispensável ao desenvolvimento da Amazônia. À floresta tropical seria dada a oportunidade de ser “domesticada”, de ter um rosto voltado para o mundo, em suma, de ter seu desenvolvimento fomentado pela lógica global. Seria o triunfo do homem sobre a natureza, revelando, dessa forma, a verdadeira “vocação” amazônica: a produção de bens manufaturados, como revela a imagem a seguir.



Foto tirada em 30 de setembro de 1968, na ocasião de lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. Na faixa, lê-se: “Distrito Industrial: marco da redenção da Amazônia Ocidental”. Acervo SUFRAMA, 2004.

Seráfico (2011) critica essa visão apontando que, na verdade, a criação da Zona Franca fazia parte de um plano capitalista global que tinha o propósito de fomentar condições favoráveis à transnacionalização da economia, “processo por meio do qual os Estados nacionais criam, eles mesmos, mecanismos de desnacionalização de relações e estruturas sociais situadas no seu território, que respondem a uma dinâmica transnacional, específica das ‘cadeias produtivas globais’” (SERÁFICO, 2011, p. 98). Vinculava-se, portanto, a uma incorporação de interesses político-econômicos globais que estariam regulando, em certa medida, os domínios específicos da vida nacional.

É possível dizer que esses interesses faziam parte de um sistema de ideias e discurso que ganharam liderança cultural, constituindo-se enquanto hegemonia, esta vista como um grupo ou classe social assumindo a direção moral e intelectual da sociedade civil (GRAMSCI, 2001). De fato, parecia ser este o quadro que se pintava na gestação histórica da Zona Franca de Manaus. Em um plano local, a implantação da ZFM ligava-se a um discurso de recuperação da economia amazonense, “estagnada” desde a década de 1930, em face do declínio na produção e na exportação da *Hevea brasiliensis* (borracha).

Para o Estado e a elite local, era, pois, necessário dinamizar as forças produtivas da região, integrando-as à economia nacional. Com esse fim, seriam concedidos um conjunto de incentivos fiscais³ e extrafiscais⁴ geridos pela SUFRAMA⁵, tendo em vista a atração de investimentos estrangeiros que permitissem à iniciativa privada tomar “as rédeas” do desenvolvimento amazônico.

Nessa perspectiva, a Zona Franca de Manaus pode ser vista enquanto parte substancial de “regimes de extraterritorialidade”,

(...) entendidos como forma de flexibilização dos regulamentos jurídico-políticos característicos de determinados lugares, tendo em vista ampliar as possibilidades de reprodução do capital. São, assim, mecanismos que permitem ajustar as condições de apropriação e uso das forças produtivas desses lugares às, por assim dizer, demandas da multinacionalização das firmas, num momento, e de efetiva transnacionalização mediante a horizontalização da produção, noutro (SERÁFICO, 2011, p. 98).

³ Isenção de Impostos sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Importação, entre outros.

⁴ Área urbanizada, servida por telecomunicações, transporte, água e energia. Um quadro mais detalhado sobre os incentivos concedidos pelo governo federal pode ser visto em SERÁFICO, Marcelo: *Globalização e empresariado: estudo sobre a Zona Franca de Manaus* (São Paulo, Annablume, 2011, p. 108).

⁵ Superintendência da Zona Franca de Manaus. Órgão de gerenciamento da ZFM criado pelo governo federal no momento de instalação da própria ZFM.

Dito de outra forma, a criação da Zona Franca de Manaus não se configura enquanto produto de um acidente histórico. Foi, na verdade, pensada e estruturada em face da convergência de interesses dos países dominantes, na busca por regiões que propiciassem a “desterritorialização” da produção, mas que fizessem parte da “reterritorialização” desta, achando, nesse sentido, sua “cara metade”.

Logo, é justo afirmar que a criação da Zona Franca de Manaus foi, na verdade, um “fruto genuíno” do processo de globalização do capitalismo, de sua macroação sobre o Estado, e sobre o trabalho, globalização esta que, à luz de um quadro mundial, se estabelecem conexões entre povos e lugares com as relações econômicas globais.

Para tal empreendimento capitalista, forjou-se uma conjuntura político-econômica orientada ao privilégio empresarial, na qual a parte “nacional” do Estado alinhou-se aos interesses da elite local, que, por seu turno, se subordinou aos ditames de uma classe dominante global, representada pelas grandes corporações. No bojo desse desenvolvimento desigual e combinado, as relações entre os diversos atores desse processo se tornaram cada vez mais cúmplices, em uma palavra, dependentes, de sorte que não seria um pecado sociológico denominá-las “mimetismo às avessas”.

Em meio a esse processo, é razoável dizer que houve, em dois níveis, uma colonização da esfera pública pela esfera privada na implantação da Zona Franca de Manaus.

Primeiramente, essa colonização se deu em face do momento em que o Estado passou a engendrar uma política que visava tão somente garantir a subsistência da população amazonense via geração de emprego, deixando a tomada de decisão política na esfera privada, ou seja, nas mãos do empresariado local e da burguesia nacional. Isso significava que, para o Estado, a política pública resumia-se a forjar uma estrutura produtiva em prol da subsistência dos indivíduos – que seria característico, segundo Arendt, da esfera privada pré-moderna – transformando o processo de reprodução biológica em coisa pública, em uma “política de Estado”.

Tratava-se, em suma, de conceber os indivíduos como animal laborans e não como homo faber. Indicação disso é que a esfera da participação e do direito à fala dos atores amazônicos foi totalmente negligenciada. Basta olhar para quem compunha a “mesa” de debate em torno da implantação da Zona Franca de Manaus: militares, empresários e presidentes de conglomerados multinacionais.

A população indígena, por exemplo, que ocupava grande parte do território

onde foi construída uma usina hidrelétrica⁶, não participou dos debates, nem se levou em conta seu modo de conceber o mundo amazônico. Pelo contrário, pode-se dizer que o modo como se pensou a Zona Franca de Manaus tratou-se, com efeito, de uma perspectiva dogmática sobre a história, o qual foi fruto de reflexão de Walter Benjamin (1987) nas Teses sobre o conceito de história, nas quais o autor salienta que a mesma marcha histórica do progresso, defendida pela social-democracia, segue caminhos que são ligados ao próprio processo de barbárie.

Em outras palavras, quando se olha para a história de forma teleológica, vendo-a enquanto elementos causais que desembocam em um eterno avanço, corre-se o risco de se justificar a barbárie e perder, nesse sentido, a riqueza da experiência humana, do convívio com o diferente, e, além disso, de ter na técnica o tapete para a entrada do Messias: a modernidade redentora (BENJAMIN 1987; 2013). Na visão do governo e dos empresários amazonenses, a Zona Franca de Manaus representava esse messias, do qual fala Benjamin.

Isso é sintomático e nos leva a pensar na acepção de Said (1990, p.24) no tocante ao “orientalismo”, visto pelo autor como

(...) uma distribuição de consciência geopolítica (...), uma vontade de manipular e incorporar aquilo que é mundo manifestamente diferente. É, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em intercâmbio desigual com vários tipos de poder (...).

No caso de Manaus, esse tipo de consciência sobre a qual teoriza Said (1990) buscou tornar invisível grupos que habitam a região há séculos, e que não puderam representar a si mesmos, mas que foram representados, constituindo, poderíamos dizer, o “nosso orientalismo”. À população indígena, por exemplo, não foi dado espaço para participar dos debates, nem se considerou seu modo de conceber o mundo amazônico. Pelo contrário, suas próprias terras foram ocupadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, construída para suprir a demanda de energia do Polo Industrial da capital amazonense⁷.

Nesse “nosso orientalismo”, o que se coloca como fato primordial é a configuração de uma instituição orquestrada para organizar, estruturar e ter autoridade sobre os rumos do local, baseando-se, para isso, em uma distinção

⁶ Usina Hidrelétrica de Balbina, localizada no município de Presidente Figueiredo, distante 100 km de Manaus. Inaugurada na década de 1980, a usina foi construída para suprir a demanda de energia do Pólo Industrial de Manaus. Inundou 2,6 mil quilômetros quadrados de riquíssimas florestas nativas, criando um dos maiores lagos artificiais do mundo em uma área da reserva dos índios Waimiri-Atroari.

⁷ Inaugurada na década de 1980, a Usina causou inundação em mais de 2,6 mil quilômetros quadrados de riquíssimas florestas nativas, criando um dos maiores lagos artificiais do mundo.

ontológica e epistemológica acerca da Amazônia, vista como lugar que precisa ser colonizado, seja por meio do avanço do homem sobre a floresta⁸, seja por empresas representantes do capitalismo moderno. É nesse sentido que se pode dizer, parafraseando Said (1990), que a Amazônia não era e não é um tema livre de pensamento e ação, mas liga-se a uma imposição de forças locais e transnacionais, que, combinadas, gestam e gerenciam a Zona Franca de Manaus.

Impõe-se, dessa forma, uma maneira de dominação cultural que oculta o diferente, o “outro”, e avultam-se modelos para aquilo que seria o verdadeiro “desenvolvimento regional”, a salvação da “região estagnada”, parada na história. Significa dizer, dessarte, que se olha para o social de forma teleológica, vendo-o enquanto elementos causais que desembocam em um eterno avanço. O interessante é que para o governo e os empresários amazonenses, a Zona Franca de Manaus representava esse avanço, e ainda representa, a julgar pela euforia⁹ que gerou na elite local sua prorrogação por mais 50 anos.

Em face desse quadro, é razoável postular que, olhando sob uma perspectiva crítica, a Zona Franca de Manaus faz parte de uma teia de injustiça, aqui pensada nos termos de Fraser (2001), pelo fato de não se levar em conta a fala dos sujeitos do lugar, seu mundo simbólico e suas práticas, tratando-os como desprovidos de padrões de interpretação, comunicação e representação, como diria Fraser. Isso porque a autora está pensando a injustiça não apenas através da questão econômica, da privação material em si, mas incluindo no debate a privação do reconhecimento das várias identidades sociais e dos vários “eus” que fazem parte da era “pós-socialista”. A essa privação a autora dará a conceituação de injustiça cultural ou simbólica, a qual tem como resultado empírico a produção de ocultamento e invisibilidade dos sujeitos, e é corolário, por sua vez, da construção de ideais, normas e símbolos que seriam cultural e economicamente autorizados a existir como prática na sociedade.

2 A MICROAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: O TRABALHO “COLONIZADO”

O outro nível da colonização se deu e ainda se dá diante da ação do empresariado sobre o tecido produtivo do Distrito Industrial de Manaus, e, na verdade, responde ao processo mais amplo da acumulação do capital: o

⁸ A construção da Rodovia Transamazônica no começo da década de 1970 é exemplo ímpar disso.

⁹ Ver: *Pauderney comemora prorrogação da Zona Franca de Manaus: “o futuro da região está assegurado”*. Disponível em: <http://www.dem.org.br/pauderney-comemora-prorrogacao-da-zona-franca-de-manaus-o-futuro-da-regiao-norte-esta-assegurado/>. Visita em 17 de setembro de 2014.

capitalismo flexível. Digo isto em face da introdução por parte dos empresários de um conjunto de artimanhas gerenciais que têm no discurso da “empresa como uma família” uma forma de se legitimar perante o trabalhador, pois, como no capitalismo a esfera pública perde lugar para a esfera social, e o social está, cada vez mais, permeado pela esfera privada, as empresas usam como estratégia o trazer a intimidade do trabalhador para dentro do espaço fabril. Os trabalhos de Valle (2007), Scherer (2005) e Oliveira (2007) são referenciais nesse sentido por tratarem dessas artimanhas empresariais na ZFM.

Concretamente, isso significa que, aquilo que Arendt (2010, p. 56) denomina “a promoção do labor à estatura de coisa pública”, ganha no atual estágio do capitalismo a forma de trabalho participativo, de Círculos de Controle de Qualidade, de trabalhador com atitudes proativas, etc. E como o trabalho hoje é socializado, quer dizer, não mais restrito ao âmbito da família, o capitalista estabelece políticas gerenciais que são massificadas, dadas como “modelos prontos” para que seja aumentada a produtividade nas mais diversas empresas.

Esses “modelos” são uma espécie de ticket-thinking (COHN, 1997), e são tidos como forma de transformar o trabalho na fábrica como trabalho “excelente”, não mais associado à “dor e ao esforço”, mas como gerador de sociabilidade, de prazer, sob a promessa de se estabelecer dentro da empresa uma emancipação humana. É como se aquilo que Arendt (2001) postula como “crescimento artificial do natural” – massificação do trabalho como meio de reprodução biológica e familiar – se metamorfoseasse e ganhasse uma forma política, ou seja, pautada na participação dos trabalhadores nas decisões das empresas, e aqueles fossem valorizados por estas. E mais: se desenvolve uma espécie de simbiose entre empresas (esfera privada)/esfera pública e empresas/esfera social.

Na relação da esfera privada com a esfera pública, a primeira traz para dentro do tecido produtivo elementos que constituem esta última, como pluralidade, direito à fala, igualdade, etc. Nesse sentido, as empresas passam a fomentar a ideologia de que a fábrica moderna conduz os indivíduos a um processo de trabalho em que lhes é dado o poder da palavra e da participação nas decisões da empresa. Nestes termos, a ação democrática faria parte constitutiva da nova “cultura organizacional”, e realizaria no ambiente produtivo aquilo que lhes é negado na sociedade civil: o direito à democracia plena. A empresa seria, portanto, a protagonista dessa transformação.

No que se refere à simbiose entre empresas e o social, aquelas buscam tratar os trabalhadores pela perspectiva deste último, ou seja, fazendo uso político-ideológico daquilo que, para os gregos, seria “natural”: a capacidade de

sociabilidade humana. No espaço fabril, os indivíduos são instigados a estarem em constante companhia uns dos outros, a se relacionarem de forma que todos se conheçam. Contudo, esse relacionamento incitado pela empresa nada tem a ver com transformar a fábrica em um lócus da koinonia discutida por Arendt (2010), ou seja, do espaço comum para o debate político. O ideal da empresa é que a koinonia seja usada para que se “debata” o aumento da produtividade, e não as melhorias de salários e condições de trabalho, por exemplo.

Contudo, não se pode negar seus efeitos sobre o modo como os sujeitos concebem a relação com a fábrica, pois trata-se de uma radicalização das próprias tecnologias do eu discutidas por Foucault, e tem um peso na constituição da subjetividade do trabalhador. O indivíduo, que da sociedade disciplinar passa a ser objeto de ações do poder da sociedade da normalização nas políticas de estatização do biológico e no controle dos corpos das populações, vive agora sob o empresariamento do eu, o qual tem na ideia do trabalhador/colaborador sua característica fulcral.

Fundamentando o trabalho em equipe, as empresas forjam essa “emancipação” através da constituição de um corpo de trabalhadores que são instigados a discutir o desempenho do conjunto produtivo, com vistas a melhorar o processo de trabalho. Vê-se, nesse sentido, que o “processo de emancipação” dos sujeitos – os trabalhadores – tem como pano de fundo a implantação de um novo ideal de trabalhador. Trabalhar na empresa, segundo a lógica empresarial, é fazer parte de uma nova forma de organização social baseada na valorização dos indivíduos, de suas aspirações, em uma palavra, de sua própria vida. É o que se observa no discurso empresarial quando se diz que “os trabalhadores são aliados do gerente, aprendem, a cada dia, a fazer algo mais do que cumprir padrões e relatar anomalias” (CHAVES, 2005, p. 79).

Essa microação das empresas busca, na verdade, esconder a contradição da relação capital-trabalho. Queremos dizer com isso que, assim como a macroação do capital camufla-se nas políticas liberais do Estado, sua microação pretende, por detrás das políticas organizacionais do chão da fábrica, ocultar que o valor extraído do trabalho do trabalhador pelo capitalista é, na verdade, exploração deste sobre aquele. Mais precisamente, faz parte do jogo estratégico da lógica empresarial o fazer com que os trabalhadores vejam a empresa enquanto um ponto de referência para suas ações individuais, e não como um elemento de exploração material e simbólica.

A lógica implementada pelas empresas carrega, portanto, um conteúdo moral e político relevante à análise, tendo em vista que a perspectiva empresarial inscreve-se dentro de um quadro organizacional que visa lançar-se exatamente

sobre o aspecto emocional do operário, sua subjetividade, em suma, seus valores. Logo, a relação que o ethos empresarial busca estabelecer é a construção de um caráter único entre capital e trabalho, enfatizando o compromisso mútuo, a reciprocidade e a lealdade para com os “valores” da empresa.

A preocupação fundamental da empresa consiste, portanto, em estabelecer esses dispositivos de adesão e consentimento que se assentam numa lógica moldada por uma pseudoautenticidade. A empresa, mesmo sendo constituída por uma estrutura burocrática, deve ser ao mesmo tempo carismática, no sentido de estimular a atitude da espontaneidade, amistosidade e da confiança. Dentro desse contexto, o comando hierárquico acaba sendo substituído por formas de manipulação que levem as pessoas a tomarem atitudes por “si mesmas”, a serem altruístas e capazes de doarem-se para as empresas.

A decisão voluntária é comumente destacada nos livros¹⁰ de gestão empresarial, segundo podemos observar em Chaves (2005, p. 41):

A voluntariedade ocorre inicialmente nos gestores e depois contagia os colaboradores. Muitos se iludem achando que ela é uma geração espontânea. Ela deve ser despertada pelo líder, estimulada e alimentada continuamente até se atingir um estágio de maturidade que favoreça a espontaneidade das equipes. Neste processo, as pessoas se associam voluntariamente e assumem responsabilidades. O ato voluntário está associado à liberdade e à responsabilidade.

Além disso, a ideia é fazer da empresa um lugar que “dá sentido” à vida do trabalhador, como podemos ver neste trecho de um livro de gestão empresarial:

(...) os líderes na empresa, os diretores e administradores, os supervisores e chefes de seção, também devem ser igualmente responsáveis pelo círculo das necessidades do indivíduo. Um líder terá relação com cada indivíduo em sua equipe, bem como com a equipe. E essa relação será diferente porque cada indivíduo é único (destaque nosso). Mas é comum a todos eles uma atitude de cuidado, atitude que se expressa nas condições de trabalho e na disponibilidade de ouvir seus problemas, inclusive os pessoais, e ajudar as pessoas a obter ajuda (ADAIR, 2005, p. 159).

Essa é, portanto, a cultura organizacional em que é difundida a doutrina de um novo tempo (novos horizontes) para trabalhadores por meio da participação e colaboração com as empresas e da redução dos níveis hierárquicos intermediários que bloqueiam o acesso dos trabalhadores aos chefes. Nessa perspectiva, o

¹⁰ Esses livros de gestão empresarial fazem parte fundamental das estratégias capitalistas, pois são eles que compõem a leitura de cabeceira dos gerentes e diretores de empresas, conformando, portanto, aquilo que Gramsci denominou uma camada de intelectuais que organizam uma nova cultura, dando homogeneidade à classe e forjando princípios que criam condições à expansão da própria classe (GRAMSCI, 2001, p.15).

discurso produzido pelas empresas tem como linha mestra a ideia de que a liberdade é um valor fundamental na estrutura produtiva. Logo, o trabalhador não seria um mero fator da produção, mas se constituiria enquanto parte do “espírito” da empresa, ainda que seja despedido tão logo esta ache necessário.

É como se aquilo que se desenvolve no âmbito macro, ou seja, o que Arendt (2010) denomina economia doméstica gigantesca, ou seja, a nação, fosse implementada no nível fabril, sendo a gerência a responsável por cuidar dos “povos e populações” que compõem o conjunto da mão de obra. Isso significa que o indivíduo na sua experiência diária sai da esfera social (que se estabelece como esfera pública) dirigida pelo Estado, e entra na esfera privada da empresa, que busca “colonizar” sua intimidade, quer dizer, sua subjetividade, seus valores, etc., forjando uma “nova mentalidade”, um novo “tipo” de trabalhador condizente com a chamada “cultura organizacional”, ou “espírito da empresa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Politicamente essas estratégias empresariais têm um peso fundamental, pois visam legitimar o mundo privado sobre a esfera pública. Trata-se da tentativa da empresa em ganhar terreno onde, pensamos, o debate público poderia ter forma e substancialidade: o chão de fábrica. Nesse sentido, as estratégias empresariais funcionam como uma espécie daquilo que Arendt (2001) denomina “sociedade com um único sujeito”, ou seja, uma uniformidade nas relações sociais, que, do ponto de vista da relação capital-trabalho, acaba por resultar na ideia de que estes possuem interesses iguais, e que, portanto, não há contradição entre eles.

Na verdade, as contradições são latentes, e são elas que a invenção histórica da Zona Franca de Manaus, dos “milhares de empregos” e da prorrogação por mais 50 anos visa ocultar, o que mostra, mais uma vez, que na esfera pública moderna o emprego per si e não sua qualidade é um componente legitimador fundamental. E quando se quer ampliar o horizonte de discussão do mundo do trabalho para além desse aspecto estritamente estatístico, seja através das discussões em torno da igualdade de salários entre os sexos, seja na denúncia da discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho, que se ligaria à questão da injustiça cultural proposta por Fraser (2001), há uma espécie de barreira na própria constituição da esfera pública brasileira, ainda refém de interesses privados e pautada em uma visão única do mundo social.

Nesses termos, acreditamos que o grande desafio no mundo do trabalho é pensar em um processo de “colonização” da esfera privada da fábrica pela esfera pública, quer dizer, o estabelecimento de mecanismos políticos que construam

um mundo comum no espaço fabril onde a ação do trabalhador não seja direcionada para a produtividade da empresa, mas para a discussão dos próprios caminhos do trabalho. Com efeito, pensamos que é papel público da sociologia participar desse processo, revelando quais são as contradições que envolvem a esfera do trabalho na contemporaneidade, ampliando o debate com os diversos setores sociais, e mostrando/vendo os ângulos diferentes pelos quais se pode ver e viver o mundo, pois, como sugere Arendt, estar no mundo não é puramente fazer parte de um funcionamento automático da vida natural; é agir e construir de forma conjunta um lugar comum para a experiência humana que transcenda o próprio estar no mundo.

REFERÊNCIAS

- ADAIR, J. **Chefiar ou liderar?** Seu sucesso depende dessa escolha. 2.ed. São Paulo: Futura, 2005.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- . **Poder e violência**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001. p. 81-94.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica**, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAVES, N. M. D. Soluções em equipe. CHAVES, N. M. D. **Nova Lima** – MG: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2005.
- CAMPOS, R. **A Lanterna na Popa**. Memórias. Rio de Janeiro: Top books, 1994
- COHN, G. **Esclarecimento e ofuscamento**: Adorno e Horkheimer hoje. In: Lua Nova, n. 43. 1997.
- FRASER, N. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista in SOUZA, J. (org) **Democracia Hoje**. Brasília, ed. UNB, 2001.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARX, K. **A ideologia alemã** / Karl Marx e Friedrich Engels; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- OLIVEIRA, F. de. **As contradições do Æo**: Globalização, Nação, Região, Metropolização. Belo horizonte: CEDEPLAR, 2004.

OLIVEIRA, S. S. B. de. **A ‘periferia’ do capital** na cadeia produtiva de eletroeletrônicos. Manaus: EDUA, 2007.

PAUDERNEY comemora prorrogação da Zona Franca de Manaus: “o futuro da região está assegurado”. **Disponível em:** <http://www.dem.org.br/pauderney-comemora-prorrogacao-da-zona-franca-de-manaus-o-futuro-da-regiao-norte-esta-asegurado/>. Visita em 17 de setembro de 2014.

SAID, E. W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente / Edward W. Said; tradução Tomás Rosa Bueno. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SERÁFICO, M. **Globalização e empresariado:** estudo sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo: Annablume, 2011.

SCHERER, E. **Baixas nas carteiras:** desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: EDUA, 2005.

VALLE, I. **Globalização e reestruturação produtiva:** um estudo sobre a produção offshore em Manaus / Izabel Valle. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Texto submetido à Revista em 19.12.2014
Aceito para publicação em 19.02.2016



Trabalhadores na produção da essência de pau-rosa na Amazônia

Workers of the rosewood essence production in the Amazon

Renan Albuquerque Rodrigues - Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas; professor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Parintins-AM. E-mail: renanalbuquerque@hotmail.com

Deilson do Carmo Trindade - Historiador; doutorando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam); professor do Instituto Federal do Amazonas/Polo Parintins-AM. E-mail: deilson@ifam.edu.br

Mirian Souza Bitencourt - Jornalista; mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Parintins/AM. E-mail: mirian-bitencourt@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em analisar o processo produtivo da essência de pau-rosa na Amazônia, com base nas narrativas dos trabalhadores. Foram coletados depoimentos sobre extração, transporte e destilação da árvore de pau-rosa, bem como a transformação da matéria-prima em óleo linalol em usinas de beneficiamento instaladas em Parintins e Nhamundá, no interior do estado do Amazonas. Observou-se como desempenhavam suas atividades e as particularidades do trabalho nas usinas. Percebeu-se, ainda, a estratégia de solidariedade coletiva relacionada à resistência e à acomodação quanto ao endividamento com o patrão. A análise fundamenta-se nos textos de Meihy (2002), Santos (1980), Meira (1995), Euclides da Cunha (2001) e Carlos Teixeira (2009).

Palavras-chave

Pau-rosa. Trabalho. História Oral. Narrativas. Amazônia.

Abstract

The paper analyzes the production of the essence of the Amazon rosewood from narratives of workers. Were collected testimonials about extraction, transport and distillation of rosewood, as well the transformations of raw materials into linalool oil processing plants installed in Parintins and Nhamundá, Amazonas State, Amazon. It was observed as played the work and characteristics of activity within the plants. It was noted strategy of collective solidarity related to resistance and accommodation on the debt with the employer. For analysis, we used Meihy (2002), Santos (1980), Meira (1995), Euclides da Cunha (2001) and Carlos Teixeira (2009).

Keywords

Rosewood. Work. Oral History. Narratives. Amazon.

INTRODUÇÃO

Ao discorrer sobre a Revolta de Canudos, Euclides da Cunha inferiu que “não havia de temer-se o juízo futuro. A história não iria até ali” (CUNHA, 2001, p. 741). De fato, Euclides intencionava salientar que as pretensas circunstâncias amparadas pela nascente República brasileira para justificar o conflito bélico foram contingências históricas não totalmente superadas. Portanto, contradizendo a citação, a história foi, sim, até lá; e os fatos, hoje bem conhecidos, indicaram que houve, severamente, um grande equívoco orquestrado pelo Estado Nacional contra aquela comunidade nordestina.

Canudos foi um capítulo da história do Brasil que mostrou o uso da força bélica desproporcional do governo contra uma pequena comunidade. Essa história ocorrida na região Nordeste, em certa medida, permanece emblemática no imaginário social, como uma ação de violência investida pelo Estado contra uma população pobre, minoritária. Transpondo esse exemplo para problemáticas similares ocorridas na Amazônia, percebem-se correlações entre os métodos agressivos de tratamento dos agentes governamentais contra os povos tradicionais amazônidas, igualmente pobres, minoritários e com limitado poder de reação e defesa.

Partindo desta premissa, o artigo almeja versar sobre um cenário pretensamente análogo à conjuntura histórica de Canudos: o da exploração extrativa da essência da árvore de pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) na Amazônia, a partir da segunda metade do século XX, que tem implicações na história recente, prioritariamente na forma como se deu o tratamento violento contra os trabalhadores inseridos nas atividades extrativistas em áreas de coleta no passado.

Todavia, neste caso específico, não se tratava de uma ação direta do governo, como no caso de Canudos, mas de uma atividade indireta orientada por empresários, que implantaram usinas de beneficiamento com a conivência do Estado, nas quais extraíam o óleo do pau-rosa em larga escala e vendiam a produção para grandes indústrias nacionais e internacionais, sem dar um retorno financeiro equivalente aos extratores que atuavam na usina e na coleta de campo.

O estudo centra-se na abordagem acerca do cotidiano laboral em galpões das usinas produtoras do óleo essencial de pau-rosa, instaladas às margens do rio Paratucu, no município de Nhamundá, e no extremo norte do arquipélago de Parintins, ambas as regiões localizadas no Baixo Amazonas, estado do Amazonas, na Amazônia brasileira. Buscou-se coletar dados por recorte transversal, junto a ex-funcionários das usinas que atuaram na atividade econômica de extração do pau-rosa no período de 1940 a 1990, e posteriormente foram analisadas as narrativas desses trabalhadores, que ainda hoje moram no entorno dessas localidades.

O estudo objetivou compreender os sentidos manifestos e latentes de narrativas históricas desses trabalhadores que, por sua vez, guardam lembranças significativas, que remetem às situações conflituosas e violentas nos campos de extração da árvore, com operação em áreas de floresta densa na Amazônia, seja adentrando as matas pelas picadas abertas por homens “antes de tudo, fortes”¹, seja trabalhando nos alambiques e florantãs nas usinas extrativas do óleo linalol, como se denomina a essência do pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke).

As narrativas orais foram tomadas por meio dos depoimentos fidedignos relacionados ao processo produtivo do pau-rosa em Nhamundá e Parintins, que englobava as etapas de extração, transporte e produção da essência, em turnos ininterruptos de trabalho. A atividade gerou um produto final controverso, comercializado no Brasil e no exterior e usado na fabricação de sabonetes e perfumes, entre eles o Channel N° 5 (BITTENCOURT; RODRIGUES, 2014a, 2014b).

[...] desde os primórdios da exploração do pau-rosa até 1960, o óleo essencial extraído da *aniba* era componente na formulação de sabonetes e perfumes, mas com a escassez da espécie limitou-se à perfumaria refinada, como o Channel n° 05, criado em 1920 pela estilista Gabrielle Chanel, que se consolidou no mercado após a atriz Marilyn Monroe declarar que dormia com apenas duas gotas do perfume e assim tornou-se o mais vendido no mundo (BITTENCOURT; RODRIGUES, 2014b, p. 81).

O artigo tem o propósito contribuir para o debate acadêmico-científico concernente à situação histórica de exploração de trabalhadores envolvidos na produção do óleo de pau-rosa, oriundos do Baixo Amazonas, na fronteira dos estados do Amazonas e Pará. Os depoimentos consistem nos fundamentos empíricos baseados nos relatos de memória de homens e mulheres que atuaram no extrativismo do pau-rosa no período estudado, e que podem ser acessados como subsídio a interpretações de parte dos registros sobre o labor compulsivo nos rincões da Amazônia. Essas narrativas referem-se às táticas pessoais e coletivas que adotavam para sobreviver e se manter são em meio ao massacrante processo produtivo, e aqui são consideradas como a base para as avaliações concernentes aos dados coletados.

Buscou-se ancoragem nas narrativas para formular ponderações sobre as experiências de vida em circunstâncias adversas. Nessa perspectiva, as práticas de trabalho em condições similares à escravidão e as estratégias de sobrevivência relatadas possibilitaram emergências sobre a formação de tramas que a dominação

¹ Referência à frase de Euclides da Cunha “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, comparando o trabalhador do pau-rosa com o sertanejo, glorificado por Cunha por sua tenacidade e capacidade de resistência, afinal, aquele também é este, por estar no sertão das selvas amazônicas e pelas vicissitudes de seu trabalho.

patronal e a natureza impuseram a esses trabalhadores. Registraram-se relatos em que se referem a endividamentos contínuos, assédios morais, moléstias por privação de sono, fome e cansaço extremo.

A partir dos depoimentos, buscou-se analisar as condições alimentares e habitacionais que o isolamento infligia aos extratores do pau-rosa, observando-se as estratégias de sobrevivência adotadas a partir das redes de solidariedade e ações coletivas, bem como as formas de resistência ou acomodação para mitigar os males causados pelas atividades de trabalho. O material coletado sugeriu que a tendência de esconder ou suportar os endividamentos, em geral, era uma das alternativas para sobreviver e continuar a trabalhar, na tentativa de quitar os empréstimos contraídos junto aos patrões de usina, para então poder voltar pra casa.

O estudo possibilitou aproximações no que tange à correlação entre a exploração da borracha na Amazônia nos anos de 1920-1940 e do pau-rosa nas décadas de 1950-1970. Foram verificados estados de tensão semelhantes nas duas atividades, que se mostraram recorrentes nos dois cenários, em vários aspectos sociais. Os depoimentos tenderam a se projetar nesse sentido de compreensão.

Essencialmente, os objetivos dos tópicos seguintes foram: a) descrever os fatores engendrados com relação ao aviamento praticado nas regiões amazônicas nas atividades de coleta e extração da essência de pau-rosa, em comparação à época da exploração da borracha; b) enfatizar as dimensões humanas de resistência às agressões e violências nas usinas de pau-rosa, que eram locais de concentração de trabalhadores explorados.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho resulta de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa e recorte transversal, realizada no período de outubro de 2013 a janeiro de 2015. Procedeu-se a coleta de dados por meio de entrevistas, produzindo-se um documento contendo os registros da história oral dos informantes, visando dar voz a pessoas e grupos mantidos à margem dos documentos oficiais. Os trabalhadores entrevistados foram mateiros, extratores, cavaqueiros, trituradores, transportadores e cortadores das usinas de pau-rosa dos municípios de Parintins e Nhamundá, na mesorregião do Baixo Amazonas, na divisa dos estados do Amazonas e Pará.

Neste universo, com base na história oral, buscou-se abordar um tema específico, estabelecido por pessoas que compartilham questões comuns (MEIHY, 2002). Foram selecionados para serem entrevistados vários trabalhadores inseridos no processo produtivo do óleo de pau-rosa, a partir da amostra por julgamento

do tipo *snow ball*, em que os participantes são indicados sucessivamente a partir de um marco zero, ou seja, parte-se um colaborador inicial, que aponta a próxima pessoa a ser entrevistada, que indica outra e, por sua vez, os demais trabalhadores se tornam indicados e indicadores de conhecidos, compondo, assim, uma rede de participantes para as entrevistas de campo.

A partir de roteiro semiestruturado, procedeu-se a gravação das entrevistas, cujas perguntas explicitaram o recorte temático. Buscou-se mediar memórias individuais em face da produção de um documento em suporte digital. A coleta sistemática de dados obedeceu a critérios rigorosos quanto ao local, tempo de duração, postura ética e de igualdade ante as diferenças interpessoais, além dos cuidados para evitar conotações incognoscíveis. A transposição das gravações para a forma escrita foi realizada via de gravação, em que se transcreveram as entrevistas com técnicas de interpretação da oralidade, tendo em vista manter a fidedignidade à fala do(a) colaborador(a) e ao sentido original do relato.

A história oral é um recurso utilizado na elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes a experiências compartilhadas. É aplicada em sociedades com lacunas documentais. Toma-se como pressuposto que a memória, enquanto processo de reconstrução de lembranças, é matéria-prima da realidade, e que ao registrar as narrativas de forma oral e escrita são retidos acontecimentos do tempo, antes do esquecimento e da perda.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 PAU-ROSA E BORRACHA: O AVIAMENTO EM COMUM

Na Amazônia, a atividade extrativista está enraizada na memória social da região, que sempre buscou na natureza formas de sobrevivência e, historicamente, tendo como referência o período colonial, relacionada à coleta de drogas do sertão e ao surto de exploração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*). A associação entre o extrativismo da borracha é factível na historiografia amazônica, devido à importância da economia gomífera para a região, porém outros produtos foram e são extraídos, conservando-se as diretrizes econômicas e relações de produção semelhantes àquelas do ciclo da borracha. Dentre esses, destaca-se a essência de pau-rosa, objeto deste estudo, com ênfase na análise de narrativas de trabalhadores e cujo processo de extração mantém características remanescentes do passado, o que permitiu inferir que diversas estruturas econômico-sociais perpassam o tempo. Sobre o exposto, Meira (1995), pesquisando índios do rio Xié e a extração da piaçava, sublinha.

A produção historiográfica, em grande parte, ‘esquece’ o restante dos itens extrativos regionais. Os produtos naturais explorados historicamente na Amazônia, entretanto, não se restringem à borracha. O cacau, a castanha, a balata, a sorva, o pau-rosa, a copaíba, a andiroba, o puxuri [...] têm um significado importante para a compreensão da economia e da sociedade da região (MEIRA, 1995, p. 224).

A descrição do processo produtivo da essência do pau-rosa explora os modos de organização e realização de tarefas nas etapas de extração, transporte e transformação de toras de madeira em óleo de linalol; explora ainda o funcionamento de usinas instaladas em Parintins e Nhamundá, que eram mantidas em funcionamento 24 horas por dia, com alternância em dois turnos (diurno e noturno). Cada empregado trabalhava 12h, com divisão em duas turmas de trabalhadores, com jornadas de seis horas por turno: uma turma entrava 6h da manhã, saindo 12h, e voltava 18h, saindo 0h; outra turma entrava 12h, saindo 18h, e voltava 0h, saindo 6h da manhã. A jornada de trabalho era diferente para trabalhadores que atuavam na mata e os trabalhadores da usina.

Na usina trabalhavam os serradores, que cortavam as toras de madeira em pedaços denominados cavacos; os trituradores, que operavam máquinas de serrapilhar os cavacos; os fogueiros, responsáveis pelas caldeiras e tanques movidos a vapor, e também por destilar cavacos; os cantineiros, responsáveis pela venda de alimentos; os capatazes, que cuidavam da vigilância e da segurança do gerente; os gerentes, que organizavam e faziam a contabilidade da usina; os carregadores de essência, que enchiam tambores e os levavam até os batelões (barcos) para seguirem aos seus destinos; os lenhadores, cuidadores do fogo e das caldeiras; e as domésticas (chamadas de mulheres solteiras), que cozinhavam, lavavam roupa e se prostituíam — eram levadas até as usinas para fazer programas e acabavam servindo para os trabalhos domésticos, como forma de os patrões “prenderem” os trabalhadores.

Para a extração das árvores na mata, havia os seguintes trabalhadores: os chefes mateiros, que marcavam árvores e abriam caminho no interior da floresta para novos cortes da espécie; os serradores, que cortavam e derrubavam as árvores para depois serem coletadas; os limpadores, responsáveis por retirar galhos de árvores e dividir as partes que seriam seccionadas em toras; os roçadores, que tinham a função de abrir pequenas estradas na mata (picadas) para a passagem das toras; os carregadores de peso, responsáveis por carregar a madeira até a

beira da estrada; e os caçadores, que preparavam a alimentação complementar dos agrupamentos de mateiros do pau-rosa.

Em relatório do Ministério da Agricultura sobre a usina do Rio Andirá/AM no ano 1966, o telegrafista descreveu aspectos do corte de árvores na usina em Terra Preta:

Trata-se de um barracão rústicamente construído. Aquela usina ali está funcionando há oito anos, tendo passado por mãos de diversos proprietários que, pelo que me foi dado observar durante a caminhada, “limparam” aquela área, de árvore de pau-rosa, encontrando-se apenas tocos, assinalando que ali, algum tempo, existiu alguma árvore, transformada, posteriormente, em essência e cruzeiros, ficando a reserva indígena prejudicada. Andamos pela estrada aberta na mata, onde transitam caminhões que conduzem o pau-rosa, de enormes distâncias, para serem triturados na usina, e dali saem, já em tambores, para Parintins. Existem, cortadas e empilhadas, umas 40 toneladas de madeira pronta para o transporte (. RELATÓRIO DE VIAGEM do Ministério da Agricultura Visita à usina do Rio Andirá, área indígena).

A mão de obra era formada por trabalhadores dos estados do Amazonas e Pará. Para a execução do trabalho nas usinas eram levados em média de 400 a 800 homens, distribuídos em diferentes funções, como explica o ex-serrador Francisco Xavier:

[...] cada viagem daqui pra lá eram no mínimo 100 cem pessoas e até 800 pessoas. Eram 400 no quadro da usina e 400 no mato. Chegavam na mata, o responsável dividia tantos para derrubar, tantos para limpar e tantos para serrar com aquela roladeira – que naquele tempo não é como hoje, que já tem motosserra. Outros iam fazer estrada e outros iam carregar no jamanxim (Depoimento de Francisco Xavier. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Foram inseridos na atividade inclusive os índios Sateré-Mawé, da terra indígena Andirá-Marau, na extrema do Amazonas com o Pará. Os povos indígenas foram cooptados até o ponto em que o sistema de mercado permitiu, pois forneciam força de trabalho barata em troca de pagamentos irrisórios.

Depois de derrubada, a árvore de pau-rosa era transportada nas costas dos carregadores, que usavam um utensílio denominado “jamanxim”. O ex-carregador de peso, Heitor Guimarães, descreve características do instrumento.

Figura 1 - Índios Sateré-Mawé na usina do Rio Andirá.



Fonte: Ministério da Agricultura, 1967.

O jamanxim é um quadrado forrado com palha de muru-muru, com os peitorais de envira e uma armação de pau. O jamanxim era carregado nas costas junto com as cangaias de pau-rosa, que a gente fazia como burro de carga. A gente descia um atrás do outro carregando peso nas costas, até 186 quilos eu carregava (Depoimento de Heitor Guimarães. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Com o jamanxim, esforçava-se para levar o máximo de peso possível, pois cada quilo a mais representava um abatimento na dívida, como relata o ex-carregador Manoel Soares, da Usina Fé em Deus/AM.

Cheguei a carregar até 220 quilos. Era um ganho que a gente se esforçava para ganhar mais porque o pagamento do pessoal que carregava menos peso era um cruzeiro e meio. Os melhores trabalhadores de peso ganhavam dois cruzeiros. A gente subia aquelas enormes ladeiras de 150, 180 degraus pra chegar em cima [...] (Depoimento de Manoel Soares. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Para os patrões manterem o controle dos trabalhadores e da produção, instalavam aparelhos de comunicação nas usinas. A “fonia” era o telefone da época. Segundo o ex-gerente da usina Santo Antônio/AM, José Guerreiro, a fonia tinha um papel fundamental “para a gente se comunicar, para não ficar desorientado” (BITENCOURT; FERREIRA, 2014). A seguir, encontra-se a imagem de uma usina nos anos 1960 (Figura 2).

Figura 2 - Usina Terra Preta, rio Andirá/AM.



Fonte: Ministério da Agricultura, 1967.

Para manterem os trabalhadores por mais tempo, os empresários levavam para as usinas cachaça e mulher. Mas esse lazer tinha um alto custo. Elas faziam trabalhos domésticos e programas sexuais, pagos por meio de “vale” – um pequeno recibo assinado pelo gerente, no valor de 2,5 cruzeiros (cerca de R\$ 50,00 na moeda corrente). Esses vales eram trocados por comida com os proprietários de usinas. José Guerreiro comenta sobre o caso.

Essas mulheres solteiras, elas tinham uma validade de dois ou três meses para voltar à cidade. Então lá era feito o pagamento através de vale, nessa época era 2,5 cruzeiro que custava um vale. Elas vinham até o escritório de Faro/PA com os vales assinados por mim dizendo tantos cruzeiros (Depoimento de José Guerreiro. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

As casas das mulheres eram construídas pelos homens da usina. A cobertura era de palha e a armação de madeira. Nos finais de semana eram organizadas festas, que ocorriam nas noites de sábado para domingo. Nessas festas, os homens contraíam dívidas para comprar bebidas e pagar os programas. Com este sistema, era quase impossível quitar os empréstimos.

Tinha a casa das famílias e tinha a casa das mulheres solteiras, era mesmo que ser na festa de junho, porque tinham as barraquinhas ao redor (Depoimento de Manuel Soares In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Dia de sábado tinha festa, porque ia negócio de rapariga pra lá, aí o camarada não tinha mais nem vontade de vim de lá (Depoimento de Francisco Xavier In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Chegava lá, chamava a mulher, ela vinha com a gente e quando chegava aqui em Faro elas vinham ajustar conta com o Wladimir (Depoimento de Gerson Bulcão In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

A extração da essência do pau-rosa era uma atividade predatória ligada ao comércio internacional. Os trabalhadores foram inseridos em um cenário econômico fugaz, e de elementos sociais contraditórios (FIGUEIRA, 2000). Assim, ponderando os aspectos do contexto vivido no passado, questiona-se: em que medida se podia escolher o trabalho em um ambiente sem governança na Amazônia, visto que ainda hoje se configuram situações similares?

Não tinha outro meio, não tinha pra onde a gente correr. Era por necessidade que a gente se obrigava a trabalhar no pau-rosa, que era serviço de escravo (Depoimento de José Guerreiro. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Enquanto descreviam tarefas cotidianas de extração na usina e no campo, para informar nuances do processo produtivo, os trabalhadores expuseram suas estratégias, individuais e coletivas, nos aspectos sociais, econômicos, profissionais e culturais para o enfrentamento de situações adversas, em razão do desempenho das suas funções na época. Tanto o processo produtivo quanto as condições de trabalho, ao serem interpretadas, evidenciam as semelhanças desta atividade com o extrativismo do látex durante o ciclo da borracha.

Foi constatado que persiste o sistema aviamento e o endividamento junto aos patrões, o que gerou resistência ou acomodação, em face desta situação. Nesse sentido, busca-se aprofundar o conhecimento sobre a fronteira de atuação dos trabalhadores das usinas de beneficiamento do pau-rosa, visando descortinar as faces da sociedade na qual o grupo está inserido. Sobre esta situação, os trabalhadores relataram:

O trabalhador era conduzido através de um abono. O abono que a gente chamava naquela época era o dinheiro. Porque ele não tinha dinheiro para passar a festa de junho, aí ele pegava o dinheiro e estourava. Então antes de chegar próximo a junho a gente se preparava com dinheiro para abonar essas pessoas para poder levar para usina. Esse pessoal era abonado na festa de São João Batista, e essas pessoas chegavam lá e perguntavam: – Tem dinheiro, Guerreiro? Eu respondia: – Tem. Então me dá aí cem cruzeiros que eu vou pra usina trabalhar [...] (Depoimento de José Guerreiro. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Fiquei devendo para ele (patrão) 452 cruzeiros, aí ele disse assim: – Olha, Gerson, tu vai comigo para usina. Tá, eu fui embora trabalhar. Para se

pagar a conta, já que naquela época uma diária custava 2,5 cruzeiro, era demorado. Passei seis meses lá, trabalhando. Trabalhava dia e noite para pagar esse dinheiro que devia. Eu entrava seis da manhã e saía cinco da tarde, aí eu vinha, comia, tomava um café dormia e me acordava com o apito da usina [já para entrar no turno da noite, a partir da 0h], já para entrar e largar as cinco da manhã de novo [...] (Depoimento de Gerson Bulcão. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Segundo Teixeira (2009), é provável que Santos (1980) tenha sido o primeiro autor que sintetizou a dinâmica interna do sistema de aviamento, que consiste em fornecer mercadorias a crédito a outrem, que deve pagá-las mediante a entrega de gêneros. A partir daí se estabelece um sistema relacional entre pessoas na cadeia do aviamento.

No aviamento, A fornece a B uma quantidade de mercadoria (bens de consumo e instrumento de trabalho), ficando B de resgatar a dívida com produtos agrícolas ou extrativos da própria safra, em espécie. Havendo credor, B recebe em dinheiro. Se o saldo é devedor, B fica em débito até a safra subsequente. A chama-se aviador e B chama-se aviado. Tem-se dessa maneira um esquema geral do aviamento. Sua constituição, porém, é muito mais complexa. Assim, o aviado B pode perfeitamente tornar-se aviador de C e C, que é aviado, pode refinarciar a D, tornando-se aviador e etc. (SANTOS, 1980, p. 11).

No contexto da economia da borracha, o aviamento era uma forma de fornecer mercadorias a crédito, na qual o aviador era o seringalista e o aviado o seringueiro. O aviamento implicava no endividamento cíclico. Sem dinheiro incluso nessa transação, o aviador, dono do seringal, fornecia ao extrator do látex certa quantidade de bens de consumo e, como pagamento, recebia a sua produção extrativa. O preço das mercadorias era fixado pelo aviador, acrescido de juros altos – até mais de cem por cento – os quais o aviado não conseguia pagar. Endividado e impedido de sair do seringal, tornava-se cativo do aviador, que dispunha de um serviço policialesco de guardas armados, que montavam campana para impedir as fugas.

O endividamento seria o crime do seringueiro aprisionado. As provas eram as anotações contábeis grosseiras, registradas pelo próprio aviador e, como nunca eram fiscalizadas ou questionadas, ele tinha a “possibilidade de fazer os números dançarem ao compasso de seus interesses” (SANTOS, 1980, p. 168). Portanto, não havia contrato formal, mas somente somas escritas que mantinham o seringueiro em perpétuo endividamento, garantindo a estabilidade exploratória do sistema.

Em 1910, Oswaldo Cruz escreveu que em lugares distantes das cidades amazônicas o seringueiro tinha que se alimentar de conservas contaminadas por

gases putrefatos. Era comer “substâncias deterioradas se não quisesse morrer à fome [...] feijão e arroz furados pelos bichos [...] à falta d’outra alimentação, é obrigado a esta” (CRUZ, 1910 apud SANTOS, 1980, p. 164). Pimenta Bueno, gerente do Barão de Mauá, dizia que os seringueiros eram “máquinas de trabalho para gozo alheio, [vítimas de] febres intermitentes e paludosas, voltavam ao lar tão pobres quanto saíram [...]” (BUENO apud SANTOS, 1980, p. 154).

Impressionado com a espoliação e o endividamento, Euclides da Cunha sublinhou que a Amazônia era um “paraíso diabólico dos seringais”, enquanto o seringueiro era o “homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA apud SANTOS, 1980, p. 156). O autor de *Os Sertões* compreendia o bioma e os habitantes do imenso vale amazônico como uma terra a ser entendida antes de conquistada, e como espaço de contrastes e complexidades duradouras e sequenciais, sem começo e fim definidos.

Entretanto, apesar das contradições, o aviamento – nascido da ideia primitiva de escambo – sustentou a economia amazônica no período áureo da borracha, e ainda persiste de maneira ambígua, caracterizando-se como elemento amoral, mas instituído com teor sublime no imaginário de parte dos moradores da região. Dados obtidos junto aos trabalhadores do pau-rosa corroboram as inferências sobre essa engrenagem trabalhista, na qual a manutenção de endividamentos pelo aviamento agrega má alimentação, doenças, desgaste físico e risco de morte.

2.2 O “REGIME DO TOCO” E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

O regime do toco foi a forma mais comum de trabalho insalubre utilizada nos seringais e também nas usinas de beneficiamento de pau-rosa na Amazônia. Carlos Teixeira (2009), em *Servidão humana na selva*, explanou sobre o sistema de aviamento no interior dos seringais. Na visão do autor, foi o modo relacional que prevaleceu nos seringais – e também na extração do óleo de pau-rosa (*Aniba rosaeodora*) – coexistindo com os demais sistemas surgidos no desenvolvimento do extrativismo gomífero, via aviamento e, recentemente, na relação de arrendamento, por meio da qual o seringueiro que trabalha por conta própria entrega 20% da produção ao patronato.

O regime manifesta-se pelo elevado grau de sujeição do trabalhador e pela forma de exploração indiscriminada. Tomado na perspectiva do aviamento, o regime do toco corresponde ao período áureo da borracha e está relacionado à modalidade de compulsão no trabalho, cuja característica se deu em face do uso de castigos corporais e violência psíquica a quem tentava fugir do barracão.

O regime caracteriza-se pelo elevado grau de sujeição do trabalhador e pela forma de exploração indiscriminada. Tomado na perspectiva do aviamento, o regime do “toco” corresponde ao período áureo da borracha e está relacionado à modalidade de trabalho compulsório, cujos métodos consistem no castigo corporal e na violência psíquica contra quem tentava fugir do barracão. Estar no toco é um modo de sujeição moral; é subordinar-se ao patrão sem intermediação, como no caso dos que trabalhavam como aviados e sem possibilidades de ganho nominal na extração do pau-rosa.

O regime de toco pode ser entendido como servidão, na medida em que se equipara e apresenta similaridades à noção de trabalho em regime de escravidão. Por exemplo, se trabalhadores possuíam teto salarial mínimo mensal, mas precisavam ganhar mais para viver, ao aceitarem o rancho do patrão a preços aviltantes e adiantamento a juros exorbitantes, descontados na produção do pau-rosa, reduzindo ainda mais os seus ganhos. Quando pagavam pelos produtos, endividavam-se novamente, e assim era cristalizada a relação de dependência. Com isso, o dono da fábrica sempre tinha mão de obra disponível e barata para a extração da do óleo de pau-rosa.

Os trabalhadores complementavam renda com atividades extras durante períodos de folga. O transportador Francisco Travasso Martins deixou claro em sua entrevista que a fabricação de vassouras e outros apetrechos era uma atividade comum entre os extratores do pau-rosa. A princípio, o fato pode parecer típico de acomodação, mas cabe inferir que empréstimos modulados eram válidos como estratégia econômica para o sustento para suprir as necessidades cotidianas, enquanto prática diária de resistência contra a dominação.

Trabalhadores complementavam renda com atividades extras durante períodos de folga. O transportador Francisco Travasso Martins deixou claro em sua entrevista que a fabricação de vassouras e outros apetrechos era comum entre extratores do pau-rosa. A princípio, o fato pode parecer típico de acomodação, mas cabe inferir que os empréstimos modulados eram válidos como estratégia econômica para suprir o sustento das necessidades cotidianas, enquanto a prática diária de resistência contra a dominação.

A questão contratual era uma condição fundamental na vida de extratores e transportadores, como artifício dos patrões para o endividamento. O objetivo de quem pagava pela produção era o recrutamento de um número sempre maior de homens, para garantir que em cada expedição, a deserção tivesse impacto reduzido no montante de essência coletado. Para isso, os trabalhadores eram atraídos por ofertas de pagamento adiantado e mulheres, sendo impedidos de abandonar a expedição enquanto houvesse débito, mesmo em caso de doença.

Nesse contexto, comparam-se os dados do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), órgão encarregado de arregimentar homens para os seringais da região.

Em todas as capitais do país foram criados centros arregimentadores com promessas de um eldorado que resolveria todos os problemas da população solicitada; o discurso arregimentador trabalhava especialmente naquela população alijada do processo produtivo ou de inchaços nos centros; os problemas da população, caso aderissem ao chamado SEMTA, estariam resolvidos, pois na Amazônia teriam a fartura que nunca tiveram e nem teriam em sua terra natal, qual seja, o nordeste (FERREIRA, 2003, p. 92).

O artifício funcionava na medida em que trabalhadores honravam seus débitos e obtinham dinheiro antecipado ou garantia verbal de que teriam apoio financeiro em momentos de dificuldade – mesmo estando endividados. A estabilidade, embora momentânea, levava-os a se adequar às regras, justificando a suposta passividade ante a situação, e até mesmo a renovação de contrato por períodos extensos. Todavia, o fato concreto era que os extratores do pau-rosa tinham poucas alternativas de desligamento.

Menezes (2000), ao pesquisar migrantes na *plantation* canavieira, afirma:

A intenção ou decisão de abrir questão legal contra a usina geralmente acontece quando os migrantes querem ou contam com a possibilidade de desligamento da usina. Isto significa que uma ação legal contra a usina, a qual se inscreve nas práticas políticas sindicais, também se conecta com interesses individuais. As atitudes que diferenciam da ‘aceitação’, tais como deixar a usina ou levá-la à justiça, emergem quando o migrante não está preocupado em perder o emprego e tem outras alternativas em vista (MENEZES, 2000, p. 59).

A relação contratual condenava os trabalhadores à situação de dependência pessoal. A superação, entretanto, era problemática, dada a instabilidade do sistema capitalista nessas localidades. Essa dependência muitas vezes não era vista como submissão. Era, antes de tudo, uma forma de proteção coletiva. Estar inserido no sistema exploratório era uma garantia de sobrevivência, e suportar a lógica do trabalho significava a chance de se manter físico e mentalmente são (SROUR, 2003).

Apesar dos baixos salários, ao fim de cada expedição para a retirada de toras de madeira da mata e extração do linalol havia quem obtivesse lucro e agisse contra os efeitos negativos e perniciosos da condição de subordinado. Observe-se, a exemplo do citado, a estratégia de economia de alimento relatada por Manuel Soares, ex-funcionário da usina Fé em Deus/AM:

Domingo a gente tinha que fazer o rancho para semana. Era comprado pirarucu, farinha, açúcar e café. Eu tirava um quilo de pirarucu para durar uma semana, talhava tudinho para dar certo para a semana. Eu tinha que cortar 14 pedacinhos (Depoimento de Manuel Soares. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Da parte do patrão, ficar responsável pela vida de inúmeros funcionários agregados, vindos de diversas comunidades amazônicas do Amazonas e Pará, tendia à desestruturação e dizimação de tradições intergrupais ante os poderes emergentes. A situação de centralização hierárquica em torno de uma única pessoa, o chefe, forçava a concretização de práticas clientelistas e de mandonismo.

Para os extratores e transportadores, uma espécie de dupla moral parecia estar embutida no abono, com a antecipação do pagamento já na assinatura de contratos. Se os usineiros tinham consciência de que não eram bem pagos, todavia, isso não era motivo para se desligar da atividade, o que se configurava como resposta a uma ação com efeitos contrários, uma inquietude manifesta.

O domínio sobre os trabalhadores originava-se da relação de interdependência, na qual os usineiros e coletores de campo se inseriam em um sistema maior, em que o Estado, as empresas, os trabalhadores e os órgãos compradores eram parte de um cenário único. Manifestações e influências do patronato, em graus diferenciados, geravam polêmicas, forjando diretrizes, monopolizando técnicas e evidenciando hegemonia unilateral.

Na Amazônia, a indústria extrativista esteve conjuminada ao capital estrangeiro. Os seringalistas da borracha estavam vinculados às casas aviadoras, e dependiam delas para o financiamento. As casas aviadoras, por sua vez, funcionavam em razão da produção de borracha para a comercialização no exterior, de onde provinham os recursos. Apesar da dependência desse mercado, os patrões exerciam o seu poder nos seringais e interferiam no modo de produção, utilizando métodos exploratórios para subjugar os trabalhadores.

No caso das usinas de pau-rosa, a situação era similar. Os locais permaneciam desativados, em média, dois terços dos dias de cada mês, à espera de matéria-prima para o trabalho de extração ser iniciado. Nesses interstícios, os trabalhadores migravam para atividades secundárias, nas quais eram pagos e poderiam garantir o seu sustento. A alternativa, amiúde, também era mal remunerada, assim como o crédito dado no período de destilação do óleo do pau-rosa (COSTA, 1977).

Os trabalhadores do pau-rosa percebiam que sua força de trabalho era desvalorizada, mas não tinham consciência do valor agregado ao linalol no mercado de exportação, pois não tinham conhecimento do preço e do destino do

produto. Nesse sentido, acreditavam que a essência era a base para a fabricação de desodorantes que poderiam ser comprados comumente. Não se cogitava a sua utilização em relação à indústria de cosméticos internacional ou ao perfume Channel nº 5. Tratava-se de um aviamento cruzado: o valor monetário e o valor biodiverso eram escamoteados, além da própria consciência do trabalho coletivo.

Reincidiu entre os trabalhadores do pau-rosa a prática econômica não restritiva ao passado, expondo um *establishment* funcional que, junto com o mandonismo dos patrões, forjou a dependência intergrupos para os operários das usinas e os coletores das matas. Em face do de trabalho análogo ao regime de escravidão, na memória dos cativos do pau-rosa a atividade atribui certo caráter indenitário na extração da essência da *Aniba rosaeodora*. Hoje, o episódio tende a servir de subsídio técnico-científico para a formulação de novas políticas públicas voltadas à produção da essência do linalol, optando-se por vieses pretensamente racionais e justos.

Ao menos em tese, isso pode ser possível, porém, a governança na Amazônia é crítica quanto à fiscalização de fábricas ou conjuntos patronais que se utilizam de matérias-primas e pagam trabalhadores para a coleta e o beneficiamento de recursos florestais. Talvez por isso, por força de acordos multilaterais interestaduais e internacionais, granjeia-se a proposta de nortear o comércio justo para os produtos da Amazônia, atualmente, não só direcionada ao pau-rosa, mas a cadeias produtivas de diversos recursos florestais, dentre outros, o guaraná tradicional dos Sateré-Mawé, os banhos e unguentos com mistura de copaíba e andiroba, emplastros e chás com erva de saracura-mirá e ritualizações com mariri e chacrona, no contexto de sagrações espirituais.

O mote da indústria é supostamente incutir a sistemática coerente ao uso da biodiversidade da região. Todavia, trata-se de uma questão não consensual para o Estado e, sobretudo, para as instituições fiscalizadoras, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio), e empresas multinacionais incorporadoras de aportes financeiros. Como se descreveu, o acompanhamento das práticas extrativas é tênue e falho, além da cobrança por desvios e ilegalidades ser parcimoniosa e pouco representativa em comparação à magnitude do problema.

CONCLUSÃO

O dilema sobre o destino da Amazônia, pela sua dimensão espacial e a pressão geopolítica para garantir, ao mesmo tempo: i) a conservação da biodiversidade; e ii) a soberania dos povos tradicionais, tem sido desafio

conjuntural da região (NOGUEIRA, 2007). Entre os extratores do linalol deu-se reconfiguração histórica negativa do problema, pois foram evidenciados aspectos atípicos como a submissão de trabalhadores e mandonismo patronal, em razão de espoliação da natureza e de grupos sociais amazônicos.

O cenário no período considerado neste estudo engendrou relações de poder e exploração de recursos desproporcionais, considerando-se não apenas o Estado como agente da exploração, com também os pequenos e médios empresários inseridos na vida social, que comandavam a retirada do pau-rosa nas áreas de floresta nativa na Amazônia. Assim, como conclusão, considera-se que a pobreza e os interesses políticos de grupos hegemônicos foram determinantes para desregrar práticas laborais e empilhar espécies da fauna e flora em ambientes de usinas de extração do linalol, que se tornaram espaços de conflitos e definidores de poderes constituídos nos rincões no Baixo Amazonas.

Nesses ambientes, as divisões político-trabalhistas irregulares se firmaram e concretizaram as relações de mando e poder. Nessas relações, a garantia dos direitos fundamentais do indivíduo falhou diante da flexibilidade de um sistema comercial incoerente e, para sobreviver nesse sistema produtivo, foi necessário ajustar-se aos modos de produção inerentes à extração do pau-rosa. Mas sabe-se, entretanto, que os sentidos políticos e econômicos das usinas de extração do linalol não bastaram para encerrar práticas de aviamento, segundo se entendeu no *paper*. Pelo contrário, mantiveram-se atos similares aos que ocorreram no passado da borracha.

Hoje, nem sempre políticas públicas são orientadas para se proibir relações exploratórias, dado que as fiscalizações são frágeis e a governança inconsistente, o que tende a concorrer para a manutenção de estruturas de submissão e mandonismo na Amazônia, com razoável regularidade.

Daí que implicações da conclusão sugerem que, para extirpar a atividade exploratória, seria necessária uma fiscalização rígida e eficaz, e governança de alta notabilidade, que gerasse programas abrangentes de inserção socioambiental em produção cooperada agrofamiliar e agrocomunitária, visando lucros que alimentassem bancos sociais, com moedas locais constituídas sob parâmetros de realidades intrarregionais.

Os supostos programas vêm sendo realizados em alguma medida no bioma, reconhece-se, mas não em escala condizente com a complexidade da região amazônica.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, M.; FERREIRA, C. Radiodocumentário: a saga do pau-rosa. Produto vencedor do XXI Prêmio da Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação - Expocom 2014. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 13. 2014, Belém. **Anais...** Belém: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014.
- BITENCOURT, M.; RODRIGUES, R. A. Histórias silenciadas: o extrativismo do pau-rosa na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37. 2014. Foz do. Iguaçu. **Anais ...** Foz do Iguaçu. 2014a. p. 112-131.
- BITENCOURT, M.; RODRIGUES, R. A. Memória dos trabalhadores do pau-rosa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E CULTURA NA PANAMAZÔNIA, 1. 2014, Manaus. **Anais ...** Manaus: Edua, 2014b. v. 1. p. 79-91.
- COSTA, C. **Sociologia**. São Paulo: Moderna. 1977.
- CUNHA, E. da. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de S; Arquivo do Estado de São Paulo, 2001. p. 734.
- FERREIRA, M. L. **O poder da arregimentação do Estado: a utopia nos seringais amazônicos – 1940-1945**. Curitiba: Tetravento, 2003.
- FIGUEIRA, R. R. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, Apr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 Abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000100003>.
- MEIRA, M. História, economia e sociedade: os índios do Rio Xié e a extração da piaçava. **Anais do Arquivo Público do Pará**, v.1, t.1, p. 224, 1995.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Vértice, 2002.
- MENEZES, M. A. Experiência social e identidades: trabalhadores migrantes na plantação canavieira. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n. 3, jun. 2000.
- NOGUEIRA, R. J. B. **Amazonas: a divisão da monstruosidade geográfica**. Manaus: EDUA, 2007.
- SANTOS, F. S. D. Ainda a ‘cultura do barracão’ nos seringais da Amazônia. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n. 3, jun. 2000.

SANTOS, R. A. de O. **Historia econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, M. R. S. da; LACHARITÉ, C.; SILVA, P. A. da; LUNARDIS, V. L.; LUNARDI FILHO, W. D. Processos que sustentam a resiliência familiar: um estudo de caso. **Texto Contexto Enferm.**, v. 18, n. 1, p. 92-99, jan-mar, 2009.

SROUR, R. H. **Ética Empresarial**. A gestão da Reputação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TAVARES, M. A. da S. M.; ALBUQUERQUE, I. L. de. Sentidos e implicações da resiliência na formação. **Psicologia, Educação e Cultura**, v. 2, n. 1, p. 143-153, 1998.

TEIXEIRA, C. C. **Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. Manaus: Valer; EDUA, 2009.

Texto submetido à Revista em 08.04.2015
Aceito para publicação em 25.11.2015



Ocorrência de Cuiraneiras em Salinópolis, no Pará, Brasil

Occurrence of *Buchenavia* in the municipality of Salinópolis, state of Pará, Brazil

Gutemberg Armando Diniz Guerra – Doutorado em Socio Economie Du Developpement, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Especialização em Recherches Comparatives Sur Le Developpement, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França. Especialização em Métodos de Planejamento Urbano e Regional, Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia. Graduação em Engenharia Agrônômica. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. E-mail: gguerra@ufpa.br

Rosildo Santos Paiva – Doutorado em Oceanografia (Oceanografia Biológica), Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Mestrado em Biologia Vegetal, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, UFPA. Graduação em Licenciatura Curta em Ciências, UFPA. E-mail: rpaiva@ufpa.br

Resumo

Este ensaio trata de cuiraneiras (*Buchenavia grandis*, Ducke), espécie à qual se atribui ter servido para dar nome ao distrito de Cuirana, em Salinópolis, no Pará. O significado da palavra cuirana se reporta à semelhança com a planta da cuja ou cuieira (*Crescentia cujete* L.). No caso específico do registro da ocorrência desta espécie em Salinópolis, um indivíduo se torna histórico com um significado simbólico efetivo para os moradores do lugar, habitado originalmente por pescadores e com uma crescente população de veranistas. Partindo dessa motivação, buscou-se identificar a ocorrência dessa espécie no município de Salinópolis, em particular na sede municipal e no distrito de Cuirana. Para isso foram feitas incursões na área municipal e entrevistas com moradores do local entre os meses de dezembro de 2013 a agosto de 2014, em particular em lugares onde havia espécimes reconhecidos pelo porte exuberante e serviço ambiental que tem prestado. O que se verifica é que a espécie é utilizada como ornamental e para sombrear áreas de entretenimento em logradouros públicos e privados como ruas, praças, residências e hotéis.

Palavras-chave

Toponímia. Plantas Ilustres. Natureza. Cultura. Serviço Ambiental.

Abstract

This essay studies the *Buchenavia* [*Cuiraneira* Trees – *Buchenavia grandis*, Ducke], species of which the district of *Cuirana* – in the municipality of *Salinópolis*, State of *Pará* – was named after. The meaning of the word *cuirana* leads us to the term ‘bowl’ or still the Calabash tree [*Crescentia cujete* L.]. Specifically about this study, a person becomes notable with a symbolic importance to the local residents, originally inhabited by fishermen with an increasing number of vacationers. From this observation, it was pursued to identify the occurrence of such species in the municipality of *Salinópolis*, particularly in the urban area and in the district of *Cuirana*. For that, trips to the municipality and interviews with local residents between the months of December 2013 and March 2014 were made, particularly in places where the species was identified by its exuberant set and the environment service that has provided. It has been observed that the species is used as decoration and for shading at entertainment areas both in public and private places such as streets, squares, houses and hotels.

Keywords

Toponymy. Notable Plants. Nature. Culture. Environmental Service.

1 ÁRVORES QUE NOMINAM LUGARES NO PARÁ

Algumas árvores tornam-se patrimônio público pelo significado dos seus papéis na denominação de lugares. Às vezes, elas permanecem como endêmicas, frequentemente escasseiam e desaparecem, outras vezes são plantadas, restauradas ou replantadas para representar e ilustrar toponímias (nomes de lugares) ou refazer paisagens. O nome do Brasil tem como referência uma espécie arbórea (*Caesalpinia echinata*, Lam) muito explorada desde o primeiro contato dos europeus para a utilização de corantes nela existentes para a tinturaria. Fugindo a nomes que foram dados a cidades em outros estados da federação brasileira e no mundo, no Estado do Pará pode-se contar com os nomes de municípios e localidades listados a seguir, todos fazendo referência a gêneros e espécies comuns à região, ou ainda nomes genéricos lembrando a paisagem ou reportando-se a acidentes geográficos e naturais associados à vegetação: Castanhal e Castanheira (*Bertholetia excelsa* H. B. K.), Amoreiras (*Morus* sp), Laranjeiras (*Citrus* spp), Ananindeua (*Symphonia globulifera* L.f.), Anajás (*Attalea* sp), Breu Branco (*Protium heptaphyllum* (Aubl.) March), Cumaru do Norte (*Dipteryx odorata* (Aubl.) Wild.), Curuá (*Orbignya* spp), Floresta do Araguaia (nome genérico reportando-se à vegetação originária do município), Limoeiro do Ajuru (*Chrysobalanus icaco* L), Marituba (*Geoffroea* sp), Timboteua (*Paullinia* spp), Pau d'Arco (*Tabebuia serratifolia* (Vahl) Nich), Primavera (referência a estação das flores), São Domingos do Capim, Sapucaia (*Lecythis pisonis* Camb.) e Tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.). A lista não é exaustiva e dá ideia da influência da vegetação na toponímia, como é o do caso que se explora neste ensaio.

Do ponto de vista da importância da manutenção de plantas nativas como forma de manter carbono na terra evitando sua emissão para a atmosfera, Nogueira et al. (2007) colocam a cuiaraneira na lista daquelas cuja densidade da madeira merece atenção. Quando se fala em serviço ambiental, tem sido recorrente no debate acadêmico, científico e político a tendência a estabelecer valores para os benefícios que a vegetação ou os ecossistemas oferecem, desde a garantia da biodiversidade, a purificação do ar e da água, a retenção de carbono, a estética e uma infinidade de possibilidades de usos da natureza que poderiam ser quantificados e monetarizados (CONSTANZA, D'ARGE, 1997; LIVING..., 2005).

Este artigo se propõe a descrever a ocorrência e os usos dessa planta nativa da Amazônia que vem sendo preservada por características que fogem ao padrão geral de enquadramento pelos que se apropriam de novas terras e impõem cultivos consagrados, eliminando os nativos e menos conhecidos pelos estrangeiros. O serviço ambiental que ela oferece é basicamente o do bem-

estar provocado pela sombra refrescante em ambientes ensolarados do litoral amazônico paraense assim como o aspecto estético que apresenta, conformando-se à poda e possibilitando um formato que lembra ao de uma sombrinha ou de um teto com aspecto diferenciado. Pode-se ressaltar também o fato de que possui resistência suficiente para suportar cadeiras de balanço, redes e equipamentos que permitem o repouso ou o assento em seus ramos e sob o seu abrigo.

A metodologia utilizada para essa pesquisa foi a de entrevistas com pessoas estrategicamente selecionadas por serem nativas e/ou habitarem no município de Salinópolis, terem conhecimento sobre as plantas dessa espécie com as quais tinham contato e de outros exemplares existentes nas proximidades ou circunscritas ao município estudado. Foram entrevistadas 13 pessoas com essas características, em incursões feitas durante os anos de 2013 e 2014.

2 CUIARANA DOS PESCADORES, VERANISTAS E APOSENTADOS

A 220 km de Belém, de acesso pela BR-316 e depois pela PA-124, rodovias pavimentadas que dão acesso ao município de Salinas, o vilarejo continua com os aspectos de colônia pesqueira, com porto e praias em que todos os dias homens e mulheres chegam com suas redes e samburás trazendo espécies marinhas como bijupirá (*Rachycentron canadum*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), dourada (*Brachyplathystoma flavicans*), piraíba (*Brachyplathystoma filamentosum*), gó (*Macrodon ancylodon*), pratinzeira (*Mugil curema*), cioba (*Lutjanus analis*), serra (*Pristis*) e outras utilizadas como alimentares incorporadas às refeições das famílias ou vendidas aos atravessadores que levam o produto para os mercados ou frigoríficos da região. Existem os tempos de peixe, mariscos e camarões, obedecendo a uma sazonalidade na oferta, um critério que impõe aos pescadores um ritmo próprio em suas atividades.

A população do vilarejo atinge a cifra estimada de 250 famílias com 1400 pessoas, segundo um dos 4 agentes de saúde que atuam no distrito, ENDM. Pela contagem oficial, o município de Salinópolis conta com 37.421 habitantes (IBGE, 2010).

Pelo acesso facilitado, clima ventilado e caráter bucólico, o povoado tem sido buscado por veranistas de cidades próximas do Pará e por visitantes de outros estados. Conta com uma infraestrutura de hotéis e pousadas, sendo comum o aluguel de residências, quartos e quitinetes nos períodos de veraneio. É um porto onde os amantes da pesca artesanal têm feito parada tanto que os habitantes locais mantêm a tradição de uma regata de embarcações típicas da região.

Para efeito desta pesquisa, utilizou-se da estratégia de entrevistas rápidas, com perguntas abertas aos moradores de Cuiarana e Salinópolis sobre o conhecimento da presença de cuiaraneiras no município, após o que se fez a checagem das informações fornecidas pelos entrevistados, verificando-se a existência das mesmas in loco. Concordando com Cervo e Bervian (1996, p. 136), a entrevista “é conversa orientada para um objetivo definido: recolher, através de interrogatório do informante, dados para a pesquisa”. Nos locais de existência dos indivíduos vegetais pesquisados, fez-se a interrogação aos proprietários ou trabalhadores dos estabelecimentos sobre o conhecimento que tinham daqueles exemplares, ora confirmando-se ora negando-se a sua existência ou identificação. Procurou-se entrevistar principalmente pessoas que habitavam a localidade e demonstravam conhecimento sobre as espécies vegetais existentes na paisagem, interrogando-se basicamente sobre se sabiam onde existiriam espécimes da cuiaraneira. Nem sempre esta era a primeira pergunta, tentando-se manter o foco, sem ser demasiado indiscreto e intempestivo na abordagem.

Foram realizadas coleta e identificação do exemplar existente no porto de Cuiarana e confirmação da identificação dos outros exemplares por comparações com aquelas exsiccatas feitas com material desta primeira. Os informantes privilegiados nessa pesquisa foram moradores de Cuiarana e de Salinópolis encontrados nos locais onde se encontravam os exemplares repertoriados, atingindo-se o número de 13 pessoas. As principais perguntas feitas procuravam qualificar o informante pela sua relação com a localidade e com a espécie estudada, assim como o conhecimento que detinham sobre as qualidades desta.

3 OCORRÊNCIAS DE CUIARANEIRAS EM CUIARANA E NA PRAIA DO FAROL VELHO, SALINÓPOLIS, NO PARÁ, BRASIL

Conversando com EBS, 43 anos, natural de Gama, DF, há 14 anos em Salinópolis e 2 em Cuiarana, funcionário do Restaurante Marujo's, ele disse, primeiramente¹ que as únicas cuiaraneiras que ele conhece no município são a que se encontra no porto de Cuiarana, bem na encosta onde está o seu local de trabalho, e outra que se situa na praia do Farol Velho, em Salinas, onde se localiza a matriz do restaurante do qual é empregado. Em uma segunda entrevista², fez referência, com precisão, da existência de uma cuiaraneira na rua da Pousada

¹ Informação verbal quando da coleta botânica em 9 de novembro de 2013, à sombra da cuiaraneira, em Cuiarana, Salinópolis, Pará.

² Esta segunda entrevista ocorreu na manhã de 22 de março de 2014, em Cuiarana, junto à cuiaraneira, no restaurante onde trabalha, em Cuiarana.

Farol Velho e duas outras que estariam em residências cujo acesso e visão destas poderia ser feito pela praia. Perguntado sobre a serventia desta árvore, EBS diz que ela apenas serve de sombra. Acrescenta que o nome cuiaraneira significa falsa cuieira, porque ela difere da original e que não dá o fruto conhecido por cuia, muito utilizado na região para a fabricação de utensílios domésticos.

Na condição em que se encontra o exemplar histórico que deu nome à localidade, sob impacto da ampliação do restaurante, é evidente a intenção de manter a cuiaraneira no local, aparentemente preservada de uma supressão imediata. Segundo EBS, o dono do restaurante, o sr. CP, é fervoroso defensor da árvore e quer vê-la preservada a qualquer custo.

Checando a informação fornecida por EBS, encontrou-se a cuiaraneira representada na Figura 1, em residência próxima à praia do Farol Velho. Nesta árvore constatou-se que o formato horizontalizado da copa permite a fixação de luminárias e equipamentos como redes de descanso e balanço, além de fornecer sombra para o estacionamento de veículos e uso pelos residentes como se fosse uma varanda.

Figura 1 - Cuiaraneira em forma de sombrinha na rua da Pousada do Farol Velho



Fonte: Guerra (mar. 2014)

VTC, natural de Cuiarana, 34 anos, filho de pais migrantes há mais de trinta anos para o lugar, garçom na matriz do restaurante Marujos, na praia do Farol Velho em Salinópolis, disse, no primeiro contato³, que havia muitas cuiaraneiras na localidade onde se situa aquela famosa, mas que apenas ela restou como representante daquela espécie. O fato é que ela se constitui em uma referência, seja pela representação que fazem dela mesma, seja pelo que de abrigo serve para seres mitológicos como a mucura branca e o camaleão dourado aos quais os moradores do povoado frequentemente fazem menção. Em um segundo contato⁴ ele fez referência a uma árvore nova, da mesma espécie, no mesmo povoado de Cuiarana, além de indicar outro exemplar existente bem ao lado do seu local de trabalho (Figura 2), mostrar outro na estrada de acesso à praia do Farol Velho, e fazer menção a outros indivíduos, um que estaria no Hotel Atalaia Inn, e outro do qual já se tinha referência, perto da Pousada Farol Velho. Confirmou a informação sobre a existência de outros exemplares em residências na beira da praia. Nesse segundo contato verificou-se, portanto, um aumento do grau de informação que ele detinha quando entrevistado pela primeira vez. Em incursão para checagem destas informações, verificou-se que a indicação de indivíduos no Hotel Atalaia Inn não se confirmou, mas se identificou a presença de cinco exemplares na residência ao lado deste hotel, entre as quais se destacava uma das plantas com uma copa horizontalizada e onde se verificava a presença de equipamentos servindo de assento pendurados e redes de descanso, além de uma luminária indicando o uso noturno do ambiente propiciado pela copa daquela árvore.

Continuando a checagem das informações dadas por VTC, encontrou-se na rua Verde Mar, que dá acesso à praia do Farol Velho, um frondoso exemplar de cuiaraneira. Conversando com JS, 22 anos, nascido em Salinópolis, trabalhando na casa em cujo terreno se encontra o exemplar, ele disse ter sido interpelado por um senhor que se disse dono do terreno, em data que não soube precisar, mas que teria sido há uns três anos passados da data desta entrevista (22 de março de 2014). Este senhor teria informado que ele mesmo teria plantado a cuiaraneira e que isto teria sido há uns trinta anos. JS dá crédito a esta informação acrescentando que outros caseiros mais antigos do que ele teriam confirmado este dado sobre a avançada idade da planta.

³ Informação verbal de 8 de novembro de 2013, no restaurante Marujo, na praia do Farol Velho, em Salinópolis, Pará

⁴ No dia 22 de março de 2014, no Restaurante Marujo's, na praia do Farol Velho.

Figura 2 - Cuiaraneira em residência junto ao Restaurante Marujo's, na praia do Farol Velho



Fonte: Guerra (mar. 2014)

Em Cuiarana, ainda seguindo as informações de VTC, encontrou-se a cuiaraneira por ele referida, na casa do senhor RSL, 37 anos, pintor, nascido em Belém e morador de Cuiarana há mais de 20 anos. Segundo ele, a árvore foi plantada por ele, em homenagem ao lugar onde morava, e ofereceu duas mudas da planta e uma semente. Disse ter trabalhado durante 6 anos no *Amazônia Atlântico Hotel Resort*, localizado em Cuiarana, onde existiria uma cuiaraneira nas proximidades da piscina. Foi de lá que ele trouxera a semente que originou a que possui plantada no terreno de sua casa⁵.

Verificando a informação do sr. RSL sobre a cuiaraneira existente no *Amazônia Atlântico Hotel Resort*, encontraram-se três exemplares. Dois nas imediações da piscina (Figura 3) e um atrás do restaurante (Figura 4).

RSC, 35 anos, natural de Cuiarana, trabalhando no resort há 11 anos como zelador, atribui à planta o papel de sombrear a área próxima ao equipamento. Perguntado⁶ sobre a emissão de sementes e folhas que poderiam prejudicar a limpeza da piscina, ele disse que apenas no verão há uma maior produção e queda de folhas e sementes, mas que não chega a ser um problema para ele que é responsável pelo serviço de limpeza. Este comportamento do vegetal pode ser um determinante de sua escolha como árvore de sombreamento nas áreas referidas.

⁵ Informação confirmada em 23 de março de 2014.

⁶ Entrevista feita em 23 de março de 2014.

Figura 3 - Cuiaraneira no Amazônia Atlântico Hotel Resort, em Cuiarana



Fonte: Guerra (mar. 2014)

Figura 4 - Cuiaraneiras próximas ao restaurante do Amazônia Atlântico Hotel Resort



Fonte: Guerra (mar. 2014)

IC, 30 anos, natural de Ananindeua, Pará, funcionário do resort há 6 anos, perguntado⁷ sobre a idade das plantas, afirma que elas lá estão desde o início do estabelecimento, há mais de 20 anos. O estabelecimento hoteleiro era conhecido anteriormente como “Gringo Louco”, de propriedade de um estrangeiro que o vendeu para a cadeia que o administrava no momento desta pesquisa.

4 IDENTIFICAÇÃO BOTÂNICA DA PLANTA NO DISTRITO DE CUIARANA

Depois de obter informações de moradores das localidades onde se encontraram os exemplares citados e da referência que a cuiaraneira, em Cuiarana tem, em 9 de novembro de 2013, às 6h30min, equipado com tesoura de poda, prensa, caderno de anotações e lapiseira, bateu-se à porta do restaurante e conseguiu-se acesso para coletar ramos com folhas, flores e frutos da cuiaraneira, adicionando-se informações fornecidas pelo funcionário do lugar onde ela medra, soberana. Os seus pontos de georreferência são 0°39'03.70”S e 47° 15'43,67”O.

É uma árvore de aproximadamente 12 m de altura, 1,35 m de perímetro à altura do peito, encravada na base da encosta onde se encontra a construção de edifício que tinha servido de habitação, transformado em 2013 para servir de restaurante. Possui uma trifurcação do tronco, sendo a principal delas conservada e que dá a copa da árvore. As outras duas ramificações se encontram em processo de apodrecimento. Sua preservação tem sido determinada por sua representatividade enquanto denominadora do local, o que ganha força simbólica com a adição de elementos mitológicos como a presença de animais a que se atribuem poderes mágicos, no caso uma mucura branca (*Didelphis marsupialis*) e um camaleão dourado. Segundo versão de um pescador habitante do local, estes animais seriam o mesmo ente, ora sob a forma de mucura, ora sob a de camaleão. Estes animais são objeto de caça e servem de alimentação em algumas comunidades amazônicas conforme se referem Azevedo e Barros (2013, p. 862-879), porém em Cuiarana são referidos como personagens sagrados, aos quais se atribui a proteção do porto. Uma interpretação que poderia ser feita é que a árvore não pode ser eliminada ou maltratada por se tratar de morada daqueles encantados⁸. Embora tenha sido feita referência aos animais em diversas narrativas de habitantes locais, sempre que perguntados aos narradores estes não confirmaram ter sido testemunhas oculares destas presenças, tampouco

⁷ Entrevista feita no Amazônia Atlântico Hotel Resort em 23 de março de 2014.

⁸ Sobre os encantados, ver Maués (1990, p. 87), que em seu trabalho identifica várias categorias fazendo link com esta análise, o encantado da mata e o encantado do fundo. Ver também Pacheco (2010), citando Prandi (2006).

foi constatada a existência física dos mesmos. O fato é que se materializa na planta versões simbólicas em que a árvore aparece associada ao local, dando-lhe identidade e acenando com significados de proteção e conforto físicos (sombra, frescor) e espiritual complementados com as figuras do reino animal já referidas.

No momento da coleta botânica, havia flores e frutos, além de um excelente aspecto vegetativo da planta, conforme se pode verificar na Figura 5.

Figura 5 - A cuiaraneira do porto de Cuiarana



Fonte: Guerra (mar. 2014)

Coletadas partes da planta, seguindo o indicado por Fidalgo e Bononi (1989), em seguida foi encaminhado o material para o Herbário HF Profa. Normélia Vasconcelos, do Instituto de Biociências, da Universidade Federal do Pará, sendo determinados gênero e espécie pelo professor Rosildo Paiva. O material coletado permitiu a montagem de três exsicatas ficando uma no Herbário do Instituto, outro foi encaminhado para o Museu Paraense Emílio Goeldi e uma terceira ficou na coleção do Professor Gutemberg Armando Diniz Guerra. Um quarto exemplar foi coletado da mesma planta, e se encontra exposto na localidade, à sombra da cuiaraneira.

As plantas de *Buchenavia grandis*, Ducke são árvores de 18-50 m altura, 0,77-1,1 m diâmetro. Tronco cilíndrico. Folhas 4,8-8,5 cm comprimento, 3,5-4 cm

largura, obovadas, ápice arredondado ou levemente emarginado, base cuneada, levemente decurrente, glabras, com tricomas combretáceo-compartmentados esparsos na nervura primária em ambas as faces, coriáceas, padrão de nervação do tipo camptódromo com 5-7 pares de nervuras secundárias, formando um ângulo agudo, ascendentes e levemente curvadas, reticulado conspícuo em ambas as faces, com domácias marsupiformes com tricomas na abertura, na axila das nervuras primária com as secundárias; 2 glândulas na base da folha ou ausentes; pecíolo 1-1,5 cm comprimento, pubérulo. Frutos elípticos, ápice arredondado ou diminutamente apiculado, curtamente estipitados na base, glabros, 1,6-1,8 cm comprimento, 1-1,5 cm largura. Pedúnculo frutífero pubérulo, 2,2-4,5 cm comprimento (MARQUETE; VALENTE, 2005).

Com as informações conseguidas nesta busca, pôde-se enumerar os exemplares que constam no Quadro 1.

Quadro 1 - Indivíduos de cuiaraneiras em Salinópolis, localização e georreferenciamento

Nº	Localização	Georreferenciamento
1	Porto de Cuiarana	0°39'03.70" S 47°15'43,67"O
2	Amazônia Atlântico Hotel Resort (próxima à piscina)	0°39'12.02" S 47°15'47.96"O
3	Amazônia Atlântico Hotel Resort (próxima à piscina)	0° 39'12.09" S 47°15'48.12"O
4	Amazônia Atlântico Hotel Resort (atrás do restaurante)	0° 39'11.03" S 47°15'47.27"O
5	Rua Márcio Sousa Melo, s/n (Ronildo)	0°39'10.49" S 47°16'02.45"O
6	Entrada da Praia do Farol Velho Rua Verde Mar, 448	0° 35'33.04" S 47° 19'08.26"O
7	Residência ao lado do Restaurante Marujo's no Farol Velho	0°35'33.83" S 47° 19'07.02"O
8	Rua da Pousada Farol Velho	0° 35'31.40" S 47°19'15.74"O
9	Ronco do Mar (ao lado do Hotel Atalaia Inn no Farol Velho)	0° 35'32.48" S 47° 19'10.07"O
10	Ronco do Mar (ao lado do Hotel Atalaia Inn no Farol Velho)	0° 35'32.48" S 47° 19'10.07"O
11	Ronco do Mar (ao lado do Hotel Atalaia Inn no Farol Velho)	0° 35'32.48" S 47° 19'10.07"O
12	Ao lado da Ronco do Mar (na praia do Farol Velho)	0° 35'32.30" S 47° 19'10.58"O
13	Ao lado da Ronco do Mar (na praia do Farol Velho)	0° 35'32.30" S 47° 19'10.58"O

Fonte: Trabalho de campo (2013; 2014)

Com as verificações feitas, é provável que haja um número bem maior do que o repertoriado no início desta pesquisa, exigindo um trabalho de inventariamento para dar conta do número de indivíduos existentes no município.

5 USOS DA CUIARANA

O que se encontra na literatura sobre a planta é que ela tem madeira com densidade que lha torna importante emissora de carbono para a atmosfera no caso de sua supressão e queima (NOGUEIRA et al. 2007) e cobiçada para utilidades como esteios, mourões e estacas, principalmente na construção de currais de pesca.

Entre as pessoas entrevistadas nos locais em que havia indivíduos desta espécie, a referência é ambiental, atribuindo invariavelmente a oferta de sombra como sua maior qualidade, uma proteção emblemática do terreno e uma estética encantadora.

No caso específico da localidade denominada Cuiarana, ressalta-se a importância e proeminência de uma árvore dessa espécie, em posição estratégica, ainda que em espaço privatizado, mas com possibilidade de acesso e contemplação pela praia.

Um dos exemplares é associado a um grande guarda sol, ao mesmo tempo em que serve de teto. Outro exemplar, além da sombra, serve também de suporte para equipamentos de repouso como redes e cadeiras de balanço penduradas na árvore. A múltipla utilidade que tem sido dada às árvores dessa espécie justificam uma proeminência desta sobre outras nativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Motivado pelas falas ressaltando a existência de uma cuiaraneira no povoado que teria herdado o nome justamente de um indivíduo que permanece no local próximo ao porto do distrito de Cuiarana, foi iniciado um procedimento de perguntas sobre a ocorrência de plantas da mesma espécie na localidade e no município. As primeiras respostas foram de que há um processo sistemático de eliminação das plantas desta espécie por não se reconhecer nela virtudes que justifiquem a sua permanência nos terrenos. Ao avançar na investigação, verificou-se que há exemplares localizados em espaços de lazer, públicos e privados, tanto no povoado de Cuiarana como na praia do Farol Velho, com uma aparente valorização daqueles indivíduos ali plantados, reconhecendo-se neles não apenas o aspecto ambiental, mas também o seu valor estético. Não foram

referidos nem identificados exemplares utilizados sistematicamente em áreas abertas, como em logradouros públicos, ficando a interrogação se o processo de preservação dos exemplares repertoriados seria intencional e uma das causas, senão a principal, desta preservação.

Os mesmos entrevistados, que em um primeiro momento ofereceram informações limitadas, nas entrevistas seguintes ampliaram as pistas, favorecendo aumentar o repertório de plantas ocorrentes neste espaço. Chegou-se a contar e repertoriar com georreferenciamento e descrever neste ensaio, treze indivíduos, todos sendo valorizados na localidade servindo como plantas ornamentais e amenizadoras do clima tropical para os banhistas e os residentes neste município.

Um investimento mais consistente sobre esta planta mostra-se necessário para que se possa esclarecer a densidade de sua inserção no litoral paraense e o seu melhor aproveitamento como planta promotora de sombra, abrigo e estética nos logradouros públicos e privados.

A representação positiva que é feita da planta indica que outros exemplares devem estar sendo utilizados e necessitaria de uma varredura para repertoriar a população existente das mesmas no município, além de se verificar outros aspectos de sua biologia.

Em que pese a dificuldade de reprodução e cultivo das cuiaraneiras, tem havido a reprodução e plantio delas, ainda que em pequenas quantidades, revelando-se um movimento de resistência cultural que reproduz e garante a conservação dessa espécie.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P.; BARROS, F. B. de. Comida, remédio, renda: conhecimentos e usos da mucura (*Didelphis marsupialis*) por comunidades ribeirinhas na várzea amazônica. **Amazônica Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 3, Especial, p. 862-878, dez. 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CONSTANZA, R.; D'ARGE, R. The value of the world 's ecosystem services and natural capital. **Nature**, v. 387, Issue 6630, p. 253-260, 1997.

FIDALGO, O.; BONONI, V. L. R. **Técnicas de coleta, preservação e herborização de material botânico**. São Paulo: Instituto de Botânica de São Paulo, 1989. (Série Documentos)

IBGE. **Censo demográfico**. Sinopse 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15&dados=0>. Acesso em: 12 ago. 2014.

LIVING beyond our means. Natural assets and human well being. **Millenium Ecosystem Assessment**, Section 2.7., 2005. Disponível em: <<http://www.millenniumassessment.org/documents/document.429.aspx.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2010.

MARQUETE, N. F. da S.; VALENTE, M. C. Flora da Reserva Ducke: Combretaceae. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 86, p. 131-140, 2005.

MAUÉS, R. H. **A ilha encantada**. Medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores. Belém: UFPA, 1990.

NOGUEIRA, E. M.; FEARNside, P. M.; NELSON, B. W.; FRANÇA, M. B. Wood density in forests of Brazil's 'arc of deforestation': Implications for biomass and flux of carbon from land-use change in Amazonia. **Forest Ecology and Management**, v. 248, n. 3, p. 119-135, 2007.

PACHECO, A. S. Encantarias afro-indígenas na Amazônia marajoara: narrativas, práticas de cura e (in)tolerâncias religiosas. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 88-108, abr./jun. 2010.

Texto submetido à Revista em 07.10.2014
Aceito para publicação em 25.11.2015



Institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Institution of the Amazon Cooperation Treaty Organization

Diego Carlos Batista Sousa - Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC. E-mail: diegocarlosjp@hotmail.com.

Marcos Alves Valente - Doutor em Sociologia Política, professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC. E-mail: marcosalvesvalente@gmail.com.

Resumo

Este trabalho trata da análise da institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a partir dos documentos oficiais da instituição, com foco no desenvolvimento sustentável. A OTCA surgiu com o intuito de fortalecer as relações entre os países-membros para cooperação em matéria de desenvolvimento regional na bacia amazônica. Nesta análise, constituem-se como objetivos específicos: a) apresentar uma nova metodologia para análise de assuntos ambientais a partir da abordagem transdisciplinar; b) revisar os documentos oficiais das instâncias superiores; e c) apresentar os resultados a partir da análise de variáveis transversais. Para alcançar tais objetivos, é essencial uma abordagem plurimetodológica, qualitativa, com base no método histórico e transdisciplinar. Espera-se, como resultado, a contextualização histórica e teórica sobre a organização, bem como a identificação dos espaços institucionais de governança participativa na OTCA.

Abstract

This paper is an analysis of the institutionality of the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO), from the institution official documentation with focus in the sustainable development. ACTO was created with the aim of strengthening the relations between the member countries for cooperation on regional development in the Amazon basin. The main objective of this paper is to present an institutional analysis of the organization from official documentation. In order to achieve those targets some main objectives have been established: a) present a new methodology for the analysis of environmental issues from the transdisciplinary approach; b) review the official documentation of the higher instances and c) to present the results of transversal variables analysis. To achieve these goals, it is essential a qualitative and plurimethodological approach, using the historic method and transdisciplinary approach. The expected result is a historical and theoretical context of the organization and the identification of institutional participatory governance spaces in ACTO.

Palavras-chave

Desenvolvimento sustentável.
Transdisciplinaridade. OTCA. Participação.
Governança.

Keywords

Sustainable development. Transdisciplinarity.
ACTO, Participation, Governance.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresenta-se a análise transdisciplinar da institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), bem como a abordagem teórico-metodológica da pesquisa, considerando-se a transdisciplinaridade e a complexidade inerente aos estudos ambientais, com enfoque no conceito de Desenvolvimento Sustentável como o tema transversal a todos os níveis da pesquisa.

Por transdisciplinaridade entendemos tudo aquilo que está entre, através e além das disciplinas, objetivando compreender o mundo presente a partir da unidade do conhecimento (NICOLESCU, 1999). Neste caso, a lógica da transdisciplinaridade busca no tema transversal uma forma de analisar o objeto de estudo, que enseja uma lógica não linear, e sim baseada na sua complexidade.

A abordagem transdisciplinar preconiza três pilares, são eles: a lógica do terceiro incluído, a complexidade e os níveis de realidade. Essa relação é comumente chamada de lógica ternária.

O terceiro incluído representa a zona de não resistência, construída a partir da interação entre o fluxo de informação dos níveis de realidade e o fluxo de consciência dos níveis de percepção, contribuindo para a facilitação de mediações e para a construção de conceitos (FERNANDES NETO, 2010). Dessa forma, pretende-se analisar a institucionalidade da OTCA com uma visão mais ampla que a simples constatação de pares binários expostos pela pesquisa linear.

A partir deste fluxo de não resistência, evitando limitar-se a comparações entre dois opostos, a análise é mais bem compreendida quando se leva em consideração os diferentes conceitos de realidade. Esta lógica facilita o entendimento de que há diversos níveis de percepção da realidade e da própria existência do mundo na vida das pessoas (NICOLESCU, 1999).

Por complexidade entende-se a necessidade de estudar e analisar os fatos e objetos pretendidos, a partir de uma visão sistêmica e estrutural, explorando os vazios existentes na lógica binária da realidade. Trata-se de uma ampliação da percepção sobre o ambiente, diferente da análise simples ou linear. Portanto, a complexidade consiste na relação entre as partes, implicando na análise de espaços descontínuos onde somente a interação de mais de um nível de realidade pode chegar (SILVA, 2000).

Além da análise sistêmica e estrutural, a complexidade insere-nos em uma perspectiva mais abrangente, onde o paradigma transdisciplinar pretende atuar, evitando o reducionismo e a descontinuidade da racionalidade instrumental (SILVA, 2012).

A necessidade histórica atual é de encontrar um método capaz de detectar as ligações, as articulações, as solidariedades, as implicações, as imbricações, as interdependências e as complexidades entre as partes. Para Morin (1977), a complexidade dá-se por meio dessas relações e nuances entre a desordem, a ordem, a organização e as interações entre essas relações, que se manifestam nos universos físicos, biológicos e antropossociológico (MORIN, 1977).

O fundamento da complexidade, que é oriunda dos estudos dos sistemas naturais, requer simultaneamente uma maior compreensão da riqueza na diversidade e da riqueza na unidade, pois trata da inter-relação entre várias partes e o todo, tal como as relações naturais nos meios ecossistêmicos. Graças à complexidade como teoria é possível ao cientista conceber uma realidade dos fenômenos em diversas dimensões (SILVA, 2005).

A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa. O homem não é uma entidade isolada, em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema (MORIN, 1973, p. 11).

Nicolescu (1999, p. 40) defende a ideia de que “o conhecimento do complexo condiciona uma política de civilização”, sendo esta uma das motivações de se proceder à análise da institucionalidade da OTCA como uma proposta transdisciplinar, complexa e estruturada em níveis cognitivos.

É dessa relação complexa que se propõe a construção cognitiva das variáveis a serem estudadas nesse ponto, tentando estabelecer as interdependências e inter-relações, fugindo dos antagonismos e focando na correlação entre a episteme, as ontologias e a cognição.

De acordo com abordagem cognitiva de Maturana e Varela (apud SILVA, 1998), a cognição caracteriza-se como uma função biológica dotada de fundamentos que apresentam processos pedagógicos e episteme, fundamentados em emoções verdadeiras que foram vivenciadas e observadas pelo sujeito.

É a partir dessa abordagem tridimensional, de função biológica, do processo pedagógico da observação e da episteme, que se fundamenta a ideia de interdependência e a correlação entre os conceitos-chave que constituem as representações e as interações de pertinência nos níveis cognitivos a seguir.

A compreensão desses níveis cognitivos é de fundamental importância para se alcançar os objetivos propostos, de uma abordagem transdisciplinar da institucionalidade da OTCA, considerando a orientação metodológica da pesquisa, os documentos oficiais da organização, sobretudo o próprio Tratado de Cooperação Amazônica e seu Protocolo de Emenda, além das atas das

reuniões de presidentes e de ministros, que constituem as instâncias superiores da organização, possibilitando uma análise que considere a complexidade dos fatos inerentes aos temas abordados pela OTCA.

1 NÍVEIS COGNITIVOS DA ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR DA INSTITUCIONALIDADE DA OTCA

1.1 NÍVEL DAS ÉTICAS

O nível das éticas do Desenvolvimento Sustentável fundamenta-se na valorização de emoções verdadeiras na formulação deste conceito, considerando-se três éticas: da solidariedade, da sustentabilidade e da cooperação (SILVA, 2008b), considerados valores essenciais para se atingir o Desenvolvimento Sustentável.

A ética da solidariedade para com as gerações futuras prescinde da solidariedade entre as gerações atuais, de modo a reduzir a indiferença humana, tida como a causa principal da degradação da natureza, da violência em nossas sociedades e da dificuldade das pessoas usufruírem uma melhor qualidade de vida (SILVA, 2008b, p. 2).

A segunda ética da sustentabilidade decorre da cultura de exploração do ambiente em que vivemos, e implica na emergência da interação social com a natureza, pressupondo o desenvolvimento de uma consciência ecológica, preservando os limites ecológicos e as dimensões organizacionais (SILVA, 2008b, p. 2).

A terceira ética do conceito de Desenvolvimento Sustentável diz respeito à emoção norteadora da sua proposição, de como trilhar o caminho entre a solidariedade e a sustentabilidade. É a lógica da interação entre todos os sistemas naturais sustentáveis, que não exclui a competição, mas deve ser um comportamento menor e circunstancial, nunca determinante e exclusivo. Trata-se de uma ética do tipo pedagógica, por assegurar que estamos indo bem, que teremos um bom resultado, mas que estamos num processo em construção, caminhando, e que o futuro não está determinado, apenas almejado e protegido (SILVA, 2008b, p. 3).

As noções éticas são essenciais para o entendimento do constructo cognitivo de pertinência da pesquisa, pois expõem os pressupostos para a compreensão e internalização do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS).

1.2 NÍVEL DAS TRANSVERSALIDADES DA RIO+20

O nível das transversalidades emerge a partir da análise dos temas cruciais e pertinentes aos principais documentos produzidos no âmbito da Rio+20 ou Convenção das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada Rio de Janeiro, em junho de 2012. Os principais documentos que serviram de base para a consolidação desse nível das transversalidades são: o documento oficial da CNUDS, *O futuro que queremos*; o documento oficial da Cúpula dos Povos; e o documento Síntese das Demandas Civilizatórias do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 (UFSC, 2013). A partir de então, buscou-se identificar as transversalidades em todos os documentos produzidos nos diversos níveis: local, regional e internacional, evidenciando-se as seguintes: Conectividade, Mãe-Terra e Educação Ambiental.

Entende-se por conectividade as redes, os diálogos permanentes e os fóruns de discussão criados nos níveis internacional, nacional e regional, a partir das interações sociais promovidas pela Conferência (SOUSA et al., 2012, p. 10; UFSC, 2013).

A transversalidade da Mãe-Terra refere-se ao tratamento direcionado ao planeta, a partir de uma consciência ecológica de pertencimento. Pela primeira vez um documento protocolado pela ONU reconhece a expressão Mãe-Terra. O conceito também está referenciado nos textos da síntese do comitê catarinense, do documento final da Cúpula dos Povos e na carta dos povos indígenas. A transversalidade identificada é a garantia dos direitos da Mãe-Terra e de considerá-la como fundadora da vida, cabendo a nós zelar pela sua proteção (SOUSA et al., 2012, p. 10; UFSC, 2013).

A transversalidade da educação é, sem dúvida, a de maior representatividade nas discussões em que o comitê catarinense esteve envolvido, no âmbito da Rio+20, sobretudo as questões acerca do modelo educacional e da democratização, que estão citadas em todos os eventos e documentos. Os resultados indicam a necessidade de um modelo educacional inserido nas realidades locais através de uma Pedagogia do Encantamento que considere o indivíduo como ator no processo de construção do conhecimento e na formação de cidadãos engajados na cultura da sustentabilidade. (SOUSA et al., 2012, p. 10; UFSC, 2013).

A partir da análise dos níveis da Ética essenciais ao Desenvolvimento Sustentável, percebe-se a pertinência desses níveis com as transversalidades da Rio+20, onde cada ética é capaz de dar suporte aos vazios identificados na Conferência.

1.3 NÍVEL DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Nesse nível estabelece-se uma relação entre as estratégias necessárias para se consolidar a cultura da sustentabilidade, levando em consideração os aspectos políticos, pedagógicos e culturais relevantes para se alcançar os objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SILVA, 2006; UFSC, 2013).

Estas três dimensões, por sua vez, dialogam com as três transversalidades da Rio+20 na gestão dos bens comuns – identificados anteriormente neste trabalho.

A transversalidade da Mãe-Terra diz respeito a uma estratégia cultural, pois se trata dos princípios éticos e das emoções de determinada comunidade.

A transversalidade da conectividade política diz respeito a uma estratégia de governança, como forma de estabelecer o diálogo entre os atores, a fim de alcançar um modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, a transversalidade da educação diz respeito a uma estratégia pedagógica que objetiva o reencantamento do ser humano com a natureza, valorizando o diálogo de saberes pertinentes para estabelecer uma relação orgânica com o ambiente natural.

A pertinência das Dimensões da Sustentabilidade evidencia-se a partir da sua relação com elementos no nível das Transversalidades da Rio+20. Desse modo, o elemento Educação Ambiental configura-se como uma estratégia pedagógica para a cultura da sustentabilidade, da mesma forma o elemento Mãe-Terra como uma estratégia cultural e a Conectividade humana como estratégia política.

1.4 NÍVEL DA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No nível da teoria das Relações Internacionais, propõe-se a interação dos níveis anteriores, a partir de uma abordagem crítica pertinente. Neste caso, consideram-se as contribuições de Robert Cox (1986), na sua análise das correlações de forças constituídas, apresentadas no artigo *Social Forces Statesand World Order*, no qual apresenta a estrutura das forças históricas que interagem dialeticamente.

Essas relações não são condicionantes, tampouco determinantes das ações, mas exercem influência como forças mútuas, entre as quais eventualmente se percebe a preponderância de uma sobre a outra. Não obstante, as correlações entre as ideias, capacidades materiais e instituições são recíprocas e sua compreensão pode influenciar os caminhos de indivíduos e grupos dentro das estruturas sociais históricas, a partir do entendimento do dinamismo entre essas forças.

As capacidades materiais são forças produtivas ou destrutivas que englobam as capacidades tecnológicas, organizacionais e de uso dos recursos naturais, por meio da aplicação de recursos tecnológicos, para transformá-los em produtos. E, de certa forma, envolvem os recursos humanos e sua participação na estrutura organizacional.

Entende-se por ideias a natureza dos significados intersubjetivos e compartilhados das noções de relacionamento social, como hábitos, expectativas e comportamentos, assim como o imaginário coletivo construído por diferentes grupos sociais são importantes para entender as relações de força e a compreensão dos conceitos de bem comum e justiça social.

Por instituições compreende-se a consolidação e perpetuação de uma ordem em particular, refletindo também as forças predominantes no imaginário coletivo. As instituições podem ser o palco de materialização das convenções sociais preponderantes, como também dos embates entre as diferentes concepções acerca dos fatos sociais e das estruturas organizacionais.

Considera-se a importância das contribuições de Cox (1986) para esta pesquisa, do ponto de vista metateórico, no que tange às questões ontológicas e epistemológicas nas ciências sociais como um todo.

Esta abordagem reflete a necessidade de aprofundar-se na complexidade das relações institucionais e sociais envolvidas na OTCA, de forma que seja possível compreender quais reformas podem ser implementadas para que a instituição consiga desempenhar efetivamente o seu papel, em parceria com as comunidades locais.

2 CONSTRUÇÃO DOS DADOS

A partir da relação entre as dimensões anteriormente apresentadas, propõe-se a relação cognitiva seguinte. Nesta relação, identificam-se as variáveis pertinentes para a análise da institucionalidade da OTCA, sob uma perspectiva transdisciplinar do Desenvolvimento Sustentável.

Essas variáveis podem ser entendidas também como parte integrante dos temas transversais tratados na Agenda Estratégica da OTCA de 2010. E, portanto, vamos tratá-las neste trabalho como temas essenciais para o Desenvolvimento Sustentável regional, foco da organização aqui estudada.

É importante ressaltar o destaque na Agenda Estratégica para os temas transversais e a ação multissetorial da OTCA, o que reflete a orientação institucional de atuação complementar entre as estruturas organizacionais, projetos, diretrizes

e gestão. Considerando a Agenda Estratégica, somada às diretrizes constituídas pelos Níveis Cognitivos apresentados anteriormente, segue a sistematização da abordagem transdisciplinar proposta (Quadro 1).

Este conjunto de variáveis será analisado a seguir, de acordo com a ordem sequencial de ocorrência nos documentos oficiais da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA). Trata-se de uma pesquisa documental de relevância, tomando como objeto de análise a transversalidade dos temas nos diferentes níveis de institucionalidade da Organização.

Quadro 1 - Abordagem Transdisciplinar da institucionalidade do Tratado de Cooperação Amazônica

Meta-princípio	Éticas do Desenvolvimento Sustentável	Dimensões da Sustentabilidade	Transversalidades da Rio+20	Teoria Crítica de pertinência	Variáveis
Desenvolvimento Sustentável	Cooperação	Cultural	Mãe-Terra	Sociedades	Florestas
					Água
					Biodiversidade
					Cultura indígena
	Sustentabilidade	Política	Conectividade	Ideias	Cooperação
					Autonomia
					Governança participativa
					Legalidade
	Solidariedade	Pedagógica	Educação Ambiental	Capacidades materiais	Educação ambiental
					Pesquisa e desenvolvimento
					Compartilhamento de informações

Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante frisar que a variável de maior pertinência para o estudo consiste na “governança participativa”, como sendo o elemento que permite à OTCA desempenhar suas atividades plenas, aproximando os atores sociais da tomada de decisão e, conseqüentemente, implementando o direcionamento proposto pela Agenda Estratégica no tocante à articulação multissetorial e transversal para a implementação das políticas e projetos.

3 ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR DA OTCA

A seguir, apresentamos os resultados da pesquisa quanto à relevância dos temas transversais para o Desenvolvimento Sustentável, considerando a construção cognitiva apresentada anteriormente. Neste trabalho serão analisados os documentos das instâncias superiores da OTCA, quais sejam:

- Tratado de Cooperação Amazônica;
- Protocolo de Emenda;
- Acordo de Sede;
- Atas das Reuniões de Presidentes;
- Atas das Reuniões de Ministros das Relações Exteriores.

Nesta perspectiva de análise, pretende-se evidenciar as intenções governamentais na construção de uma estrutura organizacional efetiva para definir os eixos temáticos estratégicos propostos pela Agenda Estratégica e os eixos transversais, com enfoque na articulação para uma governança participativa entre os atores envolvidos no processo de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, que são os povos amazônicos e suas representações.

A análise dos documentos oficiais, a partir da abordagem transdisciplinar, pode ser observada no Quadro 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a análise da transversalidade dos temas nos diferentes níveis de institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), adota-se como orientação metodológica a abordagem transdisciplinar, partindo do pressuposto de que os eixos temáticos perpassam por todos os segmentos envolvidos no processo de elaboração, execução e avaliação das ações institucionais e das políticas públicas, destacando-se o protagonismo dos povos amazônicos e suas representações. Para além dos fatores ambientais, evidencia-se a complexidade das relações historicamente estabelecidas entre os indivíduos ou grupos sociais e as instituições, fomentando o diálogo entre as partes em prol do interesse comum em criar um modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Quanto à institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), verifica-se que as primeiras reuniões de presidentes tiveram como foco principal a estruturação da própria Organização e a definição de suas diretrizes. Somente após a criação das Comissões Especiais os temas transversais passaram a ser amplamente discutidos, porém limitando o diálogo à esfera institucional e aos agentes técnicos da Organização e seus parceiros no desenvolvimento de projetos.

Quadro 2 - Transversalidades das Instâncias Superiores da OTCA.

Variáveis	TCA	Protocolo de Emenda	Acordo de Sede	Reunião de Presidente			Reunião de Ministro												
				I	II	III	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI		
Florestas	X	-	-	X	X	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Água	X	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Biodiversidade	X	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cultura Indígena	X	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cooperação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Autonomia	-	X	X	X	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Governança participativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Legalidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação ambiental	X	-	-	-	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa e desenvolvimento	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartilhamento de Informações	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se na II Reunião de Presidentes a criação da Comissão Especial de Assuntos Indígenas e a intenção de criar a Agenda Estratégica da OTCA, visto que ambas deveriam prever mecanismos de participação dos povos amazônicos, notadamente os indígenas – um anseio de todos os beneficiários das ações da OTCA.

Embora tenha sido estimulada, essa participação limitou-se à consulta às populações, não se configurando uma governança propriamente dita, na qual os grupos sociais teriam o poder decisório quanto à aplicabilidade dos projetos para promover o desenvolvimento sustentável.

Na V Reunião de Ministros destaca-se a criação da Comissão Especial de Educação Amazônica (CEEDA), na qual a valorização dos saberes e da cultura dos povos tradicionais é de vital importância para um diálogo entre os atores sociais. Na VI reunião foi citado pela primeira vez o termo Educação Ambiental.

Durante a VIII Reunião de Ministros destaca-se a aprovação do Plano Estratégico 2004-2012, porém revelou um pequeno problema relacionado ao governo da Venezuela, em relação aos programas direcionados aos povos indígenas, que dispõem de mecanismos constitucionais garantindo sua participação efetiva na tomada de decisão em questões referentes às áreas do entorno das comunidades.

É importante destacar que este fato reflete os problemas institucionais em definir os mecanismos de participação dos povos amazônicos a partir dos eixos propostos pela Agenda Estratégica, configurando apenas uma política hierarquizada pela ação intergovernamental.

A partir da Declaração de Manaus, resultante dessa Reunião de Ministros, observa-se um diferencial em relação às anteriores, sendo perceptível a robustez de conteúdo e a definição de mecanismos formais de relacionamento com outras instituições e organizações. Desde então houve avanços tanto no conteúdo quanto na abordagem, incluindo temas pautados nos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e participação social, bem como a aproximação com os povos amazônicos, como salientado na X e na XI Reunião de Ministros.

Não obstante, tais iniciativas não representaram avanços do ponto de vista da governança participativa, visto que essa forma de participação foi considerada apenas como um mecanismo de consulta e não de empoderamento das comunidades.

Em decorrência disso, ao analisar a documentação sobre temas essenciais para o desenvolvimento sustentável nas instâncias superiores da OTCA verifica-se, de início, a inexistência de citações relativas ao termo governança participativa; e raramente menciona a necessidade de colaboração e consulta às populações

indígenas, e de maior clareza das demandas sociais em geral, surgidas a partir da aprovação da Agenda Estratégica em 2010.

As questões referentes à legalidade, autonomia e cooperação representam as principais preocupações nos primeiros 30 anos de TCA, um aspecto relevante do ponto de vista estritamente político e ideológico.

Ainda assim é possível identificar esforços do ponto de vista institucional quanto à preocupação com a conservação e preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e da cultura tradicional, bem como avanços no compartilhamento de informações, na perspectiva pedagógica e na ampliação das capacidades materiais e de recursos humanos visando uma intervenção coerente e eficaz na transição para a cultura da sustentabilidade.

Entre os aspectos positivos, verifica-se a continuidade de projetos e programas de monitoramento desenvolvidos ao longo da trajetória institucional da OTCA, que vêm apresentando resultados importantes do ponto de vista das ações e objetivos propostos na Agenda Estratégica.

Apesar dos esforços em abordar as transversalidades dos temas propostos pelas agendas da OTCA, não há referência ao tema da governança participativa em nenhum dos documentos analisados, sendo eventualmente mencionada a necessidade de consulta ou participação social na elaboração de projetos que beneficiem as comunidades.

A possibilidade de criar mecanismos efetivos de participação das populações tradicionais depende da vontade política dos governos em facilitar essa aproximação, assim como requer uma abordagem mais holística e complexa, tal qual é, de fato, a realidade amazônica.

Com base na análise dos documentos, vale ressaltar que no primeiro nível das éticas é perceptível a aproximação e identificação dos valores essenciais para a condução desse processo político. A cooperação como instrumento de fato, a solidariedade entre os governos e o objetivo da sustentabilidade podem ser considerados como uma constante na discussão política nas instâncias superiores da OTCA.

No nível das transversalidades, os temas Educação Ambiental e Conectividade são discutidos com maior ênfase, na medida em que se consolidam os mecanismos institucionais OTCA, sobretudo quando o termo Mãe-Terra passa a ser expressamente reconhecido, denotando uma orientação para a necessidade de preservar os recursos naturais e as condições de vida no planeta.

No nível das Dimensões da Sustentabilidade, o elemento político é evidentemente uma preocupação constante no sentido de fortalecer as relações entre os governos por meio da consolidação institucional da OTCA, bem como

dos mecanismos de legitimidade, jurídicos e financeiros, são temas recorrentes das discussões no âmbito da Organização. Tal referência está em conformidade com os objetivos e com os eixos transversais propostos pela Agenda Estratégica de 2010, apesar da inconsistência das citações relativas à participação social.

O aspecto cultural manifesta-se na aproximação e respeito à diversidade dos povos e a preservação das culturas latentes, assim como o processo pedagógico reflete-se no interesse em compartilhar informações e na própria consolidação dos mecanismos institucionais.

Na perspectiva da Teoria das Relações Internacionais, as discussões políticas no âmbito da Organização visam uma renovação de ideias, das diretrizes institucionais e dos mecanismos de diálogo entre os governos, no sentido de buscar objetivos comuns dentro de uma estrutura organizacional concebida como a materialização desses objetivos e valores compartilhados.

Portanto, a criação de mecanismos efetivos de governança participativa representa não somente uma meta para a legitimação e institucionalização da OTCA, pelo seu comprometimento e capacidade de articulação com as populações amazônicas, como também pode contribuir para o aprofundamento de outros temas relevantes no âmbito da Organização, fortalecendo os Eixos Transversais de Cooperação e a sua própria institucionalidade.

REFERÊNCIAS

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: KEOHANE, R. **Neorealism and Its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986. p. 204-254.

FERNANDES NETO, J. A. Modelo Urubici de governança da água e do território: uma tecnologia social a serviço do Desenvolvimento Sustentável local. 2010. **Tese** (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

JERONYMO, A. C. J., MALLET, S., GUERRA, G. - A IIRSA no contexto da apropriação do recurso natural periférico. Belém, NAEA/UFPA, **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, dez. 2013, p. 247-260

MORIN, E. **O Método I: a natureza da natureza**. 2. ed. Tradução de M. G. de Bragança. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Trion, 1999.

SILVA, D. J. Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável. 1998. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

———. O paradigma transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental. In: Philippi Jr., Arlindo. **Interdisciplinariedade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

———. O complexo como uma episteme transdisciplinar. In: FRIAÇA, A.; ALONSO, L. K.; BARROS, V. M. **Educação e Transdisciplinaridade III**. 1. ed. São Paulo: Trion, 2005.

———. Desafios sociais da gestão integrada de bacias hidrográficas: uma introdução ao conceito de governança da água. In: CONGRÈS DE L'ACFAS, 74, Montreal. **Actes...** Montreal: Université McGill, 2006.

———. **As três éticas do conceito de desenvolvimento sustentável**. Florianópolis, 2008. Disponível em: < <http://www.gthidro.ufsc.br/arquivos/as-tres-eticas-do-ds.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

———. O modelo educacional do processo de Bolonha na perspectiva da sustentabilidade. In: BALDIN, N.; ALBUQUERQUE, C. (Org.). **Novos desafios da educação: responsabilidade social, democracia e sustentabilidade**. Brasília, DF: Liver Livro, 2012. p. 276.

SOUSA, D. B.; SILVA, V. S.; BORGES, R. M.; GONSALVES, L. H. Do local ao global: governança participativa de bens comuns – a experiência do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para Rio+20. In: **A Conferência da Terra - Fórum Internacional do Meio Ambiente**. João Pessoa: Editora UFPB, 2012. v. 1, p. 1031-1043.

SUPERTI, E. Políticas pública e integração sul-americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. Belém, NAEA/UFPA, **Novos Cadernos NAEA**, dez. 2011, p. 303-320

UFSC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório da Audiência Pública**: apresentação dos resultados do processo do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://riomais20sc.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

Texto submetido à Revista em 30.04.2015

Aceito para publicação em 19.04.2016

Conferência

Sociedade, política e natureza. Conhecimento para qual sustentabilidade?

Enrique Leff

Artigos

Índios do "Vale Europeu". Justiça ambiental e território no Sul do Brasil

Indians of the "European Valley". Environmental justice and territory in Southern Brazil

Luciano Félix Florit, Lilian Blanck de Oliveira, Reinaldo Matias Fleuri, Rodrigo Wartha

Programas de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade

The impact of cash transfer programs in two protected areas in the Brazilian Amazon

Deborah de Magalhães Lima, Nelissa Peralta

A questão produtiva nas Reservas Extrativistas

Agricultural Production in Extractive Reserves

Gabriel da Silva Medina, Claudio Wilson Soares Barbosa

Direitos territoriais nas várzeas de Breves, Marajó: novos usos da floresta e distintas percepções sobre o ambiente

Considerations on territorial rights in the várzeas of Breves, Marajó: new uses of forest and different perceptions on the environment

Andrei Cornetta

Neoinstitucionalismo, regularização fundiária urbana e o Programa Terra Legal

Neo-institutionalism and urban land regularization: Terra Legal Program in Concordeia do Pará

Gabriel Moraes de Outeiro, Durbens Martins Nascimento

Migração internacional na Amazônia brasileira no Censo Demográfico de 2010

International migration on the Brazilian Amazon in the Demographic Census 2010

Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira, Daniel Esteban Quiroga

Estratégias empresariais e esfera pública: a Zona Franca de Manaus como colonização sócio-política

Business strategies and public sphere: the Manaus Free Trade Zone as sociopolitical colonization

Cleiton Ferreira Maciel, Jeanne Mariel Brito de Moura

Trabalhadores na produção da essência de pau-rosa na Amazônia

Workers of the rosewood essence production in the Amazon

Renan Albuquerque Rodrigues, Deilson do Carmo Trindade, Mirian Souza Bitencourt

Ocorrência de Buchenavia em Salinópolis, no Pará, Brasil

Occurrence of Buchenavia in the municipality of Salinópolis, state of Pará, Brazil

Gutemberg Armando Diniz Guerra, Rosildo Santos Paiva

Institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Institution of the Amazon Cooperation Treaty Organization

Diego Carlos Batista Sousa, Marcos Alves Valente

